



REVISTA

# PROJETAR

v.1, n.2, Agosto 2016

PROJETO E PERCEÇÃO  
DO AMBIENTE

ISSN: 2448-296X

# Revista PROJETAR – Projeto e Percepção do Ambiente

## Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**Reitora** Ângela Maria Paiva Cruz  
**Pró-Reitor de Pesquisa** Valter José Fernandes Junior  
**Pró-Reitor de Pós-graduação** Rubens Maribondo do Nascimento

**Centro de Tecnologia**  
**Diretor** Luiz Alessandro da Câmara de Queiroz

### Grupo de Pesquisa PROJETAR

#### Conselho Editorial

Maísa Veloso, *Editora-chefe* (UFRN)  
Gleice Azambuja Elali, *Editora-adjunta* (UFRN)  
Angélica Benatti Alvim (UPM)  
Cristiane Rose de Siqueira Duarte (UFRJ)  
Edson da Cunha Mahfuz (UFRGS)  
Fernando Lara (University of Texas at Austin)  
Flávio Carsalade (UFMG)  
Jorge Cruz Pinto (Universidade de Lisboa)  
Luiz do Eirado Amorim (UFPE)  
Márcio Cotrim Cunha (UFPB)  
Naia Alban (UFBA)  
Nivaldo Vieira de Andrade Junior (UFBA)  
Paulo Afonso Rheingantz (UFRJ)  
Ruth Verde Zein (UPM)

#### Pareceristas *ad hoc*

Angelina Costa  
Cesar Imai  
Daniel Moreira  
Flávio Carsalade  
George Dantas  
Glauce Albuquerque  
Heitor Andrade  
José Roberto Merlin  
Marcelo Tinoco  
Naia Alban  
Nivaldo de Andrade Jr.  
Paula Uglione  
Paulo Afonso Rheingantz  
Rafael Perrone  
Sheila Walbe Ornstein  
Vanessa Goulart  
Wilma Villarouco  
Wilson Ribeiro dos Santos Jr.

**Projeto gráfico:** Leonardo Fernandes Dias  
**Foto capa:** Termas de Vals, Suíça, de Peter Zumthor -  
Foto de Maísa Veloso, 2015, editada por Leonardo Fernandes Dias.

ISSN: 2448-296X  
Periodicidade: Quadrimestral  
Idioma: Português

\* O conteúdo dos artigos e das imagens neles publicadas são de responsabilidade dos autores.

Endereços: [www.revistaprojetar.ct.ufrn.br](http://www.revistaprojetar.ct.ufrn.br)  
Centro de Tecnologia  
Campus Central da UFRN  
CEP: 59072-970 NATAL/RN



# EDITORIAL

A segunda edição - versão *on line* - da **Revista PROJETAR – Projeto e Percepção do Ambiente**, vinculada ao Grupo Projetar/UFRN, é mais um passo no sentido de difundir a produção científica qualificada na área de projeto e percepção do ambiente, por meio de artigos resultantes de pesquisas e estudos científicos focados nos eixos temáticos aqui privilegiados. Estes enfoques delineiam as seções que compõem a Revista, cujos arranjos variam conforme o fluxo de artigos recebidos e aprovados para publicação por meio de avaliação cega, além de uma seção especial para divulgação de projetos. Este número é composto das seções: *ENSAIO*, *ENSINO*, *TEORIA E CONCEITO*, *PESQUISA* e *PRAXIS*.

Na seção *ENSAIO*, apresentamos dois artigos: o primeiro, de Leonardo Bittencourt, intitula-se *Arquitetura e Poesia: repensando valores arquitetônicos*, e aborda a questão da poética arquitetônica à luz das reflexões de Bachelard e Freud sobre o imaginário e o simbólico, associados aos diferentes efeitos poéticos produzidos por diferentes formas. O segundo artigo desta seção - *Notas sobre a experiência [e o aprender] da Arquitetura* -, de autoria de Artur Renato Ortega, coloca em foco a relação entre a percepção – entendida como experiência – e a apreensão do espaço, alertando para as limitações, nos dias atuais, de se perceber o que está à nossa volta e, portanto, de aprender arquitetura.

A seção *ENSINO* também é composta por dois artigos: o primeiro, denominado *Habitação + Cidade: diretrizes pedagógicas para um mestrado profissional em desenho urbano com foco em habitação social*, foi escrito por Zeca Brandão, que destaca a necessidade da melhoria da qualidade da construção habitacional em larga escala, o que repercute na questão da formação profissional continuada. O segundo artigo, *Ambiente cultural e práticas projetuais no atelier de projeto*, escrito em coautoria por Lílian Borges Almeida e Ana Paula Dametto, apresenta uma experiência didática que exercita a composição formal a partir da releitura de componentes arquiteturais do patrimônio histórico do centro da cidade de Pelotas, RS.

Na seção *TEORIA E CONCEITO*, encontram-se os artigos de Livia Nóbrega e Fernando Diniz Moreira - *Arquitetura e sítio: três museus de arte contemporânea de Álvaro Siza* -, e de Aline Savi e Marta Dischinger, intitulado *Habitar Doméstico: notas sobre a ambiência no habitar doméstico do acolhimento institucional para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*. No primeiro, os autores analisam três edifícios museológicos do renomado arquiteto português por meio de cinco estratégias projetuais de relacionamento com o sítio. No segundo, as autoras refletem teoricamente sobre a ambiência do habitar doméstico e ressaltam a necessidade da arquitetura de edificações que recebem menores em situação de vulnerabilidade social proporcionar a estes usuários espaços que os acolham e com os quais eles possam se identificar.

Na seção *PESQUISA* apresentamos cinco artigos. O primeiro, escrito por Hugo Louro e Silva e Cândido Malta Campos - *O mercado imobiliário residencial na Operação Urbana Centro, São Paulo (1985-2006)*, apresenta uma leitura sobre a produção espacial privada na capital paulista, de modo a insinuar os gatilhos econômicos e estratégicos de gestão urbana que interferiram na produção da cidade, em especial na região central. O segundo, escrito em coautoria por Gabriela Costa da Silva, Adriana Portella e Gisele da Silva Pereira, discute *O legado de megaeventos esportivos e a contextualização das remoções*, enfatizando a importância das propostas que envolvem operações urbanas voltadas para a acomodação das cidades às exigências de eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, levarem mais fortemente em consideração assuntos relativos aos direitos humanos e ao direito à

moradia das populações atingidas. No terceiro artigo da seção, *O lugar da Habitação de Interesse Social: apontamentos sobre a violência no condomínio Vivendas Belo Vale, em Juiz de Fora/MG/Brasil*, Daniella Fonseca Zanotti Ongaro e José Gustavo Francis Abdalla analisam um empreendimento do programa federal Minha Casa Minha Vida no que se refere à dificuldade de seus usuários se apropriarem dos espaços comuns e aos inúmeros conflitos ali vivenciados, os quais precisam ser melhor enfrentados no âmbito da política habitacional brasileira. O quarto artigo, *Arquitetura dos estandes imobiliários: um estudo de tipos*, Adilson Costa Macedo e Elisângela de Sousa Araújo identificam elementos da evolução desse empreendimento visando a *sistematização de práticas que auxiliem o projeto de arquitetura e o marketing imobiliário* nesse campo. Por fim, o quinto e último artigo da seção, *Diagramas arquitetônicos e estratégias projetuais: reflexões sobre composição e retórica*, escrito por Fabiano Sobreira e Adriana Guimarães, parte do entendimento dos recursos diagramáticos como síntese gráfica e textual da proposta arquitetônica, ilustrando seu uso com a apresentação de projetos de concurso, em especial, o Concurso Internacional para o Museu Guggenheim de Helsinki.

Na seção *PRAXIS*, que encerra esta edição, é feita uma reflexão sobre o *Projetar na pós-graduação stricto sensu* com base nos seis anos de experiência nos ateliês de projeto do Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da UFRN/Natal, pioneiro no Brasil neste campo. Ilustram esta experiência seis projetos/dissertações desenvolvidos no curso, aqui apresentados pelos próprios autores por meio de resumos expandidos. São eles: André Alves (com o trabalho *Todo brasileiro merece nível "A": habitação multifamiliar energeticamente eficiente para o programa Minha Casa Minha Vida*), Verner Monteiro (*Proposta de habitação de interesse social com ênfase no conforto térmico para a Zona Bioclimática-8*), Petterson Dantas (*Processo de concepção do projeto arquitetônico para uma escola de turismo*), Mariana Gurgel Caldas (*Condomínio de casas em Natal-RN: Um exemplo de síntese projetual utilizando princípios da Gramática da Forma*), César de Oliveira Ciríaco (*Um lugar onde os espaços ensinam: anteprojeto arquitetônico de uma escola infantil e fundamental I em Parnamirim/RN*) e Francisco da Rocha Neto (*Cais da Memória: um espaço para vivências afetivas com a cidade de Natal*).

Com a **Revista PROJETAR – Projeto e Percepção do Ambiente**, renovamos o convite para que nossos leitores reflitam sobre a área de Arquitetura e Urbanismo e as inúmeras possibilidades de atuação e desafios a ela associadas, em especial no campo do projeto e da produção de espaços urbanos e arquitetônicos de qualidade. A variedade e complexidade dos temas abordados nos artigos publicados nessa edição é uma mostra desta realidade e dos caminhos para o enfrentamento das importantes questões que se apresentam. Ocupe uma cadeira confortável e boa leitura!

Natal, agosto de 2016.

Maísa Veloso (*Editora-chefe*)

Gleice Azambuja Elali (*Editora-adjunta*)

# SUMÁRIO

## ENSAIO

---

**ARQUITETURA E POESIA: REPENSANDO VALORES ARQUITETÔNICOS** 08  
LEONARDO BITTENCOURT

**NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA [E O APRENDER] DA ARQUITETURA** 17  
ARTUR RENATO ORTEGA

## ENSINO

---

**HABITAÇÃO + CIDADE: DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA UM MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENHO URBANO COM FOCO EM HABITAÇÃO SOCIAL** 23  
ZECA BRANDÃO

**AMBIENTE CULTURAL E PRÁTICAS PROJETUAIS NO ATELIER DE PROJETO** 33  
LÍLIAN BORGES ALMEIDA; ANA PAULA DE ANDREA DAMETTO

## TEORIA E CONCEITO

---

**ARQUITETURA E SÍTIO: TRÊS MUSEUS DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE ÁLVARO SIZA** 44  
LÍVIA MORAIS NÓBREGA; FERNANDO DINIZ MOREIRA

**HABITAR DOMÉSTICO: NOTAS SOBRE A AMBIÊNCIA NO HABITAR DOMÉSTICO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL** 58  
ALINE EYNG SAVI; MARTA DISCHINGER

## PESQUISA

---

**O MERCADO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL NA OPERAÇÃO URBANA CENTRO, SÃO PAULO (1985-2006)** 70  
HUGO LOURO E SILVA; CÂNDIDO MALTA CAMPOS

**O LEGADO DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS REMOÇÕES** 81  
GABRIELA COSTA DA SILVA; ADRIANA PORTELLA; GISELE PEREIRA

# SUMÁRIO

## PESQUISA

---

O LUGAR NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: APONTAMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA NO CONDOMÍNIO VIVENDAS BELO VALE EM JUIZ DE FORA / MG / BRASIL 92

DANIELLA FONSECA ZANOTTI **ONGARO**; JOSÉ GUSTAVO FRANCIS **ABDALLA**

ARQUITETURA DOS ESTANDES IMOBILIÁRIOS, UM ESTUDO DE TIPOS 103

ELISANGELA **MARQUINE**; ADILSON COSTA **MACEDO**

DIAGRAMAS ARQUITETÔNICOS E ESTRATÉGIAS PROJETUAIS: REFLEXÕES SOBRE COMPOSIÇÃO E RETÓRICA (1). 112

FABIANO **SOBREIRA**; ADRIANA **GUIMARÃES**; AMANDA **SIEBEL**

## PRÁXIS

---

O PROJETO NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: A PRÁTICA PROJETUAL NOS ATELIÊS DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ARQUITETURA DA UFRN 127

MAÍSA **VELOSO**; GLEICE AZAMBUJA **ELALI**

### RESUMOS EXPANDIDOS DE DISSERTAÇÕES/PROJETOS

• TODO BRASILEIRO MERECE NÍVEL "A": HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR ENERGETICAMENTE EFICIENTE PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA 131  
ANDRÉ FELIPE MOURA **ALVES**

• PROPOSTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL COM ÊNFASE NO CONFORTO TÉRMICO PARA A ZONA BIOCLIMÁTICA-8 136  
VERNER MAX LIGER DE MELLO **MONTEIRO**

• PROCESSO DE CONCEPÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO PARA UMA ESCOLA DE TURISMO 140  
PETTERSON MICHEL **DANTAS**

• CONDOMÍNIO DE CASAS EM NATAL-RN: UM EXEMPLO DE SÍNTESE PROJETUAL UTILIZANDO PRINCÍPIOS DA GRAMÁTICA DA FORMA 144  
MARIANA PIRES GURGEL **CALDAS**

• UM LUGAR ONDE OS ESPAÇOS ENSINAM: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA ESCOLA INFANTIL E FUNDAMENTAL I EM PARNAMIRIM/RN 148  
CÉSAR HENRIQUE DE OLIVEIRA **CIRÍACO**

• CAIS DA MEMÓRIA: UM ESPAÇO PARA VIVÊNCIAS AFETIVAS COM A CIDADE DE NATAL 151  
FRANCISCO **ROCHA V. NETO**

ENSAIO

# ARQUITETURA E POESIA: REPENSANDO VALORES ARQUITETÔNICOS

ARCHITECTURE AND POETRY: RETHINKING ARCHITECTURAL VALUES

## BITTENCOURT, LEONARDO SALAZAR

Arquiteto, PhD. FAUD/UFAL, e-mail: lsb54@hotmail.com

### RESUMO

Discussões sobre a aplicação de tecnologias inovadoras no ambiente construído parecem estar ofuscando valores arquitetônicos subjetivos que, embora bastante apreciados pelos usuários dos edifícios contemporâneos, vem sendo relegadas a um segundo plano na mídia especializada em arquitetura e urbanismo. Tecnologias focadas nas questões ambientais, com reflexos nas formas de medir o grau de eficiência energética ou de sustentabilidade dessas edificações têm dominado a produção arquitetônica contemporânea. Entretanto, a discussão sobre questões de natureza subjetiva e imaterial se apresenta como fundamental se se pretende que a produção arquitetônica alcance uma integral satisfação dos usuários das edificações atualmente produzidas. Entre essas questões está a poética arquitetônica, que se apresenta como fundamental para o espírito humano e que deveria, juntamente com as demais condicionantes arquitetônicas (funcionalidade, tecnologia estrutural construtiva, tecnologia ambiental, legislação, custos de construção e custos de manutenção etc.) condicionar a elaboração de novos projetos. A importância da integração dessas questões ao processo de elaboração dos projetos arquitetônicos, assim como ao ensino de arquitetura e urbanismo, é examinada à luz das reflexões de Bachelard e Freud sobre o imaginário e o simbólico, associados aos diferentes efeitos poéticos produzidos por diferentes formas.

PALAVRAS-CHAVE: arquitetura e urbanismo; projeto de arquitetura; teoria da arquitetura; poesia.

### ABSTRACT

*Discussions on the application of new environmental building technologies have been overtaking the space of specialised publications dedicated to architecture and urbanism. Discussions on subjective architectural values, though very well considered and appreciated by building users, have been pushed to a secondary place. New technologies focused on new materials or on buildings environmental impacts and ways of evaluating its performance dominates most publications. Nevertheless, subjective issues should be considered as fundamental design constraints if contemporary architectural production aims to generate not only a physical satisfaction, but an overall user satisfaction. Among these subjective issues one can find the architectural poetics, which seems to be a fundamental aspect of the human soul. As so, it should be considered as important as others architectural constraints (functionality, structural technology, environmental technology, legislation, construction costs and maintenance costs etc.). The relevance of incorporating these issues into the design process as well into the architectural education is discussed, based on Bachelard and Freud concerns referring to the imaginary and symbolic aspects on the design process.*

KEY-WORDS: architecture and urbanism; building design; theory of architecture; poetry.

## 1 INTRODUÇÃO

Muitos dos projetos contemporâneos, publicados em revistas especializadas na área de arquitetura e urbanismo, tem se destacado pelas sofisticadas tecnologias empregadas, pela monumentalidade exibida ou pela preocupação em relação à sustentabilidade do ambiente construído. As questões pragmáticas ou inovadoras parecem estar sufocando valores subjetivos, tão apreciados pelos usuários dos espaços arquitetônicos. Vigora uma arquitetura narcísica, construída para proporcionar espetáculos, em detrimento de concepções que visem uma maior satisfação das necessidades humanas. Considerando que os edifícios são construídos para abrigar uma grande parte das atividades humanas, pode-se ponderar que a Arquitetura é um tipo de arte funcional. Objetos de *design*, as obras arquitetônicas, além

de funcionar adequadamente, deveriam, também, emocionar seus observadores e usuários. No entanto, a pressa e a superficialidade que tem caracterizado a produção contemporânea, especialmente naqueles setores associados ao mercado imobiliário, inibem maiores reflexões sobre a importância de se refletir sobre a poética dos espaços arquitetônicos (Figuras 01 e 02).

A poesia pode ser entendida como uma expressão simbólica, através da qual uma das maiores das características humanas é explorada: a imaginação. A poesia envolve os efeitos arquitetônicos que surpreendem e emocionam, e que deveriam estar atrelados ao caráter da obra. Assim, uma igreja que usualmente se constitui em espaço de meditação e introspecção, não deve parecer um



Figura 01. Manhattan, USA.



Fonte: AUTOR, 1984

clube, cuja função principal é reunir as pessoas num local dinâmico que favoreça o encontro e a extroversão. Portanto, as configurações plásticas e espaciais de uma obra se constituem em valores arquitetônicos que dependem do conceito do edifício a ser projetado. Neste contexto, as reflexões aqui apresentadas estão apoiadas, principalmente, nas ideias de Bachelard (1974) e Freud (1973) onde a poesia parece se constituir em um fio de comunicação entre o consciente e o inconsciente, entre os desejos e os seus instrumentos de repressão, entre a profundidade e a superficialidade mental, entre o selvagem e o civilizado, entre a intuição e a razão, que deveria estar presente em todos projetos arquitetônicos.

## 2 PARA ABRIR O ESPÍRITO

A habitual concentração dos arquitetos nos aspectos objetivos do processo de projetar demanda uma postura de abertura intelectual, a fim de que as reflexões aqui trazidas não sejam alvo de preconceitos e possam, de fato, alcançar seus objetivos. Com a finalidade de preparar os espíritos em relação às questões subjetivas da arquitetura, vale observar que:

O filósofo intelectualista que quer manter as palavras na precisão de seu sentido; que toma as palavras como mil ferramentzinhas de um pensamento lúcido, não pode deixar de espantar-se diante das temeridades de um poeta. Entretanto, um sincretismo da sensibilidade impede que as palavras se cristalizem em sólidos perfeitos. Uma ambivalência nova permite à palavra entrar não só nos pensamentos, mas também nos devaneios. A linguagem sonha (BACHELARD, 1974, p. 451).

O mesmo autor ressalta a importância da manipulação adequada das formas curvas, com atributos dotados de afetividade, e das formas retas e angulares, de caráter frio e racional:

Figura 02. Buenos Aires, Argentina

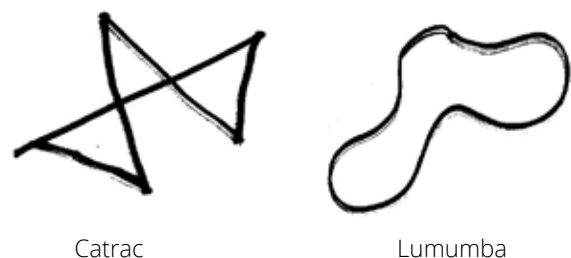


Fonte: AUTOR, 2007.

O espírito crítico nada pode fazer contra isso. É um fato poético que um sonhador possa escrever que uma curva é “quente”... Que fazemos demais se dizemos que um ângulo é frio e uma curva é quente? Que a curva nos acolhe e que o ângulo agudo nos expulsa? Que o ângulo é masculino e a curva feminina? Um nada de valor muda tudo. A graça de uma curva é um convite a habitar. Pode-se fugir dela sem esperança de retorno. A curva amada tem os poderes do ninho; é um apelo à posse, ela é um canto curvo. É uma geometria habitada. Nela, estamos num mínimo do refúgio, no esquema ultra simplificado de um devaneio do repouso. Só o sonhador que percorre caminhos arredondados para contemplar conhece essas joias simples do desejo desenhado (BACHELARD, 1974, p. 451).

As formas parecem ter propriedades visuais que são muito utilizadas por designers e comunicadores visuais, mas ainda pouco exploradas pelos arquitetos. Têm, até mesmo, propriedades sonoras como mostram as duas imagens da Figura 3. Uma delas chama-se “lumumba” e a outra, “catrac”. Serão poucos os indivíduos que associarão a imagem da direita ao nome “catrac” ou a da esquerda ao nome “lumumba”. Essa associação entre imagem e som, se repetiu invariavelmente, durante 35 anos, quando se pedia aos estudantes que frequentaram a disciplina de Projeto Arquitetônico 5 do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, que identificassem o nome das imagens constantes da Figura 3.

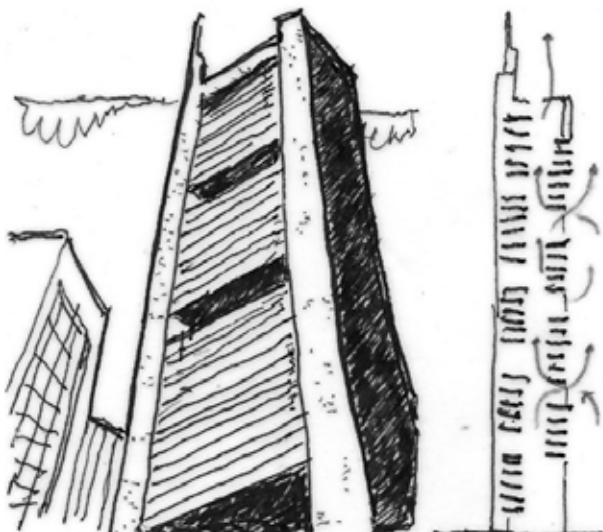
Figura 03. Associação entre características formais e propriedades sonoras.



Fonte: AUTOR, 2001.

Nos últimos anos tem-se buscado redefinir o papel da arquitetura, resgatando-se a responsabilidade social e ambiental dos arquitetos com base nas novas tecnologias ambientais disponíveis. Surgem as chamadas arquiteturas bioclimáticas, sustentável, tectônica e outras mais. Todas com uma postura crítica em relação ao que se produzia, e ainda se produz, em termos de arquitetura, independente da escala da edificação. Todas essas tendências, contudo, apresentam propostas focadas em algum setor do conhecimento arquitetônico: eficiência energética, conforto ambiental, estética arquitetônica, tecnologia construtiva, etc. A Figura 4 mostra o edifício do Commerzbank, em Frankfurt, cuja volumetria e espacialidade são consequências de sofisticadas estratégias de eficiência energética e sustentabilidade, adotadas na concepção do projeto. A Figura 5 exibe uma pequena residência cujo projeto obedeceu a simples princípios bioclimáticos. A expressão plástica e fluidez espacial são consequências da adoção desses princípios e estão baseadas na intenção de promover uma intensa integração dos espaços internos e externos. Essa integração é privilégio de edificações localizadas em regiões equatoriais com climas quentes e úmidos.

Figura 4. Edifício do Commerzbank, em Frankfurt.



Fonte: AUTOR (2016)

A compreensão de que sendo a arquitetura produzida pelo homem e para o próprio homem ficará compartimentada toda vez que não houver uma abordagem abrangente e integrada do ser humano. Sob esse prisma, a definição clássica da arquitetura como sendo o abrigo contra os rigores do clima, precisa ser ampliada considerando também o espaço como abrigo das necessidades oníricas, simbólicas e psíquicas do homem. E entre essas necessidades subjetivas encontram-se a arte e a poesia.

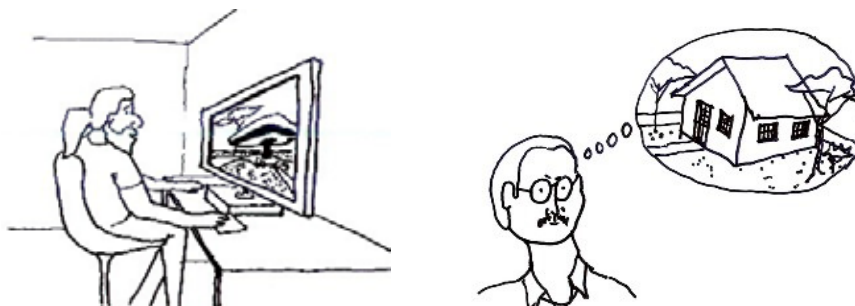
Ao que parece, no entanto, essas necessidades raramente são contempladas nos projetos contemporâneos. A intenção de contemplar os genuínos desejos dos clientes não está na pauta dos projetistas. Ao contrário, na maioria das vezes, é o desejo do próprio arquiteto que conduz o processo. Em parte, porque o acesso aos próprios desejos parece ser privilégio daqueles que se submeteram à psicanálise. Via de regra, os desejos não se encontram presentes nas mentes dos arquitetos, dos estudantes de arquitetura e, menos ainda, nas daqueles que procuram os serviços de um arquiteto (AUTOR, 2002 p. 153).

Figura 5. Residência em Maceió.



Fonte: AUTOR (2001)

Figura 06. Nem sempre os desejos e demandas dos arquitetos e usuários coincidem.



Fonte: AUTOR (2002).

Além disso, a complexa gama de valores imbricados na construção de uma obra arquitetônica (custos, segurança, privacidade, funcionalidade, tecnologia construtiva etc.) empurra a poesia arquitetônica para um espaço secundário. O curioso, entretanto, é que quando ela está presente, é saboreada com intenso prazer (Figura 7).

Figura 7. Catedral de Brasília.



Fonte: AUTOR (2016)

Nesse sentido, mais que estabelecer novos cânones para uma arquitetura adjetivada, seria de fundamental importância compreender as necessidades humanas como um todo, tendo como base a satisfação das necessidades metabólicas e materiais, sem esquecer, entretanto, as necessidades psíquicas dos usuários das edificações.

### 3 A BASE MATERIAL

Uma das falhas mais frequentes no debate sobre as teorias e estéticas arquitetônicas é o tratamento dado ao problema da relação do ser humano com a realidade concreta e com a beleza. A quase totalidade da literatura sobre esse assunto possui essa limitação, uma vez que tende a separar o processo estético do resto da experiência humana, como se tratasse de um problema de

pura lógica. Continua-se discutindo os impactos provocados pelos edifícios sobre os indivíduos como se os mesmos fossem produzidos apenas por fenômenos visuais:

A Arquitetura – assim como o homem – está totalmente submersa no meio ambiente natural. Não pode nunca ser apreciada, sentida, experimentada de nenhuma forma fora de sua multidimensional totalidade. Qualquer mudança em um aspecto ou qualidade deste meio ambiente, inevitavelmente afeta nossa percepção e nossa resposta para o resto dos fatores envolvidos na questão. O reconhecimento desse fato é crucial para a teoria estética, e está acima de todas as estéticas arquitetônicas (FITCH, 1976, p. 1)

Aparentemente, o relacionamento do homem com o espaço se dá em dois níveis: o metabólico e o perceptivo. Os dois estão indissolivelmente conectados, sendo o nível metabólico a base material da consciência (FITCH, 1976, p. 2). O conforto humano é de fundamental importância para o usuário de qualquer espaço arquitetônico. Mais do que isto, é condição indispensável para que a fruição estética possa se manifestar em sua total intensidade. Não seria prejudicada a apreciação de um filme em um cinema que tivesse com o sistema de ar condicionado sem funcionar? Por outro lado, um ambiente apenas confortável não satisfaz todas as necessidades humanas.

A retomada dos princípios arquitetônicos que procuram integrar a cidade e o edifício no meio ambiente onde encontram-se inseridos, passou a ter um destaque especial nos meios de comunicação especializados em arquitetura e urbanismo (periódicos, livros, seminários, etc.) com reflexos na produção arquitetônica vigente.

As inquietações bioclimáticas e a preocupação em propiciar uma otimização da relação homem-clima crescem em sua difusão aproveitando-se da crise energética mundial, do esvaziamento dos princípios da arquitetura pós-moderna e da falência do *International Style* (que pregava a universalização da arquitetura, não importando em que local do planeta o edifício se localizasse). A preocupação com a sustentabilidade ambiental parece ser a bola da vez que está presente em vários setores da atividade humana, incluindo a construção civil.

O desenvolvimento de uma arquitetura mais sustentável, aliando conhecimentos vernáculos às avançadas tecnologias disponíveis encantou e ainda encanta, uma boa parte dos arquitetos pelo potencial, ainda pouco explorado, que esse tipo de concepção encerra em seu bojo.



Aqui o conhecimento dos homens, de suas necessidades fisiológicas e culturais, passa a ter relevância dentre os condicionantes principais do partido arquitetônico.

Ao mesmo tempo, o conforto ergométrico passa igualmente a ser considerado como fundamental, em particular no que se refere à adequação das dimensões dos componentes arquitetônicos e suas relações com os usuários locais. Também aqui as dimensões “universais” do Modulor de Le Corbusier não se apresentam mais como válidas. Vive-se a época da adaptação do edifício ao seu entorno ambiental e ao homem que o utilizará. E não mais da natureza e do homem ao edifício.

Entretanto, o radicalismo natural que toda tendência emergente encarna, é responsável, em boa parte, pelas distorções que já se fazem notar em algumas obras arquitetônicas classificadas como sustentáveis. Aqui as melhores formas são aquelas que dão melhor rendimento energético. As melhores aberturas são aquelas que captam melhor os elementos do clima para otimizar o desempenho térmico e luminoso da edificação. A beleza plástica e o desfrutar de uma bela vista passam a ser encarados como “frescuras estéticas”.

Certa vez, conheci um indivíduo que “morava” num cubículo de aproximadamente dez metros quadrados. Esse sujeito possuía um aparelho de som de boa qualidade e grande potência (sei disso porque o som que ele produzia acordava a vizinhança todos os sábados às sete horas da manhã), e de uma discoteca razoável em termos quantitativos. Nos fins de semana, passava o dia ouvindo música, cantando e tomando umas e outras com os amigos do cortiço onde morava. O que levaria esse homem a comprar discos e um equipamento de som tão caro quando lhe faltavam tantas outras coisas “mais importantes”? O que nos leva a cometer a “loucura” de comprar uma pintura caríssima? Ou de varar a noite lendo um livro apaixonante “na hora de dormir”? Ou o que leva milhões de pessoas a ouvirem música, lerem livros, irem ao cinema e ao teatro? Certamente são as “frescuras estéticas”.

A procura de uma arquitetura realmente adaptada ao homem deverá observar que, embora os princípios e diretrizes sugeridos pela tectônica possam se refletir em edifícios interessantes ou, ainda, que os conceitos de sustentabilidade sejam bases fundamentais para sobrevivência

do ser humano na Terra, estas não esgotam as necessidades humanas. Vão mais além. O ser humano precisa sonhar, ter fantasias, sentir prazer. Precisa conversar com o universo, se relacionar intensamente com ele. O homem tem medos e paixões, sente alegrias e tristezas. Sente saudade e ternura, se emociona. O ser do homem vai mais além. Vai de encontro à arte e ao espaço da poesia. Procura a poesia do espaço.

#### 4 POESIA, IMAGINAÇÃO E SIMBOLISMO

Na poesia a loucura é sadia. O compositor Paulo Vanzolin pôde dizer, através das palavras de uma de suas músicas, que “andou sobre as águas como S. Pedro, e como Pôncio Pilatos foi aos ares sem medo”, sem precisar explicar que não estava louco. Ao contrário, muito sadio, compreendia a forma de se comunicar poética e simbolicamente com seus ouvintes. Salvador Dali pintou quadros de onde saiam membros humanos e este delírio foi compreendido, através de mecanismos simbólicos, por aqueles que tiveram o prazer de observar essas imagens. A psicanálise reconhece que:

...também no exercício da arte uma atividade encaminhada a mitigação de desejos insatisfeitos, e isso, tanto no artista criador como logo no espectador da obra de arte. As forças impulsoras da arte são aqueles mesmos conflitos que conduzem outros indivíduos à neurose e fizeram com que a sociedade fosse levada a criar suas instituições (FREUD, 1973, p. 1864).

Ainda segundo Freud (1973, p. 1865), “o artista busca, em primeiro lugar, a sua própria liberação e consegue comunicando sua obra àqueles que sofrem a insatisfação de desejos iguais”. Isto caracterizaria o que ele chamou de transjetividade, ou seja, a subjetividade de uma pessoa tocando a subjetividade de outra. A teoria psicanalítica sustenta que a arte constitui um domínio intermediário entre a realidade, que nega a satisfação de nossos desejos mais íntimos, e o mundo da fantasia (imaginário), que nos proporciona a satisfação desses desejos (FREUD, 1973, p. 1865). Como uma cultura é formada, entre outras coisas, por instituições que se relacionam com os desejos reprimidos de uma determinada sociedade, é fácil compreender porque indivíduos que partilham culturas similares possam se identificar melhor a nível artístico.

Para que haja uma perfeita percepção poética, o sujeito precisa se desvencilhar, nem que seja por um instante, da objetividade racional com a qual costuma tudo compreender. “Num único verso,

ou pintura, tanto psiquismo poderá se transferir a um objeto, que um leitor preso a objetividade, verá nele não mais que uma alucinação: “A porta me pressente, ela hesita” (BACHELLARD, 1974, p. 500). A arte enquadrada dentro da estética formal pode dar a sensação de equilíbrio, de ordem, de bom comportamento, sem despertar, no entanto, nenhuma emoção nem tampouco possuir carga poética alguma. Segundo Bachelard (1974, p. 334), a imagem poética é um súbito relevo do psiquismo. E a poesia “é um compromisso da alma, e, em sua função maior, nos faz reviver a situação dos sonhos”.

A imaginação é o passaporte para os sonhos. Através dela entra-se e sai-se de todo e qualquer delírio que a oportunidade sugerir. É por natureza, o lugar da criação e a fonte da poesia, embora não seja ela mesma. É através do imaginário que as coisas se revestem de sentido (BACHELLARD, 1974).

Um único objeto poderá ter várias significações em si mesmo. Os gregos acreditavam que a beleza de uma escultura estava na própria escultura, sendo fruto de suas proporções, materiais, texturas, etc. Não é difícil perceber, no entanto, que vários indivíduos poderão entender significações diferentes em um mesmo objeto. Nesta ótica, pode-se concluir que o que daria significado às coisas seria o sujeito e não mais o objeto em si. A centralidade, neste último caso, estaria localizada no sujeito. No entanto, um mesmo sujeito poderá observar e sentir um mesmo objeto de formas as mais variadas possíveis, dependendo da relação que se dê entre ambos. A relação de um homem com sua casa é o que revestirá de sentido os espaços que ele habita. “A casa e o universo não são simplesmente dois espaços justapostos. No reino do imaginado transcende o espaço geométrico. As experiências de vida são referências constantes” e “todo um passado vem viver, pelo sonho, numa casa nova” (BACHELLARD, 1974, p. 358).

A imaginação se constitui no mecanismo mental através da qual o ser humano dá vazão aos seus desejos reprimidos. Os sonhos e devaneios (mesmo os poéticos) parecem ter origem na imaginação. São mecanismos de compensação das frustrações a que os indivíduos são submetidos, e que usufruem da imaginação em todo o seu potencial criativo. Para a imaginação não existem limites. Um sujeito negro pode aparecer loiro e um anão pode atingir dois metros de altura. Um filho

pode matar o pai e se casar com a própria mãe. Um pobre pode se tornar milionário e uma pessoa rica se encontrar mendigando na porta de sua própria empresa. Pode sentir, pelo mesmo mecanismo, a carícia do vento nos cabelos e beijo quente do sol na pele. O poeta é alado. A ele as leis não se aplicam. Pode ser serpente e ser fruto, mudar de forma e de cor, mudar de cheiro e sabor. O poeta mergulha na fantasia, flutua na poesia. O poeta é:

A ave que voa nua  
Sob a tênue luz do luar,  
Calmamente, voa e flutua  
Pelo simples prazer de voar.

(AUTOR, 2005)

As vivências são marcas indeléveis que se fazem presentes na relação das pessoas com os espaços que habitam. Elas se manifestam através do imaginário delas e dos símbolos por elas criados. Encarando-se o símbolo como elo intermediário entre a imaginação e a realidade não é difícil perceber que nele se operam “associações psicológicas, psicanalíticas e poéticas” com a consequente transposição para objetos, de sentimentos humanos. Sendo o símbolo fruto do sentimento adquirido através da relação do sujeito com o objeto, vê-se que ele transcende o objeto. Neste particular é curioso se observar que um mesmo espaço pode adquirir caracteres opostos, dialéticos. Bachelard (1974, p. 395) cita o exemplo da choupana (simbolizando o simples, o rústico) e do castelo (representando o complexo, o refinado), como desejos opostos coexistentes dentro de cada sujeito e pergunta: “Quem de nós não tem suas horas de choupana e suas horas de palácio?”

O papel dos elementos simbólicos na relação do homem com o mundo foi explorado por Carl Gustav Jung (1964). O resultado desse trabalho está condensado num livro organizado por Jung, com a participação de vários colaboradores. A publicação, intitulada “O Homem e Seus Símbolos” (JUNG, 1964), inclui um capítulo sobre o simbolismo nas artes plásticas, de autoria de Aniela Jaffé, onde consta que durante vários períodos da história, a “mandala”, elemento gráfico com grande carga simbólica, serviu de base para a construção de edifícios e para o traçado do desenho urbano de várias cidades.

O pintor Paul Klee observou que um “objeto pode expandir-se além dos limites de sua aparência pelo conhecimento que temos de que ele significa mais do que o vemos exteriormente, com nossos



olhos" (*apud* JUNG, 1964, p. 254) e Jean Bazaine afirmava que "um objeto desperta o nosso amor simplesmente porque parece ser portador de forças maiores que ele mesmo" (*apud* JUNG, 1964, p. 254). A partir dessas afirmativas, Jung (1964, p. 254) observa que o "espírito que se encontra animando as obras de arte, nada mais é que nosso inconsciente", uma vez que o ser humano tende a preencher o inexplicável e o imponderável com o seu inconsciente.

A carga simbólica passa a ser mais intensa quando a imaginação flutua, solta nos devaneios, até alçar voo rumo à poesia. Embora o passado e as experiências individuais possam ser as mais diversas possíveis é no canal poético que elas se fundam e se identificam como sensações universais (quem sabe?), acima das culturas e da razão. A "imagem poética" é o ponto crucial do efeito que a poesia produz. Não importa o sujeito nem o objeto em si, mas a imagem resultante da relação entre ambos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE POESIA E ARQUITETURA

Pelo acima exposto, percebe-se que a poesia utiliza o simbolismo, ou seja, a identificação e/ou transposição de sentimentos para objetos para, através da imaginação, carregar de valor emocional as relações que se dão entre os indivíduos e o mundo no qual se encontra inserido, criando uma imagem poética. Portanto, na relação do homem com os espaços que utiliza para morar, trabalhar, se divertir e sonhar, a carga simbólica estará sempre presente. Tanto no sentido das coisas que lhe dão prazer como das que lhe causam desprazer. São comuns observações do tipo "não sei o que tem esse lugar que me perturba tanto". Ou ainda, "gosto muito desse canto da sala".

A teoria psicanalítica considera que a casa possui um simbolismo de útero. É o abrigo que nos protege, nos dá segurança tanto física como psicológica. De certa forma, os outros edifícios também possuem esse símbolo de abrigo embora de forma menos intensa. Muitas vezes, os arquitetos não compreendem porque algumas pessoas querem suas casas "excessivamente" seguras, com espessas esquadrias, grades enormes e paredes reforçadas. Não compreendem como uma simples goteira pode despertar sentimentos de vulnerabilidade e de insegurança significativos, nem como um pergolado pode suscitar imagens de integração entre o homem e a natureza. Essas seriam necessidades simbólicas

de ordem psicológica. No entanto, mais que abrigo físico e psicológico, a arquitetura precisa ser o abrigo dos sonhos; o espaço onde o devaneio encontra lugar para existir, onde a imagem poética pode se fazer plena. Onde a estrutura física do edifício e a da cidade possam conversar, ser cúmplices de seus habitantes, intermediados pelo fato poético. Só aí a obra deixará de ser construção para atingir o estágio de arquitetura. A matéria inerte canta e se insinua aos usuários dos espaços arquitetônicos, ora sensuais, ora feéricos, às vezes místicos, às vezes monumentais.

Gaston Bachelard (1974, p. 395) observou que "a casa natal, mais que um protótipo de casa, é um corpo de sonhos. Cada um desses redutos foi um abrigo de sonhos. E o abrigo muitas vezes particularizou o sonho. Nela aprendemos hábitos de devaneios particulares". Para ele, "a casa, o quarto, o sótão em que estivemos sozinhos, dão os quadros para um devaneio interminável, para um devaneio que só a poesia poderia, por uma obra, acabar, perfazer. Se damos a todos esses refinamentos a função de sonhos, podemos dizer que existe para cada um de nós uma casa onírica", e lembra que "é necessário mostrar que a casa é um dos maiores poderes de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos". Pode-se refletir sobre a imagem poética que em nós desperta caminhos. As imagens suscitadas pelos caminhos estreitos e tortuosos são completamente diferentes daquelas proporcionados pelas largas avenidas. Os caminhos diariamente percorridos que aos poucos vão se modificando; onde a cada dia uma construção pesada esmaga uma árvore e recorta um pedaço do céu.

As envasaduras também possuem uma carga simbólica grande. Não seriam as janelas, os olhos da construção? Através delas vê-se o mundo, aprecia-se o percurso da lua, recebem-se os raios de sol em períodos úmidos. Pode-se cerrá-las quando se deseja usufruir de momentos íntimos. Ao despertar, abrem-se as "janelas" para ver a luz da manhã. Como nas palavras do poeta, pode-se conceber:

A arquitetura como construir portas,  
de abrir; ou como construir o aberto;  
construir, não como ilhar e prender,  
nem construir como fechar secretos;  
construir portas abertas, em portas;  
casas exclusivamente portas e tetos.  
O arquiteto: o que abre para o homem  
(tudo se sanearia desde casas abertas)  
portas por-onde, jamais portas-contra;  
por onde, livres: ar, luz, razão certa.

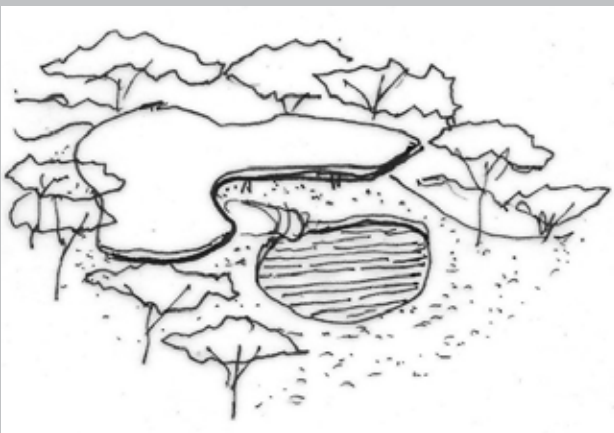
(MELO NETO, 1985)

As diferentes formas afetam os indivíduos de forma diferente. A curva parece ser emocional e quente, aconchegante e sensual. O ângulo agudo sugere agressividade, frieza, racionalidade, incisão. A reta induz a sentimentos de serenidade e precisão, de firmeza e determinação. Entretanto, esses elementos, isoladamente, não

passam de repertórios que só adquirem sentido quando constituintes de uma linguagem maior (ver Figuras 8 e 9). Uma linguagem simbólica capaz de transmitir uma imagem onírica: a poesia arquitetônica, importantíssima, e, apesar disso, relegada a um plano secundário pela maioria dos arquitetos.

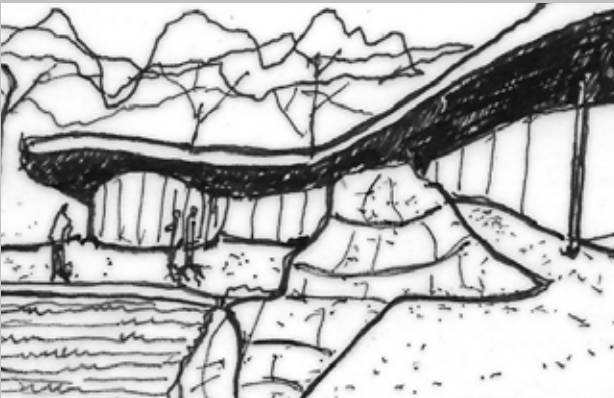
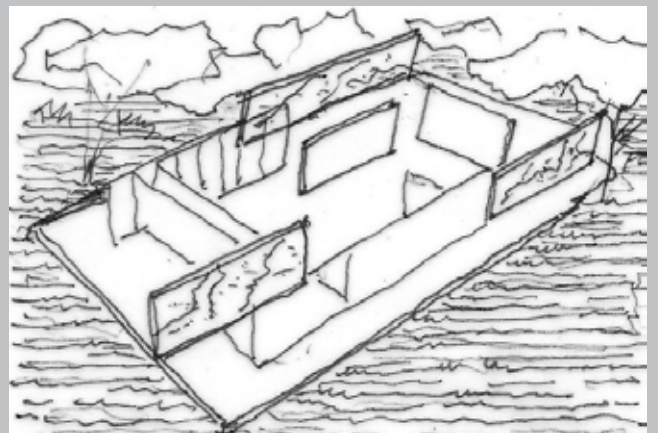
### CASA DE CANOAS - Oscar Niemeyer

Figura 8. Casa de Canoas, predominância de formas curvas.

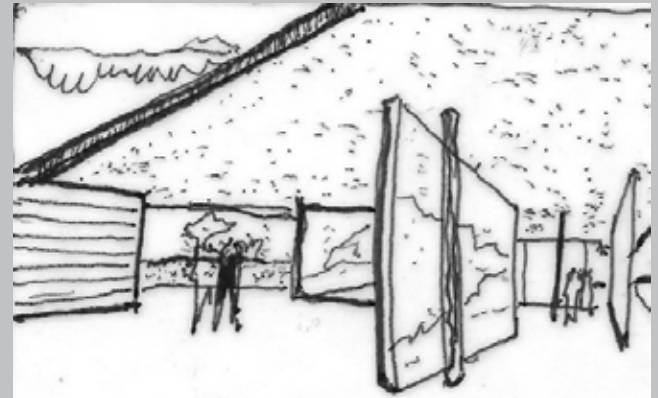


### CASA BARCELONA - Mies van der Roë

Figura 9. Casa Barcelona, predominância de linhas retas



Fonte: AUTOR, 2016



Fonte: AUTOR, 2016

No entanto, há que se estar sempre atento para as advertências lançadas por James Fitch, enfatizadas no início deste texto: é de fundamental importância encarar o fenômeno arquitetônico dentro de sua multidimensional totalidade, da qual a arte e a poesia são importantes elementos.

Aqui procurou-se caminhar a partir de uma base material rumo a importância da inclusão da necessidade poética dentre as principais condicionantes do partido arquitetônico. Como as condicionantes da área física da arquitetura já se encontram bem trabalhadas, optou-se por explorar mais a fundo alguns aspectos subjetivos e imateriais da arquitetura.

Por tudo que foi exposto nas páginas anteriores, acredita-se ser fundamental que os espaços arquitetônicos despertem em nós a poesia latente que todos temos e que em nome de uma cultura “científica” e racional permanece reprimida. A reflexão sobre a produção do espaço arquitetônico buscando atingir o homem em sua totalidade, pode crescer no sentido de se construir uma arquitetura mais próxima das íntimas necessidades humanas e mais distante de modismos superficiais

e passageiros. Poderá, então, ser fartamente diferenciada como são as pessoas, sem as rédeas de princípios reguladores e normas pré-estabelecidas.

Pretendeu-se, com este texto, apenas lançar uma semente (provocativa, com certeza), sem esquecer que dentro de toda semente existe uma flor, que espera, sem pressa, que a semente germine, que a planta amadureça, até que surja o momento de exhibir sua delicada beleza.

## 6 REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Rio de Janeiro, Ed. Abril Cultural, Coleção: Os Pensadores, 1974, p. 451.

BITTENCOURT, Leonardo. Meu, seu ou dele? O desejo no projeto de Arquitetura. In *A casa nossa de cada dia*. Luiz Amorim e Lúcia Leitão Eds., Recife: EDUFPE, 2002.

FITCH, James Marston. *American building. The environmental forces that shapes it*. New York, Shocken Books, 1976, 2ª ed. p. 1.

FREUD, Sigmund. *Multiple interés em psicanálisis*. Madrid, Editorial Biblioteca Nueva, 1973, 3ª ed. p. 1864 e 1865.

JUNG, Carl Gustav. *O homem e seus símbolos* – Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1964, 7ª ed. p. 254.

MELO NETO, João Cabral de. Fábula de um arquiteto. *Os melhores poemas de João Cabral de Melo Neto*. São Paulo, Global Editora e Distribuidora Ltda. 1985, 4ª ed. p. 189

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

# NOTAS SOBRE A EXPERIÊNCIA (E O APRENDER) DA ARQUITETURA

NOTES ON EXPERIENCE (AND LEARN) ARCHITECTURE

## ORTEGA, ARTUR RENATO

Professor Doutor, Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Paraná. e-mail: artur.ortega@hotmail.com

### RESUMO

A relação entre a percepção – entendida como experiência – e a apreensão do espaço é um tema recorrente na arquitetura, em diversos momentos de maneira exemplar, em especial quando trata do que e do como apreender os diversos componentes dessa relação. Neste texto pretendemos abordar algumas ideias, por meio de alguns autores escolhidos, sobre os nossos dias atuais, onde a correria toma praticamente todo o nosso tempo. Deixamos de apreender muito das coisas que estão ao nosso redor e, conseqüentemente, de aprender sobre arquitetura.

PALAVRAS-CHAVE: percepção; experiência; arquitetura.

### ABSTRACT

*The relationship between the perception – understood as experience – and the apprehension of space is a recurring theme in the architecture, in several moments of exemplary manner, particularly when this is what and how to learn the various components of this relationship. In this text we want to address some ideas, through some authors chosen, on our present day, where the run takes our time. We learn a lot of things that are around us and, consequently, to learn about architecture.*

KEY-WORDS: perception; experience; architecture.

## 1 INTRODUÇÃO

Se o mundo estivesse em paz  
- se pudéssemos olhar para ele com vagar -  
as imagens teriam tempo (PEIXOTO, 2004, p. 214).

No momento em que nos situamos em um espaço, desenvolvemos uma série de mecanismos fisiológicos e psicológicos que nos permitem captar esse entorno e ter uma ideia de como é esse lugar, do que podemos encontrar e fazer nele. As sensações recebidas são transformadas em conteúdo e significado que nos faz reconhecer, comparar e explorar o espaço, bem como experimentar sensações ou emoções. Em suma, se trata de obtermos uma experiência ambiental.

Ao atravessar o espaço de uma cidade, nos movemos por uma rede de perspectivas sobrepostas em movimento. A medida que nosso corpo avança, se abrem e fecham as vistas, as perspectivas palpitam. O brusco movimento de objetos, muros e edifícios, distantes e próximos, revela uma paisagem cambiante, [...] O passeio suscita uma grande quantidade de experiências espontâneas que se entrelaçam no espaço urbano. Nos complexos espaços da cidade moderna, os edifícios não são tanto objetos como visões parciais que formam um contínuo em perspectiva (HOLL, 1997, p. 12).

Vivemos, assim, a experiência do espaço. A palavra experiência deriva do termo em latim “experientia”, cujo significado “experiente” está relacionado a uma habilidade, a uma prática do indivíduo. Desde

a antiguidade, entretanto, novos conceitos tem se agregado a esta palavra que, em tempos atuais vem a ser chamada de ‘vivência’, isto é, o conjunto de sentimentos, afetos, emoções, etc., que um indivíduo experimenta e que se vão acumulando em sua memória (MORA, 1998).

O que é, pois, a experiência do espaço? Como e o que aprender sobre a arquitetura com a experiência ou vivência espacial? É o que procuraremos discutir nesse texto.

## 2 A EXPERIÊNCIA DA ARQUITETURA

Todos nós vivemos a arquitetura, como confirma Zumthor (2009), mesmo antes de sequer conhecermos a palavra arquitetura.

As raízes do nosso conhecimento arquitetônico encontram-se nas nossas primeiras vivências: o nosso quarto, a nossa casa, a nossa rua, a nossa aldeia, a nossa paisagem – cedo as experimentamos de forma inconsciente, e mais tarde as comparamos com as paisagens, cidades e casas que se vieram juntar. As raízes do nosso entendimento arquitetônico encontram-se na nossa infância, na nossa juventude: encontram-se na nossa biografia (ZUMTHOR, 2009, p. 65).

Essa dimensão do conhecimento vivencial e sensível foi tratada por Merleau-Ponty (1957), em seu conceito de sentido, como sendo

uma dimensão intelectual que comporta um conhecimento do mundo ao mesmo tempo anterior e posterior ao ato de sua função. No próprio ato da percepção, explica Merleau-Ponty (1957), atua uma filosofia, uma forma de entender o mundo, de maneira que pode oscilar, e que não é única e nem válida para sempre.

Merleau-Ponty nos apresenta um vasto estudo sobre o conhecimento sensível, que antecede o saber reflexivo; diz respeito à teoria do conhecimento vivencial, que pretende dar conta daquela dimensão anterior ao saber reflexivo, mas que nem por isso deixa de ser uma maneira de o ser humano conhecer e dar um significado à sua existência. Neste sentido, a ideia do saber moderno, de valorizar apenas o raciocínio lógico-conceitual é colocada em questão. Aqui são valorizados os saberes construídos através dos nossos sentidos, cujo aguçamento se dá pela nossa relação primordial com o mundo.

É este conjunto de sentimentos, afetos e emoções que uma pessoa pode agregar a sua vida a partir da vivência em um espaço que nos interessa. Entretanto, o público em geral tem interesse por pintura e música, por escultura e literatura, mas não por arquitetura, sentenciava já Bruno Zevi em seu livro "Saber ver a Arquitetura". Embora Zevi (1996) tratasse do desinteresse pela arquitetura por acreditar na falta de um método capaz de instruir o usuário a entender a essência da arquitetura, podemos entender tal atitude por outro viés, o de Otília Arantes em seu artigo "Arquitetura Simulada", ao descrever que normalmente ninguém presta atenção na arquitetura de um edifício. Qualquer pessoa reconhece a paisagem próxima em que vive e com a qual se relaciona pela força do hábito; porém o mais próximo se transforma no mais distante tão logo se trate de descrevê-lo com alguma fidelidade (ARANTES, 1988). Walter Benjamin foi, provavelmente, o primeiro a explicitar as consequências desse fenômeno de desatenção da arquitetura em seu ensaio mais famoso "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica" de 1936. Ele explica que essa nossa relação desatenta com a arquitetura está presa ao fato de que ela sempre foi uma arte de massa. Para as massas, diferentemente do conhecedor que se relaciona com a obra de arte como objeto de devoção, trata-se apenas de diversão.

A distração e o recolhimento representam um contraste que pode ser assim formulado: quem se recolhe diante de uma obra de arte mergulha dentro dela e nela se dissolve, como ocorreu com um pintor chinês, segundo

a lenda, ao terminar seu quadro. A massa distraída, pelo contrário, faz a obra de arte mergulhar em si, envolve-se com o ritmo de suas vagas, absorve-a em seu fluxo." (BENJAMIN, 1996, p. 193).

Ao fazer a obra de arte mergulhar em si, não conseguimos percebê-la em sua totalidade. A arquitetura é o exemplo mais evidente disso, já que sua apreciação acontece de modo coletivo e na forma da distração. As construções ficam expostas e podem ser utilizadas e apreciadas por todos. Benjamin nos recorda ainda que a arquitetura é a mais antiga dentre as artes que se dão de acordo com o sentido da dispersão, pois nossa relação com ela sempre foi, em primeiro lugar, utilitária – devido a necessidade básica de nos abrigarmos – e só em um segundo momento contemplativa. Por causa disso não é necessário grande concentração para "perceber" um edifício, pois ele está mais ligado à recepção tátil, através do hábito, que a recepção ótica, através da contemplação.

Os edifícios comportam uma dupla forma de recepção: pelo uso e pela percepção. Em outras palavras: por meios táteis e óticos. Não podemos compreender a especificidade dessa recepção se a imaginarmos segundo o modelo do *recolhimento*, atitude habitual do viajante diante dos edifícios célebres. Pois não existe nada na recepção tátil que corresponda ao que a contemplação representa na recepção ótica. A recepção tátil se efetua menos pela atenção do que pelo hábito (BENJAMIN, 1996, p. 193).

Todavia, Benjamin nos alerta que também o distraído pode habituar-se. Pois se quando distraídos realizamos certas tarefas é porque a sua realização se tornou para nós um hábito. Mas, as vivências demasiadas, efêmeras, fugazes e, principalmente, desmemoriadas não constituem experiências autênticas. O que seria, então, experiência?

Concordamos com as ideias do filósofo de que a experiência só é válida e significativa se acrescentar algo à nossa existência. A experiência, em todos os seus sentidos, teria a capacidade de redimensionar as nossas vidas, apreciando-a mais lentamente. Requer, para isso, desacelerarmos a velocidade do ritmo em que vivemos para nos percebermos como parte da paisagem.

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço (LARROSA, 2002, p. 24).



Se retomarmos a afirmativa de Arantes, de que se as pessoas tiverem que descrever com alguma fidelidade o local onde vivem, estes se tornam *distantes*, encontraremos, também, em Walter Benjamin as explicações para tal fato. As duas ações envolvidas acima: a de narrar e a de experimentar são interdependentes, pois para Benjamin a narrativa é uma forma de expressar a experiência.

Portanto, descrever algo ou descrever algo com certa fidelidade deveria ser um ato simples e não uma dificuldade. Benjamin, contudo, expôs essa problemática em seu ensaio "O Narrador" (*Der Erzähler*) de 1936, ao tratar, justamente, da decadência da arte de narrar como expressão direta da pobreza da experiência. É importante lembrar que o filósofo escreveu esse texto logo após a primeira Grande Guerra, considerando este acontecimento como representativo da perda da experiência. Observou que os sobreviventes que retornaram das trincheiras voltaram mudos, pois aquilo que vivenciaram não podia mais ser assimilado por palavras.

Entretanto, no cenário das grandes metrópoles modernas não existe mais, ou pelo menos com frequência, quem conte, nem quem ouça histórias cujo objetivo seja ensinar algo. Em tempos onde prevalece o imediatismo, onde se exige brevidade não tem mais sentido aprendermos coisas *de ouvido* como outrora.

Para Benjamin, identificar um narrador nato – o que ficou raro – é reconhecê-lo como aquela pessoa que tem o dom de dar conselhos. Conselhos para assuntos de interesse prático, aqueles capazes de dar instruções, que transmitem ensinamentos morais ou ditar normas práticas de vida. O que é transmitido é sabedoria advinda de experiência – substância vívida. O que se conta tem um sentido fácil, claro e acessível e fascina, exatamente, pela simplicidade.

Por saber dar conselhos, o narrador é para Benjamin, a síntese entre o mestre e o sábio. É aquele que recorre à própria vida como experiência para transmitir ensinamentos. Benjamin anunciou que tanto a experiência como o narrador estavam em vias de acabar porque o território que habitavam, onde o ritmo e tempo tinham outra conotação, não existe mais. Em tempos atuais esta situação só tende a acelerar. Vivemos da pressa e do imediatismo. Os meios de informação se preocupam em veicular fatos acompanhados por explicações, visando a uma verificação imediata. O excesso de informações com que nos confrontamos não deixa espaço para

a experiência. Quanto mais informados somos, menos coisas nos acontecem.

Larrosa também destaca, nos tempos em que vivemos, esses – entre outros – fatores como causadores da falta de experiência. Em primeiro lugar aponta o excesso de informação, pois, informações não são experiências.

[...] E mais, a informação não deixa lugar para a experiência, ela é quase o contrário da experiência, quase uma anti-experiência. Por isso a ênfase contemporânea na informação, em estar informados, e toda a retórica destinada a constituir-nos como sujeitos informantes e informados; a informação não faz outra coisa que cancelar nossas possibilidades de experiência. O sujeito da informação sabe muitas coisas, passa seu tempo buscando informação, o que mais o preocupa é não ter bastante informação; cada vez sabe mais, cada vez está melhor informado, porém com essa obsessão pela informação e pelo saber (mas saber não no sentido de "sabedoria", mas no sentido de "estar informado") o que consegue é que nada lhe aconteça (LARROSA, 2002, p. 21).

O segundo é o do excesso de opinião, pois:

O sujeito moderno é um sujeito informado que, além disso, opina. É alguém que tem uma opinião supostamente pessoal e supostamente própria e, às vezes, supostamente crítica sobre tudo o que se passa, sobre tudo aquilo de que tem informação. Para nós, a opinião como a informação se converteu em um imperativo. Nós, em nossa arrogância, passamos a vida opinando sobre qualquer coisa sobre que nos sentimos informados. E se alguém não tem opinião, se não tem uma posição própria sobre o que se passa, se não tem um julgamento preparado sobre qualquer coisa que se lhe apresenta, sente-se em falso, como se lhe faltasse algo essencial. E pensa que tem que ter uma opinião. Depois da informação, vem a opinião. No entanto, a obsessão pela opinião também anula nossas possibilidades de experiência, também faz com que nada nos aconteça (LARROSA, 2002, p. 22).

Um terceiro fator destacado é a falta de tempo.

Tudo o que se passa, passa demasiadamente depressa, cada vez mais depressa. E com isso se reduz o estímulo fugaz e instantâneo, imediatamente substituído por outro estímulo ou por outra excitação igualmente fugaz e efêmera. O acontecimento nos é dado na forma de shock, do choque, do estímulo, da sensação pura, na forma da vivência instantânea, pontual e fragmentada. A velocidade com que nos são dados os acontecimentos e a obsessão pela novidade, pelo novo, que caracteriza o mundo moderno, impedem a conexão significativa entre acontecimentos. Impedem também a memória, já que cada acontecimento é imediatamente substituído por outro que igualmente nos excita por um momento, mas sem deixar qualquer vestígio. O sujeito moderno não só está informado e opina, mas também é um consumidor voraz e insaciável de notícias, de novidades, um curioso impenitente, eternamente insatisfeito. Quer estar permanentemente excitado e já se tornou incapaz de silêncio. Ao sujeito do estímulo, da vivência pontual, tudo o atravessa, tudo o excita, tudo o agita, tudo o choca, mas nada lhe acontece (LARROSA, 2002, p. 23).

Por fim, Larrosa indica o excesso de trabalho, frisando que muitas vezes as pessoas confundem experiência com trabalho:

Existe um clichê segundo o qual nos livros e nos centros de ensino se aprende a teoria, o saber que vem dos livros e das palavras, e no trabalho se adquire a experiência, o saber que vem do fazer ou da prática, como se diz atualmente. Quando se redige o currículo, distingue-se formação acadêmica e experiência de trabalho. [...] Minha tese não é somente porque a experiência não tem nada a ver com o trabalho, mas, ainda mais fortemente, que o trabalho, essa modalidade de relação com as pessoas, com as palavras e com as coisas que chamamos trabalho, é também inimiga mortal da experiência (LARROSA, 2002, p. 23).

A impressão geral é que esses fatores se multiplicam a cada avanço tecnológico. Para experimentarmos as coisas nas suas verdades e com paixão é bem provável que tenhamos mesmo que desacelerar o ritmo. No que se refere à experiência dos espaços talvez a idéia seja reencontrarmos essa arquitetura na qual se filtram a luz, o frescor do amanhecer, o enquadramento de uma paisagem, as sombras de uma tarde de verão, o aconchego de um canto mais quente. Recordemos que a arquitetura, como descreve Rossi (1982) é um instrumento que permite a um fato ocorrer.

A arquitetura dissolvida nesses momentos e lembranças só pode ser recuperada mediante a narrativa. É na descrição de edifícios, ou melhor, da vivência em espaços que também aprendemos arquitetura, quase como conselhos, como nos dá o arquiteto Peter Zumthor (2009, p. 7):

Outras imagens têm a ver com a minha infância. Lembrome desse tempo em que vivia a arquitetura sem pensar sobre isso. Ainda consigo sentir na minha mão a maçaneta do portão, esta peça de metal moldada como as costas de uma colher. Tocava nela quando entrava no jardim da minha tia. Esta maçaneta ainda hoje me parece um sinal especial de entrada num mundo de ambientes e cheiros diversos. Recordo o barulho do seixo sob os meus pés, o brilho suave da madeira de carvalho encerado nas escadas, o içõ a porta de entrada pesada cair no trinco, corro ao longo do corredor sombrio e entro na cozinha, o único lugar realmente iluminado nesta casa. Apenas esta sala, assim me parece hoje, tinha um tecto que não desaparecia na penumbra; e as pequenas peças hexagonais do chão, de uma encarnado escuro e com juntas bem preenchidas, opõem-se aos meus passos com uma dureza implacável. Do armário da cozinha irradia este estranho cheiro de tinta de óleo. Tudo nesta cozinha era como nas cozinhas tradicionais costumava ser. Não havia nada de especial nela. Mas talvez esteja tão presente na minha memória como síntese de uma cozinha precisamente por ser de uma forma quase natural apenas cozinha. A atmosfera desta sala associou-se para sempre à minha imagem de cozinha.

Nessas experiências memoráveis da arquitetura, o espaço, a matéria e o tempo se fundem em uma única dimensão que molda nossa consciência. Nos identificamos com esses espaços, com esses lugares,

com esses momentos e estas dimensões passam a fazer parte de nossa existência. A arquitetura é a arte da reconciliação, afirma Pallasmaa (2006), entre nós e o mundo e esta mediação têm lugar através dos sentidos.

Caminhando nessa direção, arquitetos como Steven Holl, Juhani Pallasmaa e Peter Zumthor nos alertam para o fato de que a arquitetura não é mais feita para os homens. Preocupados com o predomínio da imagem eminentemente visual, em detrimento do resto dos sentidos, reforçam que esta vem influenciando a forma de pensar, ensinar e criticar a arquitetura e que, conseqüentemente, as qualidades sensuais e sensoriais desapareceram das artes e da arquitetura.

Em uma entrevista à crítica de arquitetura Anatxu Zabalbeascoa o arquiteto Pallasmaa responde ao ser questionado se acreditava que a arquitetura se descuidou dos sentidos:

Em parte, porque deriva de processos econômicos e tecnológicos. Se o que procuras é um impacto imediato, a imagem visual é uma ferramenta tão potente que deixa de lado as outras possibilidades. É como um concerto de rock, no universo da Música: impacta, chega às multidões. Em muitos sentidos, a Arquitetura de hoje tenta fazer o mesmo; e isso é um erro. A arquitetura é a arte da lentidão e do silêncio (Pallasmaa, 2010).

Sobre o questionamento de que se existem responsáveis pelo fato dos edifícios serem hoje muito mais produtos visuais Pallasmaa diz que:

Isto é uma conseqüência da 'comercialização' do mundo: tudo é negócio. E também resulta da 'velocidade' do mundo: tudo tem que ser rápido e instantâneo [*a/momento*]. Ademais, há um 'excesso', de todas as coisas [*hay demasiado de todo*]. Sobretudo de 'informação'. Se quiseses angariar atenção, tens que falar alto. Isto explica o tipo de arquitetura que temos, em contraposição às Catedrais: elas contrastavam com o mundo, mas convidavam a um encontro íntimo (Pallasmaa, 2010).

Mais adiante Zabalbeascoa pergunta: "O Sr. garante que todas as coisas mais importantes da vida – sonhar, escutar música, beijar... – se faz de olhos fechados, e critica a arquitetura excessivamente iluminada pelos grandes panos de vidro de hoje em dia. Como a Arquitetura pode recuperar a intimidade?" A qual Pallasmaa rebate:

Reduzindo a escala dos edifícios. Mesmo os maiores imóveis podem conter a pequena escala. Há pouco tempo atrás, fiquei impressionado com um hospital de Ángel Fernández Alba, na Ciudad Real. Era enorme, mas tinha uma escala humana, te fazia sentir-se bem. A atitude do projetista fez com que o usuário se sinta confortável. A postura contrária seria preocupar-se em 'impressionar'. A luz é uma coisa boa mas, assim como a água, quando em excesso, aniquila. Meus olhos não suportam o excesso de luminosidade, por isso, procuro sempre a sombra. E vivo num país sombrio. Como

observou Louis Kahn, a pessoa que deseja ler um livro, procura a janela (Pallasmaa, 2010).

Na medida em que os edifícios perdem sua plasticidade e seus laços com a linguagem e sabedoria do corpo, diz Pallasmaa, se isolam no terreno frio e distante da visão.

O distanciamento da construção das realidades da matéria e do ofício convertem ainda mais as obras arquitetônicas em decorações para o olho, numa cenografia vazia de autenticidade da matéria e da construção. Tem se perdido o sentido de "aura", a autoridade da presença, o que Walter Benjamin acreditava ser uma qualidade necessária para uma autêntica obra de arte. Estes produtos de tecnologia instrumentalizada ocultam seus processos de construção, mostrando-se como aparições fantasmagóricas. O crescente uso de vidro reflectante na arquitetura reforça a sensação de ilusão, de irrealidade e de alienação. A transparência paradoxalmente opaca destes edifícios faz com que o nosso olhar rebata sem se afetar nem se comover; somos incapazes de ver ou imaginar a vida detrás dessas paredes. O espelho arquitetônico, que faz rebater nosso olhar e duplica o mundo é um dispositivo enigmático e aterrador (Pallasmaa, 2010).

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Construímos um edifício, num sentido geral, para termos um abrigo, satisfazer uma necessidade e o fazemos pensando que podemos viver melhor. Isto quer dizer, também, que queremos descobrir mais possibilidades para a vida. Nesses espaços construídos estão as situações que ocorrem ou que podem ocorrer. Como integrar isso a um projeto arquitetônico? Construir espaços que preparem os acontecimentos, que permitam ocorrer o que há de (im)previsível na vida. A criatividade, por nossa parte – arquitetos – seria promover estas ocorrências, provocando situações novas, abrindo o horizonte dos usuários (PEIXOTO, 2004).

### 4 REFERÊNCIAS

- ARANTES, Otília. *Arquitetura Simulada*. In: NOVAES, Adauto. *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 258.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III – Um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- HOLL, Steven. *Entrelazamientos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1997, P. 12.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro. N. 19, p. 20-28, jan.-abr. 2002.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. *Filosofia de la percepción*. México, D. F.: Fondo de Cultura Económica; 1957.
- MORA, José F. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- PALLASMAA, Juhani. *Los ojos de la piel*. Barcelona: Gustavo Gili, 2006.
- PALLASMAA, Juhani. A arquitetura atual não é feita para as pessoas. Entrevista concedida a Anaxu Zabalbeascoa. Disponível em: [http://www.vivercidades.org.br/publicar\\_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1115&sid=19](http://www.vivercidades.org.br/publicar_222/web/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1115&sid=19). Acesso em julho de 2010.
- PEIXOTO, Nelson B. *Paisagens Urbanas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
- ROSSI, Aldo. *La arquitectura de La ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982.
- ZEVY, Bruno. *Saber ver a Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ZUMTHOR, Peter. *Pensar a Arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili, 2009, p. 65.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo é de responsabilidade do(s) autor(es).

Para isso é necessário criarmos ambientes, espaços capazes de sugerir diversas sensações. Formas abertas suscetíveis de múltiplas interpretações. Os espaços mais cômodos para nós são aqueles em que a vida impõe menos restrições ao fluir, aqueles, portanto, que são mais ricos em significados. Isso tudo nas cidades que hoje são assim e que não o seriam sem as tecnologias e o correr do dia a dia.

Como se pode construir uma 'Arquitetura dos sentidos'?  
Pergunta por fim Zabalbeascoa a Juhani Pallasmaa:

O que deve mudar não é a tecnologia, mas o enfoque que os arquitetos utilizam para projetar. Creio que a função da Arquitetura não é a de nos alienar de uma relação sensual com o mundo, mas sim de reforçá-la, pois dela necessitamos (Pallasmaa, 2010).

Sendo assim, estas questões e outras mais surgem e nos fazem refletir como a experiência dos espaços da cidade, dos edifícios, da comunicação são temas que ainda se relevam importantes, principalmente a partir das transformações da percepção, para pensarmos sobre a nossa contemporaneidade, sobre o nosso modo, ou método, de pensar e fazer arquitetura, que nos parece, ainda, tão incerta e surpreendente como o caminhar cambaleante do *flâneur* na cidade grande:

Uma embriaguês acomete aquele que longamente vagou sem rumo pelas ruas. A cada passo, o andar ganha uma potência crescente; sempre menor se torna a sedução das lojas, dos bistrôs, das mulheres sorridentes e sempre mais irresistível o magnetismo da próxima esquina, de uma massa de folhas distantes, de um nome de rua. [...] Aquela embriaguês anamnésica em que vagueia o flâneur pela cidade não se nutre apenas daquilo que, sensorialmente, lhe atinge o olhar; com frequência também se apossa do simples saber (BENJAMIN, 1994, p. 186).

ENSINO

# HABITAÇÃO + CIDADE: DIRETRIZES PEDAGÓGICAS PARA UM MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENHO URBANO COM FOCO EM HABITAÇÃO SOCIAL

HOUSING + CITY: PEDAGOGICAL STRATEGIES FOR A MASTER IN URBAN DESIGN WITH A FOCUS ON SOCIAL HOUSING

## BRANDÃO, ZECA

PhD (AA School); Professor Associado da Universidade Federal de Pernambuco – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU); e-mail: zeca.brandao@gmail.com

### RESUMO

Impulsionado pela implementação do programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, o Brasil tem vivido um momento de intenso crescimento urbano e aceleração da sua produção habitacional. Os projetos desenvolvidos, contudo, atendem a uma demanda por construção em quantidade – produção em grande escala, rápida e eficiente – deixando a desejar na qualidade das soluções arquitetônicas e urbanísticas. Este artigo apresenta uma reflexão sobre pedagogia projetual visando a proposição de um Mestrado Profissional em Desenho Urbano, com ênfase em Habitação Social. Pretendemos, assim, contribuir para a formação de profissionais melhor qualificados para desenvolver e avaliar projetos urbanos ancorados no uso residencial.

PALAVRAS-CHAVE: habitação social; desenho urbano; workshop.

### ABSTRACT

Brazil has lived a moment of intense urban growth and acceleration of housing production, driven by the implementation of the national programme “Minha Casa, Minha Vida”. The projects developed within this programme, however, have mostly attended to a demand for construction in terms of quantity, leaving the quality of architectural and urban design far below expectation. This paper presents a discussion on design pedagogy aiming to develop a Master in Urban Design, with a focus on social housing. We intend, therefore, contribute to the formation of better qualified professionals to develop and assess urban design projects anchored in residential use.

KEY-WORDS: social housing; urban design; workshop.

## 1 INTRODUÇÃO: HABITAÇÃO SOCIAL NO BRASIL

A produção da Habitação Social no Brasil é uma temática que ainda apresenta grandes desafios. Além da descontinuidade de políticas públicas destinadas ao enfrentamento do déficit habitacional no país, as experiências empreendidas até os dias atuais expõem muitas fragilidades, especialmente no que concerne à inserção urbana destas novas unidades habitacionais.

A primeira Política Nacional de Habitação reconhecida no Brasil foi financiada pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), entre os anos de 1964 e 1986. Neste período, foram construídos cerca de 4,3 milhões de novas unidades de moradia, organizadas em conjuntos habitacionais que foram objeto de severas críticas, principalmente pelas relações entre essas estruturas e a emergência de problemas sociais graves, resultado de desastrosas inserções urbanas. Após a extinção do BNH, seguiu-se um período de duas décadas e meia de ausência de estratégias nacionais para enfrentamento do problema habitacional no país. Nesta fase, os programas habitacionais foram descentralizados, havendo uma progressiva transferência de atribuições para os Estados e Municípios.

Apenas em 2009, o problema da moradia retomou com força ao escopo federal, através do programa “Minha Casa, Minha Vida” (MCMV), lançado pelo Ministério das Cidades, em parceria com Estados, Municípios e com a Caixa Econômica Federal. Apesar do programa ter avançado no sentido de suprir as necessidades de moradia no país, observa-se, mais uma vez, que grande parte dos projetos desenvolvidos vem sendo executados sem ou com pouca articulação com as cidades onde se inserem (MARICATO, 2009; NASCIMENTO e TOSTES, 2011). O foco destes projetos é essencialmente habitacional, pautados em princípios de racionalização, padronização e repetição, negligenciando a relevância da dimensão urbana.

É grave observar, portanto, que estes projetos repetem, em grande medida, os problemas já identificados nas experiências desenvolvidas pelo BNH. Apesar de bem sucedido em termos quantitativos, apresentando uma produção sem precedentes no país, o programa deixa muito a desejar em termos qualitativos, produzindo projetos habitacionais com o nível técnico bem abaixo das expectativas. Nesse sentido, uma revisão programática do MCMV se faz



necessária, considerando principalmente as formas de produção e a qualidade dos projetos arquitetônico e urbanístico (RUBANO, 2008).

Durante o período compreendido entre o fim do BNH (1985) e o início do Programa MCMV (2009), uma série de programas locais foram implementados. Apesar desses programas não terem atingido a escala necessária para contribuir de forma efetiva com a redução do déficit habitacional no país, eles conseguiram bons resultados em termos de inserção urbana. Durante esse mesmo período, as universidades concentraram esforços na produção e sistematização do conhecimento técnico-científico referente à questão habitacional no Brasil. Tanto no desenvolvimento dos programas locais quanto na produção acadêmica, o conceito de habitação social como componente essencial na construção da cidade ocupou um papel de destaque. A conexão entre habitação e urbanismo foi a base conceitual de toda a produção prática e teórica desse período. Entretanto, inexplicavelmente esse conceito - e todo o conhecimento gerado por ele - foi desconsiderado na elaboração do Programa MCMV, que continua produzindo conjuntos habitacionais completamente desarticulados com a cidade.

Mesmo reconhecendo que num programa dessa magnitude, a qualidade do projeto depende, cada vez menos, exclusivamente do arquiteto urbanista, entendemos que o seu desempenho ainda exerce um papel fundamental nessa equação. Nesse sentido, uma das formas de contribuir com o Programa MCMV é investir na formação e capacitação de profissionais de arquitetura e urbanismo com bases teóricas legítimas, sólidas e de longo prazo, que considerem a qualidade projetual na escala edilícia e a sua integração na cidade. É nesse contexto que se insere essa proposta de elaboração de um Mestrado Profissional em Desenho Urbano, tendo como foco o tema da Habitação Social. Um curso de qualificação profissional que enfatize a importância do projeto arquitetônico e urbano e que seja diretamente voltado ao desempenho de técnicos envolvidos em habitação social, com o objetivo de prepará-los para atuar como projetista e/ou analista de projetos gerados por programas habitacionais como o MCMV.

## 2 CAPACITAÇÃO TÉCNICA: A OPÇÃO PELO MESTRADO PROFISSIONAL

Observa-se um aumento gradativo do número de Instituições de Ensino Superior que oferecem cursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Segundo

Maragno (2013), os anos 1990 marcaram o início de uma curva ascendente que persiste até os dias atuais, com mais de 460 cursos distribuídos no país<sup>(1)</sup>. Com o aumento do número de cursos de graduação, cresce também a oferta de programas de pós-graduação *lato sensu* (especializações) e *stricto sensu* (mestrados e doutorados). Entretanto, em contraposição a esta grande quantidade de cursos de graduação e pós-graduação acadêmica, constata-se uma carência de cursos de mestrado profissional (MP).

Entre os modelos de pós-graduação disponíveis no Brasil, o MP é sem dúvida o mais apropriado ao estudo de caso aqui apresentado. Segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2009), esse tipo de mestrado foi criado para “responder demandas específicas e socialmente definidas de alta qualificação profissional”, com objetivos diferentes do já consolidado mestrado acadêmico. Enquanto esse último tem como finalidade formar pesquisadores, que posteriormente fazem o doutorado e, geralmente, seguem a carreira de professor universitário, o novo modelo se propõe a preparar o profissional para um mercado de trabalho mais específico, mas sem abdicar do seu conteúdo acadêmico.

A importância em enfatizar a necessidade do MP manter o seu conteúdo acadêmico é para evitar uma interpretação equivocada e muito comum nas universidades brasileiras. Alega-se que, enquanto os mestrados acadêmicos se estruturam em conceitos teóricos e têm como propósito desenvolver o senso crítico e investigativo dos alunos, sem nem um tipo de compromisso com a aplicação imediata do conhecimento produzido; o MP se fundamenta na sistematização do conhecimento técnico e prático, tendo como único objetivo preparar o profissional para atender às necessidades do mercado de trabalho. Na verdade, acreditamos que o estudo da ação prática de forma analítica, através de uma abordagem teórica, conceitual e crítica, deve estar presente em ambas as modalidades de mestrado.

Essas considerações genéricas sobre os objetivos de cada modalidade de mestrado são pertinentes ao tema específico, sobretudo por se tratar do ensino e aprendizado de projeto. A inserção do projeto urbano na pós-graduação *stricto sensu* só faz sentido se apresentar uma proposta pedagógica projetual, onde os aspectos práticos e teóricos sejam abordados simultaneamente, e de forma equilibrada. É exatamente essa crença no aprendizado adquirido pela prática reflexiva, fundamentada em conceitos teóricos

já estabelecidos e focada no rebatimento desse conhecimento empírico na própria ação projetiva, que deve caracterizar um MP em arquitetura e urbanismo (SCHON, 1987). Caso contrário, haverá sempre uma superposição de funções, seja com a pós-graduação *lato sensu*, caso privilegie os aspectos mais práticos, ou *stricto sensu* acadêmica, se optar pela ênfase na especulação teórica.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: WORKSHOP COMO REFERÊNCIA

O ensino de arquitetura e urbanismo no Brasil - especialmente o do projeto - tem apresentado uma série de deficiências que parecem contribuir com a baixa qualidade dos espaços urbanos produzidos no país. Entre outras razões, podemos destacar a dificuldade de introduzir uma pedagogia projetual que conjugue teoria e prática, e que estimule a produção e sistematização do conhecimento gerado pela reflexão da própria prática projetiva. Para mudança desse cenário, julgamos que é preciso desenvolver novas abordagens pedagógicas referentes ao ensino e aprendizado do projeto, considerando estratégias alternativas que sejam mais coerentes com a complexidade da cidade contemporânea.

Como apontam Lara e Marques (2003), a base pedagógica dos modelos de ensino do projeto tradicionalmente aceitos nas escolas de arquitetura no Brasil tem permanecido a mesma e muito pouco esforço tem sido feito no sentido de adaptá-la às novas perspectivas de cidade. Diante da dificuldade encontrada pelos profissionais - sejam os que atuam no mercado ou no meio acadêmico - em sistematizar o conhecimento produzido através de uma prática reflexiva, a maneira de ensinar, aprender e, conseqüentemente, projetar não tem sofrido grandes transformações nas últimas décadas. Este artigo pretende argumentar que uma revisão crítica dessas abordagens de ensino na área do projeto pode atuar como um importante agente transformador da prática profissional, de modo que os arquitetos urbanistas possam enfrentar com mais competência os desafios surgidos a partir desta nova realidade.

A articulação entre o ensino do projeto e a prática profissional já foi consolidada através dos conhecidos Ateliês de Projetos. Fundamentado nas disciplinas práticas criadas ainda no século XIX pela École des Beaux-Arts, esses ateliês se propõem a reproduzir o ambiente de um escritório de arquitetura, onde os alunos supostamente aprendem o ofício de projetar por meio da própria prática projetual. Estas

disciplinas realmente assumiram grande relevância curricular nos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo e têm de fato protagonizado o processo de aprendizagem do projeto.

Nos últimos anos, no entanto, a eficácia das metodologias de ensino aplicadas nesses ateliês tem sido bastante questionada. Na grande maioria das escolas brasileiras, o conteúdo dessas disciplinas se restringe a simples simulação da prática profissional, onde é dado ao aluno um terreno e um programa fictício, e cobra-se dele a realização de um projeto. Em muitos casos, o papel do professor se limita à acompanhar o aluno, criticando o desenvolvimento de sua proposta e ajudando-o a encontrar as suas próprias soluções.

Esta postura pedagógica, como afirma Mahfuz (2009), parte do princípio, nem sempre correto, de que o aluno já traz consigo um conhecimento intuitivo adquirido antes mesmo de iniciar a sua formação profissional, e que a partir dessa base empírica ele pode aprender a projetar através da sua própria prática, devidamente supervisionada pelo seu professor-tutor. Considerando que a grande maioria dos estudantes não possuem qualquer fundamentação teórica ou prática quando começam o curso, essa estratégia só tem surtido efeito com os alunos dotados de especial talento. Por terem uma percepção espacial e estética mais apurada, esses alunos conseguem desenvolver a sua própria maneira de projetar, cabendo aos outros a frustração de se sentirem excluídos e desprovidos do talento necessário para aprender o ofício.

Essa leitura equivocada vem há décadas consolidando uma premissa perigosa e extremamente nociva à pedagogia projetual: a ideia de que projeto não se ensina, apesar de ser possível aprender. Nesse caso, o papel do professor de projeto se restringiria apenas a identificar e orientar os alunos mais talentosos a desenvolverem o seu próprio aprendizado. Sem negar a importância do talento em qualquer atividade criativa - que é sem dúvida o caso de projetar - essa premissa simplesmente anula a possibilidade, e até mesmo a necessidade, do desenvolvimento de uma pedagogia projetual. Essa postura cética diante do ensino do projeto certamente contribuiu para a estagnação da sua base pedagógica.

Além das fragilidades metodológicas encontradas no ensino do projeto, vale destacar também que essas disciplinas práticas ainda podem ser consideradas exclusividades dos cursos de graduação. Apesar da inserção desse tipo de disciplina na pós-graduação

estar sendo bastante discutida em encontros acadêmicos mais recentes - principalmente após 2003, com o surgimento dos Seminários PROJÉTAR - o ensino da prática projetual, com raras exceções, tem se restringido aos programas de graduação.

No entanto, algumas tentativas isoladas e desvinculadas da estrutura curricular estão ocorrendo, de forma cada vez mais frequente, nos programas de pós-graduação. Geralmente essas atividades são desenvolvidas no formato de workshop e consistem de, em média, duas semanas de intenso exercício projetual. Sempre em parceria com instituições acadêmicas internacionais, trabalhando com casos reais e envolvendo agentes públicos e privados relacionados com o tema, o objetivo desses workshops é expor o estudante às pressões e complexidades de um projeto urbano real.

O formato e a intensidade desta atividade acadêmica oferece um ambiente adequado para testar conceitos e estratégias projetuais de arquitetura e urbanismo, explorando o papel do desenho como uma maneira de pesquisar ao invés de apenas ilustrar propostas finalizadas. O argumento é que a produção de desenhos rápidos e intuitivos, em forma de croquis e diagramas, devidamente acompanhada de uma reflexão crítica-propositiva, pode ser um importante instrumento de investigação e pesquisa capaz de testar tanto ideias gerais com hipóteses mais específicas (H&U e MDU, 2014).

Como destacam Brandão e Brasileiro (2016), a desmistificação do desenho como manifestação de soluções precisas e definitivas, concebidas após muito trabalho e a plena compreensão contextual do estudo de caso, parece ser fundamental na pedagogia proposta por esses workshops. Por outro lado, há um reconhecimento explícito do desenho como um dos principais protagonistas da ação projetual. Na verdade, é exatamente este falso paradoxo de valorizar o desenho através da sua aparente desvalorização - não supervalorizando a sua importância - que estrutura a abordagem pedagógica desses workshops.

De certa maneira, esse modelo de workshop pode ser considerado uma espécie de ateliê intensivo de projetos. Entretanto, três características importantes o diferenciam do ateliê tradicional: ele é uma atividade multidisciplinar, colaborativa e contextual. Uma atividade multidisciplinar porque eles sempre lidam com a escala urbana, que exige uma ampla gama de conhecimentos profissionais específicos. Uma atividade colaborativa porque, além dos trabalhos serem realizados coletivamente, os workshops geralmente resultam de parcerias entre instituições acadêmicas

internacionais, fornecendo um ambiente rico para intercâmbios culturais e pedagógicos. Também é uma atividade contextual por sempre trabalharem com problemas urbanos reais, envolvendo todos os *players* relacionados ao tema e à área de estudo.

Nesse artigo, sugerimos que esse modelo de workshop seja desenvolvido e adaptado às demandas de um curso de pós-graduação *stricto sensu*. Mais especificamente, pretendemos oferecer subsídios teóricos e metodológicos para a formatação de um Mestrado Profissional em Desenho Urbano com ênfase em Habitação Social, visando capacitar técnicos envolvidos na elaboração e avaliação de projetos habitacionais gerados pelo Programa MCMV. Para testar essa possibilidade e entender melhor as implicações didáticas e práticas desse exercício acadêmico, o Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (DAU/UFPE), em parceria com a Architectural Association School of Architecture (AA School), realizou uma série de três workshops que tiveram como temática a habitação social.

#### 4 OS WORKSHOPS AA/UFPE COMO ESTUDOS DE CASO

Como apresentado nesse artigo, uma nova forma de ensino de projeto vem sendo empiricamente desenvolvida em algumas escolas de arquitetura e urbanismo. Uma pedagogia que compreende uma abordagem experimentalista, que valoriza mais o processo projetual do que o produto final. Esse modelo tem sido adotado em várias instituições internacionais de ensino, tendo como uma das experiências mais conhecidas a da Architectural Association, em Londres.

A Architectural Association Graduate School conta com mais de dez programas de pós-graduação, que exploram atividades desenvolvidas em estúdio e procuram enfatizar a criatividade e a inovação como referências para a produção projetual. Entre esses programas, um dos mais consolidados é o Housing and Urbanism Programme, que investiga questões práticas e teóricas em torno do desenho urbano e das estratégias espaciais, tendo sempre como âncora o tema da habitação social. A questão da habitação é um tema recorrente no programa, não só como reflexão crítica sobre questões referentes à identidade cultural, mas também, e principalmente, como elemento estratégico na elaboração de propostas urbanas.

Dentro da sua estrutura curricular, o programa realiza workshops na Inglaterra e no exterior onde estes

temas são abordados em situações de projetos reais, colaborando com as partes interessadas e, sempre que possível, envolvendo o poder público local. Os encontros têm duração de duas semanas e agregam alunos e professores da AA School e das instituições acadêmicas parceiras. Esta atividade tem se mostrado relevante, tanto pelas suas implicações práticas, através de interferências positivas na dinâmica urbana das áreas de estudo, quanto sob o ponto de vista didático, no desenvolvimento de uma nova pedagogia projetual.

Nos últimos anos, uma série de três destes workshops foi realizada na cidade do Recife (2013, 2014 e 2015), como resultado de uma parceria entre o Housing and Urbanism Programme (H&U/AA) e o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU/UFPE). Cada workshop contou com a participação de mais de sessenta estudantes - sendo metade do H&U e metade do MDU - distribuídos em quatro grupos de trabalho, com cada equipe sendo acompanhada por dois professores/tutores de cada escola. Além de se apresentar como uma cooperação acadêmica entre os dois programas de pós-graduação, a parceria recebeu também o apoio - e teve a participação direta de técnicos - do Ministério das Cidades, do Governo de Pernambuco e das Prefeituras do Recife e Jaboatão.

Os workshops foram desenvolvidos através de exercícios de projeto e pesquisa que visaram testar estratégias espaciais alternativas a serem aplicadas em projetos habitacionais do Programa MCMV. Os trabalhos exploraram, sobretudo, o papel da habitação social como um componente básico na produção de cidades, bem como a possibilidade do desenho urbano colaborar com a sua inserção no tecido urbano já consolidado. Os eventos provocaram uma grande discussão teórica na cidade e apresentaram resultados que suscitaram desdobramentos concretos. No momento, as instituições públicas envolvidas no processo estão juntas dando continuidade à experiência, através da formatação de um projeto modelo, baseado em propostas elaboradas nos workshops.

Como já mencionado, a intenção desse artigo não é discutir essas propostas, mas sim refletir como este tipo de colaboração internacional pode contribuir para melhorar a pedagogia projetual e fundamentar um mestrado profissional na área de projeto <sup>(2)</sup>. Porém, é importante salientar que, apesar de cada workshop ter produzido quatro propostas bem diferentes para a mesma área - e que os workshops estudaram três áreas distintas, gerando assim um total de

doze propostas diferentes - uma certa similaridade conceitual foi identificada nas soluções. De um modo geral, todos os trabalhos negaram a ideia de que um programa de habitação social se restrinja à construção de casas, e questionaram as articulações espaciais e territoriais resultantes do MCMV.

Os resultados dos três workshops indicaram que apesar do discurso oficial do Programa MCMV ser supostamente fundamentado na noção de que habitação social e comunidade devem estar sempre conectadas e, portanto, deveriam ser abordadas como uma entidade única, os arranjos institucionais do programa tem produzido projetos genéricos, que desconsideram as características e demandas locais. O programa foi acusado de não explorar o grande potencial do desenho urbano como transformador das relações sociais e econômicas no tecido urbano, o que foi claramente revelado nos workshops na medida em que os conjuntos residenciais analisados eram empreendimentos mono-funcionais, periféricos, e geralmente desconectados do mercado e dos serviços das cidades.

As propostas produzidas nos workshops reforçaram os vínculos sociais e econômicos das comunidades sem deslocá-las das áreas centrais. Várias estratégias espaciais foram testadas questionando a padronização atual dos projetos gerados pelo MCMV e usando a política habitacional para alcançar mudanças sociais através do fortalecimento de atividades econômicas informais já existentes nas áreas. Todas as equipes embasaram as suas propostas espaciais enfatizando as atividades econômicas pré-existentes e o potencial de novos arranjos produtivos, com o objetivo de aumentar a produtividade dos territórios e fornecer soluções mais viáveis e sustentáveis.

## 5 DIRETRIZES PEDAGÓGICAS: SETE PONTOS DE REFERÊNCIA

Diante deste novo panorama de ensino de projeto pautado em uma abordagem investigativa em que o processo projetual é posto em evidência através da prática intensiva em estúdio, consideramos que o modelo de workshop, brevemente exposto aqui, é uma referência metodológica fundamental para a constituição do mestrado profissional. Nesse sentido, elencamos algumas diretrizes pedagógicas que fundamentam o curso ora proposto, assim como apresentamos um conceito geral que irá nortear a sua proposta metodológica. Como conceito geral do MP Habitação + Cidade será adotado o mesmo que estrutura o Housing and

Urbanism Programme (H&U) e que fundamentou a série de três workshops que o programa realizou em parceria com o Programa de Desenvolvimento Urbano (MDU), cuja coerência metodológica com a presente proposta já foi justificada. Esse conceito, chamado de *Housing as Urbanism* (Habitação Social como Urbanismo), parte da simples premissa de que o uso residencial, de uma forma geral e, particularmente, a habitação social, é um dos componentes mais importantes na produção espacial das cidades. Assim sendo, a habitação social deveria ser vista como âncora de qualquer projeto urbano, seja ele destinado à área de conservação, renovação ou expansão urbana, inclusive assumindo papéis distintos e apresentando características diversas referentes a sua densidade, proposta programática e tipológica, público alvo, e outras.

Vale salientar que, esse conceito não é exatamente uma novidade no Brasil e, como foi dito anteriormente, fundamentou vários programas habitacionais locais - especialmente os programas de *upgrading* de favelas, como o Favela Bairro - e quase toda a produção acadêmica abordando essa temática, entre o fim do BNH e o início do MCMV. Entretanto, essa produção prática e teórica se deu de forma pontual e desarticulada, sem porte para o enfrentamento do déficit habitacional no país. Além disso, a sistematização do conhecimento gerado por essa produção deixou a desejar - pelo menos no que diz respeito às questões projetuais - e não foram consideradas na formulação do programa MCMV.

Com a definição desse conceito, no qual o programa habitacional assume o protagonismo da cidade em seus projetos - retirando o foco da habitação propriamente dita - apresentamos sete diretrizes pedagógicas para a fundamentação metodológica do MP Habitação + Cidade. As diretrizes foram concebidas a partir de algumas particularidades da didática proposta por esses workshops, extraídas ao longo dos três eventos realizados pela parceria H&U/MDU. Essas características foram consideradas relevantes para o desenvolvimento da proposta pedagógica dos workshops e foram identificadas através da observação comparativa, que teve como espelho as atividades desenvolvidas nos tradicionais Ateliês de Projeto.

### **Design Studio: o exercício do projeto como eixo condutor**

O mestrado profissional terá como eixo condutor o projeto de arquitetura e urbanismo, estruturando e integrando todas as demais disciplinas do curso.

Assim como nos workshops, o exercício projetual será a atividade síntese do mestrado, onde todo o conhecimento teórico-conceitual adquirido ao longo do curso será aplicado, refletido e testado na prática. As outras disciplinas atuarão de forma complementar, definindo os seus conteúdos, níveis de aprofundamento e *timing* de apresentação e discussão de acordo com as demandas surgidas no próprio exercício projetual. Dessa forma, o mestrado terá uma estrutura curricular flexível, constituído de disciplinas teóricas com conteúdos pré-definidos, mas que serão transmitidos através de aulas preparadas especialmente para responder demandas específicas referentes aos estudos de caso em andamento.

É importante que a integração do exercício prático com o suporte teórico ocorra também de forma física, com todas as atividades sendo realizadas no mesmo espaço de trabalho. O lócus para o desenvolvimento das atividades será o *Design Studio*, espaço que se assemelha ao Ateliê de Projetos, mas que está sendo repensado diante dessa pedagogia projetual proposta pelos workshops. A ideia é reproduzir este ambiente de trabalho que, apesar de parecer caótico, possui uma cultura de métodos e sistemas conduzida pelo professor/tutor e que se caracteriza pelo estímulo à criatividade, colaboração interdisciplinar, análise crítica, comunicação rápida e o estudo de temas reais com ampla relevância social (WANG, 2010).

### **Projeto/Pesquisa: o foco no processo projetual**

Seguindo a mesma proposta pedagógica dos workshops, o MP Habitação + Cidade também não pretende abordar o ensino de projetos acabados e rígidos, mas sim o desenvolvimento de um raciocínio espacial aberto e flexível, visando estabelecer argumentos consistentes relacionados a como projetar habitação social num determinado contexto urbano. Em vez de ter como foco investigativo o produto final, o curso se apresentará como uma plataforma de pesquisas em andamento, onde estratégias espaciais serão propostas, testadas e aprovadas ou descartadas, sempre tendo como objetivo principal a análise e o entendimento do processo projetual.

Essa pedagogia projetual tem como fundamentação teórica um conceito que vem sendo chamado de *Research by Design* e que ainda se encontra em fase de desenvolvimento nos principais programas internacionais de pós-graduação em arquitetura e urbanismo. Trata-se da ideia de explorar o papel da ação projetiva - na falta de um termo melhor para expressar o sentido exato de *designing* - como forma de pesquisa, em que o desenho



é visto mais como uma maneira de pensar do que um instrumento de representação gráfica. Nesse sentido, o aluno precisa desenhar o problema, o argumento, e as hipóteses do seu projeto/pesquisa, assim como os principais resultados encontrados. Ao assumir o próprio projeto como instrumento de pesquisa, valorizando mais o seu processo do que o resultado, o curso pretende estimular uma prática reflexiva que possa conduzir o aluno ao autodesenvolvimento profissional.

### **Desenho Urbano: a interface entre as escalas arquitetônica e urbana**

Diferentemente dos tradicionais Ateliê de Projetos, onde o foco do exercício projetual é em geral na escala arquitetônica - a escala urbana normalmente é tratada separadamente nas disciplinas de caráter mais teórico - o Design Studio constituído por esse modelo de workshop trabalha de forma paralela as duas escalas de intervenções. É dada aos alunos uma determinada condição urbana e um tema projetual específico - no caso referente a esse estudo é a habitação social - e pede-se que ele desenvolva uma espécie de urbanismo arquitetônico (desenho urbano), em que questões tipológicas das edificações propostas se relacionam com a morfologia urbana (resultante e pré-existente), explorando diferentes cenários programáticos. Isso significa abordar o tema nas diversas escalas da cidade simultaneamente e testar tanto conceitos urbanos estudados, como estratégias espaciais propostas em todas essas escalas.

Considerando a pertinência dessa abordagem à temática específica do curso, o MP Habitação + Cidade pretende adotá-la em todas as instâncias. A flexibilização da escala não estará presente apenas nas atividades práticas realizadas no exercício projetual, mas também no conteúdo e na didática das disciplinas teóricas, assim como no desenvolvimento do trabalho de conclusão do curso. O caráter experimental e investigativo do mestrado - como já dito, mais interessado no processo do que no produto final - permitirá que o foco da pesquisa individual parta tanto da arquitetura quanto do urbanismo. Porém, em ambos os casos, o trabalho terá que abordar as duas escalas de forma simultânea, demonstrando o claro entendimento das relações intrínsecas entre habitação social e cidade.

### **Leitura Multidisciplinar: o protagonismo da cidade no projeto habitacional**

Inspirado no modelo pedagógico dos workshops, o mestrado também assumirá a cidade como

protagonista no processo de pesquisa e terá sempre como premissa a relevância da escala urbana nos estudos e formulações de projetos habitacionais. Para tal, é preciso que o curso seja estruturado numa fundamentação teórica diversificada e multidisciplinar, refletindo a complexidade cada vez maior da cidade contemporânea.

Neste aspecto, nota-se também uma diferença importante entre o Ateliê de Projetos e o *Design Studio*: enquanto no primeiro modelo os participantes são exclusivamente estudantes de arquitetura - naturalmente por ser uma disciplina ministrada nos cursos de graduação - o último é composto por alunos com várias formações profissionais. A diversidade de leituras encontrada nos workshops permite uma sobreposição de conhecimentos específicos interessante e bastante favorável para o processo de aprendizagem do projeto habitacional.

Esta abordagem multidisciplinar implicará em algumas questões didáticas e práticas, como, por exemplo, a necessidade do mestrado oferecer dois cursos que, apesar de terem a mesma estrutura curricular, desenvolverão processos de pesquisa distintos. Assim como no Housing and Urbanism da Architectural Association, onde os estudantes podem seguir o MA ou o MArch Courses, o mestrado oferecerá o Habitação + Cidade Dissertação (H+C.diss.), para alunos com qualquer formação profissional, e o Habitação + Cidade Projeto (H+C.proj.), somente para os graduados em arquitetura e urbanismo. Os dois cursos serão constituídos pelas mesmas atividades acadêmicas (aulas, palestras, seminários, workshops, entre outras) durante dois semestres. Ao final desses dois semestres, os alunos vinculados ao H+C.diss. concluirão o mestrado através da realização de um trabalho teórico/crítico, em forma de dissertação; enquanto que os vinculados ao H+C.proj. terão mais um semestre de curso dedicado ao desenvolvimento do trabalho final, que será apresentado em formato de projeto/pesquisa. Entretanto, é importante enfatizar que, em ambos os casos, o eixo condutor da pesquisa será sempre o projeto.

### **Estudo de Caso: tema real com relevância social**

Como já exposto aqui, o modelo de *Design Studio* adotado nesses workshops internacionais, de certa forma, lembra os Ateliês de Projetos dos cursos de graduação. Porém, uma das características que mais o diferencia desses ateliês é a sua contextualização. O Design Studio sempre trabalha com situações

reais, envolvendo as partes interessadas nos casos e com temas de clara relevância social, que possam impactar positivamente a dinâmica urbana do local. O fato do exercício projetual colocar o aluno diante dos conflitos de uma situação urbana real, parece exercer uma função importante na pedagogia proposta. Ao ser exposto as pressões de um problema existente na cidade, o aluno ganha motivação extra, entendimento holístico do tema pesquisado e uma intensa percepção do poder do desenho urbano em melhorar - ou até mesmo piorar - as condições sociais e econômicas do espaço urbano.

Assim sendo, o MP Habitação + Cidade apresentará estudos de casos diferentes a cada edição do curso, que serão definidos em função da sua relevância social, pertinência com o tema habitacional e do seu grau de exposição pública no momento da escolha. A ideia é trabalhar em áreas que estejam sendo discutidas pela opinião pública em geral e pela comunidade local em particular, e ainda que haja também interesse explícito do poder público em estudá-la. Esta condição é fundamental para envolver as diversas partes interessadas no caso específico, cumprindo assim o compromisso do mestrado em trabalhar situações urbanas reais. Vale salientar ainda que, com a área de estudo em evidência e o já citado apoio governamental, torna-se mais fácil o acesso a estudos recentes e informações oficiais, favorecendo assim a estruturação de um banco de dados confiável que dará mais consistência às propostas desenvolvidas no curso.

Essa abordagem contextual na escolha do tema aumenta significativamente a possibilidade de um desdobramento do exercício acadêmico, já que a participação da comunidade local e do poder público no processo facilita que as propostas sejam utilizadas para subsidiar projetos reais conduzidos pela prefeitura. Dessa forma, cresce também o potencial do mestrado profissional em produzir resultados concretos, e assim como os workshops - que também se apresentam como uma atividade primordialmente acadêmica - interferir positivamente na dinâmica urbana das áreas de estudo.

### ***Caráter Multicultural: a importância da colaboração internacional***

De todas as diretrizes aqui expostas, essa parece ser a mais difícil de ser adaptada à nossa realidade e, conseqüentemente, a mais complexa de ser implantada num curso de pós-graduação no país. Como manifestado nos workshops e nas demais

atividades didáticas do Housing and Urbanism Programme, o caráter internacional do exercício projetual representa uma parte importante do processo pedagógico. A integração entre professores e alunos formados por diferentes escolas e culturas, trabalhando juntos no mesmo estudo de caso, permite um contraste interessante de abordagens pedagógicas que tem provado ser muito útil para o ensino e aprendizado do projeto.

Tanto os workshops quanto as turmas do H&U contam com alunos de, em média, doze a quinze nacionalidades diferentes. Essa diversidade cultural encontrada entre os estudantes também se apresenta no corpo docente e é considerada uma característica particular da pós-graduação inglesa que, assim como a norte-americana, atrai profissionais de várias partes do mundo. No caso específico da Architectural Association, essa característica é ainda mais marcante, considerando que esta instituição apresenta desde sua origem uma proposta de ensino independente e internacional e que, ao longo dos anos, se estabeleceu como uma das escolas de arquitetura mais renomadas do mundo.

Para superar essa dificuldade, é necessário que o MP Habitação + Cidade já seja concebido em um ambiente de colaboração acadêmica internacional, estabelecendo desde o início parcerias com instituições de ensino de outros países. Os workshops serão utilizados como porta de entrada dessas parcerias, visto que um número cada vez maior de escolas de arquitetura tem adotado esse modelo de ensino como parte importante da sua pedagogia projetual. Além desses workshops, que estabelecerão o vínculo internacional de caráter mais prático (módulo 2: crítico/projetual), o curso promoverá ainda, a cada edição, um seminário internacional, visando o intercâmbio teórico (módulo 1: teórico/conceitual).

Com a consolidação das parcerias por meio da inclusão desses workshops e seminários na estrutura curricular do mestrado, o curso pretende intensificar a cooperação acadêmica através de colaborações internacionais de mais longo prazo, como a criação conjunta de grupos de pesquisa, equipes permanentes de articulação curricular, intercâmbio de alunos e professores, e até mesmo a validação e chancela coletiva de títulos. Todas essas atividades terão como objetivos facilitar o monitoramento e intercâmbio de dados, sistematizar as metodologias de ensino e promover a troca de experiências práticas e teóricas no campo do

desenho urbano e da habitação social, contribuindo assim para divulgar a produção do curso no exterior e reforçar as suas conexões internacionais.

### **Visibilidade da Produção: apresentações, exposições e publicações**

A última diretriz pedagógica enfatiza a visibilidade da produção acadêmica. Longe de ser um exercício narcisista ou publicitário, a importância da exposição formal dessa produção é fundamentada no impacto que a exibição pública dos trabalhos exerce sobre o aluno, durante a realização dos workshops. Essa exposição ocorre de três maneiras e momentos distintos: nas apresentações públicas realizadas no final de cada evento, onde os alunos apresentam e discutem as suas propostas com a população; nas mostras dos projetos promovidas pelas escolas após os eventos e abertas ao público em geral; e nas publicações dos resultados através de catálogos de projetos, em que todas as propostas gráficas e seus respectivos argumentos justificativos são apresentados em detalhe.

O objetivo dessa interação direta com a sociedade é expor os estudantes às pressões e complexidades existentes na elaboração de um projeto urbano real, quando as propostas precisam ser apresentadas e defendidas diante de uma audiência diversificada e com interesses bem distintos, muitas vezes até mesmo conflitantes. Essa condição de enfrentamento público, mesmo que parcialmente simulada, faz com que eles se concentrem na construção de um argumento multidisciplinar desde o início do processo projetual. Dessa forma, o aluno faz uso do projeto para investigar conceitos procedentes das diferentes áreas do conhecimento referentes à questão urbana, estruturando com mais consistência a sua proposta de intervenção.

Na medida em que esse argumento vai sendo materializado através da formulação de estratégias espaciais, que são testadas e redesenhadas em pequenas apresentações internas na equipe, e avaliadas em apresentações mais amplas envolvendo todos os participantes do workshop, o aluno tem a oportunidade de desenvolver um raciocínio espacial argumentativo claro de como intervir nessa condição urbana específica. Esse processo também o ajuda a superar a falsa dicotomia da solução certa ou errada e, através da projeção de uma visão urbana desejada e própria para a área de estudo, passa a conceber e defender as suas propostas com mais segurança.

Assim, da mesma forma que os resultados dos três workshops foram discutidos com a sociedade através de apresentações, exposições e publicações, o MP Habitação + Cidade promoverá várias atividades dirigidas à população. Além das atividades internacionais que fecharão os dois módulos do curso (seminário e workshop), o mestrado estabelecerá outros fóruns públicos, como defesas individuais dos projetos/pesquisa, palestras especiais, exposições de encerramento do curso e publicação acadêmica dos trabalhos. Com isso, espera-se estimular o envolvimento da população em geral, testar as propostas desenvolvidas no curso e, sempre que possível, interferir de forma positiva na dinâmica urbana local.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como exposto ao longo de todo o trabalho, o objeto de reflexão desse artigo é o ensino do projeto na pós-graduação em arquitetura e urbanismo, por meio da proposição de um mestrado profissional em desenho urbano, em que a relevância do papel da habitação social na produção do espaço urbano foi tomada como um conceito norteador do curso. Com base em uma análise comparativa entre o tradicional Ateliê de Projetos e o novo modelo de *Design Studio*, tendo como estudos de caso a série de três workshops (H&U/MDU), foram apresentadas sete diretrizes pedagógicas que fundamentam a proposta MP Habitação + Cidade.

Vale salientar, porém, que tais diretrizes não devem ser entendidas de forma estanque e isolada, já que as suas linhas de contorno não são inteiramente claras, nem tão pouco devem ser rígidas. Assim, algumas sobreposições e entrelaçamentos entre elas são inevitáveis, e até mesmo desejáveis. Na verdade, é exatamente a articulação entre essas diretrizes e suas relações com o conceito geral do curso que caracterizam a proposta pedagógica do mestrado.

Também é importante mencionar que nenhuma das diretrizes sugeridas nesse estudo é realmente nova. Elas já foram temas de investigações teóricas e podem ser encontrados separadamente na maioria dos cursos de graduação em arquitetura e urbanismo do país. No entanto, o aspecto inusitado nessa proposta pedagógica é a presença simultânea de todas essas diretrizes no exercício projetual. Reforçamos, portanto, que é a combinação das diretrizes e as sinergias geradas por elas que dão a proposta o potencial de criar um novo enfoque ao ensino do projeto. Por último, cabe ainda ressaltar que as diretrizes

brevemente discutidas nesse artigo e sugeridas para subsidiar a construção do mestrado profissional foram extraídas do modelo pedagógico desenvolvido pelos workshops internacionais. Um eixo de investigação que compreende o ensino específico da arquitetura e do urbanismo, mais precisamente do desenho urbano e da habitação social, e que determina o caráter empírico deste estudo. Contudo, essas diretrizes precisam ser individualmente investigadas dentro do próprio campo da pedagogia, visando assim legitimá-las como base metodológica do MP Habitação + Cidade.

## 7 AGRADECIMENTOS

Esse artigo é resultado da pesquisa intitulada “A Inserção do Projeto Urbano na Pós-Graduação: diretrizes pedagógicas para elaboração de um Mestrado Profissional de Desenho Urbano com foco em Habitação Social”, realizada na Architectural Association, de janeiro a dezembro de 2015. O autor agradece a CAPES (Bolsa Estágio Sênior no Exterior, processo nº 99999.001828/2014-02) e a UFPE por viabilizarem financeiramente seu estudo de pós-doutoramento na AA School.

## 8 REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Zeca; BRASILEIRO, Carolina. *Urban Design Workshops: an experience of international academic collaboration in urban higher education*. (Artigo submetido ao periódico Journal of Urban Design, Londres, 2016.)
- CAPES. *Regulamentação do Mestrado Profissional*, 2009. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br>>. Acesso em: 8 set. 2015.
- H&U; MDU. *Housing as Urbanism - My House My Life: Social Housing and Urban Intervention*, Recife, 2014.
- LARA, Fernando; MARQUES, Sônia. *Introdução: o projeto do projeto*. In: \_\_\_\_\_. *Projetar: desafios e conquistas da pesquisa e do ensino de projeto*. Rio de Janeiro: EVC, 2003, p. 7-10.
- MAHFUZ, Edson da Cunha. *O projeto de arquitetura e a sua inserção na pós-graduação*. In: Vitruvius Arqtextos, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/02.022/800>>. Acesso em: 4 dez. 2013.
- MAHFUZ, Edson da Cunha. *O ateliê de projeto como mini-escola*. In: Vitruvius Arqtextos, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/10.115/1>>. Acesso em: 21 fev. 2015.
- MARAGNO, Gogliardo. *Quase 300 cursos de Arquitetura e Urbanismo no país: como tratar a qualidade com tanta quantidade?* In: Vitruvius Arqtextos, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/14.161/4930>>. Acesso em: 8 nov. 2013.
- MARICATO, E. *O 'Minha Casa' é um avanço, mas segregação urbana fica intocada*. In: Carta Maior, 27/05/2009. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 2 dez. 2013.
- NASCIMENTO, Denise; TOSTES, Simone. *Programa Minha Casa Minha Vida: a (mesma) política habitacional no Brasil*. In: Vitruvius Arqtextos, São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/12.133/3936>>. Acesso em: 8 nov. 2013.
- RUBANO, L. *Habitação social: temas da produção contemporânea*. In: Vitruvius Arqtextos, São Paulo, 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/08.095/153>> Acesso em: 8 nov. 2013.
- SCHON, Donald. *Educating the Reflexive Practitioner: toward a new design for teaching and learning in the professions*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1987.
- WANG, Tsunguang. *A New Paradigm for Design Studio Education*. NSEAD/Blackwell Publishing Ltd., 2010, p. 173-183.

## NOTAS

- (1) De acordo com o MEC, dados até dezembro de 2015. Fonte: ABEA, 2016. [http://www.abea.org.br/?page\\_id=11](http://www.abea.org.br/?page_id=11). Consulta realizada em 10/08/2016.
- (2) Os resultados dos workshops foram publicados em três volumes – um para cada workshop. Nos livros, todas as propostas, com seus respectivos desenhos, diagramas e justificativas são apresentadas e discutidas. Essas publicações podem ser acessadas através dos sites do MDU/UFPE e H&U/AA.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo é de responsabilidade do(s) autor(es).

# AMBIENTE CULTURAL E PRÁTICAS PROJETUAIS NO ATELIER DE PROJETO

CULTURAL ENVIRONMENT AND PROJECTIVE PRACTICES IN PROJECT ATELIER

## ALMEIDA, LÍLIAN BORGES

Arquiteta e Urbanista, Me., professora auxiliar Universidade Católica de Pelotas, libalmeida@bol.com.br.

## DAMETTO, ANA PAULA DE ANDREA

Arquiteta e Urbanista, Me., professora titular Universidade Federal de Pelotas, anapauladametto@ig.com.br.

### RESUMO

A valorização do contexto no desenvolvimento de projeto e a sistematização do processo nas atividades projetuais vêm sendo trabalhadas com estudantes de Arquitetura e Urbanismo desde o seu ingresso à Universidade. A disciplina de Fundamentos da Prática de Projeto, do primeiro semestre da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas (FAUrb- UFPel), exercita a composição formal a partir da releitura de componentes arquiteturais do patrimônio histórico do centro da cidade de Pelotas, RS. A partir da valorização desses elementos urbanos, tomando-os como referência e como elementos inspiradores para propostas de tapetes de ladrilhos hidráulicos contemporâneos, procura abordar temáticas pertinentes ao urbanismo, tais como o (re) conhecimento da história da nossa cidade, de seu patrimônio cultural, sua memória e identidade. O exercício ainda apresenta uma didática voltada ao desenvolvimento de um processo projetual, demonstrando o valor da pré-existência no contexto da cidade e da preservação de um elemento urbano fundamental nas cidades contemporâneas, resgatando a cultura local como inspiração à criação.

PALAVRAS-CHAVE: patrimônio histórico; processo projetual; inspiração; ladrilho hidráulico.

### ABSTRACT

*The appreciations of the context in the development project and the process systematization in the projective activities have been worked with students of Architecture and Urbanism since his admission to the University. The discipline called Fundamentals of Project Practice, at the first half of the Faculty of Architecture and Urbanism at the Federal University of Pelotas (FAUrb- UFPel), exercises the formal composition from rereading architectural components of the heritage center of the city of Pelotas, RS. From the recovery of urban elements, taking them as a reference and as inspiring elements for proposals rugs contemporary hydraulic tiles, seeks to address issues relevant to urban planning, such as the (re) knowledge of the history of our city, its cultural heritage, your memory and identity. The exercise also presents a didactic focused on the development of a design process, demonstrating the value of pre-existence in the context of the city and the preservation of a fundamental element in contemporary urban cities, rescuing the local culture as inspiration to create.*

KEY-WORDS: historical heritage; project process; inspiration; hydraulic tiles.

## 1 INTRODUÇÃO

A tarefa projetual introduzida aos estudantes de arquitetura e urbanismo através de disciplinas que fundamentam a prática de projeto é uma das problemáticas do ensino. Demonstrar ao ingressante no ensino superior, nesta área do conhecimento, que há mais do que talento para a materialização de uma ideia continua sendo um desafio. Nesse sentido, o presente trabalho aborda uma experiência de atelier que provoca o estudante a reconhecer elementos presentes em um contexto urbano, valorizando suas pré-existências como elementos fundamentais para a concepção arquitetônica, resgatando a cultura local como inspiração à criação.

Utilizar componentes arquiteturais e urbanos do patrimônio histórico como inspiradores à composição é uma estratégia metodológica usada

no desenvolvimento do exercício de composição de tapetes de ladrilhos hidráulicos, no primeiro semestre da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, na disciplina de Fundamentos da Prática de Projeto.

Os ladrilhos hidráulicos constituem grande parte da pavimentação dos passeios do centro histórico da cidade de Pelotas. Outras pesquisas já abordaram sua necessidade de preservação frente à degradação e descaracterização que vêm sofrendo, e pela riqueza de desenhos e padrões de ladrilhos encontrados (ZECHLINSKI, ALMEIDA e OLIVEIRA, 2002). O exercício de composição da forma no espaço bidimensional que resulte na composição de tapetes de ladrilhos hidráulicos, proposto naquela disciplina, mesmo que seja uma atividade consagrada nesta comunidade acadêmica, continua



sendo pertinente, pois os ladrilhos fazem parte do patrimônio cultural da cidade, são objetos aqui fabricados e estão ligados à história local.

A proposta de partir de referenciais encontrados no meio urbano, especialmente no centro histórico pelotense, abre olhares dos iniciantes em arquitetura e urbanismo ao entorno urbano e cultural a partir de detalhes arquitetônicos, que, por menores que pareçam, podem servir de grande inspiração à elaboração de um projeto. Além disso, esta abordagem que parte da percepção para o desenvolvimento de um método de projeção, reforça o embasamento, a pesquisa, o uso de referenciais e a valorização do patrimônio cultural local no processo de concepção, desde o início do Curso.

Esta pode ser uma forma de unir conhecimentos de teoria e história à prática de projeto arquitetônico e urbano, e de valorizar elementos urbanos associados à identidade das cidades, como o caso dos tapetes de ladrilhos hidráulicos de Pelotas.

Figura 1: Imagens de partes de tapetes ladrilhos hidráulicos encontrados nos interiores dos Casarões históricos da Praça Coronel Pedro Osório, Pelotas, RS.



Fonte: foto das autoras, setembro de 2014.

## 2 O EXERCÍCIO PROJÉTUAL COMO VEÍCULO À CONSCIÊNCIA DO PRECEDENTE EM ARQUITETURA E NA CIDADE E UMA METODOLOGIA DE PROJETO

A elaboração de um projeto de tapete de ladrilhos hidráulicos para um ambiente interno ou externo é uma atividade que aborda princípios de composição da forma bidimensional e que é desenvolvida há mais de 15 anos com acadêmicos ingressantes na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, na disciplina de Fundamentos da Prática de Projeto. Esta é a

primeira disciplina do eixo teórico-prática em que o aluno tem contato com os elementos e com a metodologia que constituem a atividade projetual.

Este trabalho vem discutir essa atividade, abordando seu desenvolvimento no segundo semestre de 2014, momento em que houve mudança dos ministrantes da disciplina. A opção por manter este exercício no referido semestre se deve, além da existência de produção relevante que serviria de estímulo e de exemplo de sua concretização e de seu sucesso, à vontade de aplicá-lo com didáticas voltadas à valorização de elementos urbanos como inspiração no processo de projeto. Com um resultado considerados promissores, a atividade foi repetida no semestre seguinte, 2015-1.

A escassa documentação sobre a sistematização dos métodos empregados para a realização do exercício em momentos passados, mesmo que os resultados tenham sido proveitosos, abre espaço para revisões e reformulações sobre seu desenvolvimento, meios de criação, fontes de inspiração, originalidade, formas de apresentação, entre outros motivos que levariam a um resultado melhor ou pior.

A busca por uma ordenação no método de trabalho pode ser verificada no modo de projetar de vários arquitetos (CHING, 1998; CLARK, PAUSE, 1987), assim como a introdução do passado e a pesquisa de referenciais em suas criações, podendo ser um caminho ao ensino e aprendizado de práticas de projeto. Estando em uma cidade em que o patrimônio histórico é presente na cultura dos cidadãos, foi proposta a busca de referenciais nesse contexto urbano, em um sítio histórico onde está localizada parte significativa das edificações inventariadas e tombadas da cidade, a Praça Coronel Pedro Osório.

Concepção, a partir de uma das definições filosóficas de Japiassu e Marcondes (2008, p. 51), é uma “operação pela qual o sujeito forma, a partir de uma experiência física, moral, psicológica ou social, a representação de um objetivo de pensamento ou conceito.” Disso, entende-se que o meio em que o arquiteto vive e exerce sua atividade interfere na concepção. Logo, o (re) conhecimento do ambiente urbano, sua apreensão e a seleção de referenciais, inserem-se nessa temática.

O processo criativo em arquitetura obedece a uma série de fatores intervenientes que agem como “estímulos”, como agentes. É dependente do

conhecimento acumulado e previamente assimilado, enfim, da cultura geral do projetista. As referências são analisadas conforme conhecimentos específicos, dependendo do arbítrio do projetista, pois elas possuem valores distintos (MARTÍNEZ, 2000). “Ao agir [o artista] age culturalmente, apoiado na cultura e dentro de uma cultura.” (OSTROWER, 2010, p.13).

Os ladrilhos hidráulicos do sítio histórico cidade de Pelotas, RS, constituem importante parte do patrimônio cultural da cidade, de sua memória e de sua identidade. A única fábrica remanescente, a Fábrica de Mosaicos de Pelotas, foi fundada em 1914 e dividia nesta época o mercado com outras dezesseis fábricas de ladrilhos hidráulicos. A união de forças em prol de sua preservação face à substituição por outros tipos de revestimento, estes sem integração aos preexistentes e sem referências culturais, são fatores relevantes ao resgate da história e da cultura representada nos ladrilhos. A utilização destes componentes arquiteturais como tema e como elementos inspiradores para exercícios de projeto vem colaborar com o não esquecimento destes artefatos.

Para o desenvolvimento dessa experiência acadêmica, cujo resultado era requisito parcial ao aproveitamento da disciplina inicial de projeto nesta Universidade, vale ressaltar que a atividade proposta não restringiu a inspiração aos ladrilhos hidráulicos. Qualquer outro elemento arquitetônico poderia servir de base à criação de um módulo de ladrilho a compor um tapete, desde que esse elemento inspirador pertencesse ao referido espaço urbano.

No final do século XIX e início do XX manifestou-se o Historicismo Eclético na arquitetura e na cidade. Muitos componentes arquiteturais, urbanos e técnicas foram “importados” do exterior e representavam “modernidade”. Os ladrilhos hidráulicos surgiram neste contexto. Tornaram-se locais pelo seu amplo uso, pelas fábricas que se estabeleceram e fazem parte da memória da construção da cidade. Além de sua beleza material são confeccionados de uma maneira peculiar e artesanal que se mantém até os dias de hoje. É um saber fazer, um patrimônio imaterial, transmitido através de muitas gerações, que torna este artefato ainda mais interessante.

Figura 2: Reprodução de material didático que compõem as aulas expositivas sobre ladrilhos hidráulicos.



Fonte: autoras, 2014.

Dessa maneira, a atividade proposta partiu de uma explicitação em sala de aula sobre os ladrilhos hidráulicos como elementos de composição e de pavimentação das calçadas, atentando para suas características históricas e técnicas, como demonstra o material didático reproduzido na figura 2.

Considerando a definição de cultura por Ostrower (2010, p. 13), como “formas materiais e espirituais com que os indivíduos de um grupo convivem, nas quais atuam e se comunicam e cuja experiência coletiva pode ser transmitida através de vias simbólicas para a geração seguinte”, essa experimentação entre repertório cultural e fonte de inspiração, pode remeter a associações por parte de quem observar tais tapetes, e ainda corresponder às

valorações culturais através do significado evocado pelas composições propostas. É ainda, segundo a mesma autora, uma forma de trazer componentes expressivos ao projeto, cuja combinação com outros componentes, ordenação e inclusão na totalidade da composição, os insere em um novo contexto onde passa a ter outra significação. As ordenações de formas são uma maneira de comunicar, e que se tornam simbólicas quando materializadas.

O desenvolvimento de um repertório formal a partir de elementos encontrados no patrimônio cultural, no espaço construído e nos elementos que o compõem, dentre eles os próprios ladrilhos hidráulicos, auxiliam ao desenvolvimento da capacidade de leitura visual da forma (GOMES

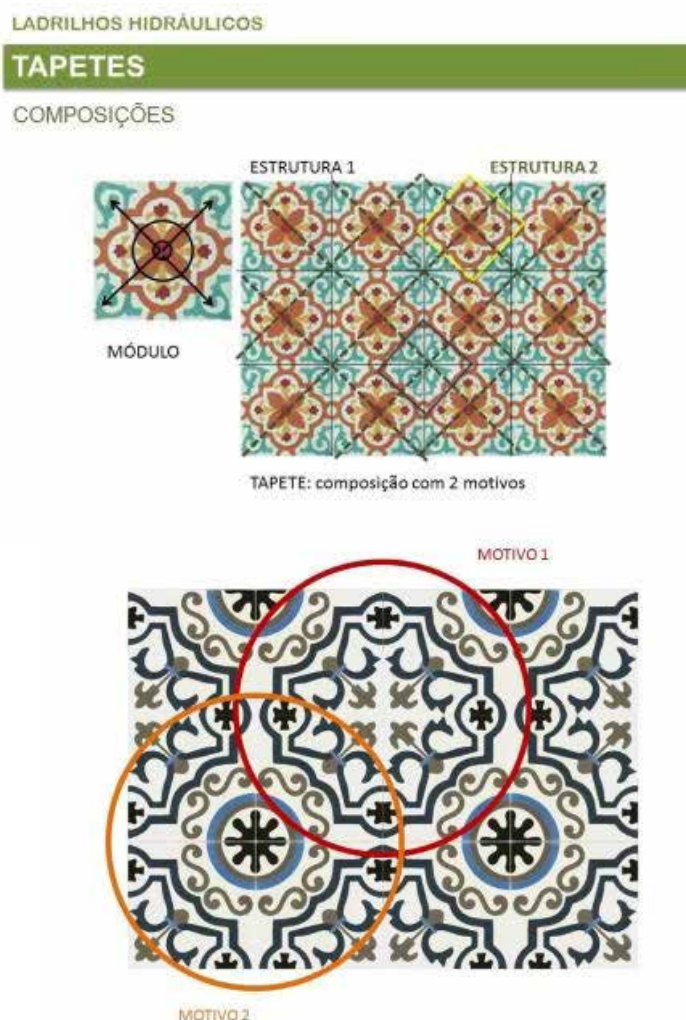
FILHO, 2009) e introduzem a aprendizagem de projetos que se utilizam de módulos componíveis, e também à apreensão do conceito que envolve elementos que constituem uma “Família de formas” (PERRONE, 2014). Esses conteúdos, assim como os de ordenação, manipulação e transformação da forma, ou operações formais, dependendo do autor (CHING, 1998; WONG, 2001), foram explanados em aulas presenciais e demonstrados a partir de exemplares de semestres passados.

Com isso, contemplava-se um dos objetivos principais da disciplina, que compreendia o estudo dos princípios gerais de composição da forma no espaço bidimensional e metodologias elementares para a prática de projeto em Arquitetura e

Urbanismo. Objetivos específicos também foram alcançados, como compreender as formas a partir da percepção de seus elementos fundamentais, estudar os princípios gerais de ordenação e composição a forma, e, desenvolver habilidades compositivas para a prática de projeto através de atividades que proporcionem a vivência de algumas etapas que fazem parte do desenvolvimento de um projeto arquitetônico e urbanístico. Nesse âmbito, a metodologia empregada, além das aulas expositivo-dialogadas, pretendia desenvolver a percepção e a sensibilização como estímulo à criatividade e ao emprego de métodos nos exercícios propostos.

A figura 3 mostra parte do material didático das aulas expositivo-dialogadas.

Figura 3: Reprodução de material didático que compõem as aulas expositivas sobre composições de tapetes de ladrilhos hidráulicos.




Fonte: autoras, 2014.

A atividade constituía em propor duas composições de tapetes de ladrilhos hidráulicos a partir dos mesmos elementos que os constituem, como mostra a figura 4

(miolo, centro e canto de borda do tapete), e que ainda deveriam ter sido inspirados em elementos urbanos observados na visita ao centro histórico.

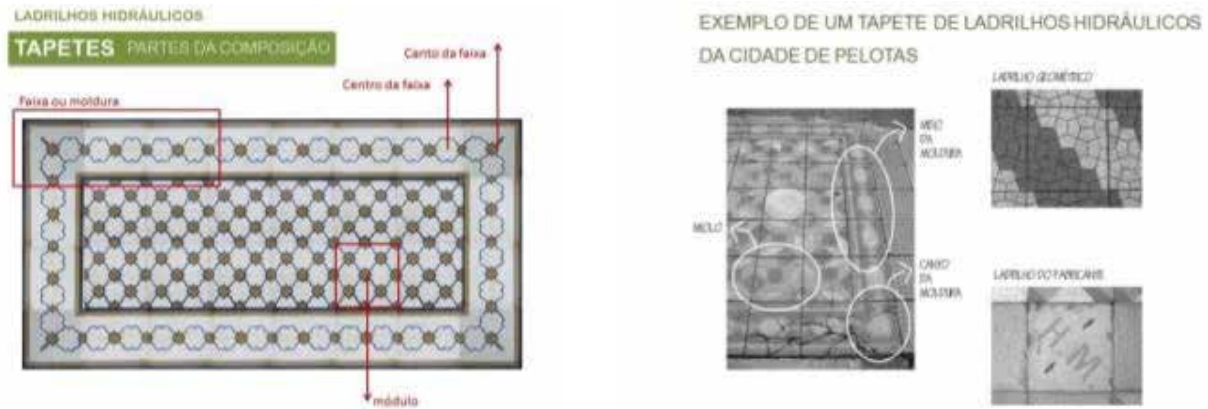
Abaixo, reprodução do roteiro de desenvolvimento da atividade.

	<p>UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO - DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO FUNDAMENTOS DA PRÁTICA DE PROJETO Semestre: 2015 – 1</p>
<p><b>Unidade II</b> Princípios de composição das formas nos espaços bidimensional e tridimensional. Forma e os Elementos Conceituais. Forma e repetição. Forma e estrutura compositiva. Operações formais. Simetria. Princípios ordenadores. Família de Formas. Exercícios de criação de componentes arquitetônicos utilizando como referência (inspiração) elementos compositivos do Patrimônio cultural da cidade de Pelotas.</p>	
<p><b>Exercício 6:</b> Tapete de Ladrilhos Hidráulicos A partir de elementos compositivos identificados em visita ao centro histórico de Pelotas elaborar novas formas, de caráter bidimensional, para a geração de um tapete de ladrilhos hidráulicos. As formas criadas serão desenvolvidas a partir da apreensão, redesenho e análise geométrica dos elementos inspiradores selecionados. Empregar o conhecimento adquirido na Unidade I (Gestalt e Teoria das Cores), sobre a percepção da forma, para a proposição das formas dos componentes do tapete – miolo, borda e canto. Atividade realizada através de desenhos e pintura.</p> <p>Roteiro sugerido para o desenvolvimento do projeto:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) Redesenhar os elementos inspiradores em proporção, aumentar e diminuir o tamanho, transformar as formas modificando as proporções;</li> <li>2) A partir do conhecimento sobre operações formais, realizar composições com os elementos inspiradores trabalhados dentro do campo compositivo da peça que está sendo desenvolvida (inicialmente sugere-se trabalhar as peças do miolo do tapete – 20x20cm). Pensar na possibilidade de gerar hierarquia visual e profundidade – elementos em destaque, em primeiro plano, em segundo plano, etc.;</li> <li>3) Aplicar as peças do miolo em uma estrutura reguladora para verificar a componibilidade da peça (possibilidade de gerar diferentes tapetes com um único modelo de miolo). Neste momento algumas linhas provavelmente deverão ser retrabalhadas na peça para garantir uma boa continuidade visual da composição no plano – se esta for a intenção!);</li> <li>4) Ao trabalhar o desenho de uma peça alguns elementos estarão em destaque e outros entrarão na composição para promover uma harmonia e equilíbrio visual. A partir do resultado da peça disposta na estrutura do plano, estudar possibilidades para as linhas de contorno dos elementos (engrossando ou afinando), a proporção entre áreas, o preenchimento das áreas das formas em harmonia acromática;</li> <li>5) O módulo deverá compor mais de um desenho quando girado. Além disto, deverão ser criadas as peças para a borda (friso) e para os cantos do tapete. As peças para a borda terão a dimensão de 20x10cm e as dos cantos 10x10cm. Os elementos de borda e canto devem seguir o mesmo “conceito de forma” do módulo. Ou seja, os três elementos devem constituir uma “família de formas”.</li> <li>6) Após a definição do tapete deverão ser realizados estudos cromáticos para a pintura do tapete (harmonias de nuance e de contraste) utilizando tinta guache.</li> </ol> <p>Conclusão da Atividade: Deverão ser entregues todos os desenhos realizados (croquis e desenhos em escala) referentes ao processo de projeto, assim como as imagens dos elementos inspiradores. Além disto, os desenhos de duas formas de composição para o tapete em harmonia acromática, os estudos cromáticos e o tapete em versão colorida (será escolhido um dos estudos cromáticos para demonstração das peças coloridas no conjunto). Este material deverá ser ordenado em pasta que seguirá um formato padrão, assim como os modelos em escala do tapete apresentados em sala de aula. Bom trabalho!</p>	

Fonte: autoras, 2014



Figura 4: Reprodução de material didático. Partes de um tapete de Ladrilhos hidráulicos.



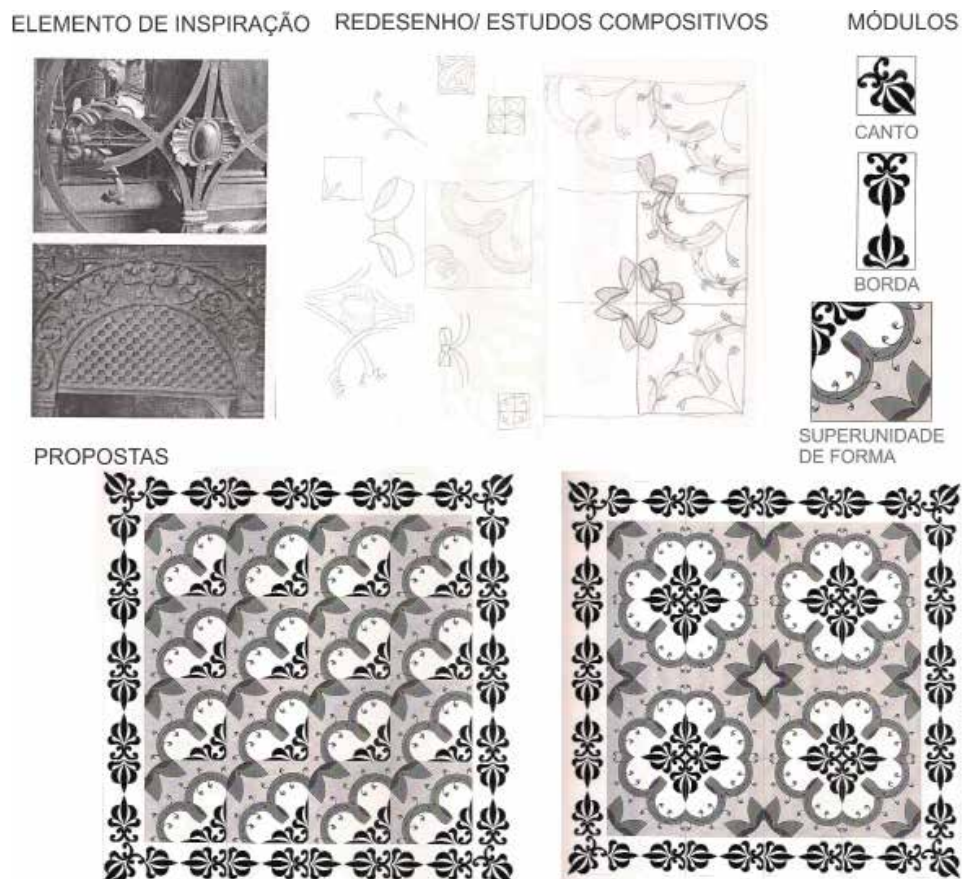
Fonte: autoras, 2014.

O desenvolvimento do exercício foi orientado em atelier. O elemento de inspiração deveria ser redesenhado, abstraído e transformado a fim de resultar em um padrão do contexto atual. Esse elemento poderia ser combinado a outros, não necessariamente do mesmo contexto urbano, e ainda ser agregadas linhas ou formas variadas, geométricas ou não, para gerar o módulo do ladrilho, o qual deveria ser componível, passando por estudos

compositivos associados às demais partes do tapete. O ato de criar estaria nesta transformação e na composição, ou seja, no projeto de cada elemento individual, bem como na associação entre eles.

Abaixo, exemplos de resultados obtidos no segundo semestre de 2014, sendo um com referencial em um gradil de um dos casarões, e outro, em um tapete de ladrilhos.

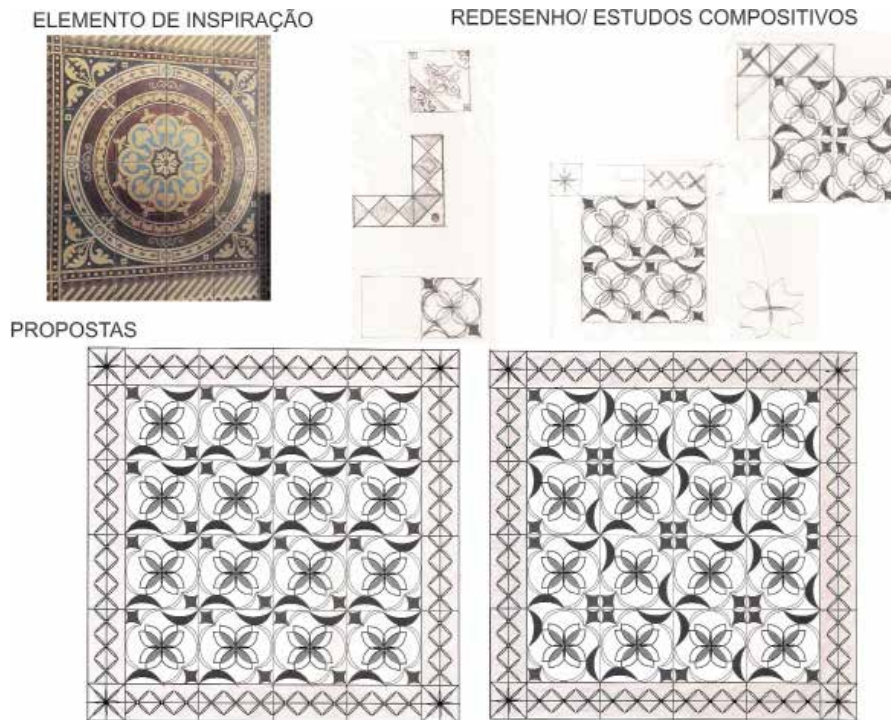
Figura 5: Exercício de composição de tapete de ladrilho hidráulico, com inspiração em um gradil.



Fonte: Acervo da disciplina de Fundamentos da Prática de Projetos. Semestre 2014-2. Aluna: Ana Carolina Xavier

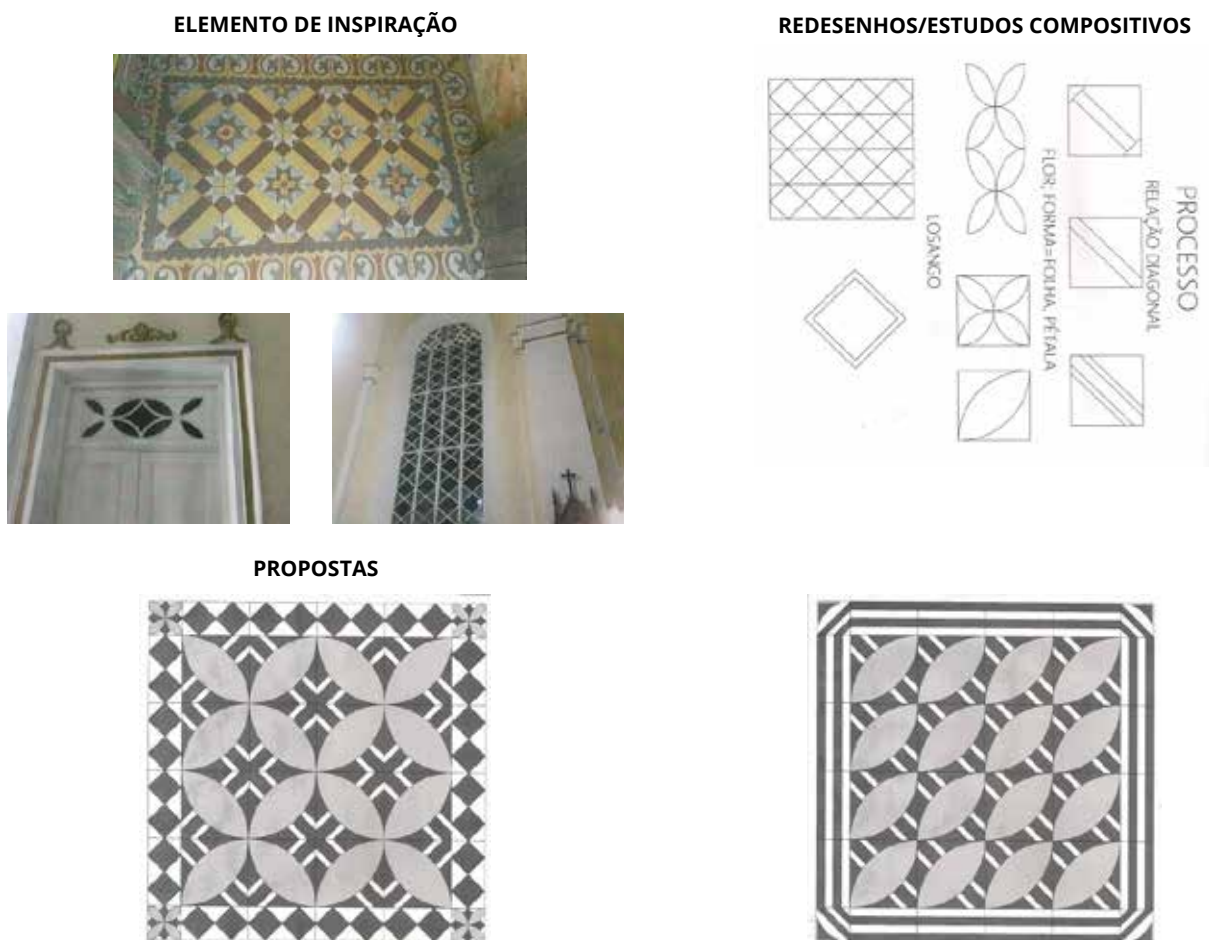


Figura 6: Exercício de composição de tapete de ladrilho hidráulico, com inspiração em um tapete de ladrilho hidráulico existente.



Fonte: Acervo da disciplina de Fundamentos da Prática de Projetos. Semestre 2014-2. Aluna: Helena da Silva Waldraff.

Figura 7: Exercício de composição de tapete de ladrilho hidráulico com inspiração em mais de um elemento: um tapete de ladrilho hidráulico existente e esquadrias de edificações históricas.



Fonte: Acervo da disciplina de Fundamentos da Prática de Projetos. Semestre 2014-2. Aluna: Raquel Soares Porto.

## **A importância da sistematização de processos no desenvolvimento de exercícios projetuais acadêmicos**

Conscientizar o aluno sobre a adoção e sistematização de passos, procedimentos e técnicas para a elaboração de sua proposta de projeto pode auxiliá-lo no desenvolvimento de um processo projetual próprio. Na disciplina de Fundamentos da Prática de Projeto é adotado o uso de croquis em várias etapas do processo projetual, dentre os demais exercícios desenvolvidos no atelier, registrando as ideias iniciais e as transformações das mesmas.

O uso integrado de práticas manuais e digitais, desde a visita ao centro histórico, no registro das percepções individuais, dos elementos que chamaram a atenção dos estudantes, seja despreziosamente ou com alguma intenção, procura aplicar e valorizar o conhecimento trazido de sua vivência anterior ao ingresso no curso de Arquitetura e Urbanismo. Essa integração apareceu na forma de croquis sobre fotografias, pinturas em lápis de cor e guache, colagens e diversas montagens em softwares de tratamento de imagens.

O conjunto dessas práticas que compõem o desenvolvimento dos projetos possui o mesmo valor que o produto final na avaliação das atividades da disciplina. No entanto, é ressaltada a ideia baseada em algum referencial como estímulo ao ato de pensar, de experimentar diferentes variações compositivas. A possibilidade de o aluno orientar-se por processos e não por produtos é incentivada, na medida em que seus croquis transformam-se abrindo um “leque” de opções criativas, de soluções resultantes da sua permissão de perguntar-se “E se...?” (FREDERICK, 2009). Cada operação formal aplicada a um elemento da composição poderia sugerir um novo resultado, e, portanto, uma nova composição.

A transformação, o redesenho e a abstração do elemento inspirador começa por meio de croquis. É através do desenho que ocorre a primeira expressão da ideia, ou uma primeira experimentação dela. “[...] o arquiteto pensa desenhando, sente desenhando, desenha sentindo, descobre desenhando, desenha descobrindo, constrói desenhando.” (STROETER, 1986, p. 146-147). É o momento em que o projeto ultrapassa a soma dos conceitos e adquire uma estrutura. A sequência de croquis pode demonstrar a evolução da concepção sobre determinado

projeto, através das alterações entre os desenhos iniciais e os seguintes.

Stroeter (1986) argumenta sobre a dinamicidade do processo projetual, pois surgem novas ideias durante o trabalho e frente aos desenhos que vão sendo produzidos, alterando o pensamento, e, logo, a solução proposta. Várias soluções são possíveis a um mesmo problema, assim, muitos alunos puderam experimentar mais do que as duas propostas solicitadas na atividade, bem como passaram por mudanças no desenho do módulo inicial a fim de composições mais elaboradas.

Esse processo exigiu uma sistematização dos passos tomados à concepção projetual, sem perder a referência no elemento inspirador, e demonstrou ao aluno uma circularidade entre as etapas de concepção, uma alternância entre a ideia primitiva e a definitiva, sem perder a referência inicial.

Assim, o exercício promoveu a união de conhecimentos de teoria e história à prática de projeto, visto que esses níveis de processo de projeto também podem ser chamados de pensamento teórico e pensamento poético na arquitetura. O primeiro está relacionado ao conhecimento, à aplicação do conteúdo às diferentes situações. O poético depende da imaginação, estando ligado à interpretação, e, posteriormente, à representação ou simbolização (JANTZEN; SILVEIRA JUNIOR; FERNANDES, 2009).

### **3 REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O exercício aplicado na disciplina procurou contribuir à prática de projeto de uma maneira geral, seja na arquitetura ou no ambiente urbano, em especial à apreensão de formas referenciais da cidade, pertencentes ao seu patrimônio cultural, a partir da seleção de elementos inspiradores para a composição e geração de novas formas. A releitura e abstração dos artefatos presentes na arquitetura e na cidade os valorizam e estimulam a formação de repertório do projetista.

A variedade de composições de tapetes de ladrilhos hidráulicos proposta pelos alunos, a partir de elemento inspirador inserido em um ambiente construído, permite tecer conjeturas contrárias àquelas que qualificam o processo de projeto como uma atividade linear. O exercício reforça o emprego de conceitos de ordenamento e organização

formal em um projeto (mesmo este sendo em um dos elementos que compõem o espaço – o plano de piso) e dá créditos a uma base cultural e ao conhecimento ante a criação, em oposição ao empirismo e à concepção formal “a partir do nada”, e valoriza o processo projetual utilizando como estratégia para a concepção a leitura visual de referenciais do patrimônio cultural.

No mesmo sentido, demonstra um distanciamento de teorias que neguem a vinculação de contextos ao ato criativo, pressupondo ainda a existência de etapas na transição entre elaboração conceitual e solução projetual, como considera Fayga Ostrower (2010) em sua bibliografia sobre processos criativos.

As sequências de transformação, o “ir-e-vir” entre a proposição do módulo e a composição do tapete total, o pensamento oscilante entre o geral (tapete) e o particular (módulo), representam uma circularidade entre duas etapas de concepção, um desenvolvimento projetual que busca a harmonização entre as partes e o todo compositivo, em várias etapas do processo criativo, e que estabelece uma forma não sequencial de projeção.

Além disso, a intervenção sobre os elementos de inspiração também é respaldada em processos de criação artísticos, onde tais elementos são inseridos em outro contexto que não os seu meio original, mas como referência. Essa intervenção sobre eles seria uma transformação: “Formar importa em *transformar*.” (OSTROWER, 2010, p. 51, grifos da autora).

É uma modificação das formas sob a observação, interpretação e intenção do autor, e ainda uma transferência simbólica ao objeto projetado, atrelando referência à criação projetual. Ocorre um direcionamento do aluno sem mecanizar os seus processos de pensamento a fim de não impedir o surgimento de ideias originais. É o ponto de equilíbrio ressaltado por Lawson (2011), e a valorização do repertório do autor, da sua “biblioteca”, dos seus registros mentais, e, como enfatizado na disciplina, que essas visualizações sejam também registradas em croquis, expandindo assim as possibilidades que ajudam a decidir em que direção seguir (HERTZBERGER, 1991).

Propor um novo padrão de desenho para um tapete de ladrilhos, pensar no todo e nas partes dessa composição é um exercício crítico inerente à

circularidade do processo conceutivo e de projeto e que procura contribuir para o aprendizado de sua prática. Testar o tapete por essas partes formado, fazer uma reflexão sobre a composição gerada, ajustar o desenho das unidades, modificá-las, inserir ou reduzir elementos formais, alterar medidas e geometrias, ou ainda outros ajustes necessários visando o resultado final, busca demonstrar a teoria estudada e instigar a autocrítica sobre a própria produção, uma vez que o autor deve experimentar tais possibilidades e ainda escolher dentre elas. Mesmo que alguma outra solução possa ter tido um resultado compositivo melhor do que a eleita e entregue para a avaliação acadêmica nesta disciplina, a passagem por outras soluções são consideradas e apreciadas, pois fizeram parte do processo conceutivo.

Os ladrilhos hidráulicos, enquanto bens culturais, participam da construção da paisagem urbana, como elementos significativos à memória espacial e coletiva da cidade, que se modifica e é reconstruída a cada tempo, a partir “do quadro social” (HALBWACHS, 1976) que se estabelece. Lembram o passado através da materialidade no presente. A preservação da memória dos ladrilhos hidráulicos, o estímulo ao seu estudo enquanto componente arquitetural e ao emprego em projetos contemporâneos resgata e valoriza aspectos culturais e estéticos do lugar, pois “[...] cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais” (SANTOS, 1996, p. 252.).

Trazer esses elementos ao conhecimento de um aluno iniciante em Arquitetura e Urbanismo, o coloca frente a uma diversidade de questões inerentes ao seu estudo, dentre os quais, o contexto urbano e a paisagem, o patrimônio histórico, os materiais construtivos, os elementos de composição, a inspiração e o repertório, a sustentabilidade, o desenho, e todo o conteúdo teórico que dessas pautas podem surgir. O ponto de partida histórico em meio ao reconhecimento de um ambiente construído tem a capacidade de ultrapassar os tempos e arremeter os participantes de experiências como estas à contemporaneidade na Arquitetura e Urbanismo. O resgate dos valores históricos, a contextualização de propostas atuais e a resignificação de elementos podem ser alguns exemplos dessa natureza.

A experiência aqui abordada se trata de uma atividade acadêmica de composição que não é isolada

no semestre. O desenvolvimento da habilidade compositiva tanto no campo bidimensional como no tridimensional deve ser exercitada no âmbito da arquitetura e urbanismo, e esta é a primeira atividade que aborda os conceitos relacionados com o processo de composição das formas e trabalha com um dos elementos que constituem

o espaço, o plano de piso, antecedendo outros exercícios que abordam o campo tridimensional. O exercício estimula que o processo não seja linear pela maneira como é orientado, e este é um dos pontos fortes a ser considerado independente da dimensionalidade do projeto.

## 4 REFERÊNCIAS

- CHING, FRANCIS D. K. *Arquitetura. Forma, espaço e ordem*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- CLARK, Roger H.; PAUSE, Michael. *Arquitectura: temas de composición*. México: Gustavo Gili, 1987.
- FREDERICK, Matthew. *101 lições que aprendi na escola de arquitetura*. São Paulo : Martins Fontes, 2009.
- GOMES FILHO, João. *Gestalt do Objeto*. Sistema de leitura visual da forma. São Paulo: Escrituras Editora, 2009.
- HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Mouton, 1976.
- HERTZBERGER, Herman. *Lições de arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 2015
- JANTZEN, Sylvio A. D. ; SILVEIRA JUNIOR, Antonio C. P; FERNANDES, Gabriel Silva. *É possível (aprender e ensinar a) projetar*. Pelotas: Editora Universitária UFPel, 2009.
- JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário Básico de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LAWSON, B. *Como arquitetos e designers pensam*. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
- MARTÍNEZ, Alfonso Corona. *Ensaio sobre o projeto*. Tradução Ane Lise Spaltemberg; revisão técnica de Sílvia Fischer. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.
- OSTROWER, Fayga. *Criatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- PERRONE, Rafael Antonio Cunha; VARGAS, Heliana Comin (orgs.). *Fundamentos de Projeto: Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1996, p.252
- STROETER, João Rodolfo. *Arquitetura e teorias*. São Paulo: Nobel, 1986.
- ZECHLINSKI, Ana Paula. P. ; ALMEIDA, Lílian B. ; OLIVEIRA, Ana Lúcia C. . *Ladrilho Hidráulico: tentativa de preservação*. In: XIII Salão de Iniciação Científica. X Feira da UFRGS, 2002, Porto Alegre. XIII Salão de Iniciação Científica. X Feira da UFRGS. Porto Alegre, 2002.
- WONG, Wucius. *Princípios de forma e desenho*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

TEORIA E

CONCEITO



# ARQUITETURA E SÍTIO: TRÊS MUSEUS DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE ÁLVARO SIZA

ARCHITECTURE AND SITE: THREE CONTEMPORARY ART MUSEUMS OF ÁLVARO SIZA

## NÓBREGA, LÍVIA MORAIS

Arquiteta e Urbanista, Mestre em Desenvolvimento Urbano, Professora Assistente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), livia.nobrega@ufpe.br

## MOREIRA, FERNANDO DINIZ

Arquiteto e Urbanista, Ph.D em Arquitetura, University of Pennsylvania Professor Associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Conselheiro Federal Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), fernando.diniz.moreira@gmail.com

### RESUMO

Este artigo explora a relação entre sítio e arquitetura, analisando três edifícios de museus de arte contemporânea, a partir das reflexões do crítico e teórico norte-americano David Leatherbarrow (2000, 2004). Os edifícios são projetos do arquiteto português Álvaro Siza: o Centro Galego de Arte Contemporânea (Santiago de Compostela, Espanha, 1988-93), o Museu de Arte Contemporânea da Fundação de Serralves (Porto, Portugal, 1991-99) e a sede da Fundação Iberê Camargo (Porto Alegre, Brasil, 2000-08). Distintos em localização e semelhantes em tipologia, os edifícios são entendidos por meio de cinco estratégias projetuais de relacionamento com o sítio.

PALAVRAS-CHAVE: Álvaro Siza; arquitetura; museus de arte contemporânea; sítio.

### ABSTRACT

This paper explores the relationship of site and architecture, analyzing three contemporary art museums buildings taking into consideration the reflections of north American architectural critic and theorist David Leatherbarrow (2000, 2004). The buildings, designed by the Portuguese architect Álvaro Siza, are the Galician Centre of Contemporary Art (Santiago de Compostela, Spain, 1988-93), the Museum of Contemporary Art of the Serralves Foundation (Porto, Portugal, 1991-99) and the headquarters of the Iberê Camargo Foundation (Porto Alegre, Brazil, 2000-08). Distinct in location and similar in type, those buildings are understood from five design strategies (MONEO, 2008) that relates them to their sites.

KEY-WORDS: Álvaro Siza; architecture; contemporary art museums; site.

## 1 INTRODUÇÃO

A noção de que a arquitetura moderna era um artefato supostamente universal e reproduzível, fez emergir críticas, entre 1950 e 1980, que reaproximaram-na do homem, da paisagem, do seu contexto e região, através da Fenomenologia (NORBERG-SCHULZ, 1979), do Contextualismo (ROGERS, 1954; ROSSI, 1966); e do Regionalismo Crítico (FRAMPTON, 1983; TZONIS, LEFAIVRE, 1990). Nos dias atuais, tem-se uma ênfase nas ferramentas digitais e tecnologias industriais, bem como a atuação dos *starchitects* nas mais diversas regiões do globo, que por vezes geram soluções distantes do sítio e da práxis humana. Além disso, a cultura da especialização também contribui para uma falta de diálogo entre as disciplinas da arquitetura, paisagismo e urbanismo (LEATHERBARROW, 2004). Se a simples retomada

de uma atitude regionalista ou tipológica parece não ser mais frutífera, faz-se necessário então buscar novas formas de entender e promover o diálogo da arquitetura com o seu sítio.

Para tal, este artigo busca compreender como arquitetos contemporâneos, nomeadamente o português Álvaro Siza, lançaram um olhar renovado para o sítio, tomando-o como partido do projeto. Desdobramento de uma pesquisa de mestrado (NÓBREGA, 2012), este artigo se detém nas estratégias projetuais (Moneo, 2008), mecanismos, procedimentos, paradigmas e motivos formais, identificados em três de seus projetos: o Centro Galego de Arte Contemporânea, o Museu de Arte Contemporânea de Serralves e a sede da Fundação Iberê Camargo, todos estes museus de

arte contemporânea. Embasado pelas reflexões de Leatherbarrow (2000, 2004) e apoiado nos textos, croquis, desenhos e em entrevistas fornecidas pelo próprio arquiteto, este trabalho busca apontar novos mecanismos de relação entre sítio e arquitetura por meio de reflexões sobre cinco estratégias projetuais.

## 2 ARQUITETURA, SÍTIO E NARRATIVA

As técnicas atuais de construção e a pré-fabricação impõem um grande desafio aos arquitetos: como fazer uma arquitetura original e adaptada ao lugar, se quase todos os elementos que irão compô-la já existem antes do projeto? Os estudos do crítico e teórico de arquitetura norte-americano David Leatherbarrow versam sobre projeto, técnicas construtivas e relação com o sítio, pois conceber a arquitetura como um kit de peças “muda a relação entre edifício e o potencial do seu sítio, permitindo a montagem e construção em qualquer lugar, em grande medida independentemente de suas condições locais ambientais e climáticas” (LEATHERBARROW, MOSTAFAVI, 1993).

O autor se debruça sobre obras de épocas e contextos distintos, desmistificando a ideia de que a arquitetura moderna era insensível ao sítio, e levanta reflexões que permitem dar continuidade a este debate, tomando o conceito de *topografia* como base para esta abordagem, agenciamento das condições do lugar, de potencial representativo, funcional e prático (LEATHERBARROW, 2004, p. 01). A topografia é o elo entre paisagismo, arquitetura e urbanismo, ao fornecer substrato criativo para a arquitetura. Apesar de Leatherbarrow não analisar obras de Siza, acreditamos que este entendimento é fundamental para uma compreensão renovada da sua obra.

Deste modo, foram identificadas nos textos do autor cinco estratégias projetuais de relação com o sítio: 1. apreensão do sítio e liberdade projetual; 2. construção como cultivo; 3. terraplanagem como estruturação; 4. sítio e materialidade; 5. fragmentação e frontalidade. Estas estratégias norteiam a análise dos três edifícios, museus de arte contemporânea que tem em comum o desafio de abrigar exposições complexas e plurais em termos de formatos e conteúdos.

O **Centro Galego de Arte Contemporânea** (CGAC, 1988-1993, Santiago de Compostela, Espanha) está situado em um terreno triangular pertencente ao

Convento de Santo Domingo de Bonaval, edificação do século XIII localizada em uma área de transição entre cidade antiga e a moderna, logo após a muralha. Prisma de planta triangular, o museu se desenvolve em três pisos. No semienterrado, encontram-se salas de exposição, espaços para oficinas e casas de máquinas. O piso acima, elevado em relação ao nível da rua, abriga a maior parte das salas de exposição, vestíbulo, sala de conferências, café e apoio. No segundo piso, encontram-se mais salas de exposição, biblioteca, administração e salas de reunião. A cobertura é um terraço ao ar livre que também permite receber exposições e eventos.

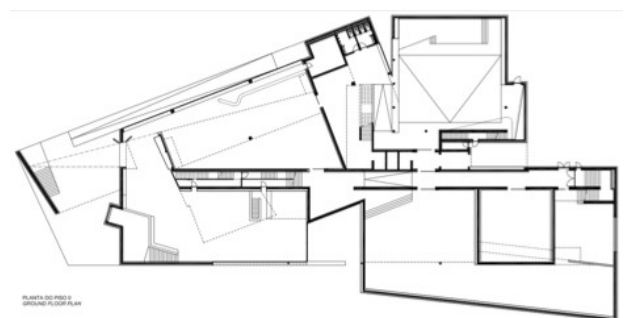
Quando se constrói a poucos metros de um edifício classificado como monumento nacional, como é o caso do convento de Santo Domingo de Bonaval, existe o receio de estragar tudo: por esta razão, foi-me pedido que “escondesse” o museu. Argumentei que um centro cultural é um edifício tão forte na vida da cidade que não pode ser um anexo de convento, ele próprio transformado agora em galeria de exposições. (SIZA, 1992, p. 71)

Figura 1 – CGAC.



Foto: Lívia Nóbrega.

Figura 2 – Planta baixa do piso 0 do CGAC.



Fonte: Casa da Arquitectura.

O **Museu de Arte Contemporânea da Fundação de Serralves** (MAC Serralves, 1991-1999, Porto, Portugal) está situado num parque de 18 hectares na cidade do Porto, que contém uma casa da década de 1930 com características Art Déco, jardins, passeios

e áreas de cultivo abertos ao público. O edifício está implantado próximo à esquina das duas ruas que delimitam a propriedade, devido à facilidade de acesso, ausência de árvores e distanciamento da casa existente. O museu se desenvolve em quatro pisos, com programa distribuído em uma estrutura em U, acessada por uma longa marquise pontuada pelos volumes da loja, próxima a rua, e do auditório, no percurso que antecede a entrada. Átrios fazem a distribuição entre usos abertos ao público (café, restaurante e livraria) e salas de exposição.

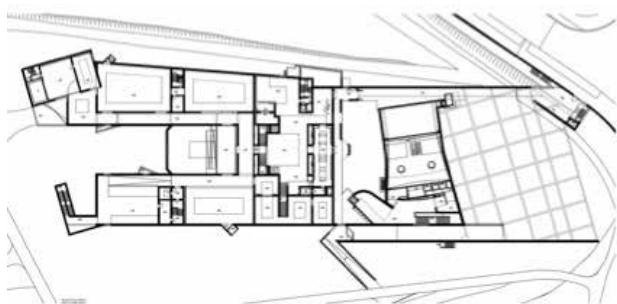
Um dos problemas principais consistia em limitar o impacto do edifício neste significativo conjunto, um jardim precioso. O terreno disponível, era uma ampliação recente da propriedade. As dimensões eram compatíveis com o programa, e a sua colocação, a uma cota inferior relativamente ao jardim principal, garantia que o novo edifício não fosse visível da casa. A única ligação possível entre o núcleo original e o museu é confiada assim aos percursos e à memória. (SIZA, 1998, p. 77)

Figura 3 - MAC da Fundação de Serralves.



Fonte: Casa da Arquitectura.

Figura 4 - Planta baixa piso 3 (acesso) do MAC Serralves.



Fonte: Casa da Arquitectura:

A **Fundação Iberê Camargo** (2000-2008, Porto Alegre, Brasil), foi encomendada com o propósito de abrigar adequadamente o vasto acervo de pinturas, tapeçarias, cerâmicas e gravuras do pintor Iberê Camargo, hoje conservadas num edifício emblemático que colocou a cidade na rota dos museus de arte contemporânea do Brasil. O terreno, cedido pela Prefeitura, é delimitado pela

Avenida Padre Cacique, que margeia o Rio Guaíba, e pela escarpa resultante da antiga pedreira. Suas dimensões e geometria, estreito e pequeno para o programa, deram enquadramento ao projeto. O edifício se desenvolve em dois corpos, um vertical - que abriga salas de exposições temporárias, dispostas ao longo de um átrio que perpassa os quatro pisos e ligadas entre si por rampas e passarelas em balanço; e outro horizontal - com dois pisos, um deles enterrado, que abriga café, oficinas e escritórios, comunicando-se pelo subsolo com o volume vertical. O estacionamento está situado no subsolo, abaixo da avenida.

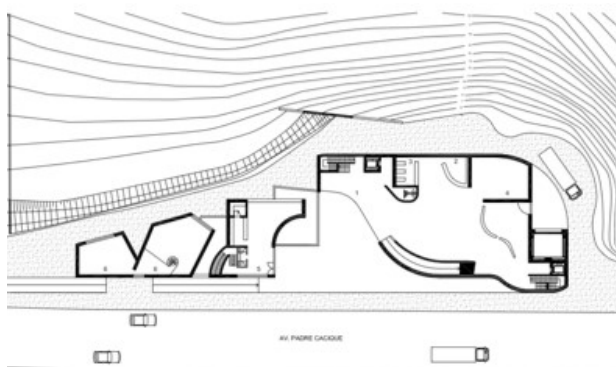
Era muito difícil, mas por outro lado de uma grande beleza. A situação era muito boa porque era ao longo de uma estrada, bem servido, fora, mas não muito do centro, com vista sob o centro da cidade, e sobretudo com aquela toalha d'água imensa, portanto um terreno extraordinário (SIZA, 2011).

Figura 5 - Sede da FIC.



Foto: Fernando Diniz Moreira.

Figura 6 - Planta baixa do piso 0 (nível de acesso) da FIC.



Fonte: Casa da Arquitectura.



### 3 ESTRATÉGIAS PROJETOIS DE RELAÇÃO ENTRE ARQUITETURA E SÍTIO

#### 3.1 Aprecensão do sítio e liberdade projetual

A liberdade, no processo projetual, pode ser preservada quando as leis da natureza são seguidas? Assumindo-se que limitações ou regras de algum tipo são necessárias no processo projetual, por imporem limites à plena liberdade, que tipo de regras estas poderiam ser? Elas são internas a uma disciplina, métodos de projeto ou de produção, por exemplo, ou são externas ao projeto, regras que derivam na natureza dos materiais de construção, por exemplo, ou regras do sítio? (LEATHERBARROW, 2004, p. 86)

A partir do estudo da obra de três arquitetos que trabalharam em épocas e contextos distintos. Leatherbarrow (2000) ressalta diferentes formas de apreensão do sítio. Em Alberti, século XV, o autor destaca o modo como este realizou os levantamentos de Roma, desenhando com mais detalhes os marcos da cidade e deixando vazios entre eles. Em Le Corbusier, nos anos 1920 e 1930, a visão a partir do avião possibilitou uma nova apreensão do território, que evidenciava os contrastes entre construído e natural, urbano e rural. Em Sverre Fehn, na década de 1950, o autor destaca a ligação das cidades marroquinas com a paisagem, fazendo-o questionar se a arquitetura moderna poderia estabelecer relações similares. As formas como estes arquitetos, captaram a essência dos lugares permite estabelecer uma primeira aproximação com a obra de Siza.

A forma como estes arquitetos observaram o sítio mostra como é a falsa noção de que existe um conflito entre a liberdade projetual e as restrições impostas por um sítio. Neste sentido, tem-se o desenho de observação como mecanismo que permite incorporar dados do sítio no projeto. Estas linhas podem ser definidas com base em processos abstratos, como nos grids geométricos de Peter Eisenman, ou concretos, como a incorporação da natureza das casas de Richard Neutra.

Quando comecei o projecto, a primeira ideia do empreiteiro foi afastar o museu, e construí-lo no interior do jardim, para evitar a proximidade com o convento. A cidade de Santiago toma especialmente cuidado dos seus monumentos, porque toda a cidade é um monumento. Contudo, ao estudar o terreno fiquei convencido de que devia reaproximar o museu da rua, para o separar claramente do jardim. (SIZA, 1994, apud BEAUDOUIN, MACHABERT, 2009, p. 139)

No CGAC, as características do sítio foram centrais para o projeto, como a localização num sítio histórico patrimônio mundial pela UNESCO, a proximidade de edificações relevantes e a existência de um amplo jardim com ruínas seculares na propriedade. Além disso, tem-se a tarefa de combinar estes fatores com

a construção de um museu de acervo variado e de espaços flexíveis para o recebimento de exposições de arte contemporânea com um programa edificado de quase 7 mil metros quadrados.

O projecto do museu encontra no desenho dos espaços verdes o seu epílogo. Graças a uma planta do século XVIII ficou clara desde logo a lógica de articulação e da própria organização do convento. Com muito trabalho e canseiras, foram descobertos o sistema de irrigação e a nascente, situada em local mais elevado, no bosque. Os antigos canais de granito foram trazidos à luz, juntamente com as fontes semidestruídas e as fundações de muros. (SIZA, 1998, p. 75)

Nesse processo de apreensão do sítio os jardins do convento tiveram um papel fundamental. As ideias iniciais previam a construção do museu afastado da rua e do convento, para proteger a edificação histórica de uma arquitetura que agredisse com a sua presença. Por meio do desenho, Siza toma consciência do sítio, dos jardins, de ruínas descobertas em escavações, de edificações preexistentes, da configuração topográfica do terreno e da relevância do edifício para a cidade, o que embasou sua decisão pela aproximação do museu do convento e da rua.

Figuras 7, 8 e 9– Convento, edificações e jardins existentes.



Fotos: Livia Nóbrega.

Figura 10 – Croqui do arquiteto.



Fonte: Casa da Arquitectura.

Uma característica que permeia o MAC de Serralves é a observação do sítio como partido, registrada em textos e desenhos que materializam seus elementos proeminentes e suas linhas de força. As preexistências, reveladas por meio deste processo, como os jardins, a casa existente, a vegetação do parque e os caminhos já consolidados, enquadram a aparente liberdade projetual inicial, cujo desafio era conciliar o extenso programa com a predominância da horizontalidade.

Um dos problemas principais consistia em limitar o impacto do edifício num jardim precioso, dos anos trinta, extensão de uma importante casa *déco*. O terreno proposto, o único disponível, era uma ampliação recente da propriedade. As dimensões eram compatíveis com o programa, e a sua colocação, a uma cota inferior relativamente ao jardim principal, garantia que o novo edifício não fosse visível da casa. A única ligação possível entre o núcleo original e o museu é confiada assim aos percursos e à memória (SIZA, 1998, p. 77).

Ao observar os croquis, nota-se a evolução de uma estrutura clássica e simétrica, que aos poucos vai se fragmentando e adequando ao sítio, mantendo a localização e a distribuição em duas alas com um átrio central, em sucessivas tentativas de aproximação na qual “uma das minhas pistas para definir a forma consistiu em posicionar-me em ângulos de visão muito diferentes, em todas as direcções” (SIZA, 1998, apud BEAUDOUIN, MACHABERT, 2009, p. 209). Conforme a evolução da proposta, aumenta o grau de informações nos desenhos e a inclusão das linhas de força do terreno e da vegetação circundante. O ato de se posicionar em ângulos distintos tem efeito também na definição dos espaços externos.

Figura 11 – Propriedade e jardins.



Fotos: Lívia Nóbrega.

Figura 12 – Propriedade e jardins.



Fotos: Lívia Nóbrega.

Figura 13 – Croqui.



Fonte: Casa da Arquitectura.

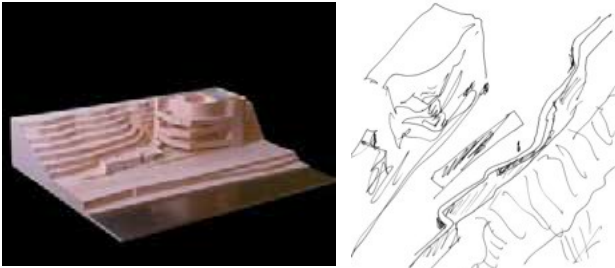
Na sede para a **FIC**, o processo de apreensão do sítio, ao contrário do que ocorre em muitos de seus projetos, tem início à distância, em Portugal. As primeiras vieram de fotografias e vídeos que mostravam o declive do terreno e da presença do rio. O estacionamento, devido à ampla dimensão, foi o ponto de partida para as primeiras soluções. Descartada a possibilidade de alojá-lo abaixo do museu, por razões técnicas, cogitou-se colocá-lo no cume do terreno, tendo em mente a Casa Mário Baía (Gondomar, 1983, não executada), mas o alto custo do terreno nesta região tornou impossível a solução (SIZA, 2005, apud BEAUDOUIN, MACHABERT, 2009). Por fim, alojou-se o estacionamento abaixo da avenida.

Ao longo da minha pesquisa, uma das orientações do projecto consistiu em criar uma fachada simétrica à linha que se desenha por trás do edifício: retomar na frente, a linha do cume. Para além do grande volume, concebi diversos pequenos corpos de edifício, ligados em cave, que abrigam ateliers para o ensino e um outro destinado à gravura (SIZA, 2005, apud BEAUDOUIN, MACHABERT, 2009, p. 245).



Após a primeira visita, “para aprofundar mais as coisas e conhecer uma quantidade de detalhes que não vemos a não ser no lugar” (SIZA, 2005, apud BEAUDOUIN, MACHABERT, 2009, p. 254) são reconhecidas as restrições do sítio, como a pouca profundidade de terreno plano e a encosta acidentada, absorvidas pelo projeto, como pode-se perceber na reverberação das linhas topográficas pelo volume principal.

Figuras 14 e 15 – Maquete física e croqui da FIC.



Fonte: Casa da Arquitectura.

### 3.2 Construção como cultivo

Negando o mito de que arquitetura moderna entendia o terreno como tábula rasa, Leatherbarrow (2004) usa o termo cultivo para mostrar que a construção pode cuidar, desenvolver e aperfeiçoar aspectos do sítio. Como exemplo, destaca o trabalho de Richard Neutra e do paisagista Garrett Eckbo como um método de “descoberta ou detecção do que está escondido em um lugar e a revelação dos seus ‘tesouros’” (LEATHERBARROW, 2004, p. 65).

A noção de construção enquanto algo cultivado a partir do sítio transforma o que a princípio poderia constituir um entrave em chave para a solução do problema, a partir intervenção humana e da manipulação do terreno. É importante reconhecer os limites entre arquitetura e natureza, como Neutra alertou ao afirmar que a criatividade da construção exige a implantação de elementos não presentes no território, e que um edifício deve se revelar como um artefato, algo construído e instalado no sítio, que termina por enriquecê-lo (NEUTRA apud LEATHERBARROW, 2004).

Na extremidade, deixei entrever a existência dos dois volumes retangulares, aparentemente autônomos, que articulei com o pórtico da fachada da igreja, para organizar uma espécie de pórtico de acesso ao jardim. Foi um espaço que teve necessidade de um controle perfeito da geometria. (SIZA, 1994, apud BEAUDOUIN, MACHABERT, 2009, p. 138)

No CGAC, o volume resulta do prolongamento de linhas dos muros e caminhos do jardim, da fachada do convento e seu pátio e dos limites do terreno. Destes

eixos, são definidos dois volumes alongados que se cruzam, cuja terceira face é encerrada pelo volume do auditório, e definem a entrada do edifício e o acesso aos jardins. Neste ponto de acesso, há semelhança de proporções da nova construção com o convento. Contudo, o caráter cego do volume distancia as duas obras, sem mimetizar-se com a fachada antiga. As linhas do entorno, convento e edificações vizinhas, são base para a definição do volume e uma rua interna é criada com proporções semelhantes a da rua existente. O espaço entre a nova edificação e o convento afunilam o recinto e marcam o acesso aos jardins, criando uma entrada tangencial para o pátio, comum nas quadras tradicionais espanholas, fragmentando o tecido do conjunto e reverberando a configuração da cidade tradicional.

Para além disso, eu aspirava, por opção pessoal, a uma organização em salas geometricamente regulares, quadradas ou rectangulares. Foi por isso que estabeleci duas sequencias de espaços rectangulares, dois braços separados por um espaço triangular que se transformou num pátio interior com pé direito duplo. (SIZA, 1994, apud BEAUDOUIN, MACHABERT, 2009, p. 138)

O cruzamento das duas barras define um átrio triangular com pé-direito duplo que faz a distribuição para os dois níveis de galerias e auditório. Assim como os percursos do jardim, descontínuos e fraturados, se articulam os espaços internos do museu. A partir deste átrio se tem acesso às salas de exposição, neutras devido à diversidade da arte contemporânea, mas nem por isso iguais. Todas deixam transparecer internamente sua localização, pela iluminação (artificial, natural ou mista), aberturas e elementos arquitetônicos (pontes, pilares e mezaninos), que por vezes são suporte para a arte.

Figura 16 – Maquete física.



Fonte: Casa da Arquitectura.

Figura 17 - Átrio de entrada.



Foto: Livia Nóbrega.

O MAC de Serralves desenvolve-se no eixo norte-sul, do ponto de acesso, na cota mais alta, a um antigo caminho e pátio preexistentes, em cota inferior, que levam ao bosque. O museu é um grande percurso, desenrolar sequencial de espaços ligado à configuração do terreno, à paisagem e às exigências do programa. Da rua vê-se o pátio de entrada com uma marquise de acesso do museu. A seguir, tem-se uma bifurcação demarcada pelo volume da loja que leva aos jardins (de entrada franca) e à bilheteria. O percurso é delimitado pelo piso em pedra, pelo muro que vem desde a rua, e por uma marquise que muda de altura e direção no trajeto. O longo percurso é atenuado por variações nas vistas, alturas, largura dos passeios e ângulos das formas, num abrir e fechar de visadas que vai conferindo interesse ao trajeto. Ao passar pelo auditório e bilheteria, tem-se um pequeno pátio pontuado por uma única árvore, que antecede a entrada ao museu. Todo o percurso é feito num suave declive da rua até a entrada.

A arquitetura do museu não pode ser senão clássica, provavelmente, distante ou cuidadosa em relação à Geografia e à História; a própria rampa de Lloyd Wright imobiliza-se subitamente. Assim é a arquitetura dos museus, idealmente sem paredes, nem portas, nem janelas, nem todas essas defesas por demais evidentes, pensadas e repetidas. (SIZA, 2005, apud MORAIS, p. 320)

Em Serralves, Siza opta por uma estrutura espacial clássica, com salas em sequência, com espaços que vão sofrendo torções para se adequar ao terreno. O museu desenvolve-se a partir de um átrio “que tem como referência o da casa déco” (SIZA, 1998, p. 81), que distribui os espaços de apoio e salas do museu. As salas se articulam em U, formando um pátio externo na porção mais baixa, aberto para uma alameda arborizada. Assim como no parque, o percurso pelas salas também é labiríntico.

Nos museus a luz faz-se doce, cuidadosa, impassível de preferência, e imutável, É preciso não ferir, é preciso não ferir os cuidados de Vermeer, não se deve competir com a violenta luz de Goya, ou a penumbra, não se pode desfazer a quente atmosfera de Ticiano, prestes a extinguir-se, ou a luz universal de Velásquez ou a dissecada de Picasso, tudo isso escapa ao tempo e ao lugar no vôo da Vitória de Samotrácia. (SIZA, 2005, apud MORAIS, 2009, p. 319)

O trabalho com a luz natural também é notável. As salas de exposição de Serralves são neutras e amplas, para flexibilizar o arranjo das exposições, e se distinguem por explorar distintas formas iluminação. Em alguns casos, as claraboias são visíveis e em outros ocultas em rasgos e mesas invertidas, combinando luz natural e artificial. A luz também entra pelas aberturas que enquadram a paisagem, fazendo das vistas mais uma obra a ser contemplada. Nas fachadas, as aberturas são sacadas e emolduradas, direcionando o olhar para o bosque como uma espécie de binóculos.

Figuras 18 e 19 e 20 – Pátio que antecede a entrada ao MAC de Serralves, sala de exposição e exemplo de abertura.



Fonte: Casa da Arquitectura.

Na FIC, o extenso programa e a pouca profundidade do terreno geraram dois volumes, vertical, que não ultrapassa a encosta, e horizontal, com três blocos ligados entre si. O bloco vertical reverbera as linhas topográficas no desenho das passarelas em balanço. A forma enroscada como um maciço rochoso atende as demandas programáticas, configurando a experiência espacial que se tem ao percorrê-lo. A pouca profundidade do terreno é trabalhada num ziguezague dos percursos, aumentando as distâncias e prolongando a transição entre pisos e a experiência do edifício. Tem-se uma sequência de três salas em L por piso voltadas para um átrio e um jogo de túneis – que são, de fato, rampas muito suaves – em balanço, formando um átrio externo que antecede a entrada ao edifício.

Os espaços de exposição e circulação são distintos. A sinalização gráfica convida o visitante a percorrer o edifício do último ao primeiro piso. O percurso é caracterizado por três momentos: espaços de exposição (salas homogêneas e ortogonais, com pé-direito duplo), espaços de circulação (rampas que contornam o átrio e permitem a visualização dos três pisos) e túneis isolados do restante dos espaços. Ao fazer este percurso descendente o visitante transita entre espaços amplos e claros, e espaços de menor escala e iluminação, com janelas pontuais e aberturas zenitais, diferenciando os momentos de experimentação da obra de arte e do edifício, como um abrir e fechar de olhos.

Com os anos, Siza conseguiu desenhar, como poucos o fizeram, janelas lindas que, quase sempre, se abrem em direcção a contextos cenográficos originais. Posso afirmar que a naturalidade da obra de Siza se encontra no projecto da janela. (SOUTO MOURA apud NUFRIO, 2008, p. 57)

A relação hermética entre edifício e paisagem é devida ao rigoroso controle da iluminação, temperatura e umidade para conservação das obras de arte. Contudo, ao percorrê-lo, as aberturas enquadram a paisagem em pontos específicos. Esta distinção entre espaços de exposição e circulação permite maior liberdade na disposição das aberturas, localizadas nas circulações, rampas e passarelas. O Rio Guaíba e o *skyline* de Porto Alegre são trazidos para perto, sendo também obras de arte a serem contempladas.

Figuras 21, 22 e 23 - Salas de exposição vistas a partir do átrio e túneis rampados de circulação.



Fotos: Fernando Diniz Moreira.

### 3.3 Terraplenagem como estruturação

Leatherbarrow afirma que “a arquitetura pode ser entendida como uma ‘aflorescimento’ cultivada e construída a partir de um sítio” (2004, p. 17). Como exemplo da de um edifício cujo projeto teve início com o corte da terra e com os atos de escavar e estender, prolongar e continuar, ele cita o *Neurosciences Institute*, de Williams & Tsien (2004, p.23). A terraplenagem contribui para esta estruturação, ao permitir que o edifício reconheça particularidades do sítio num tempo em que materiais e tecnologias independem da sua situação:

Como o projeto de um edifício pode reconhecer as particularidades do sítio quando as práticas construtivas utilizam elementos e tecnologias que não obedecem a obrigações territoriais? Os materiais construtivos encontrados no entorno ainda desempenham algum papel na determinação da forma arquitetônica, sabendo-se que existem novas alternativas menos dispendiosas e mais vantajosas? (LEATHERBARROW, 2004, p. 21)

No CGAC podem ser observadas intervenções na topografia que ordenam o programa e jardins do convento. O jardim “articula-se por meio de subidas rápidas, com escadas, e de algumas rampas, que tem um desenvolvimento em ziguezague” (SIZA, 1998, p. 75), caráter mantido pelo projeto. A pesquisa sobre o arranjo do jardim e a descoberta de terraços permitiu considerá-lo. O plano do jardim parece irregular, mas o estudo da topografia explica o porquê desses ângulos e mostra que os terraços são um meio de regular os ângulos do próprio edifício (SIZA apud BEAUDOUIN, MACHABERT, 2009, p. 141).

A topografia foi evidenciada por muros e caminhos em pedra e restauro de estruturas existentes, que reforçam linhas arqueologicamente encontradas de um caminho d’água. No encontro do edifício com o jardim, um pequeno saque, que internamente abriga salas de exposições enterradas, faz a transição entre museu e jardim, absorvido pela topografia como um longo muro de contenção. O desnível do terreno é aproveitado com o encaixe de uma lâmina na diferença de cotas, onde são situadas salas de exposição e sanitários. A diferença de cotas entre a rua e o nível do acesso é vencida por uma longa rampa paralela à face leste do edifício que leva a um pequeno pátio coberto que antecede a entrada.

O acesso ao pátio de entrada também pode ser feito por uma escada, enclausurada entre muros de



pedra como as escadarias tradicionais da cidade. A parte posterior desta plataforma de entrada, que se volta para o convento, atinge a cota do interior do terreno. Ao observar a empena lateral que delimita esta plataforma pode-se observar a pendente original do terreno e o rasgo longitudinal que solta a empena do piso da plataforma, ressaltando o contraste entre aterro e topografia preexistente.

Figura 24 - Trabalho com a topografia do sítio.



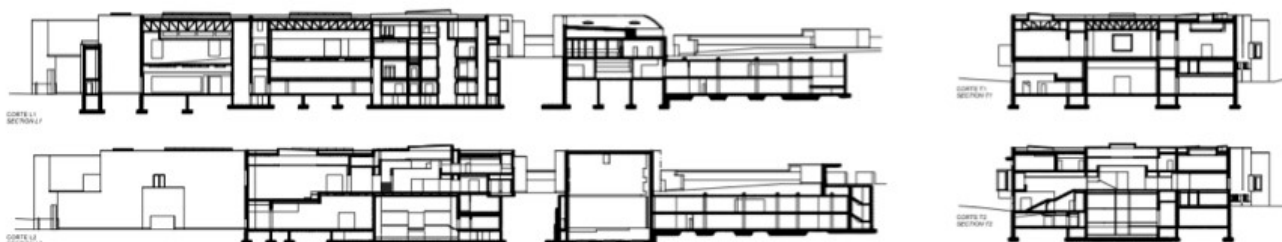
Fotos: Lívia Nóbrega.

Figura 25 - Trabalho com a topografia do sítio.



Fotos: Lívia Nóbrega.

Figuras 26 - Cortes longitudinais e transversais que mostram o encaixe dos espaços no terreno.



Fonte: Casa da Arquitectura.

No exterior, o MAC de Serralves repousa suave sobre o terreno, mantendo a horizontalidade do sítio. Para atingir esta expressão, o edifício encaixa parte do programa no terreno. Estes recursos são de difícil percepção devido à relação imbricada entre edifício e terreno. O edifício aparenta ter um pavimento no início do percurso. Contudo, nos cortes, nota-se o encaixe no terreno, atingindo quatro pisos.

O terreno declina do nível da rua ao interior, nos sentidos norte-sul e leste-oeste. O percurso tem início no terceiro piso do edifício. As salas de exposição distribuem-se em dois níveis de pé-direito duplo que geram quatro pavimentos de pé-direito simples. São feitos aterros e escavações, num jogo de adequação ao terreno. As partes enterradas concentram-se junto ao acesso (cota mais alta). A entrada é um aterro, onde um lanço de escadas liga o pátio a uma cota inferior, que dá acesso ao estacionamento. Os dois pisos de estacionamento estão encaixados na parte frontal do terreno, abaixo do grande pátio gramado que antecede a entrada ao edifício.

Na ala leste do edifício concentram-se espaços maiores, como salas de exposição com pé-direito duplo, em parte enterrado ou semienterrado, iluminados por janelas altas. A biblioteca, por exemplo, localizada no nível mais baixo, captura luz natural por uma abertura superior, onde se percebe o espaço escavado no terreno. Na ala oeste, cotas mais baixas, são feitas poucas modificações de terra e situadas, no nível superior, salas de exposição e, no nível inferior, espaços de uso interno do museu. Como o terreno é mais baixo nesta ala, as salas abrem direto para o exterior.

No edifício da FIC, os recursos de terraplenagem como modo de estruturar o edifício estão presentes na criação de um subsolo que une os blocos vertical e horizontal, que aparecem como independentes a partir do exterior. Neste subsolo estão situadas as áreas de reserva técnica, auditório e escritórios (abaixo do volume vertical); cafés, atelier de gravura e salas multiuso (abaixo do volume horizontal) e estacionamento (abaixo da avenida).

O principal ponto a ser observado sobre o manejo do terreno é o modo como abre pequenas clareiras no volume horizontal, na face voltada para o interior do lote, criando pátios para captura de iluminação e ventilação natural. Os espaços que não se voltam para estes pátios, possuem pé-direito duplo, com janelas altas, acima da cota da rua. Este manejo do terreno também se observa no percurso de acesso ao edifício. Para os que vem do estacionamento, a ligação entre o nível inferior e o nível da rua é feita por uma escada confinada que direciona o olhar para o edifício e abre a vista para a paisagem do Rio Guaíba. Uma suave rampa se transforma em plataforma e conduz o visitante do estacionamento ao pátio de entrada, unificando os dois volumes.

Figuras 27 – Corte longitudinal que mostra o encaixe dos espaços no terreno.



SOMMA

Fonte: Casa da Arquitectura.

### 3.4 Sítio e Materialidade

Em *On Weathering* (1993), Leatherbarrow e Mostafavi tratam da questão do envelhecimento dos materiais ao longo do tempo e as implicações filosóficas e éticas deste processo na arquitetura. Se marcas do tempo podem ser positivas para a aparência, elas poderiam ser previstas se esta escolha levasse em consideração as características do ambiente. Os autores mencionam neste livro Siza como um arquiteto que utilizou os materiais sabiamente, de acordo com as condições ofertadas.

No CGAC, a relação entre sítio e materialidade é marcada por aproximações e distanciamentos. Neste edifício, todos os seus revestimentos externos são em granito, típico da cidade gaiega. Contudo, seu tratamento serrado e seu emprego em extensas superfícies cegas e de geometria rígida, cria um contraste entre essas e o convento.

Isto ajudou a uniformizar a textura do edifício, que pretendia se misturar aos seus arredores. [...] O edifício era visto não como um objeto colocado no sítio, mas como algo que “crescia” a partir deste sítio. A ligação de um edifício com o seu lugar normalmente envolvia superar a distinção tradicional entre o plano da terra e o plano do edifício, resultando na ausência de um dado único e na aparente emergência do edifício a partir do lugar – “não sobre, mas com” a topografia. (LEATHERBARROW, MOSTAFAVI, 1993, p. 107)

A citação acima de Leatherbarrow e Mostafavi que de fato refere-se ao edifício da *John Deere & Co.*, de Eero Saarinen (1963), também pode ser utilizada para se referir ao CGAC. Os efeitos da pátina sobre a pedra registram a passagem do tempo no edifício. O contraste inicial, entre o caráter rugoso, rebuscado e escuro das fachadas do convento e as superfícies cegas, claras e polidas em granito do museu, reduz, conforme o edifício envelhece, sem diminuir sua autonomia e seu testemunho de um espírito de época. Apesar do uso da pedra aproximar o museu das construções tradicionais, o emprego sobre uma estrutura de concreto com os grandes vãos deixam evidentes a sua época. Na empena de entrada é aberto um rasgo estreito e comprido que marca a entrada do edifício, sustentado por uma longa viga e dois pequenos pilares metálicos, revelando a função estritamente epitelial da pedra e marcando o caráter temporal do edifício, que permite uma visão da cidade ao longe e confere leveza ao volume.

Como em outros projetos de Siza, no MAC de Serralves na relação entre sítio e materialidade aproxima e distancia o edifício da paisagem. As fachadas são superfícies brancas emmassadas, características de edificações tradicionais portuguesas, que revelam a pátina com mais evidência, exigindo uma manutenção sistemática. Em contrapartida, atento a esse metabolismo do sítio e dos materiais, toda a base do edifício, ponto de contato direto com o solo e com o público, é circundada com uma espécie de alto rodapé, com cerca de um metro e meio de altura, de modo a minimizar estes efeitos de desgaste, intempéries e envelhecimento. Em alguns pontos, como escadas, rampas e muros ao redor do edifício, a pedra é utilizada para conter o terreno e delimitar percursos que ligam o museu diretamente aos jardins, fazendo remeter aos tradicionais muros e jardins românticos da cidade.

Figura 28 – CGAC em 2011.



Foto: Lívia Nóbrega.



Figura 29 – Serralves. Percursos ao redor do museu.



Foto: Livia Nóbrega.

No caso da **FIC**, a relação entre sítio e materialidade se dá por meio do contraste entre o concreto branco e a cobertura verde da encosta. O emprego deste material reforça a presença do edifício na paisagem, bem como o caráter simbólico de seu aspecto maciço e pétreo, em memória a antiga função do terreno (uma antiga pedreira). Seu sistema monolítico de execução é todo em concreto branco armado. Assim como em Serralves, para além do concreto branco, tem-se uma plataforma em granito cinza que faz o embasamento do edifício no chão, também prevenindo das intempéries e desgastes.

Figuras 30 e 31 - Contraste edifício e paisagem e textura das formas de concreto.



Fotos: Fernando Diniz Moreira.

### 3.5 Fragmentação e frontalidade

Nos anos 1970 e 1980, arquitetos como Rossi, Graves e Venturi utilizaram a dimensão pictórica dos edifícios para rearticular motivos históricos do entorno. A prática de compor as fachadas, de enfatizar o aspecto frontal e pictórico dos edifícios ainda persiste, pois a fachada é tida como algo que identifica o edifício e determina sua imagem. Leatherbarrow (2000) critica a ênfase na composição das fachadas, sobretudo frontais, pois estas nunca são vistas de forma bidimensional, ou seja, quando nos aproximamos dos edifícios não os percebemos enquanto fachadas, mas como estruturas ou volumes que se fragmentam ou para atender a necessidades práticas ou se acomodar a restrições do sítio.

É possível atribuir significado a arquitetura sem ser recorrer a uma mera exibição ou demonstração de imagens? O que envolveria o desenho de uma arquitetura não-cenográfica? Como podemos falar de tal arquitetura ou descrevê-la sem imediatamente transformá-la naquilo que queremos evitar, outro conjunto de objetos-para-serem-vistos ou, mais ambiciosamente, para serem lidos? (LEATHERBARROW, 2000, p. 77)

Leatherbarrow ressalta outras formas de conceber o projeto, favorecendo a experimentação e a noção do todo. Esta ênfase na dimensão pictórica fica evidente quando o autor compara o contraste entre a fachadas frontal x fundos. Enquanto a frontal prevê a contemplação, a fachada dos fundos confunde-se com as edificações vizinhas. O que poderia parecer negativo, é apenas a revelação do programa e das condicionantes. Neste sentido, destaca as diferenças entre duas casas de Adolf Loos. A fachada frontal da Casa Tzara (Paris, 1926) enfatiza o caráter pictórico, enquanto a dos fundos é fragmentada pela sobreposição e escalonamento dos terraços. Já na Casa Rufer (Viena, 1922), a noção de fragmentos permeou todas as fachadas. Portanto, pode-se afirmar que a substância externa de um edifício pode ser obtida não somente pela incorporação de motivos dos seus arredores, mas da topografia e da práxis humana. Estes exemplos trazem novas possibilidades de entendimento do edifício e evidenciam a sensibilidade com que arquitetos como Siza concebem o projeto.

Alteramos os muros, revelamos os terraços e um sistema de irrigação muito racional, com elementos em pedra, fontes, etc. Era preciso então prolongar a lógica do jardim e a sua interdependência com o convento, que determinou o volume do museu, como um molde, como um negativo rigoroso. A forma triangular do edifício provém do movimento em leque dos muros do jardim, que termina na rua sobre a qual dá a fachada do museu. (SIZA apud BEAUDOUIN, MACHABERT, 2009, p. 153)

No CGAC, a fragmentação e frontalidade pode ser entendida de formas distintas e opostas no modo como o conceito de fragmento é abordado. De um lado, nota-se a conexão entre as partes, museu, convento e jardins, conformando um conjunto coeso e único, onde “o estudo atento da relação preexistente entre as partes que constitui o *incipit* no projecto do próprio museu” (SIZA, 1998, p. 75). A partir da rua tem-se um volume único, monolítico, definido por um rasgo central, uma rampa que percorre toda a fachada da rua, uma extensa superfície cega e um vazio que marca a entrada do edifício.

Assim, foi preciso conciliar as particularidades do programa e as condicionantes da parcela. Há também um outro acidente na configuração do terreno, ao nível da curva da rua e da ruptura da pendente, que provocou uma torção do edifício. A outra razão para a quebra tem a ver com o comprimento do edifício, que parecia desmesurado em relação ao convento; era necessária uma fragmentação do volume. (SIZA, 1994, apud BEAUDOUIN, MACHABERT, 2009, p. 138)

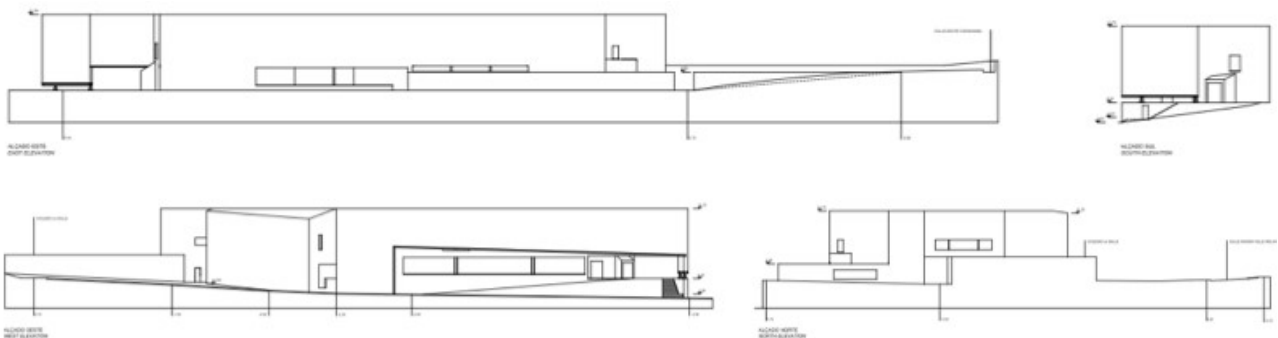
Contudo, ao percorrer os arredores nota-se que são feitas fraturas no volume devido às linhas do jardim, faces do convento e configuração do terreno. No encontro do museu com o convento, que é o encontro das alas, observa-se um deslocamento, onde a ala interna é recuada para criar uma pequena praça, um vazio para contemplação do

edifício histórico, criando um distanciamento físico e simbólico entre as construções. Entre a ala norte e sul, paralela à rua, e o volume do auditório, também é feita uma fragmentação, como uma fenda aberta entre duas rochas.

Esta articulação define, em planta, dois triângulos, que não podiam, obviamente aparecer como espaços residuais. Pelo contrário, reivindicavam um justo protagonismo, pois além do mais estavam colocados em pontos nevralgicos. O primeiro destes espaços intersticiais está colocado entre o auditório e o átrio e resulta exterior ao longo de toda a altura do edifício. Esta solução, alcançada muito lentamente é estritamente dependente do plano elaborado para os edifícios que se encontram do outro lado da rua. (SIZA, 1998, p. 73)

No interior do lote, vê-se a conexão das duas alas e o desencontro entre estas, reforçando a autonomia de cada bloco, paralelos e perpendiculares em relação aos muros do jardim e as faces do museu. A acomodação fraturada do edifício em concordância a morfologia do terreno e o respeito ao convento e às ruínas de seu jardim evidenciam o modo como este acomodase à topografia, aproveitando suas características naturais. A presença neutra do museu confere coerência ao sítio, numa relação imbricada do edifício com o contexto, sem contudo diminuir sua autonomia e sua importância para a cidade.

Figura 32 – Elevações do CGAC.



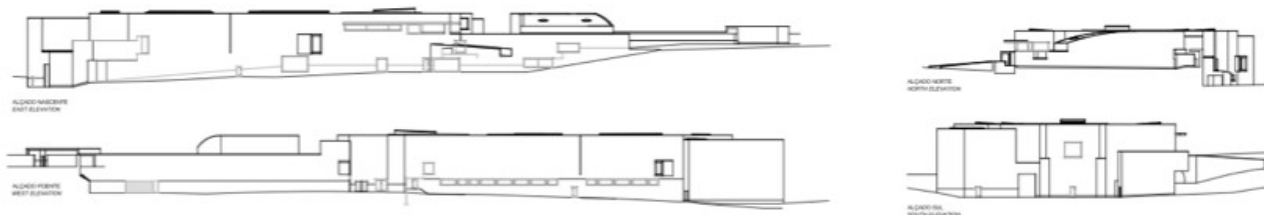
Fonte: Casa da Arquitectura.

O edifício nunca é visível na sua totalidade. Quando se dá a volta, veem-se fragmentos, grandes panos de parede, mas nunca a totalidade do edifício, sendo a percepção interrompida pelas árvores. Apenas mais tarde tomei consciência de que, no momento do estudo, tinha desenhado uma quantidade de vistas aéreas: uma forma de controlar uma definição formal que não chegava senão por fragmentos e nunca por inteiro. Os desenhos do edifício visto de cima asseguravam a coesão, que não se percebe na realidade. Era necessário que tudo formasse um conjunto, evitando a dispersão, a fragmentação, apregoada por algumas pessoas. (SIZA, 1998, apud BEAUDOUIN, MACHABERT, p. 209)

No MAC de Serralves, o museu parte de uma estrutura clássica que vai sofrendo distorções em função do sítio. No seu exterior não se tem uma

leitura clara do todo. As aberturas não seguem uma ordem compositiva, mas sim são respostas diretas às questões colocadas pelo projeto. Os volumes também são fragmentados para se adequar ao terreno. Na cota mais baixa, o volume do museu, que não é totalmente absorvido pela diferença de cotas, revela-se com mais imponência. As quebras nas quinas diminuem a altura do edifício nestes pontos, atenuando a diferença de altura e diminuindo o impacto no terreno. Contudo, estas manipulações volumétricas não diminuem sua presença na paisagem, sendo difícil resumi-lo em um único croqui ou gesto arquitetônico.

Figura 33 – Elevações do MAC de Serralves.



Fonte: Casa da Arquitectura.

Se, à primeira vista, aparenta repousar horizontalmente sobre o terreno, um olhar atento permite ver que para alcançar tal expressão foram pensadas sucessivas transformações do projeto, utilizados complexos recursos para encaixar o programa, levados em conta os percursos dos jardins preexistentes e pensadas aberturas para enquadrar a paisagem, numa sucessão de fragmentos distintos que através da experimentação podem ser apreendidos em sua totalidade.

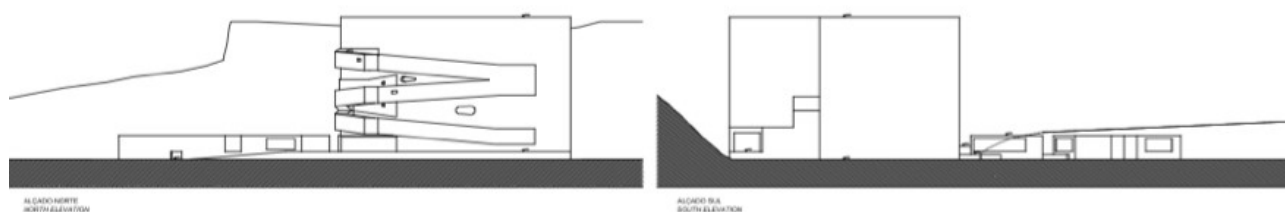
Por fim, na sede da **FIC**, a fragmentação pode ser entendida em escalas distintas. Um dos edifícios mais icônicos de Siza, sua imagem se revela de modo claro e frontal, sobretudo o volume principal. Contudo, ao observar a inserção do edifício no sítio, pode-se perceber esta imagem vem das linhas do terreno. Neste sentido, a fragmentação opera tanto na escala do conjunto, onde este é dividido em dois blocos distintos, quanto na escala dos blocos isoladamente. As fraturas do bloco vertical advêm da combinação entre configuração do terreno, dimensões do programa e intenção de prolongar a exploração da experiência espacial ao longo do edifício diante do

pouco espaço disponível. Já o volume horizontal, que a partir da rua aparenta ser único, é também fraturado em três pequenos blocos.

Antes de chegar a Porto Alegre, atravessamos de avião um espaço que parece não ter fim. Até o tempo parece esticar. Do alto, sentimos já que estamos em presença, no Brasil, de outras dimensões. Apercebemo-nos também disso pelo contacto com as pessoas, que são desinibidas. Explico essa ausência de complexos como um dos efeitos da escala, da geografia. (SIZA, 2005, apud BEAUDOUIN, MACHABERT, 2009, p.248)

A vastidão da paisagem e a sensação de prolongamento do espaço e do tempo, percebidos na vista de Porto Alegre através do avião, foram transpostos para o edifício. A inserção de parte do programa no subsolo permitiu que os espaços pudessem ser trabalhados de modo a incorporar estes valores, através da sensação de amplitude que se tem ao entrar no edifício, devido ao átrio que percorre os seus quatro pisos; da internalização da paisagem em pontos específicos do percurso e do alongamento do tempo e do espaço, devido ao prolongamento dos percursos ao redor das salas e dos pisos.

Figura 34 – Elevações da sede da FIC.



Fonte: Casa da Arquitectura.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento destes três museus a partir das estratégias projetuais que os aproximam do sítio, além de mostrar novas formas de concepção arquitetônica, faz também com que seja possível refletir sobre seus espaços e objetos edificados

resultantes. Neste sentido, foram identificadas semelhanças e diferenças entre os três exemplos, que podem abrir novas possibilidades para investigações futuras, em especial no que diz respeito à morfologia destes edifícios.

Pode-se afirmar que o CGAC e o MAC de Serralves possuem uma maior semelhança do ponto de vista morfológico, onde espaços de circulação e exposição são indissociáveis. Em contraste, o edifício da FIC apresenta uma configuração bastante distinta, no qual os espaços de

circulação são dissociados dos espaços de exposição. Estas duas configurações espaciais distintas despertam para o entendimento da relação entre espaço edificado e transmissão da mensagem curatorial exposta, ou, em outras palavras, da relação entre arquitetura e narrativa.

## 5 REFERÊNCIAS

- BEAUDOUIN, L.; MACHABERT, D. Álvaro Siza – *Uma questão de medida*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009.
- FLECK, Brigitte. *Álvaro Siza*. Basel: Birkhauser Verlag, 1992.
- FRAMPTON, K. (1983). Perspectivas para um regionalismo crítico. In: NESBITT, Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 503-519.
- LEATHERBARROW, D. *Topographical Stories: studies in landscape and architecture*. Pennsylvania: UOP Press, 2004.
- LEATHERBARROW, D. *Uncommon Ground: Architecture, Technology and Topography*. Cambridge: MIT Press, 2000.
- LEATHERBARROW, D. MOSTAFAVI, M. *On Weathering: The Life of Building in Time*. Cambridge: The MIT Press, 1993.
- MONEO, R. *Inquietação teórica e estratégia projetual na obra de oito arquitetos contemporâneos*. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- NÓBREGA, L. *Sensibilidades topográficas em Álvaro Siza*. 2012. 205 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- NORBERG-SCHULZ, C. *Genius Loci. Towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1979.
- ROGERS, Ernesto N. La responsabilità verso la tradizione. In: *Esperienza dell'Architettura*. Milão: Skira, 1997. p. 267-279.
- ROSSI, A. (1966). *A arquitetura da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- SIZA, A.. *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70, 1998.
- TRIGUEIROS, L. (Ed.). *Álvaro Siza: 1986-1995*. Lisboa: Blau, 1995.
- TZONIS, A.; LEFAIVRE, L. Por que regionalismo crítico hoje? In: NESBITT, K. *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia poética (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, 2008. p. 520-532.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

# HABITAR DOMÉSTICO: NOTAS SOBRE A AMBIÊNCIA NO HABITAR DOMÉSTICO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

HOUSEHOLD HABITAT: NOTES ABOUT THE DOMESTIC AMBIENCE IN SHELTERS FOR SOCIALLY VULNERABLE CHILDREN AND ADOLESCENTS

**SAVI, ALINE EYNG**

Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina – PósARQ, arquiteta.alinesavi@gmail.com

**DISCHINGER, MARTA**

PhD, Universidade Federal de Santa Catarina – PósARQ, martadischinger@gmail.com

## RESUMO

Ao longo da história social brasileira, a criança e o adolescente foram assistidos com princípios baseados na vigilância e isolamento. A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990 e a lei nº 12.010 de 2009 modificaram esse quadro, criando formas de atendimento como o acolhimento institucional. O modelo não isola, salvaguarda a saúde, educação e moradia; assiste ambos os sexos entre zero e dezoito anos, em processo de adoção ou não, com ou sem família direta ou estendida. Os internos permanecem sob a tutela do Estado até que os motivos da institucionalização sejam sanados. O processo deveria ser transitório, mas leva meses ou anos. A legislação controla esse atendimento, contudo é generalista quanto ao ambiente construído. As edificações utilizadas são alugadas e adaptadas ao uso, sem considerar a ambiência do habitar doméstico. O presente artigo busca, através do aporte teórico, caracterizar a ambiência do habitar doméstico e refletir seus possíveis rebatimentos sobre a situação do acolhimento institucional. Afinal, o ambiente construído influi na adaptação humana, e uma arquitetura não adequada ao usuário pode dificultar a execução de tarefas simples, excluindo ao contrário de incluir. É indiscutível que promover a interação entre espaços, pessoas e atividades pode criar condições para uma vida confortável e facilitada durante o período de institucionalização, permitindo a admissão segura e eficiente no habitar doméstico, além de garantir a inclusão, tão almejada pela legislação brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** habitar doméstico; ambiência; acolhimento institucional; crianças e adolescentes.

## ABSTRACT

Throughout Brazilian social history, children and adolescents were assisted with principles based on surveillance and isolation. Approval of the Statute of Children and Adolescents (ECA) in 1990 and Law No. 12,010, 2009 modified the frame, creating forms of care such as residential care. The model does not isolate and safeguard the health, education and housing; assists both sexes between zero and eighteen years old, in the process of adopting or not, with or without direct or extended family. The children remain under the State authority until the reasons for institutionalization are healed. The process should be transitory, but it takes months or years. Laws regulate the service, but they are general regarding the built environment. The buildings are rented, adapted to the use, without considering the ambience of a domestic dwelling. This article seeks, through a theoretical framework, to characterize the ambience of domestic life and to reflect about its potential repercussions on the institutional care situation. After all, the built environment influences human adaptation and an unsuitable architecture regarding the users capacity may increase the difficulties to perform simple tasks, creating exclusion instead of inclusion. It is indisputable that to guarantee interaction between spaces, people and activities may ensure a safer and comfortable life during the institutionalized period, and allow the establishment of a household live ensuring social inclusion, as established by the Brazilian law.

**KEY-WORDS:** household habitat, ambience, institutional shelters, children and adolescents.

## 1 INTRODUÇÃO

No Brasil, o modelo de assistência à infância e adolescência em situação de vulnerabilidade social passou por modificações com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº 8.069 de 1990 e posteriormente, a lei nº 12.010 de 2009. Ambas redefiniram a forma e o local de atendimento passando das grandes instituições com crianças órfãs, carentes, abandonadas e infratoras no mesmo ambiente, para instituições menores, com características particularizadas em

razão dos motivos da institucionalização. Dentre as modalidades criadas, está o “abrigo em entidade”, que em 2009, teve seu nome alterado para “acolhimento institucional”. Esse modelo acolhe crianças e adolescentes de ambos os sexos, entre zero e dezoito anos incompletos, em processo de adoção ou não, com ou sem família próxima ou estendida. Não implica em reclusão e salvaguarda o direito à saúde, educação e moradia (BRASIL, 1990; BRASIL, 2009). O motivo para a institucionalização é



variado, mas relaciona-se frequentemente, ao quadro de vulnerabilidade social (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

A legislação brasileira controla a administração desse modelo institucional, mas é generalista e, algumas vezes, incipiente nas reflexões do ambiente construído. Há o artigo 92 do ECA, os Códigos de Obras municipais (referentes à higiene e salubridade) e cartilhas desenvolvidas em âmbito federal. Todos estes documentos são limitados quanto às questões de ambiência e atributos qualitativos, tão importantes para a apropriação e identidade com o ambiente construído, especialmente em instituições que substituem (provisoriamente ou não) a casa, como o acolhimento institucional.

Atualmente as instituições, em sua maioria, ocupam edificações alugadas e adaptadas ao uso; muitas vezes sem ambiência de uma habitação doméstica, em razão da coletividade dos ambientes e das funções administrativas ali realizadas. Registra-se ainda, que muitas delas apresentam dificuldades para atender aos propósitos primordiais, porque enfrentam problemas diversos: de questões administrativas e financeiras à infraestrutura (DE ASSIS; FARIAS, 2013). O resultado desse panorama são ambientes construídos destinados a acolher pessoas em fase de formação moral, social e psicológica, mas que desconsideram completamente a perspectiva dos usuários. Contraria-se então, o aporte teórico acerca da relação homem-ambiente construído que reitera as mais variadas relações de troca entre a pessoa e o ambiente em que vive, de forma que, segundo Fischer (1994), o espaço pode condicionar tanto as relações interpessoais como as relações com o ambiente.

O processo de acolhimento é um momento difícil na vida das crianças e adolescentes, porque eles deixam suas famílias para viverem sob a tutela do Estado. Essa situação deveria ser provisória, mas por diferentes razões, pode levar meses ou anos para terminar – em média de dois anos, segundo De Assis e Farias (2013). As crianças e os adolescentes institucionalizados frequentemente peregrinam entre as casas de origem e as instituições. Algumas passam mais tempo institucionalizadas do que nas suas famílias de origem, de maneira que a instituição pode se transformar na única relação de habitar doméstico que possuem.

Acredita-se que a situação de provisoriedade almejada pela legislação brasileira para o acolhimento institucional, seja um dos motivos para que não haja reflexões mais profundas sobre o ambiente construído dessas instituições. Por outro lado, é

justamente a realidade de longa permanência que justifica a necessidade de estudar a situação também sob esse viés. Portanto, enquanto as mudanças de cunho social não suprem as variáveis da situação de vulnerabilidade que ocasiona o acolhimento, é fundamental refletir sobre o ambiente construído em seus aspectos quantitativos e qualitativos de ambiência, para que as instituições não repitam (mesmo que sem intenção) práticas assistencialistas históricas, com fortes características de reclusão e isolamento. Afinal, se o objetivo estabelecido pelo ECA é de acolhimento individual, em pequenos grupos, este pode estar sendo garantido apenas quantitativamente, não considerando aspectos de qualidade para permitir a vivência como em uma casa, e por consequência, o “sentimento de estar em casa”.

Para alcançar esta concepção do acolhimento institucional, uma das possibilidades é estudar o ambiente construído a partir da sua ambiência, enfatizando as representações materiais e imateriais que fazem parte do habitar doméstico. O estudo das ambiências relaciona os fatores sensíveis do lugar (como sons, cheiros, luzes e cores) e também sensações de privacidade e território (tão presentes no habitar doméstico), além da “sua capacidade de evocar memórias e estabelecer afetos” (DUARTE, 2016, p. 72).

No ambiente construído, a organização das estruturas do arranjo espacial obedece a regras (veladas ou não) para garantir o funcionamento da instituição de acolhimento, e ao mesmo tempo comunicar valores da cultura que os gerou. Essa comunicação não é somente direta, mas se compõe de um conjunto de ações que configuram imagens, representações do comportamento, do espaço e também de sensações, podendo efetivamente acolher, tanto quanto, excluir.

Este artigo é parte de uma tese de Doutorado em elaboração no Programa Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PósARQ) da Universidade Federal de Santa Catarina. Ele foi desenvolvido com base no aporte teórico trabalhado e tem como objetivo refletir sobre a ambiência no habitar doméstico e seus possíveis rebatimentos sobre a realidade do acolhimento institucional.

## 2 AMBIÊNCIA: BREVE CONCEITUAÇÃO

A Arquitetura é a arte de projetar e edificar espaços abertos ou fechados, públicos ou privados; em busca do bem-estar, conforto e segurança. Além de sua função primordial de abrigar, os espaços expressam e geram sensações aos seus usuários.

O ambiente onde estamos inseridos, seja ele construído ou não, emite estímulos que podem nos agradar ou desagradar, gerando sensação de desconforto se houver grande disparidade com os limites do nosso corpo. Além disso, a bagagem cultural do indivíduo determinará o que lhe é agradável ou não, pois as escolhas dependem da história de cada um (BESTETTI, 2014, p. 602).

Nesse sentido, o espaço arquitetônico é criado através de um processo de diferenciação e qualificação dos lugares (NORBERG-SCHULZ, 1985). O estabelecimento da dialética interior/externo é uma ação para dividir o mundo percebido em domínios. O conjunto de qualidades que fazem de um lugar constitui a ambiência desse domínio. Pode-se então dizer, que a ambiência é revelada no processo de apropriação humana do espaço arquitetônico envolvendo a interação recíproca entre ambos, na qual cada um age no sentido de moldá-lo segundo suas necessidades e desejos; enquanto o ambiente construído torna-se receptivo. Essa influência mútua entre homem/ambiente construído é a razão pela qual se encontra ou não a identidade onde se vive (MALARD, 1995).

O termo ambiência tem origem do francês *"ambiance"* e pode ser entendido como o meio ambiente composto pelo conjunto de fatores materiais e imateriais do local vivenciado. Segundo Malard (1995), a ambiência ocorre na relação das pessoas com os objetos funcionais e também se encontra nas condições de conforto do ambiente construído. Segundo Augoyard (2007-2008),

A Ambiência é o fundo do sensível porque ela associa o ser que percebe com o objeto percebido. Uma ambiência nasce do encontro entre as propriedades físicas circundantes, minha corporeidade com sua capacidade de sentir, se mover e uma tonalidade afetiva.

Thibaud (2004, p. 354-356) corrobora e completa essa definição:

O sujeito perceptivo está envolto no mundo que ele percebe. A ambiência cria uma forma de tensão no corpo, despertando nossa capacidade de agir. [...] afeta nossa conduta e nosso estado corporal [...] não é apenas sentida. Ela também afeta o movimento. Em outras palavras, a sensibilidade e a mobilidade são duas faces indissociáveis do mesmo fenômeno, sem ser possível conferir primazia de uma sobre a outra.

Cada ambiente construído é constituído cotidianamente por uma ambiência própria, dada por muitos fatores visíveis (materiais) e invisíveis (imateriais) que definem sua identidade, influenciando o comportamento das pessoas que vivem no local ou o percorrem (ELALI, 2009). Ela é composta por aspectos físicos, culturais, sociais,

de uso e de temporalidade, utilizando-se valores como forma, escala, função, cor, textura, ventilação, temperatura, iluminação e sonoridade (THIBAUD, 2004). Cada um desses atributos compõe o espaço dimensionado e funcional, resultando no ambiente construído e determinando o nível de bem-estar de seus ocupantes. Há, porém, valores que são adquiridos culturalmente, de acordo com a experiência de vida, estabelecendo significados, positivos ou negativos, em relação aos estímulos do ambiente (BESTETTI, 2014). A ambiência seria, então, o fenômeno que resulta do conjunto de todas as qualidades do ambiente construído (Figura 01).

Figura 01 - Resumo do conjunto de fatores da ambiência



Fonte: SAVI (2014).

Nessavisão, as características espaciais que influenciam o comportamento das pessoas não são de análise meramente cartesiana, a partir de condicionantes físicas do ambiente construído. O conceito associa o corpo em movimento, suas expressões motoras, seus percursos sensoriais e cinestésicos e sua capacidade de sentir, sendo influenciado por afetos e sensações na busca de identificação e apropriação com os ambientes construídos (COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2010). A ambiência é o que possibilita esse processo comunicativo de identidade e pressupõe o espaço arquitetônico como cenário onde se realizam relações sociais, políticas e econômicas de determinados grupos, sendo uma situação construída coletivamente e incluindo as diferentes culturas e valores.

Conseqüentemente, para investigar a ambiência é necessário incluir uma abordagem sensível, com enfoque qualitativo. Afinal, ela funciona como um agente de ligação entre as diversas sensações experimentadas pelos usuários em uma dada situação (PINHEIRO, 2004). Apoiando-se na fenomenologia da percepção, Thibaud (2004) trata do assunto buscando o lugar do corpo na maneira de apreender o mundo, e ressalta que "a

noção de ambiência se inscreve nesta perspectiva de *'embodiment'* para a qual nossas categorias conceituais não são dissociáveis de nossa atividade sensório-motora" (p. 146). Nesse sentido, o conceito aproxima-se da noção de lugar, abordada em pesquisas de Arquitetura, Geografia Humana e Filosofia, que tratam o espaço reconhecido como lugar, e indicam a importância de fatores materiais e imateriais (ambos componentes da ambiência) para esse reconhecimento.

Registra-se, ainda, que a decodificação da ambiência pode ser diferenciada entre os vários tipos de indivíduos. Assim, em pesquisa que investigou pessoas em ambientes extremos e incomuns, Azevedo (2002 *apud* ELALI, 2009) identificou, por exemplo, diferenças entre "safos" (pessoas mais predispostas ou aptas a participar das atividades que ali acontecem, percebendo a ambiência como mais aprazível), e "não-safos" (pessoas menos preparadas e com dificuldade para se adaptarem). Os resultados obtidos demonstraram tanto o papel das características individuais na decodificação do ambiente construído, quanto o papel simbólico assumido por ele.

O estudo da ambiência torna-se, assim, imprescindível para a validação dos discursos pautados na experiência sensível com os ambientes construídos e na produção de projetos igualmente vinculados ao valor humano. Portanto, conforme indicado por Duarte e Pinheiro (2013), as ambiências representam o ambiente arquitetonicamente organizado e animado, que constitui, ao mesmo tempo, um meio físico, estético e psicológico preparado para o exercício de atividades humanas, que, por sua vez, constroem um processo dinâmico de interpretação dos espaços. Neste enquadramento o ambiente construído aparece, como um modelo social de organização da atividade humana, operando ao mesmo tempo como instrumento funcional e contexto cultural. Sob esse ponto de vista, o habitar, tema central desta pesquisa, não equivale apenas ao abrigo, mas à expressão das emoções e da vivência desenvolvida pelo sentimento "de estar e sentir-se em casa", de maneira que, para o desenvolvimento humano sadio, a ambiência do local onde a pessoa habita deve permitir a identificação dessas características e dos diferentes valores a elas associados.

### 3 A AMBIÊNCIA DO HABITAR DOMÉSTICO

A realidade objetiva é modelada pelas "leituras" que as pessoas fazem. Este entendimento marca a diferença entre considerar o ambiente construído

apenas pelas suas representações objetivas ou analisa-lo como elemento maior no contexto, assumindo a influência das diferenças e experiências individuais, bem como das construções sociais de significado. Dessa maneira, o ambiente observado não necessariamente corresponderá ao real e objetivo. Assim, através do olhar do pesquisador, o acolhimento institucional pode ser percebido como uma habitação digna às crianças e adolescentes, porque nela há as condições mínimas para sua habitabilidade; mas na visão dos internos talvez falem propriedades físicas, que os reportem às suas casas de origem.

Essa visão assume que a pessoa está em interação dinâmica com o ambiente. Homem e ambiente fazem parte de um sistema integrado, cuja compreensão é necessária para o entendimento de quaisquer aspectos dessa relação. Sob essa perspectiva, procura-se compreender os significados da ambiência do habitar doméstico, transcendendo o pragmatismo formal e utilitário de ocupar um ambiente construído. Sabe-se que o habitar surge com a própria existência humana; afinal anterior à arquitetura, habita-se o mundo e o próprio corpo. O ambiente construído, por sua vez, é uma resposta humana a essa necessidade e para a Arquitetura, é o próprio sentido de existência (FELIPPE, 2010).

Conforme Norberg-Schulz (1985, p. 12), mais do que "[...] ter um teto sobre nossas cabeças e um certo número de metros quadrados à nossa disposição"; o habitar deve ser compreendido tanto por suas representações quantitativas a partir do objeto e da ação, quanto por suas representações qualitativas. Assim, para o autor, o ato de habitar uma casa pode ser classificado como uma atividade que implica numa ambiência rica em significados e, por isso, de pertencimento entre o ser humano e um determinado meio, caracterizando-se como "a insolúvel unidade entre vida e lugar" (p. 13).

Habitar constitui o arquétipo mais rico de significados ao ser humano, símbolo de todas as "peles" que o envolvem: o seio materno, a família e o universo. "Estar em casa" significa dispor de uma ambiência que, por um lado, se pode assinalar com uma marca e, por outro, delimita um território inviolável sobre o qual se exerce um direito (FISCHER, 1994). Heidegger (2002) afirma que é na privacidade desse ambiente físico recortado do exterior, que cada pessoa se recolhe para se preservar e se desenvolver. Norberg-Schulz (1985, p. 89) completa: "Uma vez cumprida nossa tarefa

social, nós nos recolhemos de volta em nossas casas para recuperarmos nossa identidade pessoal. A identidade pessoal é, portanto, um componente do habitar doméstico”.

A expressão “minha casa” possui dois condicionantes de ambiência principais: a proteção contra o mundo exterior e o apego a um lugar como fator de identidade. Toda casa é, antes de tudo, uma ambiência no interior da qual o indivíduo se sente protegido; ela representa, portanto, uma espécie de barreira às intromissões externas, porque limita e controla o número de interações e na sua construção, separa-se, assim, o mundo externo – inseguro e ameaçador – do interno – protegido (FISCHER, 1994). É preciso afirmar que não apenas valores positivos estão ligados à ambiência do habitar doméstico. Nesse processo, há ainda aspectos negativos, que se escondem na esfera privada. Acerca disso, Berman (2007, p. 33) afirma que há sempre no ser humano a tentativa desesperada e heroica para que essa vida privada – “[...] infinitamente bela e festiva, mas também infinitamente frágil e precária – seja preservada; ainda que a tentativa possa vir a falhar”.

Apesar da privacidade inerente ao habitar doméstico, Heidegger (2002) e Norberg-Schulz (1985) afirmam não ser possível desconsiderar para análise da ambiência do habitar doméstico a conexão dos papéis assumidos fora do habitar, porque é perceptível nessa relação interior e exterior o contraponto com o que se quer cuidar e preservar. Não há um polo oposto e dissociado, mas uma distinção entre o público e o privado, influenciada pelo contexto sócio cultural em que se convive.

Rapoport (1976) comenta que a avaliação da ambiência do habitar doméstico deve acontecer com a perspectiva das “necessidades básicas” e das questões formais e culturais, envolvendo julgamentos e decisões submetidas ao contexto. Ainda sobre isso, Tuan (1983) completa que a ambiência do habitar doméstico deve ser entendida além do local natural ou físico. A casa, a primeira vista, é um objeto rigidamente geométrico, visível e tangível. Por isso, o primeiro impulso é avaliá-la racionalmente, mas a transposição para o humano ocorre assim que ela é encarada como um espaço de conforto e intimidade. A forma física da casa, com os seus inúmeros refúgios, permite que as lembranças e vivências humanas sejam melhores caracterizadas (BACHELARD, 1998). A casa é, portanto, formada de vários abrigos, encaixados

uns nos outros. Nessa interação dinâmica entre homem e casa, a ambiência do espaço habitado transcende a materialidade geométrica.

Para que a experiência de habitar se conclua, é necessário que o ambiente físico proporcione a ambiência com o cotidiano pessoal. Nesse entendimento, Bollnow (2008) afirma que para se viver “com sossego” nesse “lugar fixo no espaço”, é preciso compreendê-lo não como um “simples ponto”, de onde partem os caminhos para o mundo, mas como um lugar por onde se possa mover despreocupadamente. Heidegger (2002) completa alegando que a paz em que se vive está relacionada com o entorno de domínio habitado, tornando imprescindíveis “o teto e os muros protetores”.

Nessa direção, Norberg-Schulz (1985) ressalta que a ambiência do habitar doméstico acontece quando o espaço é organizado e há uma forma construída. A essa construção, posteriormente, serão atribuídos valores e significados. Ainda sobre a forma física, acredita-se que a ação de habitar representa códigos de usos e funções, os significados e valores partilhados por seus habitantes.

A visão fenomenológica de Bachelard apresenta que por mais variados os tipos, em termos geográficos e etnográficos, de habitar doméstico, em todas as formas há a ambiência de “concha inicial em toda a moradia”; “o germe da felicidade central, segura, imediata” (BACHELARD, 1998, p. 24). A proteção surge com o entendimento de estabelecer limites “visíveis” e “imediatos”. Desenvolvem-se dois conceitos nitidamente separados: o do espaço exterior – “grande, geral” – e o do interior – “privado”. Dessa maneira, o exterior é compreendido como desafiador e o interior como refúgio - seja dos rigores das intempéries, do assédio de quem não se deseja, da agressão física, ou de algo menos concreto, porém não menos invasivo, a vida social (DE CAMARGO, 2007).

Sobre esses valores qualitativos atribuídos aos objetos, não é possível que se mensure quais e como será essa valoração. Ainda que culturalmente se atribua importância aos objetos, é o homem quem dá “alma” e transforma sua identidade. Acerca disso, é importante afirmar que ao longo do tempo, a vivência com o objeto – a casa – também se transforma, atribuindo maior ou menor grau de importância. Passa-se a reconhecer aspectos além do concreto, porque a casa passa a abrigar sonhos, segredos, particularidades (BACHELARD, 1998). Ao longo do tempo até mesmo dos desgastes do

uso se tornam aspectos de valoração (BOLLNOW, 2008). O habitar doméstico torna a ambiência uma espécie de cenário no qual a autoimagem é projetada através de objetos que se controla. “[...] tal como a exploração do *self*, a organização interna da casa está frequentemente em um processo de tornar-se” (MARCUS, 1995, p. 57).

Dentro dessas experiências qualitativas envolvidas na ambiência do habitar doméstico, o próprio cotidiano é importante para o caráter de normalidade. Essa realidade permite compreender a rotina e os territórios como garantidos. Lefèbvre (1991) afirma que o cotidiano parece um conjunto modesto de atividades – se considerado a outras atividades desempenhadas pelo homem, no entanto, constitui uma primeira esfera de sentidos, “movimento composto de variados momentos (necessidade, trabalho, gozo [...], passividade e criatividade [...])”, através do qual, necessariamente, lançamo-nos para realizar o possível ou, “a totalidade dos possíveis” (LEFÈBVRE, 1991, p. 26). Nessa compreensão, o cotidiano é formado pela rotina diária de atividades, no qual o território é invariável, ou pouco alterado. Por isso, Norberg-Schulz (1985) afirma que o cotidiano vivido nas casas representa o que é contínuo na vida.

Neste sentido de segurança, quando as rotinas são rompidas ou eliminadas, há sentimentos de ansiedade (GIDDENS, 2002). A proximidade entre rotina e segurança surge na infância como relevante ao desenvolvimento humano. Dessa maneira, na própria ambiência do habitar doméstico é preciso encontrar acolhimento, segurança para atingir os objetivos e sonhar, além de distanciamento do mundo externo. Tudo isso é encontrado na manutenção da rotina reconhecida.

Acredita-se que a casa possui o caráter essencial de acolhimento, mas também de refugiar significados atribuídos. A “simbiose” das representações quantitativas e qualitativas envolvidas na ambiência dá a esse ambiente construído o papel de restaurador e preparador. O sentimento de “sentir-se em casa” – de identidade com o lugar e de identificação de suas rotinas – é proporcionado também pelo comportamento sócio espacial humano (ELALI, 2009), especialmente pela privacidade e territorialidade, dimensões importantes para a qualidade do lugar e, ao mesmo tempo, representativas dela.

Na visão da Psicologia Ambiental, a privacidade é “[...] o controle seletivo do acesso à intimidade de uma pessoa, ou ao grupo” (ALTMAN, 1980, p. 18),

entendendo por controle seletivo, aquele que permite ou restringe contatos. Ao observar esse controle junto às condições culturais, é possível afirmar que há diferentes formas de praticar a privacidade, pois algumas culturas a necessitam mais do que outras. Gifford (1997) afirma que a privacidade seria um estado de espírito, porque envolve – e até mesmo requer – cortesia, tato, reserva, e respeito diante de uma vida não vedada por paredes. Essas particularidades influenciam a ambiência do habitar doméstico. Por exemplo, nas instituições de acolhimento, a visão do assistencialismo faz com que o entendimento do “sentir-se em casa” seja a manutenção dos internos com segurança física (longe de pais violentos, por exemplo), com alimentação de qualidade e em condições adequadas de higiene. Dessa maneira, o atendimento supre essas necessidades e ignora a necessidade de privacidade e posse sobre espaços e objetos, priorizando o coletivo.

Independente da ambiência é sempre no habitar doméstico que se pode praticar o mínimo de intimidade, atribuindo a esse espaço o caráter privado e confidencial. “Independentemente de toda a ameaça exterior, seria, de fato, a necessidade de estar só, consigo mesmo, o que moveria o homem a se retirar para sua casa e a se fechar nela” (BOLLNOW, 2008, p. 145). Na intimidade, experimenta-se a possibilidade de praticar ações de cunho íntimo sem que haja necessidade de justificá-las. Portanto, o que se faz na privacidade pode ser distinto daquilo que se permite mostrar a outros, de modo que, conforme. Bollnow (2008), o homem adquire duas essências: uma privada e outra pública.

A privacidade não aparece somente na relação interior e exterior. No interior das casas, acontece em relação às pessoas com quem se compartilha o espaço doméstico, havendo controle do espaço e da partilha de informações. Segundo Gifford (1997), as principais reações comportamentais a essas situações têm o caráter de: protesto, expressão da opinião, determinação para permanecer no local apenas o mínimo necessário para concluir as atividades que têm que ser realizadas ali, fuga psicológica ou adaptação, seja pela busca de melhor interação com as outras pessoas, seja pela tentativa de fazer o espaço físico o mais confortável possível.

É importante destacar que há um período de tempo para a pessoa reconheça a ambiência do espaço e com isso, transforme-o em lugar. Tuan (1983) observa que isso não é algo instantâneo, mas um processo



resultante do conjunto singular de experiências, as quais se repetem cotidianamente, de maneira que a permanência no local é importante elemento para a constituição da ideia de lugar, especialmente quando há experiências com os objetos. “Com o tempo uma nova casa deixa de chamar nossa atenção; torna-se confortável e discreta como um velho par de chinelos” (TUAN, 1983, p. 203). Além disso, o autor ressalva que a ausência de determinadas pessoas em um local pode fazê-lo perder aspectos que definem o significado de lugar.

Relph (2004) completa que não considera suficiente a lista de características quantitativas normalmente associadas à ambiência de um espaço para que esse se transforme em lugar. Para o autor, implica também em conceitos qualitativos, de se “estar aqui e não lá; seguro, ao invés de ameaçado; envolvido, ao invés de exposto, à vontade, ao invés de estressado”. Ainda em relação à dialética de Relph, definem-se duas categorias: “*insiderness*” e “*outsiderness*”, relacionadas à questão da ambiência do habitar doméstico.

O *insiderness* existencial: Sentido mais intenso da experiência de lugar, seria a condição de imersão profunda em relação a esse lugar – condição que pode ser relacionada corriqueiramente aos atos de encontrar-se em casa, de estar em meio à própria comunidade e/ou região; ou seja, de se ver inserido em meios relacionados ao sentimento de apego e pertencimento e identidade. [...] O *outsiderness* existencial: Oposto, este conceito refere-se à percepção de estranhamento e alienação (DE CAMARGO, 2007, p. 176).

Dessa maneira, privacidade e território estabelecem com o lugar, um desdobramento da concepção de Heidegger (2002) em relação ao habitar doméstico, porque a casa está centrada na ancoragem através da ambiência com representações quantitativas e qualitativas. Essa casa é conectada através do tempo e da memória dos seus habitantes, onde as regras de privacidade estão livres de filtros culturais, sociais e o território é seu e facilmente identificado, onde há relaxamento e não é necessário um controle.

#### 4 APRESENTANDO E CARACTERIZANDO O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

Segundo o último levantamento realizado no Brasil, sobre o serviço de acolhimento institucional, a modalidade possui pouco mais de 52 mil vagas com distribuição irregular no território nacional. A região Sudeste concentra 54% das unidades. O Centro-Oeste e Norte, respectivamente, 6,9% e 3,7%. Na região Nordeste, há 10,1% dos serviços e no Sul, 25,3%. Considerando o porte dos municípios, 30,9%

das instituições situam-se nas cidades de pequeno porte, 12,1% de médio, 33,1% de grande porte e 23,9% em metrópoles (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Em relação à natureza institucional dos serviços, 41,9% são governamentais e 58,1% não governamentais (DE ASSIS; FARIAS, 2013). É possível afirmar que o elevado número de entidades não governamentais, seja reflexo do histórico brasileiro de institucionalização através da caridade. A orientação religiosa é comum nessas entidades. A mais mencionada é a católica (41,9%), seguida pela evangélica (28,1%), ecumênica (21,3%) e de orientação espírita (8,7%) (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Desde a promulgação do ECA preconiza-se o atendimento personalizado e em pequenos grupos mistos. Do total pesquisado, 77,8% oferecem atendimento misto. Outros 22,2% mantêm critérios restritivos ao acolhimento de acordo com o sexo. Verifica-se que 29,9% não atendem crianças e adolescentes com transtornos mentais. Em relação a outros tipos de especificidades, 78% atendem crianças e adolescentes em situação de rua, 61,7% com deficiência física e 55,3% com doenças infectocontagiosas (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Quanto à localização, as unidades, em sua grande maioria, estão em área urbana (90,7%). Relacionado à salubridade, 98,3% das unidades possuem água encanada, 89% estão ligadas à rede de esgoto, 99,6% têm acesso à energia elétrica e 97,1% possuem coleta regular de lixo. Quanto aos espaços físicos das unidades, há, em média, 4,2 pessoas por dormitórios e 3,5 banheiros por pessoa. Quanto à utilização de algum critério para separação dos internos nos dormitórios, 69,9% fazem divisão por sexo; 44% por idade; 5,2% segundo a presença de deficiência e 17,9% por grupos de irmãos. A existência de armários individualizados para as crianças guardarem seus pertences foi observada em pouco mais da metade das unidades (DE ASSIS; FARIAS, 2013).

Após este resumo numérico, pode-se descrever a realidade do acolhimento institucional existente por edificações na maioria adaptadas para esta função, distribuídas em cerca de 100 metros quadrados, onde se objetiva o atendimento emergencial (saúde e alimentação). A arquitetura prioriza a ambiência coletiva para gerir os atendimentos e a organização administrativa. A alimentação, manutenção do vestuário e outras atividades cotidianas são, muitas vezes, realizadas fora da instituição, com recebimento de refeições prontas, por exemplo.

Nas áreas íntimas, os quartos são coletivos, nos quais cada criança identifica apenas a sua cama. Os banheiros geralmente, únicos, são organizados por horários para atenderem a todos. As áreas sociais são o espaço com maior dimensão e utilizados para atividades de brincar, estudar e receber visitantes. Dessa maneira, é comum a ambiência das áreas sociais com muitos brinquedos e outras características do universo infantil, na tentativa de apresentar aos visitantes um ambiente em que vivem crianças e que ali é permitido vivenciar-se o lúdico. No mais, os internos tem pouca identidade com o ambiente, porque ao contrário de um outro habitar doméstico, não é permitido acesso em alguns ambientes (especialmente serviço e inclusive na cozinha). Neste tipo de arranjo os internos, pouco participam da rotina doméstica.

Em síntese, é possível contrapor os elementos da ambiência encontrada no acolhimento institucional brasileiro com os do habitar doméstico e constatar os contrastes, como apresenta o quadro 01. Sobre isso, autores afirmam que o ambiente institucional não se constitui no melhor ambiente para o desenvolvimento humano quando a ambiência é excessivamente padronizada e coletiva, afinal o habitar doméstico é contrário a essas características. Nessa visão, a presença de fatores de ambiência que se distanciam do habitar doméstico fazem com que os próprios objetivos institucionais não sejam alcançados, no que tange servir de moradia provisória (ou não) às crianças e adolescentes.

Assim, pela carência de fatores de ambiência do habitar doméstico, vínculos afetivos e atenção emocional, as crianças e os adolescentes podem apresentar: passividade ou relação conflituosa com as pessoas e o ambiente em que convivem; além de deficiências cognitivas, problemas de integração sensorial, dificuldade em processar a linguagem no ritmo em que é falada e, conseqüentemente, prejuízo no processo de aprendizado.

## 5 REBATIMENTOS TEÓRICOS SOBRE A REALIDADE

O ambiente construído pode aumentar ou diminuir a competência dos usuários na sua apropriação. Quando a ambiência contempla os elementos concretos e subjetivos que compõem o habitar doméstico, os usuários fazem uso das suas capacidades, ao mesmo tempo em que são estimulados a desenvolver habilidades mais complexas, além do nível de desenvolvimento em que estejam. No processo de crescimento e desenvolvimento, há necessidade de domínio do ambiente construído, ao contrário da intimidação. É fundamental liberdade para explorar e testar as próprias habilidades.

Para tanto, a ambiência do habitar doméstico para crianças e adolescentes institucionalizados requer incentivar as experiências de aprendizagem. É necessário que o ambiente construído disponha de complexidade num nível adequado ao

Quadro 01: Representação das diferenças no atendimento institucional e do ambiente familiar.

<b>AMBIÊNCIA INSTITUCIONAL</b>	<b>AMBIÊNCIA DO HABITAR DOMÉSTICO</b>
<b>Ambiente grande e frio;</b>	<b>Ambiente familiar e aconchegante;</b>
<b>Coletivo e massificante;</b>	<b>Individualizado e personalizado;</b>
<b>Horários estabelecidos e majoritariamente rígidos;</b>	<b>Horários flexíveis;</b>
<b>Vestuário geralmente, coletivo;</b>	<b>Vestuário individualizado e apropriado;</b>
<b>Com pouco direito a escolhas e gostos;</b>	<b>Respeito aos gostos e escolhas;</b>
<b>Casos de atraso no desenvolvimento biopsicomotor e Saúde fragilizada</b>	<b>Desenvolvimento adequado;</b>
<b>Dificuldade de ganhar peso;</b>	<b>Aumento de peso;</b>
<b>Linguagem reduzida;</b>	<b>Aumento do vocabulário;</b>
<b>Dificuldade de compreender acontecimentos comuns do cotidiano.</b>	<b>Riqueza nas experiências do cotidiano.</b>

Fonte: adaptação de Carreirão (2004, p. 319).

desenvolvimento e regulado pelos tipos de objetos, espaço disponível, grau de manipulação e curiosidade (TRANCIK; EVANS, 1995). Prescott (1987) completa que para os ambientes construídos exercerem influência positiva no desenvolvimento, é preciso que: desenvolvam a criatividade, haja variação de participação e exploração, e testem o indivíduo, permitindo estimular a fantasia e a iniciativa. Elali (2002, p. 37) reitera a importância da atuação nesse campo

Promover as funções básicas do desenvolvimento como formação da identidade da pessoa, promoção de oportunidades de interação social e privacidade, e encorajamento às competências e aptidões individuais; Reconhecer que o meio físico tem impacto tanto direto quanto simbólico sobre a criança, facilitando e/ou inibindo comportamentos e, sobretudo, comunicando às mesmas as intenções e os valores dos adultos (que, na maioria das ocasiões, são as pessoas que o controlam); Valorizar o contexto sociocultural na análise da relação criança-ambiente, pois há variação individual e cultural no uso e interpretação do meio ambiente; [...].

A ambiência positiva do ambiente construído possui uma diversidade de materiais e equipamentos.

Todos adequados à capacidade e habilidades infantis. A ambiência pode mudar periodicamente, para estimular a curiosidade, provendo elementos de surpresa, novidade e satisfação. Afinal, o ambiente construído é muito mais do que um local para as crianças e os adolescentes exercitarem o organismo físico. É um espaço para promover desenvolvimento social, cognitivo e de linguagem, através do incentivo à exploração sensorial, expressão criativa e apreciação do próprio ambiente construído e do outro.

Na ambiência do habitar doméstico é possível caracterizar os seguintes fatores: a proteção do abrigo; a casa como modelo cultural; e o lar como a reunião dos conceitos anteriores em conjunto com as relações interpessoais da família. Estes conceitos são sobrepostos e compõem o sentido maior da habitação, verificando-se que, conforme sintetizado na Figura 02, em cada um deles a ambiência tem um objetivo: de salvaguardar a sobrevivência no abrigo, a vivência na casa e a convivência no lar.

Figura 02: Representações da ambiência do habitar doméstico.



Fonte: SAVI, 2014.

Na reflexão sobre esses sistemas inseridos na discussão do acolhimento institucional para crianças e adolescentes, que compõem a ambiência do habitar doméstico, o abrigo visa permitir a sobrevivência, no ideal de resistir fisicamente contra as intempéries ou ameaças externas (no caso das instituições de acolhimento, por exemplo: afastar dos pais agressivos). Além disso, visa garantir alimentação e higiene fundamentais para a sobrevivência sadia. A casa tem a ambiência respeitando aspectos culturais e de costumes, compreendendo que vivência é o conhecimento adquirido através da experiência vivida. O lar, por conseguinte, acumula em si todos os fatores de ambiência que caracterizam o abrigo e a casa, além da convivência interpessoal no sentido da vida diária, contínua, íntima e comum.

Ao observar o quadro do acolhimento institucional brasileiro, é possível identificar que a legislação e as práticas caracterizam a instituição como um abrigo. Essa postura repete (mesmo que involuntariamente) a história de assistencialismo brasileiro, que isolou a realidade incomoda da sociedade. O acolhimento institucional caracterizado como abrigo prepara o indivíduo para sobreviver à crise, entendendo-a como provisória. Contudo, os dados comprovam que não há transitoriedade na maioria das histórias, e mesmo se existisse o período da institucionalização não pode ser uma lacuna no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

O ideal seria que o acolhimento institucional proporcionasse um ambiente construído pensado com a ambiência de uma casa, e espaços que permitissem a vivência, o acúmulo de experiências necessárias para o crescimento e desenvolvimento

humano de qualidade. Acredita-se, no entanto, que as instituições dificilmente podem alcançar a caracterização de lar, visto que depende de relações interpessoais mais complexas. Na ambiência de uma casa, por exemplo, seria importante que as crianças e os adolescentes identificassem os usos e as possibilidades do ambiente construído, inclusive definindo seus lugares preferidos, por exemplo: o lugar a mesa, e participando do cotidiano doméstico. As crianças possuem pouca necessidade de privacidade, mas com o crescimento as necessidades aumentam, tanto que a maneira mais comum de permanecer num ambiente, em especial o quarto, é com a porta fechada. Nos quartos compartilhados, realidade comum no acolhimento institucional, isso não é possível ou pouco viável. É importante então, que outras características sejam enfatizadas para amenizar a falta de privacidade, tais como: a personalização do ambiente.

A institucionalização consiste na substituição, provisória ou não, da estrutura física do abrigo e psicológica de possuir uma casa. Para tanto, deve necessariamente e atingir a ambiência de casa, indo além da ambiência mínima de um abrigo. Seus espaços devem oferecer condições para as crianças e adolescentes que ali vão morar, participar e interagir, desenvolvendo novas competências cognitivas e sociais. Para tanto, é fundamental considerar que os ambientes construídos não apenas indicam os papéis que se espera que as pessoas representem, mas também podem dificultar, ou impedir o exercício dos mesmos. Assim, refletir, sobre as qualidades e atributos da ambiência de espaços de acolhimento institucional, é essencial para gerar o conhecimento necessário para atingir na prática as condições de inclusão almejadas pela legislação.

## 6 REFERÊNCIAS

- ALTMAN, Irwin. *Environment and culture*. New York: Plenum, 1980. 351 p.
- AUGOYARD, Jean-François. La construction des atmosphères quotidiennes: l'ordinaire de la culture. In: *Culture et Recherche* nº 114-115, 2007-2008.
- BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. 3. ed. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1998. 242 p.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 465 p.
- BESTETTI, Maria Luísa Trindade. Ambiência: espaço físico e comportamento. In: *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, 2014; 17(3): 601-610 p.
- BOLLNOW, Otto Friederich. *O homem e o espaço*. Curitiba: Ed. UFPR, 2008. 326 p.
- BRASIL. *Lei nº 12.010, de 3 de agosto de 2009*. Dispõe sobre adoção; altera as Leis nos 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, 8.560, de 29 de dezembro de 1992; revoga dispositivos da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, e da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943; e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. 2009.



\_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente*: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1990.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. O acesso para todos à cultura e aos museus do Rio de Janeiro. In: *Atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola*, V. 2, 2010, pp. 236-255.

DE ASSIS, Simone Gonçalves; FARIAS, Luís Otávio Pires (orgs.). *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec, 2013. 367p.

DE CARMARGO, Érica Negreiros. *Casa, doce lar: o habitar doméstico percebido e vivenciado*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. .

DUARTE, Cristiane Rose de S. A empatia espacial e sua implicação nas ambiências urbanas. In: *Revista PROJETAR – Projeto e Percepção do Ambiente*. Edição Especial de lançamento, v. 1, n.1, abril, 2016. P. 68 – 74.

DUARTE, Cristiane Rose de S.; PINHEIRO, Ethel. *Imagine uma tarde chuvosa...* pesquisas sobre ambiência, alteridade e afeto. In: *Anais do 6 PROJETAR*. Salvador, nov. 2013.

ELALI, Gleice Azambuja. *Relações entre comportamento humano e ambiência: uma reflexão com base na Psicologia Ambiental*. In: *Anais do Colóquio Ambiências Compartilhadas*. Rio de Janeiro: ProArq - UFRJ, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ambientes para educação infantil: um quebra-cabeça?* - Contribuição metodológica na avaliação pós-ocupação de edificações e na elaboração de diretrizes para projetos arquitetônicos na área. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

FELIPPE, Maíra Longhinotti. Casa: uma poética da terceira pele. 2010. In: *Psicologia & Sociedade*, V. 22(2), p.299-308, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309326457010>>. Acesso em 10 mar. 2016.

FISCHER, Gustave-Nicolas. *Psicologia social do ambiente*. São Paulo: Perspectivas Ecológicas, 1994. 216 p.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. 233 p.

GIFFORD, Robert. *Environmental Psychology: principles and practice*. 4. ed. Boston: Optimal Books, 1997.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2002. 598 p.

LEFEBVRE, Henri. *The production of space*. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.

MALARD, Maria Lúcia. *Os objetos do cotidiano e a ambiência*. 1993. In: 2º Encontro Nacional de Conforto no Ambiente Construído, Anais do 2º ENCAC. Florianópolis: ANTAC, ABERGO, SOBRAC, 1993.

MARCUS, Clare Cooper. *House as a mirror of self: Exploring the Deeper Meaning of Home*. Berkeley: Conari Press, 1995. 320 p.

NORBERG-SCHULZ, Christian. *The concept of dwelling: On the Way to Figurative Architecture*. New York: Electa/Rizzoli, 1985. 140p.

PINHEIRO, Ethel. *A cidade no fragmento: lugar e poiesis no Largo da Carioca*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Proarq/FAU/UFRJ, 2004.

PRESCOTT, Elizabeth. *The environment as organizer of intent in child-care*. In: WEINSTEIN, C.S.; DAVID, T.G. *Spaces for children: the built environment and child development*. New York: Plenum, 1987. 73-88 p.

RAPOPORT, Amos (org.). *The mutual interaction of people and their built environment: a cross-cultural perspective*. The Hague: Chicago: Mouton, 1976. 505 p.

RELPH, Edward. *Place and Placelessness*. London: Pion Ltd., 2004. 174 p.

THIBAUD, Jean-Paul. *O ambiente sensorial das cidades: Para uma abordagem de ambiências urbanas*. In: TASSARA, E. T. O; RABINOVICH, E.P.; GUEDES, M. C. (Eds.) *Psicologia e Ambiente*. São Paulo: Educ. 2004.

TRANCIK, Anika M.; EVANS, Gary W. *Spaces fit for children: Competency in the Design of Daycare Center Environments*. In: *Children's Environments*. Colorado, v. 12, n. 03, 1995. p. 43-58.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

PESQUISA

# O MERCADO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL NA OPERAÇÃO URBANA CENTRO, SÃO PAULO (1985-2006)

HOUSING REAL ESTATE IN THE CENTRAL URBAN OPERATION, SÃO PAULO (1985-2006)

## LOURO E SILVA, HUGO

Arquiteto, Professor MsC, Universidade Presbiteriana Mackenzie, e-mail: hugo.louro@parkcapital.com.br

## CAMPOS, CÂNDIDO MALTA

Arquiteto, Professor Doutor, Universidade Presbiteriana Mackenzie, e-mail: candido@mackenzie.br

### RESUMO

Esse artigo é a síntese da pesquisa realizada que abarcou todos os empreendimentos imobiliários residenciais lançados pela iniciativa privada na região central da cidade de São Paulo, aqui denominada como sendo o perímetro da Operação Urbana Centro, 10 anos antes e 10 anos depois da promulgação da mesma em 1996. Com base nos dados oficiais da produção do mercado imobiliário, a pesquisa teve como objetivo sistematizar e analisar a realização de novos empreendimentos imobiliários nessa região entre 1985 e 2006. Esse texto apresentará uma leitura sobre a produção espacial privada nesse período temporal e nesse território de modo a insinuar os gatilhos econômicos e estratégicos de gestão urbana que interferiram na produção da cidade, em especial nessa região.

**PALAVRAS-CHAVE:** mercado imobiliário; centro; operação urbana centro; são paulo; empreendimentos imobiliários.

### ABSTRACT

This article is the research synthesis conducted which covered all residential real estate projects launched by the private sector in downtown São Paulo, known here as the perimeter of the Operação Urbana Centro, 10 years before and 10 years after the approval of the same in 1996. Based on the official data of the production of the property market, the survey aimed to systematize and analyze the performance of new real estate projects in the region between 1985 and 2006. This text will present a lecture on private production space in this time period and that territory in order to imply the economic and strategic urban management triggers that interfered with the production of the city and its downtown.

**KEY-WORDS:** real estate; downtown; urban operation center; são paulo; development real estate.

## 1 INTRODUÇÃO

Com o término da Ditadura Militar, a sociedade civil e o debate urbanístico ganharam mais espaço sob a conjuntura do processo democrático. O recorte dessa análise inicia-se em 1985, ano que houve a primeira cogitação do uso do instrumento das Operações Urbanas em São Paulo, conforme a previsão constante na proposta de Plano Diretor elaborada na gestão do prefeito Mário Covas (CAMPOS & SOMEKH, 2002). A seguir, passou pela redemocratização do Executivo Federal (eleições diretas, 1989), pelo esforço de moralização da administração federal (impeachment/renúncia do presidente Collor, 1993), estabilização econômica (Plano Real, 1994), pelos ajustes fiscais e financeiros, a instituição da responsabilidade fiscal e as privatizações dos mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998 e 1999-2002); até o término do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2006, momento de excepcional bonança econômica e atração de investimentos no País, inclusive no setor imobiliário.

No mesmo intervalo temporal, o instrumento das Operações Urbanas passou a ser implementado em São Paulo, após o arremedo das Operações Interligadas lançadas pelo prefeito Jânio Quadros (1986), declaradas inconstitucionais por não dependerem de Lei aprovada pela Câmara Municipal.

O instrumento da Operação Urbana foi incluído no Plano Diretor aprovado por decurso de prazo em 1988. Já na gestão Luiza Erundina, foi ensaiada sua aplicação, sempre dependendo de legislação específica aprovada pelo legislativo municipal, inicialmente com a Operação Urbana Anhangabaú voltada à área mais central (1991), de poucos resultados; sob o prefeito Paulo Maluf, aprovou-se a Operação Urbana Faria Lima, (1995), muito combatida pela sociedade civil, mas bem-sucedida no propósito de abrir novas frentes de valorização e ganho de mais valia para o setor imobiliário, com o lançamento e posterior consagração dos CEPACs – títulos mobiliários que permitem a venda

e revenda antecipada do potencial construtivo adicional previsto na operação.

Também sob Maluf, aprovou-se a Operação Urbana Água Branca (1995), com resultados iniciais aquém dos previstos, posteriormente revista; sob o prefeito Celso Pitta, aprovou-se a Operação Urbana Centro (1997), destinada a alavancar novos investimentos no centro histórico por meio de incentivos inéditos em termos da ampliação dos coeficientes de aproveitamento e, a mesma administração, a Operação Urbana Água Espraiada (2000), dando continuidade à Operação Urbana Faria Lima e à urbanização regular no Vetor Sudoeste da cidade.

Sob a gestão da prefeita Marta Suplicy, aprovou-se a Operação Urbana Jacu-Pêssego (2004), tentativa de aplicar o mesmo instrumento numa região mais periférica e fora da zona de valor imobiliário dessa cidade.

Em suma, a localização das diferentes Operações Urbanas implementadas pelo município de São Paulo contrapõe o centro denominado como “histórico”. À luz dessa dicotomia, torna-se necessário elucidar a importância desse “centro histórico” frente a outros pontos de centralidade que surgiram e se consolidaram nas últimas décadas nessa cidade.

## 2 UM CENTRO ENTRE OUTROS

Sob o entendimento do perímetro da área central paulistana estudado neste trabalho, ponderam-se conceitos de centralidades urbanas desdobrados na obra de Heitor Frúgoli Jr. e Flávio Villaça. Em lembrança oportuna para o nosso recorte espacial, Frúgoli Jr., em seu livro *Centralidade em São Paulo: Trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*, destaca a origem da questão da expansão da região central tradicional, quando lembra que “Prestes Maia via (no Centro) três graves defeitos: era exíguo e incapaz de comportar a vida de uma grande cidade; de difícil acesso e estava sempre congestionado” (FRÚGOLI JR, 2000, p. 54). Com o passar dos anos, mesmo com todas as mudanças ocorridas no município, essa realidade apresentou-se de difícil reversão.

As reações iniciais a essas dificuldades, nas primeiras décadas do século XX, reiteraram a necessidade de expansão do centro para muito além do “triângulo” tradicional – desde o “triângulo ampliado”, ainda contido na colina histórica ou “Centro Velho” (depois Distrito da Sé), proposto pelo

Diretor de Obras Municipais Victor da Silva Freire em 1911, até a priorização do “Centro Novo” a Oeste do Vale do Anhangabaú (depois Distrito República, hoje unificado ao Distrito da Sé, formando o Distrito Centro) pelo prefeito Fabio Prado (1934-1938) - novo Viaduto do Chá, Rua Marconi, Biblioteca Municipal - processo acirrado pelo prefeito Prestes Maia em seu primeiro mandato, entre 1938 e 1945, com a abertura do Perímetro de Irradiação, já cogitado como anel de expansão e organização viária de uma área central ampliada desde os anos 1920, circuito cujo trecho mais valorizado e verticalizado seria justamente no vetor Oeste/Sudoeste, ou seja, o “Centro Novo” (CAMPOS, 2002). A nova agenda de organização e ocupação da região é grifada por Frúgoli Jr. após a conclusão do novo Viaduto do Chá em 1938 (1). “Algumas lojas ‘elegantes’ passaram a se fixar na Rua Barão de Itapetininga e adjacências, constituindo a nova região da circulação da elite no Centro” (*Ibden*, 2000, p. 51).

No livro *Reflexões sobre as cidades brasileiras*, Villaça descreve o início da migração das classes abastadas para outras regiões da cidade que ocorreria décadas mais tarde, pondera que

“Nessa desigualdade, insere-se à enorme força que o mercado (especialmente, o mercado imobiliário) apresenta em nossa sociedade. O centro de São Paulo teria então se “popularizado”. (VILLAÇA, 2012, pp. 133-134)

O agravamento dessa leitura de “estrangulamento”, advindo da ocupação adensada dos lotes urbanos centrais e da difícil posição topográfica em que está inserido o centro tradicional, somado às demandas de expansão urbana necessárias para a criação de novas frentes de aproveitamento imobiliário e de oportunidades de novos negócios em outras regiões da cidade, passou a pautar a ação do Poder Público, seguindo diretrizes lançadas pelo setor privado, no sentido de fomentar a criação de outras centralidades que gerassem alternativas qualificadas para os usos residenciais, comerciais e de serviços que atenderiam às classes abastadas e menor risco para os investimentos do setor imobiliário.

Ao longo do último século, esse movimento deslocou progressivamente as novas centralidades valorizadas no sentido Sudoeste, de início com o “Centro Novo” estabelecido a Oeste do Vale do Anhangabaú, assumindo predominância já nos anos 1940, e posteriormente com a transformação da Avenida Paulista em eixo terciário, a partir dos anos 1960, logo seguida pela Avenida Faria Lima na década de 1970, e, na década seguinte, pela região



da Avenida Luís Carlos Berrini. Mais recentemente, em processos já instrumentalizados por meio de Operações Urbanas, a Nova Faria Lima, induzindo a transformação da Vila Olímpia, e a Avenida Água Espraiada (atual Roberto Marinho) se tornaram as frentes de investimento mais visíveis na formação das novas centralidades paulistanas.

Com o passar das décadas a condição de consolidação insuficiente da região central agravou-se e teve o ápice crítico na década de 1980, pois, mesmo com a dificuldade do cenário econômico nacional, a cidade de São Paulo consolidou-se como uma das principais capitais financeiras e culturais da América Latina. Com “importantes transformações na estrutura econômica do país, o aumento do desemprego e a ocupação informal” (MILLAÇA, 2004) tornaram-se tônicas das mudanças sociais e espaciais que ocorreriam nos anos seguintes.

O aumento dos índices de violência nas regiões populares culminou, já no final da década de 1980, em um decréscimo populacional na região central. A instabilidade econômica contribuiu para desenhar um cenário de crise urbana; com índices críticos e crescentes, marcando o êxodo de muitas empresas da região central, no âmbito de um panorama de esvaziamento populacional (CINTRA & CÔRREA, 2004) e de obsolescência e subutilização de suas edificações. Em face de que o Poder Público iniciou, desde os anos 1970, uma série de iniciativas em prol de sua reocupação e revalorização. O “salvamento” do Caetano de Campos, a criação dos calçadões, a aquisição e restauro do Edifício Martinelli e as diversas intervenções no espaço público que acompanharam a implantação do metrô (cuja rede básica seguiu focalizando o centro tradicional) foram os primeiros sinais de uma política de reinvestimento no centro histórico que, contudo, inicialmente não foram acompanhados por iniciativas similares por parte do setor privado.

Para tanto seria necessário o desenho de parcerias entre agentes públicos e privados, postura que começou a ganhar espaço no debate urbanístico paulistano a partir de 1985, com a proposta de Plano Diretor do prefeito Covas, que previa a implementação de Operações Urbanas como meio de viabilizar a requalificação de regiões subaproveitadas e/ou esvaziadas da cidade, por meio de incentivos ao investimento imobiliário e da arrecadação de contrapartidas que financiassem as obras julgadas pelo Poder Público como imprescindíveis.

### 3 PLANO DIRETOR DE 1985 E OUTRAS PROPOSTAS

Desde o final dos anos 1970 já estavam em curso na COGEP – depois denominada como Secretaria Municipal de Planejamento – alguns estudos no sentido de revisar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado aprovado em 1971, no auge do regime militar. A redemocratização do país, coincidindo com o fim do milagre econômico e a crise do Estado provedor, que levaria a novas articulações entre os setores público e privado, abriu caminho, portanto, para uma nova proposta de Plano Diretor, “em novo período de transição para o regime democrático” (CAMPOS & SOMEKH, 2002, p. 148), permitindo o início da idealização de um Plano Diretor mais atualizado e aberto à participação da sociedade, inclusive por meio de parcerias com a iniciativa privada.

Em 1983, com a volta das eleições diretas para governador do Estado, a oposição ganhou a disputa para o Governo do Estado de São Paulo, que foi assumido por Franco Montoro e que indicou para prefeito da cidade de São Paulo (cargo ainda indicado pelo governador) o político Covas, que atuava na baixada santista.

Esse novo prefeito (1983-1985) delegou a Secretaria de Planejamento a Wilhelm que “encontrou um processo já encaminhado de revisão do PDDI por parte dos técnicos do órgão. Contudo, Wilhelm patrocinou a redação de uma proposta substancialmente diferente” (CAMPOS & SOMEKH, 2002, p. 148), apresentando a nova redação em 1985. Paralelamente a esse novo projeto de lei, no contexto nacional, foi acionada a demanda pública por uma nova Assembleia Nacional Constituinte para início do debate que culminaria numa nova Constituição Federal, a qual pautaria a participação da sociedade nas decisões públicas, de maneira mais inclusiva.

No campo urbanístico, essa diretriz levou a Constituinte a abarcar questões reivindicadas pelos movimentos de reforma urbana que emergiram também no decorrer dos anos de 1970, como o princípio da função social da propriedade. Esse novo plano propunha uma estrutura urbana dividida e denominada por anéis, tendo a Área Central como epicentro dessa nova divisão geométrica proposta, além de anéis intermediários e periféricos, sendo os anéis intermediários objeto de verticalização para absorção de um *déficit* habitacional estimado em 3,4

milhões de habitantes (CAMPOS & SOMEKH, 2002, p. 153). Após longo debate, esse documento foi encaminhado à Câmara de Vereadores formatando uma Carta de Princípios que nem chegou a ser debatida pelo legislativo pois, no final do ano de 1985, Quadros ganhou as primeiras eleições diretas para a Prefeitura de São Paulo (inéditas desde 1965) e o projeto de lei foi retirado da Câmara Municipal.

Com um ano de gestão, Quadros (prefeito de 1985 a 1988) conduziu a aprovação, no final de 1986, da Lei Municipal Nº 10.209 que introduziu as chamadas “Operações Interligadas”.

Essa lei visava estabelecer parcerias entre o Poder Público e os empreendedores imobiliários privados, de modo que o primeiro poderia, nos lotes ou glebas objeto dessas operações, conceder direitos de construção suplementares e autorizar usos não previstos na Lei de Zoneamento de 1972, enquanto os empreendedores assumiriam os custos, e, como contrapartida a estas vantagens, promoveriam a construção de moradias populares para munícipes que habitavam em condições “subnormais”, com as diretrizes que o

“proprietário interessado neste tipo de operação deverá submeter à aprovação do Executivo Municipal o plano de operação interligada, (...) a aprovação da operação interligada competirá à Comissão de Zoneamento”. (LEI MUNICIPAL Nº 10.209, Art. 3º)

A explícita transformação da Comissão de Zoneamento do município de órgão regulador em banca de negociações, passando por cima da legislação de zoneamento vigente sem a autorização da Câmara Municipal, gerou inúmeros questionamentos que culminaram na desativação desse tipo de operação, declarada inconstitucional. Enquanto esse processo era conduzido de maneira arbitrária e questionado publicamente de maneira sistêmica, Jânio Quadros apresentou em julho de 1987 uma nova proposta de Plano Diretor mais simplificado que o anterior, contudo mantendo os dados e premissas desse primeiro, principalmente no papel do Estado como articulador dos interesses públicos e privados.

Em suma, essa nova proposta de lei visava reforçar a articulação da produção urbana através das então praticadas “Operações Interligadas” e também previa a implementação de “Operações Urbanas”, igualmente enquanto intervenções articuladas entre o Poder Público e a iniciativa privada, porém com perímetros, parâmetros e diretrizes fixadas em leis que deveriam ser aprovadas pelo legislativo municipal.

Esse plano foi aprovado na íntegra por decurso de prazo no final de 1988 e até hoje tem sua validade debatida, sendo o processo de aprovação de empreendimentos em São Paulo submetido prioritariamente ao zoneamento municipal, documento mais restritivo. Dessa maneira, a legislação de uso e ocupação do solo continuou se pautando na Lei de Zoneamento de 1972 e suas modificações, e uma nova lei do gênero só seria aprovada em 2004. As “Operações Interligadas” tornaram-se inconstitucionais, mas a conceituação das “Operações Urbanas” permitiu mais tarde a criação das Operações Urbanas Anhangabaú (1991), Faria Lima (1995), Água Branca (1995), Centro (1997) e Água Espraiada (2000), todas aprovadas durante a controversa vigência do PD-88.

Na prática, na região central estudada por este trabalho, entre 1985 e 1989, foram implementados apenas 4 (quatro) empreendimentos verticais de natureza residencial pela iniciativa privada, que indicam a produção de apartamentos de perfil semelhantes em muitos aspectos como a linguagem arquitetônica e material das fachadas, a quantidade de unidades contidas em cada projeto, o perfil de incorporadoras que atuaram (empresas de médio porte, não mais atuantes no mercado no presente momento (2016) e os projetos compostos exclusivamente por unidades de 1 dormitório, com média aproximada de 39,00m<sup>2</sup> privativos cada uma.

No período de lançamento desses empreendimentos, houveram duas mudanças de moeda nacional no Brasil, como alternativa de combate à inflação. Essa conjuntura inflacionária pode ser identificada quando verificamos a variação de valores de lançamento registrados: entre os meses de maio de 1985 a outubro de 1986, em empreendimentos que entregaram padrões comerciais semelhantes, o preço de venda passou de US\$ 280,62 <sup>(2)</sup> para US\$ 1.019,56, uma apreciação de 3,63 vezes em um período de 17 meses.

Em 1988, a nova Constituição brasileira foi promulgada e a agenda democrática fora formalizada por meio de nova Carta Magna, a Constituição Federal, que previa a obrigatoriedade de “Plano Diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, Capítulo II – Da Política Urbana, Art. 182, §1º). Essa nova demanda,

somada ao Plano Diretor vigente desde 1988 e, ainda, ao início da gestão municipal de Erundina (1989-1992) – filiada ao Partido dos Trabalhadores e com a expectativa de transformação no modelo de administração em diversos setores, inclusive o urbano – convergiu em uma nova proposta de Plano Diretor para a cidade de São Paulo <sup>(3)</sup>.

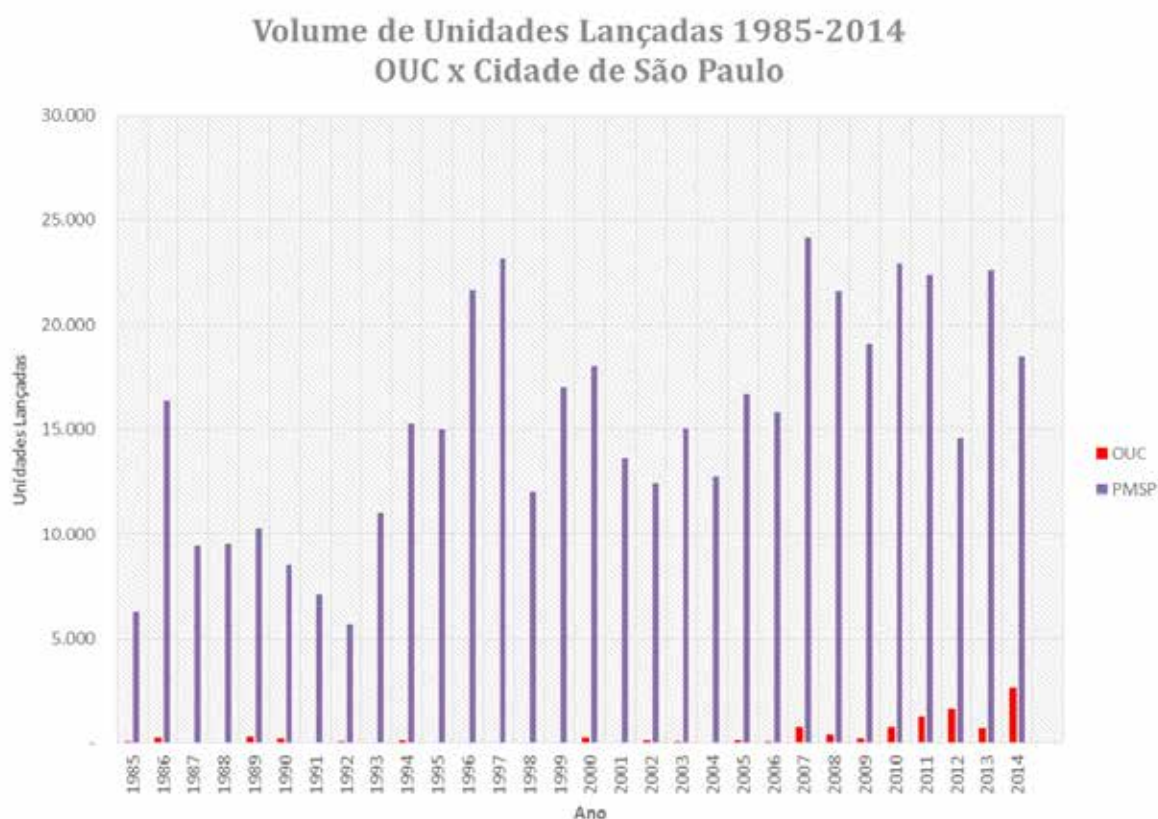
Em termos de conjuntura econômica nacional, por exemplo, somente na gestão da prefeita Erundina (início de 1989 ao final de 1992) a inflação pressionou o Governo Federal a mudar a moeda nacional duas vezes: “Cruzado Novo” em janeiro de 1989 e “Cruzeiro” em março de 1990. Essa recessão financeira afetava diretamente as dinâmicas de composição e produção urbana e, ao mesmo tempo em que demandava uma intervenção administrativa radical através da denominada Reforma Urbana, evidenciava a falta de capital do Poder Público para o investimento mínimo na melhoria da infraestrutura urbana.

A principal e mais polêmica inovação da proposta do Plano Diretor de 1991, apresentado pela Prefeita Erundina referia-se à instituição do que hoje se entende por outorga onerosa do direito de construir, prevendo-se seu pagamento pelos

empreendedores sempre que o coeficiente de aproveitamento fosse superior ao coeficiente básico, equivalente a apenas uma vez a área do terreno. Essa possibilidade só existiria, ainda, nas chamadas macrozonas adensáveis (a proposta substituiu o zoneamento extremamente detalhado e subdividido de 1972 pelas macrozonas), por serem providas de infraestrutura (incluindo o centro expandido e o anel intermediário identificado em 1985).

Após enorme empenho do Poder Executivo no desenvolvimento desse Plano Diretor – protocolado na Câmara Municipal de Vereadores em agosto de 1991 – este não foi sequer votado pelo Poder Legislativo devido ao aparente desinteresse político, insinuado pelos dados obtidos em pesquisa, em que mudanças urbanas dessa natureza fossem feitas nesse momento histórico da cidade. Em tempo, enquanto essa inovadora proposta de Plano Diretor era concebida e debatida, o setor imobiliário, no que diz respeito à região central aqui recortada, continuou a se mostrar extremamente tímido em termos de lançamentos, frente ao grande número de empreendimentos imobiliários lançados em outras regiões da cidade (vide Gráfico 1).

Gráfico 1 - Unidades residenciais lançadas por ano no perímetro da OUC, em comparação com o restante do município de São Paulo.



Fonte: Dados EMBRAESP editados pelo autor, 2015

Nesse período, entre 1989 e 1992, foram realizados pelo setor imobiliário privado, na região central estudada neste trabalho, apenas três novos edifícios residenciais, sendo um deles com embasamento comercial (sem ocupação no momento desta pesquisa, 2016), apresentando, ao contrário daqueles realizados no período anterior, perfis bastante diferentes entre si, tanto em termos das metragens dos apartamentos como no aspecto de suas características arquitetônicas. Além de um hotel que se mantém em atividade precária até os dias de hoje, conforme visita técnica realizada no local pelo autor em dezembro de 2015.

#### 4 OPERAÇÃO URBANA ANHANGABAÚ, ÊXITO OU ÊXODO

Após alguns meses da franca rejeição do Poder Legislativo ao modelo de organização desenvolvido e proposto pela equipe da gestão municipal vigente através da proposta do Plano Diretor-91, o Poder Executivo propôs, com fundamento nos instrumentos previstos e aprovados no Plano Diretor de 1988, a primeira operação urbana da cidade de São Paulo, denominada por “Operação Urbana Anhangabaú” (OUA). Esse instrumento, aprovado em 16 de setembro ainda do ano de 1991, tinha o intuito de regular um conjunto de parcerias entre o Poder Público e privado por meio de mecanismos de concessões sobre a legislação vigente, em prol do Poder Público obter recursos financeiros como contrapartida do setor privado para financiar reinvestimento na área determinada como de sua abrangência, incluindo a obtenção de recursos para a então julgada como principal obra dessa Operação Urbana, que era a remodelação do Vale do Anhangabaú.

Para o setor privado de produção imobiliária, em qualquer tempo, o interesse primário é obter o maior volume de área privativa possível dentro de áreas urbanizadas que, por isso, conseguem ter maior liquidez na comercialização dos mesmos. Essa é uma das diversas estratégias que esse mercado adota, mas, dentre elas é a mais racional pois “traduz na intensificação do aproveitamento do solo urbano em áreas de preços finais de mercado elevado” (SOMEKH, 2014, p. 163).

Do outro lado dessa realidade, a intenção do Setor Público era prestigiar os desenvolvedores de novos projetos nessa região central. Contudo, a leitura apurada dessa legislação, com medidas até então inéditas na cidade de São Paulo, revela algumas

dificuldades de operacionalização nos mecanismos: se o manuseio do Plano Diretor de 1988 já gerou debates em função das assimetrias de interesse entre os poderes que esse modelo poderia gerar, uma nova lei que permitiria o aumento do potencial construtivo de um determinado lote “aberto”, ou seja, “passível a qualquer modificação de Índices e características de parcelamento, uso e ocupação do solo e subsolo, bem como modificação das normas edilícias (LEI MUNICIPAL Nº 11.090, 1991, Art. 2º, Parágrafo Único, Item I), essas janelas de interpretação que os marcos regulatórios insinuavam fomentava um clima de arbitrariedade na execução da lei.

A complexidade do alto risco financeiro de qualquer operação de investimento frente a uma decisão de definição urbana arbitrada pelo Poder Público revelou-se, na prática, determinante para a inviabilização dos empreendimentos imobiliários que poderiam se beneficiar da operação, considerando um cenário econômico nacional no qual a inflação permaneceu crescente, com preços subindo diariamente durante esse período, enquanto os valores dos imóveis estavam indexados ao dólar. Além da realização do *Boulevard* da Avenida São João, a OUA gerou pouquíssimos resultados práticos (ALVES, 2011).

O estudo da produção imobiliária nesse período indicou somente uma significativa e importante exceção: a construção a sede da atual “BM&F Bovespa” (4) à Rua Quinze de Novembro. Com o último lançamento ocorrido em junho de 1990, a região central recebeu da iniciativa privada somente dois outros projetos até o ano de 2000 (em dez anos corridos, vide Gráfico 1). O primeiro desses projetos foi lançado em junho de 1992 fora do perímetro de abrangência da OUA acima descrita. Trata-se de um pequeno projeto residencial na região da Bela Vista, mas incluído na área que seria abarcada pela Operação Urbana Centro quatro anos mais tarde. A lei da Operação Urbana Anhangabaú (OUA) expirou em 16 de setembro de 1994, três anos após sua aprovação, como fora previsto em seu conteúdo, e a região central ficou até meados de 1997 sem nenhuma operação urbana vigente, até a promulgação da Operação Urbana Centro. O segundo e último projeto do período destacado ocorreu três meses após o final da vigência da OUA em setembro de 1994, no interstício temporal entre o término dessa e a criação da Operação Urbana Centro. Esse projeto destaca-se pelo fato de ter sido aprovado como um *flat*, mas vendido e ocupado até



os dias de hoje como um residencial com serviços e um embasamento comercial para a Rua Marquês de Itu.

Além do contexto urbano e regulatório no qual esses dois projetos estão inseridos temporalmente, há um destaque significativo: o Plano Real e o controle da inflação nacional foram implementados entre esses dois lançamentos. Esse início do período de estabilidade econômica pode ser identificado a partir do momento em que, no primeiro empreendimento, o valor de lançamento realizado foi de US\$ 1.371,08/m<sup>2</sup> e, dois anos e cinco meses depois, o segundo empreendimento foi lançado a R\$ 1.268,96/m<sup>2</sup> - sendo o primeiro empreendimento lançado na região central da cidade de São Paulo após o Plano Real - a comparação monetária indica de maneira pouco complexa a paridade das moedas em "um para um" (5).

## 5 OPERAÇÃO URBANA CENTRO, A IDÉIA DE UM NOVO CENTRO

Ainda antes da encerrada a Operação Urbana Anhangabaú, o grupo coordenador dessa operação urbana, com aprovação da Comissão Normativa

de Legislação Urbanística (CNLU), possivelmente ao observar a incipiente movimentação do setor imobiliário privado no sentido de investir na região central, apresentou o Projeto de Lei da chamada Operação Urbana Centro (OUC) à Câmara Municipal de São Paulo em 24 de dezembro de 1993, já sob a gestão do prefeito Maluf (1993-1996).

Assim, após longo período de tramitação no legislativo municipal, a Operação Urbana Centro (OUC) foi promulgada em 6 de junho de 1997, mais de três anos depois, já sob a gestão de Pitta (1997-2000). Esse novo Decreto Municipal aprovado, ainda em vigência até a publicação desse artigo, foi inovador sob o aspecto da permissividade de áreas construídas e das possibilidades de usos oferecidas aos proprietários de imóveis e empreendedores.

Enquanto a legislação de zoneamento vigente nas demais regiões do município de São Paulo perseguia a restrição construtiva, até nas áreas com infraestrutura consolidada, essa Operação Urbana permitiu a utilização de até 12 (doze) vezes a área do terreno em área construída computável, se respeitadas algumas condições sobre o uso da edificação.

Imagem 1 - Região central com a localização de todos os empreendimentos desenvolvidos pela iniciativa privada de uso residencial, entre janeiro de 1985 e dezembro de 2006, seguindo numeração cronológica dos lançamentos realizados.



Fonte: Tamara Fajer e Louro e Silva, 2015

Na redação da referida Lei Municipal, em nenhum momento se explicita a relação que o Poder Público deveria ter com o capital dos empreendedores privados, em especial ao setor imobiliário, para a realização efetiva de todas as intenções de transformação idealizadas e propostas, exceto pelo item VII (LEI MUNICIPAL Nº 12.349, 1997, Capítulo I, Artigo 2º), quando visa incentivar o uso habitacional como solução para as oscilações da ocupação de espaço público que a região central apresenta até os dias de hoje em grande parte de seu território quando, durante os dias de semana, possui grande movimento em função do comércio, enquanto os mesmos espaços tornam-se ermos fora do horário comercial, abrindo caminho para atividades ilícitas de diversas naturezas.

O papel do setor imobiliário na formulação da OUC tornou-se quase satélite, deixando toda a responsabilidade pelas transformações urbanísticas na alçada do Poder Público, ainda que em um cenário permissivo em termos de potencial construtivo, sem contrapartidas definidas. Mesmo após a implementação da OUC em meados de 1997 (com perímetro de implantação demonstrado na Imagem 1), a região central da cidade de São Paulo receberia somente no ano de 2000 o primeiro investimento imobiliário do setor privado realizado desde dezembro de 1994 – configurando seis anos de produção estagnada do setor imobiliário privado nessa região. Esse primeiro empreendimento foi um hotel na Rua Araújo, construído atrás da fachada tombada de uma antiga garagem de bondes, lançado em março de 2000 e em plena atividade até o término desse trabalho, em 2016.

O empreendimento acima, denominado na época de sua inauguração como *Downtown SP – Mercure Hotel*, foi desenvolvido pela incorporadora Setin, cujo presidente Antônio Setin <sup>(6)</sup> concedeu entrevista exclusiva para essa pesquisa.

Setin relata nessa entrevista sobre a resistência de parceiros no desenvolvimento imobiliário de seus empreendimentos para investimentos na região central em tempo anterior ao lançamento do referido hotel.

Nessa região, somente em junho de 2002 foi lançado um empreendimento conforme o modelo de incorporação imobiliária mais usual em São Paulo. Esse foi o primeiro empreendimento dessa região denominado comercialmente como uma planta de apartamento do tipo “studio” (com espaço conjugado, como o das antigas quitinetes) e tendo, à

época de seu lançamento, grandes dificuldades em termos de liquidez, por se tratar de um projeto sem concorrência e, logo, com referências comerciais de valores em prédios antigos nessa região, com os quais não conseguia concorrer igualmente.

## 6 NOVOS PESOS E NOVAS MEDIDAS

Sobre a migração de sede de empresas da região central com destino às novas centralidades afirmadas sucessivamente no vetor Sudoeste da cidade de São Paulo, esse processo teve início na década de 1960 com as avenidas Paulista e Faria Lima, mas teve na década de 1980 o seu ápice, consolidando o processo de desvalorização do centro histórico, tanto do Centro Velho já desvalorizado desde os anos 1940 como do Centro Novo que teve seu apogeu entre aquela década e 1970, e descrito por Rolnik como uma “popularização do centro e seu abandono progressivo pelas elites” (ROLNIK, 2002, p. 46).

A crescente vacância de imóveis residenciais, indicada pelos dados levantados, agrava-se quando considerado que houveram rarefeitos novos lançamentos imobiliários residenciais no perímetro e adjacências dessa região. Mesmo com a consolidação da Associação Viva o Centro e a regulamentação da OUC, o interesse e a preocupação por intervenções qualitativas na região central tornaram-se prioritários, pois, na leitura do governo, tratava-se de um território urbano estratégico para o desenvolvimento econômico e social da cidade.

Essa nova pauta do Poder Público municipal serviu de justificativa para a solicitação oficial, para o aumento de sua capacidade de endividamento para com o Governo Federal, posto que a cidade já estava no limite de sua linha de crédito pública para investimentos internos. Nesse contexto, o Poder Público precisara de mais crédito para suprir a demanda de mais investimentos públicos para novo ajuste na infraestrutura urbana e social frente o iminente crescimento que se intencionava.

O limite de US\$ 100,4 milhões tratado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) deveria começar a ser parcialmente alocado através de um programa de intervenção no centro criado pela administração pública intitulado como “Reconstruir o Centro”.

Na década em que a pauta era como conduzir a requalificação do centro de São Paulo (em termos

qualitativos e quantitativos), o setor imobiliário permaneceu estático, aguardando intervenções práticas efetivas e, com isso, oportunidades de negócios coerentes e competitivos, em face do aquecimento imobiliário que começara a se estabilizar na cidade após maturidade do Plano Real. Se observarmos o volume de lançamentos de unidades da região central frente ao restante da cidade (Gráfico 1) identificaremos um incremento nesse total a partir do ano de 1993, quando a estabilidade financeira começou a ser tateada com a estratégia do Plano Real. Contudo, os lançamentos no centro histórico só teriam incremento real em 2007, quase quinze anos depois.

Antecipando a ênfase ao direito institucional à moradia e a prioridade concedida à habitação de interesse social, que seriam consagrados por meio do Estatuto da Cidade em julho de 2001 (LEI FEDERAL Nº 10.257, 2001), seis meses antes (em fevereiro) o Governo Federal criou o Programa de Arrendamento Residencial (PAR). O PAR foi criado com o intuito de operacionalizar um novo fundo gerido pela Caixa Econômica Federal (CEF) com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para ser aplicado exclusivamente em crédito imobiliário para aquisição de imóveis para famílias de renda até R\$1.800,00 mensais.

A importância prática desse programa residia em ser o primeiro programa nacional pós estabilidade econômica para habitações determinadas como de baixa renda. A análise da referida Lei pondera alguns pontos críticos, mas que colaboram com operacionalização do programa (PAR). O principal é que o texto deixa claro, inclusive em seu título, que se trata de arrendamento com Opção de Compra, ou seja, enquadra-se numa aquisição do mutuário “em planta”, podendo ser comercializado antes do início da obra ou no decorrer da mesma, como o mercado imobiliário recorrentemente operou nesse país. E mais que isso: deflagra que a CEF deverá contar com o setor imobiliário privado para receber o apoio à produção da obra e, por fim, comercializar as unidades.

Com a possibilidade do setor imobiliário formal operar nesse segmento e à luz das limitações acima, o mercado iniciou estudos para entender como precisaria se ajustar para produzir nesse segmento que concentra o maior déficit habitacional do país e, considerando as soluções técnicas possíveis para unidades com metragens internas compactas e obras em curto prazo, por exemplo, e ainda em

face da dificuldade de encontrar, mesmo naquele período, áreas urbanas para esse segmento, o setor revisitou um conceito de intervenção pouco explorado em linhas gerais pelo incorporadores do país: o *retrofit* (7).

Na região central da cidade de São Paulo, pareceu coerente analisar investimentos para incorporações imobiliárias novas com base no retrofit quando se observa que:

- A) Não haviam naquele momento áreas urbanas disponíveis para aquisição por valores que viabilizavam esse modelo de incorporação com limite de renda e valor final de venda;
- B) Os edifícios existentes na região central estavam degradados e aptos a serem adquiridos por um valor patrimonial economicamente baixo e, mesmo inseridos em áreas desvalorizadas, ainda eram atraentes para o consumo pela faixa de renda à qual o PAR visava atender;
- C) Antigos edifícios com um único proprietário – o qual, no passado, vivia de renda – inteira ou majoritariamente desocupados pelo êxodo da região central ou, ainda, antigos hotéis, tornaram-se oportunidades para *retrofits* e revendas;
- D) O retrofit possui naturalmente uma curva temporal de execução de obra mais curta e dispensa o atendimento às então novas regras de zoneamento. Na prática, trata-se de um lançamento com padrões de ocupação antigos (sem recuos, por exemplo) e vendido no mercado atual.
- E) A exposição de caixa do projeto é menor e, logo, o risco do empreendedor imobiliário é proporcionalmente reduzido.

Então, após dez anos sem novos lançamentos imobiliários residenciais na região central de São Paulo, entre 2003 e 2006 ocorre uma tímida leva de 4 (quatro) projetos de *retrofits* nesse perímetro urbano. A análise dos dados levantados permite pontuar que esses quatro novos projetos respeitam rigorosamente os limites de metragem, programa mínimo das unidades, máximo de unidades por projeto e valor máximo de venda exigidos pela Lei de regulamentação do PAR.

Segundo os dados desta pesquisa, todos os incorporadores ou construtores registrados como responsáveis por esses projetos de *retrofit* são de pequeno porte e já não atuam mais no mercado imobiliário em tempo da publicação desse artigo. Nenhuma incorporadora de médio ou grande porte, mesmo ainda em atividade, participou desse movimento de *retrofits* na região central.

Isso deve-se a razões de natureza estratégica das grandes companhias que ponderam o fato de se tratar de um produto financeiro novo, inclusive para a Prefeitura, e decidiram aguardar agentes de menor porte “testá-lo” para entender a operacionalização e dificuldades desse novo modelo de negócio. Importantes ressaltar que outro motivo claro é que o Volume Geral de Vendas (VGV) das operações era muito baixo para essas grandes empresas.

Por fim, foi observado que todos os empreendimentos imobiliários desse período possuem térreos com usos comerciais ainda do projeto original de cada edifício. Contudo, até a data de término deste trabalho (2016), encontram-se vazios e fechados ou, ainda, abrigando comércios precários e informais.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o início da democratização política no Brasil em meados de 1980, os administradores públicos constataram que o processo de urbanização já havia se estendido em função das demandas comerciais e de necessidade de moradia nas cidades, mas estavam longe de estar consolidado. Nesse contexto, a premissa foi intervir na regulação e controle da urbanização que estava por vir. Outro entrave prático para operacionalização desse controle urbano fora os recursos limitados dos caixas públicos, posto o alto custo de manutenção do regime anterior.

Na realidade da cidade de São Paulo, como é pontuado nesse artigo, havia um gravame significativo que era a política pública de pulverizar a criação de novos centros urbanos fomentados em conjunto pela iniciativa privada e o Poder Público, aumentando o índice de complexidade para solução do processo de expansão urbana. Isto posto, ressalta-se que, desde o Plano Diretor de 1985, o Poder Público estuda e ensaia mecanismos de direcionar os gastos de investimento com infraestrutura para a iniciativa privada, em especial

o setor imobiliário que é um dos principais responsáveis pela expansão urbana formal.

Com o passar dos anos, a crise infraestrutural somada ao início de um debate urbano sobre princípios democráticos fomentou o interesse público na revitalização de áreas que continham infraestrutura urbana, identidade cultural com a cidade e já estava, em termos de área construída, densidade próxima da consolidada.

A Operação Urbana Anhangabaú, primeira tentativa factual de convergir esses interesses, transformou a estratégia de êxito em êxodo de sua densidade habitacional para outras regiões, posto não ter refletido em seu texto e operação as necessidades mínimas aceitáveis de mitigação de risco imobiliário, condição *sine qua non* para a vinda do capital do setor privado.

Anos depois, a Operação Urbana Centro teria texto e condições primariamente atraentes para a mobilização de capital do setor privado, contudo a criação de outras Operações Urbanas em outras regiões da cidade através dos anos modificou a tônica prioritária do setor imobiliário, permanecendo insipiente sua utilização durante quase uma década, segundo pesquisa de novos lançamentos imobiliários residenciais que norteou a comprovação estatística dos fatos aqui apresentados.

Por fim, esse artigo procura delinear, usando esse curto, mas fundamental período de urbanização na cidade de São Paulo, o desalinho prático de interesses e, em alguns momentos, o desinteresse político e administrativo pelo capital financeiro da iniciativa privada para o bem comum e público da cidade.

O principal desafio do Poder Público nos próximos anos será se posicionar com respeito às necessidades do capital privado, de modo a utilizar sua função de regulador social e econômico para fomentar o desenvolvimento da cidade e de modo a utilizá-lo para a construção de um bem comum.

## 8 REFERÊNCIAS

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

LEI FEDERAL Nº 10.257, de 10 de julho 2001. Que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

LEI MUNICIPAL Nº 10.209, de 09 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a construção de habitações de interesse social para moradores de habitação subnormal, concede incentivos, e dá outras providências. (Alterada).

LEI MUNICIPAL Nº 11.090, de 16 de setembro de 1991. Estabelece programa de melhorias para a área de influência imediata do Vale do Anhangabaú, cria incentivos e - formas para sua implantação, e dá outras providências.



LEI MUNICIPAL Nº 12.349, de 6 de junho de 1997. Que regulamenta a Operação Urbana Centro, estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências.

ALVES, Glória da Anunciação. "A requalificação do centro de São Paulo". *Estudos Avançados*. São Paulo, Janeiro/Abril 2011. Vol. 25, nº 71.

ANTONUCCI, Denise. O Plano Diretor de 1991: a revolução conceitual. In: CAMPOS, Candido Malta & SOMEKH, Nádia; (orgs.) *A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX*. São Paulo: Mackpesquisa, 2002.

CAMPOS, Candido Malta. *Os Rumos da Cidade*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2002.

CAMPOS, Candido Malta & SOMEKH, Nádia; (orgs.) *A cidade que não pode parar: planos urbanísticos de São Paulo no século XX*. São Paulo: Mackpesquisa, 2002

CINTRA, Marcos Antônio Macedo & CÔRREA, Renata Silveira. O complexo financeiro: um caso de concentração no município e relativo esvaziamento no centro? In: SOMEKH, Nádia & COMIN, Álvaro A. (orgs.) *Caminhos para o centro: estratégias de desenvolvimento para a região central de São Paulo*. São Paulo: EMURB, 2004.

FRÚGOLI JR., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez: Universidade de São Paulo, 2000.

ROLNIK, Raquel. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2002.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo. *Anhangabaú: História e Urbanismo*. São Paulo: SENAC, 2004.

SOMEKH, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador*. São Paulo: Editora Mackenzie, Romano Guerra Editora, 2014.

VILLAÇA, Flávio. Elites, desigualdades e poder municipal. In: CAMPOS, Candido Malta; GAMA, Lúcia Helena & SACCHETTA, Vladimir (orgs.) *São Paulo metrópole em trânsito. Percursos urbanos e culturais*. São Paulo: SENAC São Paulo, 2004.

VILLAÇA, Flávio. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Nobel, 2012.

## NOTAS

**(1)** Conforme: José Geraldo Simões Junior em *Anhangabaú: História e Urbanismo*, 2004.

**(2)** Nesse estudo, todos os valores analisados entre 1985 e 1993 foram convertidos em Dólar (US\$) para facilitar a análise comparativa de diferenças moedas. E todos os preços indicados não abarcam o impacto da inflação após cada lançamento com o intuito de que, através de uma análise financeira estática, observe-se a real valorização nominal do custo do imóvel residencial desenvolvido pela iniciativa privada.

**(3)** A proposta foi priorizada pelo então Secretário do Planejamento e economista Paul Singer, além da ativa contribuição de Raquel Rolnik, coordenando os trabalhos como Diretora de Planejamento Urbano (ANTONUCCI in CAMPOS & SOMEKH, 2002, p. 162) da SEMPLA. Torna-se importante ressaltar ainda que, além do enorme esforço de toda a equipe do governo para conceber um documento que fosse exemplo de um exercício democrático rigoroso, passando por liturgias obrigatórias de debates públicos, participação social, grupos de trabalhos internos de atendimento e estudo dentro da própria SEMPLA, do Partido dos Trabalhadores, da Universidade, etc.; esse documento foi executado em um momento de franca crise econômica no Brasil.

**(4)** O Edifício da BOVESPA não contempla os dados apresentados pois trata-se de uma reforma de monousuário, sem a realização de incorporação imobiliária propriamente dita, para divisão da propriedade em frações ideais.

**(5)** Período econômico onde a variação cambial entre o Dólar e o Real orbitava em R\$ 1,00 = US\$ 1,00.

**(6)** Presidente da Setin Incorporadora, que lançou entre os anos 2000 e 2014, 930 unidades habitacionais na região central, com mais 1.000 unidades previstas para lançar até o final de 2016.

**(7)** No contexto da pesquisa e desse artigo científico, denomina-se com *retrofit* a reabilitação física de um imóvel existente através de reforma civil, com o intuito destinar a ele um novo uso de ocupação ou, ainda, uma nova ocupação a um uso previamente existente.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

# O LEGADO DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS REMOÇÕES

THE LEGACY OF SPORTING MEGAEVENTS AND THE BACKGROUND OF REMOVALS

## SILVA, GABRIELA COSTA DA

Mestre, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, gs.arq@hotmail.com.

## PORTELLA, ADRIANA

Doutora, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas, adrianaportella@yahoo.com.br

## PEREIRA, GISELE

Doutora, Faculdade de Administração e Turismo da Universidade Federal de Pelotas, gisele\_pereira@hotmail.com

### RESUMO

Megaeventos esportivos estão cada vez mais associados a transformações urbanas que visam à melhoria da qualidade de vida da população. Quando bem planejadas, essas mudanças caracterizam o legado deixado após o fim dos jogos. Em 2014, o Brasil foi sede da Copa do Mundo, marcada por projetos principalmente de mobilidade urbana que em longo prazo beneficiaria a população como um todo. Entretanto, 250 mil pessoas foram removidas no país para que essas obras fossem executadas. Como forma de avaliar a percepção dessas pessoas quanto à maneira com que o processo de remoção foi realizado, teve-se como estudo de caso a duplicação da Avenida Tronco, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A coleta de dados foi realizada a partir da participação em manifestações e eventos das comunidades atingidas, grupo focal e entrevistas que identificaram a insatisfação das pessoas removidas quanto à maneira com que o Governo tratou a retiradas das famílias de suas casas, sendo marcadas pela falta de diálogo, baixas indenizações, falta de um projeto social, desrespeitos aos direitos humanos e direito à moradia adequada. Todavia, a população atingida não se posicionou contra a realização do megaevento em Porto Alegre e no Brasil, mas sim contra as condutas ante as remoções.

PALAVRAS-CHAVE: megaevento; legado; percepção; Copa do Mundo de 2014.

### ABSTRACT

Sporting megaevents are increasingly associated with urban transformations aimed at improving the population's quality of life. When well planned, these changes characterize the legacy left after the end of the games. In 2014, Brazil hosted the World Cup, marked by projects mainly for urban mobility in the long term would benefit the population as a whole. However, 250,000 people were removed from the country to which these works were performed. In order to evaluate the perception of these people associated with the way that the removal process was done it was taken as a case study duplication Tronco Avenue, in the city of Porto Alegre, Rio Grande do Sul. The data collection was performed from participation in demonstrations and events of the affected communities, focus groups and interviews that identified the dissatisfaction of the people removed as to the way the government dealt with the retirement of families from their homes, being marked by a lack of dialogue, low compensation, lack a social project, disrespect for human rights and the right to adequate housing. However, the population affected was not positioned against the realization of the megaevent in Porto Alegre in Brazil, but against the pipes before the removals.

KEY-WORDS: megaevents; legacy; perception; World Cup 2014.

## 1 INTRODUÇÃO

Megaeventos esportivos são eventos de curto prazo, podendo durar de duas semanas a um mês, e envolver a participação de milhares de pessoas (MACHADO; RUBIO, 2013). Esses eventos trazem consigo consequências relacionadas ao turismo, impactos econômicos e sociais (HILLER, 2006), renovação da imagem pela mídia, intervenções urbanas, dentre outros que nem sempre são considerados positivos para a população, como realocações de famílias, desvios de verba, mau planejamento das instalações, elefantes brancos e crise econômica (PAIVA, 2013; PREUSS, 2008).

Um megaevento, se bem planejado, pode servir como uma grande oportunidade para crescer economicamente, desenvolver novas regiões e obter um legado sustentável, o que trará benefícios não só para o país, mas também aumentará a qualidade de vida da população. Tal fato se torna positivo quando a infraestrutura desenvolvida é aproveitada no futuro pela população, visto que os jogos duram apenas alguns dias (PAIVA, 2013). No mundo dos esportes, há destaque principalmente para as Olimpíadas, realizadas sob a administração

do Comitê Olímpico Internacional (COI), e para a Copa do Mundo, comandada pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA).

Em 2014, a Copa do Mundo foi vista como oportunidade para qualificar áreas das cidades-sede que precisavam de investimento. Ainda que esses projetos estivessem relacionados ao desenvolvimento, segundo a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2014) cerca de 250.000 pessoas foram removidas para que projetos de infraestrutura urbana fossem executados. De maneira geral, as famílias foram retiradas de suas casas, não importando quanto tempo residiam no local. A justificativa dessas ações se relacionou à ilegalidade das ocupações, muitas das quais utilizavam áreas públicas para a construção de moradias, tendo como consequência baixas indenizações. Em outras situações, aconteceu o pagamento do aluguel social para as famílias removidas, cujo valor era mínimo, variando de R\$ 300,00 a R\$ 500,00 (MARINHO; CAMPAGNANI; COSENTINO, 2014).

Dentro desse contexto, de acordo com Rolnik (2011a), Junior (2011) e Monteiro (2015), moradia adequada é um direito humano, sendo o elemento fundamental para uma vida digna, localizada em uma área com acesso à luz, água, esgoto, coleta de lixo, além do acesso às oportunidades de desenvolvimento humano e econômico, como a educação e saúde. Ademais, o local deve proporcionar oportunidades de trabalho, renda e melhor qualidade de vida devido à quantidade de recursos a sua volta. Entretanto, o que ocorreu nas cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 foi a exclusão de famílias com menor poder aquisitivo para áreas mais afastadas, muitas das quais fora da cidade em que residem, devido ao aumento do valor dos imóveis por conta da especulação imobiliária. Tal fato acaba gerando, muitas vezes, novas ocupações informais, sem condições adequadas e um aumento na taxa de pobreza (RECHIA; SILVA, 2013).

A partir da problemática exposta, esse artigo tem como objetivo identificar a percepção de usuários removidos quanto ao processo de remoção ocasionada para atender à Copa do Mundo de 2014. Parte-se da premissa de que o planejamento social e as condutas ante ao processo de remoção devem ser considerados como prioridade para que o legado de um megaevento seja positivo.

## 2 A COPA DO MUNDO DE 2014 E A CONTEXTUALIZAÇÃO DAS REMOÇÕES

Os megaeventos esportivos estão cada vez mais relacionados com desapropriações. De acordo com Marcellino (2013), nas Olimpíadas de Seul (1988), 15% da população foi desalojada, tendo 48 mil edifícios residenciais destruídos. Nas Olimpíadas de Atlanta (1996) 15 mil pessoas foram removidas e nas Olimpíadas de Pequim (2008) 1,5 milhões de pessoas. No Brasil, de acordo com dados do Portal Popular da Copa e Comitês Populares, as remoções atingiram 247.535 pessoas para atender à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016 (ROLNIK, 2014a; ANCOP 2013 apud BARROS, 2013).

De todas as cidades-sede para a Copa do Mundo de 2014, o Rio de Janeiro abrigou os problemas mais críticos associados aos direitos humanos e à moradia, devido à remoção de 38.297 pessoas, referente aos projetos para a Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016 (ANCOP 2013 apud BARROS, 2013). A Aldeia Maracanã, por exemplo, composta por 20 índios de diferentes etnias, desde 2006 ocupava o antigo Museu do Índio com o intuito de reivindicar a regularização da ocupação e transformar o local na primeira Universidade Indígena (COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO, 2011; BORGES, 2014). Contudo, o Governo decidiu demoli-la sob o argumento de liberar a saída dos torcedores dos dias dos jogos no Maracanã, além de definir o edifício de 1865 como 'sem valor histórico'. Em 2013, policiais invadiram a Aldeia Maracanã e retiraram os indígenas que foram levados para Jacarepaguá, Zona Oeste do Rio de Janeiro, onde foram alojados em contêineres (FARIAS, 2014). Entretanto, fazer a remoção dessas pessoas não impediria que a Aldeia Maracanã tivesse um espaço para divulgar sua diferença cultural e história (BORGES, 2014).

Também no Rio de Janeiro, a Vila Autódromo, localizada na Barra da Tijuca, onde irá acontecer os Jogos Olímpicos de 2016, enfrenta graves problemas quanto às remoções. As primeiras ocupações ocorreram em 1980 e desde essa época os moradores criaram uma associação para reivindicar infraestrutura (TANAKA, 2014) e adquirir a regularização fundiária, obtida em 1996. Com a crescente expansão urbana, a região da Barra da Tijuca tornou-se área para novos investimentos imobiliários, fazendo com que a Vila Autódromo começasse a ser ameaça de remoção (FREIRE, 2013). A resistência da comunidade durou até

2014, quando 336 famílias foram removidas para um conjunto habitacional Parque Carioca (TANAKA, 2014; BERTA, 2015). Em 2015, das 760 residências existentes, 590 foram desocupadas (336 famílias foram realocadas para o conjunto habitacional e 254 por indenizações). As famílias que resistiram por mais tempo no local receberam altas indenizações em função da valorização do local e pela documentação existente de posse do terreno (chegando até R\$ 3 milhões), mesmo assim, 170 famílias ainda resistem (BERTA, 2015). A Figura 1 exibe o local em 2015.

Figura 1: Vila Autódromo, Rio de Janeiro.



Fonte: AUTOR, 2015.

Em Curitiba (Paraná), seis mil pessoas foram removidas devido às obras da Copa do Mundo de 2014 (ANCOP 2013 apud BARROS, 2013). O projeto que obteve maior debate entre o poder público e as famílias atingidas pela remoção foi a construção da terceira pista do Aeroporto Internacional Afonso Pena. Tal obra ameaça a remoção de 342 famílias (mil pessoas) de sete comunidades (ANCOP, 2012) que vivem há mais de 20 anos no local. Essas famílias possuem posse de suas moradias, além da área ser reconhecida como ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) para habitação social.

Após a resistência das comunidades, as obras foram interrompidas e adiadas para 2018, sendo retiradas da Matriz de Responsabilidade (ANCOP, 2014; CASTRO; NOVAES, 2015).

Na cidade de Porto Alegre (Rio Grande do Sul), 31.238 pessoas foram removidas para execução de obras de infraestrutura urbana e socioambientais (Figura 2). Assim, como nas demais cidades-sede, a capital gaúcha também enfrentou problemas quanto à maneira com que os reassentamentos foram conduzidos. Para a ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho, 13.351 pessoas da Vila Dique, Nazaré e Floresta foram removidas. A reurbanização do entorno da Arena do Grêmio (centro de treinamento para a Copa), atingiu 3.150 pessoas da Vila Santo André. As obras do entorno do estádio Beira-Rio removeram 315 pessoas da Ocupação 20 de Novembro. Para a duplicação da Avenida Tronco 6.862 foram removidas. Por último, para os projetos relacionados ao PISA (Projeto Integrado Socioambiental) 7.560 pessoas foram removidas (ANCOP, 2014; CASTRO; NOVAES, 2015).

O reassentamento da Vila Dique teve início em 2009 no Loteamento Bernardino da Silveira, bairro Rubem Berta, para abrigar 1.476 famílias (aproximadamente 6.642 pessoas). As unidades habitacionais apresentaram desde o início de sua construção problemas como ausência de escola e creche, baixa qualidade das construções, casas não adaptadas para portadores de deficiência física e esgoto a céu aberto (durante os seis primeiros meses) (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2012). Moradores que tinham sua fonte de renda relacionada à criação de animais ou coleta de materiais recicláveis ficaram sem trabalho por não haver uma área destinada para os mesmos. Ainda, as residências que deveriam ter 48,0 m<sup>2</sup> apresentam até 35 m<sup>2</sup> (ROLNIK 2011 apud COMITÊ POPULAR DA COPA, 2014).

Figura 2: Locais de remoções em Porto Alegre em razão de obras para atender a Copa do Mundo de 2014.

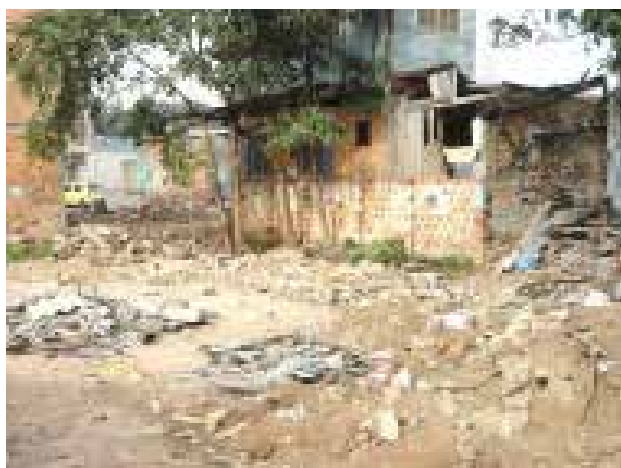


Fonte: Google Earth, 2015.



As obras de duplicação de 5,6 km da Avenida Tronco, dita como prioritária para os jogos da Copa do Mundo de 2014, atingiram 1.525 famílias, e cerca de 6.862 pessoas (Figura 3). Sua construção estava relacionada em criar uma rota alternativa de ligação entre a Zona Norte, área central e Zona Sul, além de servir como apoio nos dias dos jogos (ARAUJO, 2014). Para que as obras fossem iniciadas, primeiramente haveria a remoção das famílias, que recorreu a um cadastramento socioeconômico, com opção de três alternativas de reassentamento: (i) bônus moradia no valor de R\$ 52.340,00, (ii) aluguel social no valor de R\$ 500,00 ou (iii) indenização (MESOMO, 2015). Segundo Castro e Novaes (2015), o principal questionamento foi o baixo valor oferecido nas opções de reassentamento, que impossibilitava a permanência no bairro Cristal.

Figura 3: Remoções na Avenida Tronco, Porto Alegre.



Fonte: AUTOR, 2014.

Em Fortaleza (Ceará), as obras de infraestrutura e mobilidade urbana para a Copa de 2014 atingiram 20 mil pessoas. De acordo com Andrea Dip (2012), a principal obra do megaevento para a cidade foi a construção do Veículo Leve sobre Trilhos (MLT), ramal Parangaba-Mucuripe. Para a realização dessa obra 12.150 pessoas foram removidas, número que seria maior caso não tivesse ocorrido a resistência de famílias, o que ocasionou a modificação do projeto (CASTRO; NOVAES, 2015). A baixa indenização e as realocações a partir do Programa Minha Casa Minha Vida para áreas degradadas (20 km de distância) foram as questões mais debatidas pelas pessoas atingidas, que deixaram a área em que viviam e a assistiram ser ocupada por população de maior classe econômica (DIP, 2012; ANCOP, 2014; CASTRO; NOVAES, 2015).

Em São Paulo (São Paulo), 89.200 pessoas foram removidas (ANCOP 2013, apud BARROS, 2013).

A situação mais evidente ocorreu no bairro de Itaquera, na Zona Leste, escolhido para a abertura dos jogos da Copa do Mundo. Segundo Fernandes (2014), como investimentos para a área, a nova Arena Corinthians trouxe uma universidade, conjuntos residenciais e infraestrutura urbana renovada, como o Parque Linear, contudo, atingiu 370 famílias na Comunidade Vila da Paz (CASTRO; NOVAES, 2015).

De acordo com denúncias feitas pela ANCOP (2013 apud BARROS, 2013) sobre a violação de direitos humanos da ONU relacionados à moradia adequada, por todo país quantidades significativas de pessoas foram removidas: em Salvador (Bahia) 24 mil pessoas; em Belo Horizonte (Minas Gerais), 14 mil; em Recife (Pernambuco), 12 mil; em Natal (Rio Grande do Norte), 4 mil; em Manaus (Amazonas), 3,6 mil; em Cuiabá (Mato Grosso), 3,2 mil; em Brasília (Distrito Federal), 2 mil pessoas. Em geral, a justificativa para as remoções das famílias foi relacionada à falta de registro do terreno, uma vez que as áreas apropriadas pertencem ao Poder Público, mesmo que o art. 183 da Constituição Federal (1988) reconheça a posse de espaços públicos ou privados por pessoas que não possuem condições de acesso à moradia:

Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

Apesar da existência da lei, nesses casos não há o pagamento de indenizações e, quando essas acontecem, contemplam apenas a benfeitoria (residência) (MARINHO; CAMPAGNANI; COSENTINO, 2014; ROLNIK, 2014b). Em outras situações, houve o pagamento do aluguel social, correspondendo entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00, impossibilitando a permanência da pessoa no bairro ou até mesmo na mesma cidade (ROLNIK, 2014b). No Brasil:

[...] as compensações financeiras têm sido totalmente insuficientes para garantir o direito à moradia adequada dessas pessoas em outro local e, em grande parte dos casos, quando houve reassentamento, este se deu em áreas muito distantes da moradia original, prejudicando os moradores no acesso aos locais de trabalho, aos meios de sobrevivência e à rede socioeconômica que lhes permite sobreviver na cidade (ROLNIK, 2014B, p. 69).

De acordo com os pactos internacionais, como o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC, 1992) e o Pacto Internacional de

Direitos Cívicos e Políticos (PIDCP, 1992), deve haver o direito da participação das comunidades sobre os projetos, com a possibilidade de mudanças, além do direito à informação. As famílias devem ser avisadas com antecedência sobre as remoções e estas devem ocorrer sem o uso da violência. Além disso, essas têm o direito de contar com um organismo independente, dando-lhes assistência técnica e jurídica para acompanhar o caso (ROLNIK, 2011b).

Em razão da forma não participativa com que a organização para a Copa do Mundo de 2014 estava ocorrendo, criaram-se, por iniciativa de movimentos sociais, os Comitês Populares da Copa, disponível no 'Portal Popular da Copa' de cada cidade-sede. Esses lutam contra violações de seus direitos, tendo como temas: luta e resistência, remoções e despejos, trabalho e precarização, exceções e ilegalidades, discriminação e segregação, recursos públicos para entidades privadas, criminalização e repressão, elitização e mercantilização da cidade, autoritarismo e processos decisórios, ameaças à soberania, degradação ambiental e o benefício para a menor parcela da população, correspondendo àqueles com melhor situação econômica (BONALUME, 2013; ARAUJO, 2014; OMENA, 2015).

Assim, criou-se o Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – Megaeventos e Violação de Direitos Humanos no Brasil, tendo como objetivo alertar violações referentes à moradia, à falta de participação e informação, ao desrespeito à legislação e direitos ambientais, aos direitos trabalhistas e ao desperdício de dinheiro público. A intenção era que os jogos começassem somente após a reparação de todos os direitos violados, garantindo a permanência de todas as comunidades e bairros populares (ANCOP, 2014; BONALUME, 2013; MARINHO; CAMPAGNANI; COSENTINO, 2014).

Os problemas enfrentados pelas comunidades removidas devido às obras de preparação para a Copa do Mundo 2014 em todas as cidades-sede vão muito além do que abrange a própria residência. De maneira geral, as pessoas perderam o vínculo social ao deixar seu bairro de origem para morar em áreas e/ou cidades diferentes. O acesso à educação e à saúde, que antes eram próximos à residência, agora só é possível com transporte público ou individual (automóvel), o que geralmente se torna caro. Quanto ao emprego, muitos precisaram procurar um novo, o que pode demorar e a família ficar sem renda por tempo indeterminado. À vista disso, o sentimento de vizinhança é desfeito, visto que seu conceito se trata

de uma interação social, considerando o indivíduo dentro de um grupo social de amigos, parentes ou vizinhos. Além do convívio social, essa convivência promove o sentimento de união, que pode trazer benefícios para o local em que moram, bem como oportunidades de emprego, relação que, entretanto, é desfeita ao passo que os moradores são coagidos a morar em outra área que abrange periferias ou cidades arredores das capitais (OLIVEIRA; SOARES, 2012; ROLNIK, 2014B; JUNIOR, 2015; CASTRO; NOVAES, 2015; OMENA, 2015).

Devido a essas adversidades, muitas manifestações aconteceram durante o ano de 2014, embora em maior quantidade no período anterior aos jogos. Em todas as cidades-sede, no dia 12 de junho, data de início da Copa, pessoas que eram contra as soluções dadas por parte do Governo foram às ruas no mesmo horário para reivindicar melhorias tanto na educação, como na moradia e saúde (temas já reivindicados nas manifestações de 2013). Na cidade de Porto Alegre, o ato reuniu aproximadamente mil pessoas que foram acompanhadas pela Brigada Militar até as áreas destinadas aos jogos.

Por fim, a Copa do Mundo de 2014 apresentou projetos que podem trazer benefícios para a cidade quanto ao desenvolvimento econômico e urbano, entretanto, só serão considerados positivo se houver preocupação por parte do Governo com a população de menor poder aquisitivo, a fim de que esses também possam usufruir das melhorias do meio em que vivem. Contudo, a partir dos exemplos citados, não houve preocupação por parte do poder público com as pessoas de menor poder aquisitivo que viveram o processo de remoção, fazendo com que o momento fosse marcado pela violação dos direitos humanos nas cidades-sede, ocasionada pela falta de transparência, diálogo, negociação justa e participação das comunidades atingidas para obras do megaevento (ROLNIK, 2014a).

### 3 METODO

Para atender ao objetivo proposto, escolheu-se como estudo de caso a cidade de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Porto Alegre foi escolhida para sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014 e, assim como as demais cidades-sedes brasileiras, apresentou investimentos para atender ao megaevento, como obras relativas à mobilidade urbana, espaços de lazer, ampliação do aeroporto e entorno dos estádios. Todavia, 31.238 pessoas foram removidas para que essas obras pudessem

ser executadas em diferentes áreas da capital. Junto a isso, dentre as 12 escolhidas para sediar os jogos da Copa do Mundo de 2014, Porto Alegre foi a terceira com o maior número de remoções. As primeiras posições são ocupadas por São Paulo e Rio de Janeiro que apresentam maiores desapropriações em função do maior número de intervenções. Comparada com Curitiba, Paraná, que também foi cidade-sede representando o sul do Brasil, a capital gaúcha indicou cinco vezes mais pessoas removidas em razão do megaevento (ANCOP, 2014).

Como foco deste estudo foi escolhida a Avenida Tronco, localizada na Zona Sul da capital, cujo objetivo era criar uma rota alternativa que ligasse a zona sul com a área central e a zona norte da cidade, servindo de apoio nos dias dos jogos (SECOPA, 2014; ARAUJO, 2014), além de propiciar a execução de um projeto habitacional para as famílias atingidas pelas remoções (SECOPA, 2014; MESOMO, 2015). Embora o projeto de duplicação da avenida existisse desde o Plano Diretor da Cidade datado de 1959 (que previa o aumento do fluxo de veículos no local, exigindo melhorias nas condições viárias), a oportunidade de executar o projeto aconteceu apenas com o megaevento (PREFEITURA DE PORTO ALEGRE, 2011).

Para atender ao objetivo proposto, múltiplos métodos de coleta e análise de dados foram aplicados, permitindo cruzar informações e validar resultados, dando maior credibilidade e confiabilidade à pesquisa (SOMMER; SOMMER, 2002). A pesquisa consistiu na coleta de dados com na participação em eventos e manifestações das comunidades removidas, grupo focal e entrevistas.

A participação em eventos e manifestações relacionadas à Copa do Mundo de 2014 vinculadas às remoções na cidade de Porto Alegre contribuiu para o maior conhecimento sobre o assunto através de debates entre os moradores removidos e materiais distribuídos por esse grupo de usuários. O primeiro evento aconteceu na PUC-RS, Porto Alegre, em 5 de junho de 2014, com documentário "Os estrangeiros da Vila Tronco", produzido por Gabriela Féres, estudante de jornalismo. Outro evento foi realizado no Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) em 24 de junho de 2014, com o documentário "A Copa que o mundo perdeu em Porto Alegre". Ademais, doze manifestações ocorreram no período dos jogos reivindicando problemas como o fim das remoções forçadas e a garantia do direito à cidade e à moradia adequada a todos (Figura 4).

Figura 4: Manifestação em Porto Alegre, 12 de junho de 2014.



Fonte: AUTOR, 2014.

O método do grupo focal, entrevista realizada com um grupo específico de pessoas com o intuito de explorar o que pensam e sentem sobre determinado assunto (SOMMER; SOMMER, 2002), foi utilizado com as pessoas atingidas pelas remoções da duplicação da Avenida Tronco, bairro Cristal, com o propósito de analisar sua percepção sobre a situação. Para completar informações adquiridas pelo grupo focal e validar questões já exploradas, foram realizadas quatro entrevistas com moradores atingidos pelas remoções na Avenida Tronco.

#### 4 RESULTADOS

Segundo os participantes do grupo focal, a falta de respeito e de diálogo, de informação e de participação das comunidades atingidas no projeto viário e habitacional são os principais pontos negativos diante das remoções. Com início em 2010, as remoções começaram para dar espaço à duplicação da Avenida Tronco que atenderia às necessidades de mobilidade durante a Copa do Mundo (Figura 5). Entretanto, por não estar concluído para o megaevento, sete meses antes do início dos jogos o projeto foi removido da lista de Matriz de Responsabilidades, passando para a esfera das obras do PAC mobilidade.

Figura 5: Casas demolidas na Avenida Tronco, Porto Alegre.



Fonte: AUTOR, 2015.

Para dar início às obras na Avenida Tronco, o Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB) iniciou o cadastramento das famílias atingidas pelas remoções, identificando quantas famílias seriam removidas e quais as suas preferências para reassentamento. Conforme os moradores atingidos, houve falta de organização na hora do cadastro, como erros nos dados dos perfis dos proprietários e no controle das famílias que realmente moravam no bairro Cristal e não estavam no local apenas para adquirir algum benefício. As opções dadas pelo Departamento Municipal de Habitação para as famílias removidas eram: (i) aluguel social no valor de R\$ 500,00, (ii) bônus moradia no valor de R\$ 52.340,00 e (iii) indenização, sendo o valor estipulado por engenheiros e arquitetos a pedido da Prefeitura. Entretanto, devido aos baixos valores oferecidos pelos Programas do Governo, as famílias foram obrigadas a sair do bairro atual para áreas distantes do centro ou até mesmo para outras cidades da Grande Porto Alegre e litoral.

Em decorrência disso, os participantes do grupo focal e as entrevistas com os moradores atingidos relataram que muitas famílias juntaram seus bônus moradia e aluguel social para a compra ou aluguel de outro imóvel. Outras fizeram empréstimos para completar o valor dado pela Prefeitura e assim viabilizar a compra de uma residência em Porto Alegre. Entretanto, mesmo com essas soluções encontradas pelas pessoas, os imóveis contidos no orçamento estavam localizados na periferia de Porto Alegre, em cidades próximas como Viamão e Sapucaia, ou até mesmo no litoral como Pinhal, Magistério e Cidreira. Segundo dois moradores presentes no grupo focal que foram removidos para o litoral: *"52.000,00 reais pra praia tá terrível viu. Então, a gente teve que juntar dois bônus, daí deu 110.000,00 pra gente comprar uma casa"*. Entretanto, mesmo após adquirir a nova residência, o casal e seu filho retornaram para o bairro Cristal em busca de fonte de renda, pois estavam morando há um ano em Pinhal sem conseguir emprego.

Tendo em vista os problemas associados às localidades das novas residências e a dificuldade em arranjar um emprego nessas regiões, as comunidades em conjunto com integrantes da Articulação Nacional da Copa (ANCOP) fizeram uma seleção de terrenos ociosos no próprio bairro para a Prefeitura desapropriar e construir habitações populares a partir do Programa Minha Casa Minha Vida. Depois de muita pressão e persistência dos moradores, 17 terrenos foram desapropriados

num raio de 2 km da Avenida Tronco, entretanto, as construções não começaram até o momento (2016) e não há previsão para seu início, pois os projetos ainda estão em processo de aprovação.

Conforme destacado pelo grupo focal, foi criado o movimento Chave por Chave, que surgiu no bairro Cristal, com o intuito dos moradores só saírem de suas casas quando estivessem com a chave da outra residência própria em suas mãos. A decisão em não aceitar o aluguel social estava associada a casos de não pagamento em dia do aluguel, fazendo com que algumas famílias fossem ameaçadas de despejo e do fato de ser muito difícil alugar uma moradia em Porto Alegre por R\$ 500,00 por mês. Contudo, mesmo com o relato de que famílias não estavam recebendo o valor correspondente ao aluguel social, as entrevistas realizadas posteriormente ao grupo focal afirmaram que o pagamento está ocorrendo em dia. Outro aspecto negativo citado pelo grupo focal e nas entrevistas com os moradores da Avenida Tronco foi a falta de reajuste no valor do aluguel social, dado que *"no próximo ano vai ter um aumento e a Prefeitura não paga esse aumento, tu tem que tirar do teu bolso"*.

Segundo dados obtidos nas entrevistas com os moradores da Avenida Tronco, muitas famílias têm receio em aceitar o aluguel social não só por conta do despejo causado pela falta do pagamento, mas também pelo possível tempo que tal situação irá se estender até a construção das unidades habitacionais. Conforme as entrevistas, *"todos aqueles que foram pro aluguel social estão arrependidos"*. A partir do grupo focal e entrevistas foi identificado que a aceitação de Programas do Governo esteve relacionada à pressão por parte da Prefeitura, tendo em vista que *"teve gente que ficou naquela pressão e saíram, foram pro aluguel social praticamente na força e pressão psicológica"*. Conforme as entrevistas, *"eles vão nas casas das pessoas que ainda estão nos locais onde moram, pra pressionar e também para oferecer esses Programas"*, fazendo referência às atitudes dos servidores do DEMHAB.

Além do Movimento Chave por Chave, doze manifestações ocorreram na cidade de Porto Alegre durante o período dos jogos, tendo como intuito alertar a população sobre os problemas ocorridos na capital e exigir do Governo os seus direitos tanto com relação à moradia, quanto na participação no planejamento dos reassentamentos (Figura 6). Conforme o Jornalismo B (material adquirido



nos eventos com as comunidades removidas), as manifestações foram um *“espaço de esperança, uma repolitização da esfera pública, da rua, a rua como um lugar de conflito, como um lugar de disputa”*.

Figura 6: Cartaz realizado na manifestação em Porto Alegre, 15 de junho de 2014.



Fonte: AUTOR, 2014.

De acordo com dados obtidos no grupo focal e entrevistas, as comunidades não querem sair do bairro principalmente por estar situado próximo ao centro, facilitando à ida ao trabalho (até mesmo a pé); pelo vínculo de amizade dessas pessoas ao longo de 40, 50 e 60 anos; pelas conquistas a partir do Orçamento Participativo de creches e posto de saúde; pela fonte de renda (pois muitos trabalham nas suas próprias casas, vendendo comidas para fora, costurando e consertando eletrodomésticos). Além desses motivos, muitos moradores têm suas casas, mas cuidam de familiares idosos que moram próximos, não podendo deixar de dar auxílio a eles diariamente. Assim, com a possibilidade dessas famílias aceitarem o bônus moradia ou aluguel social, há chances desses vínculos acabarem.

Dentro desse contexto, o Jornal de Olho na Cidade, adquirido nos encontros com as comunidades removidas, afirma que Porto Alegre sempre foi reconhecida, inclusive internacionalmente, por inovações no âmbito da gestão democrática e participativa, além dos avanços constitucionais relacionados ao direito à moradia. Todavia, uma série de violações aos direitos humanos e direitos à moradia se intensificaram com a realização da Copa do Mundo na cidade.

Segundo o grupo focal, algumas famílias que aceitaram o bônus moradia foram para outra cidade, mas depois voltaram para a região, desembolsando recursos próprios para o aluguel de outra residência. Isso aconteceu porque o imóvel adquirido com o bônus moradia só poderia ser alugado ou vendido após cinco anos, após o recebimento de sua escritura. Logo, essas famílias

acabaram se endividando, uma vez que a maioria delas não possuía condições financeiras para pagar aluguel em Porto Alegre. O retorno ao local de origem pode ser explicado pela oportunidade de emprego, já que ao trocar de cidade ou bairro, a família poderia demorar para conseguir um novo trabalho. Explicitando essa situação, questionada sobre como se sente retornando a morar no bairro Cristal com aluguel pago pela própria família, enquanto a residência adquirida pelo bônus moradia está sem uso no litoral, uma moradora que participava do grupo focal e vivenciava a situação declarou: *“tô deprimida, tenho que tomá remédio pra dormir”*.

Outros problemas detectados com o grupo focal foram a quantidade de lixo no local e a não retirada dos escombros das casas demolidas (Figura 7), fazendo com que muitos se machucassem com ferros, pregos ou bueiros abertos, bem como o aumento na quantidade de ratos e baratas, consequentemente maior proliferação de doenças. Algumas residências que permaneceram semidemolidas foram refeitas e transformadas em locais para uso de drogas e pontos de tráfico, o que aumentou a violência no bairro. Como a insegurança se tornou um problema no bairro, muitas famílias se sentiram obrigadas a aceitarem o bônus moradia ou aluguel social do Programa do Governo Federal para sair do local. Segundo um morador da Avenida Tronco *“muitas vezes eu tive que trabalhar com bandido do lado, aqui, armado”*.

Figura 7: Escombros na Avenida Tronco, Porto Alegre.



Fonte: AUTOR, 2014.

A falta de cuidado na hora de demolir as residências também é questionada pelos moradores do grupo focal, especialmente por existirem diversas casas geminadas, que compartilham a parede lateral de divisa do terreno. Frequentemente, a estrutura da casa vizinha fica abalada, com a presença de rachaduras e buracos nas paredes, fazendo com que

a água da chuva entre na residência remanescente e estrague móveis e eletrodomésticos. Tal problema também foi citado nas entrevistas com os moradores atingidos: *“estava atendendo um cliente, quando eles foram destruir a casa dos fundos, isso aqui tremia, eu tive que chamar a polícia”*.

Os participantes também ressaltaram a falta de diálogo do DEMHAB com as comunidades atingidas da Avenida Tronco, alegando que as reuniões entre ambas ocorreram somente no início da divulgação das obras, não havendo mais informações sobre as remoções. Conforme os moradores, *“o DEMHAB nunca chamou para reuniões, sempre foi a comunidade que agendava e buscava informações”*. O grupo focal também demonstrou a dificuldade de contato com representantes do DEMHAB, reforçando a necessidade de acontecer somente com hora marcada.

As comunidades atingidas da Avenida Tronco acreditam que o Governo dá prioridade em beneficiar quem tem maior poder aquisitivo, já que a obra, dita como ‘projeto social’, só passou a ter tal nome quando a população se impôs e exigiu seus direitos. De acordo com o grupo focal, *“como é que vai ser um projeto social se desde o início a Prefeitura nunca trouxe um projeto habitacional pra discutir com as comunidades?”*. Tal situação também foi retratada nos materiais coletados nas manifestações e eventos das comunidades removidas, afirmando que a Copa do Mundo não foi em benefício das famílias mais vulneráveis, identificando que *“as remoções já se tornaram outra marca registrada da Copa”*, favorecendo apenas quem tem maior poder aquisitivo, além da FIFA, Governo e grandes corporações.

Em termos de legado, a população atingida não identificou aspectos positivos, pois todas as melhorias estiveram relacionadas ao estádio e ao turismo, todavia, mesmo que tais melhorias tragam benefícios para a cidade, *“custou muita dor e muito sacrifício para as famílias que foram removidas”*. Segundo um dos moradores:

Eu achei que não acrescentou em nada, só atrapalhou a cidade, atrapalhou até o comércio. Pra nós não foi bom, pelo menos pra nós aqui da periferia da vila, não foi bom. Para os hotéis, pra essas grandes redes foi bom, mas pra nós não. Não mudou nada na nossa vida.

Diante o processo de remoção na Avenida Tronco, os moradores entrevistados identificaram que não foram concretizados no processo de remoção: (i) a prioridade para as pessoas mais vulneráveis;

(ii) o direito à participação no projeto tanto habitacional quanto viário; (iii) a transparência nos projetos; (iv) a compensação adequada diante aos Programas de reassentamento; e (v) os locais para o reassentamento em áreas próximas às de origem. Como aspectos positivos ante as remoções, os moradores entrevistados identificaram que foram concretizados: (i) acesso à infraestrutura, (ii) oportunidade de desenvolvimento humano e econômico e (iii) direito à informação e notificação prévia. Com relação ao acesso à infraestrutura e à oportunidade de desenvolvimento humano e econômico, foi comentado que, mesmo que longe do bairro Cristal, as famílias têm acesso a hospitais, supermercados, escolas e transporte público, dentre outros serviços que garantem seu bem-estar.

Em suma, os moradores querem apenas que os direitos humanos, especialmente o direito à moradia, sejam respeitados, com a participação das comunidades atingidas e havendo diálogo com o Departamento Municipal de Habitação, além da construção das unidades habitacionais no bairro Cristal. As entrevistas com os moradores indicam que há consciência de que algumas famílias foram beneficiadas com os Programas do Governo Federal, pois houve casos em que pessoas que viviam de aluguel no bairro Cristal serão contempladas com os apartamentos após a construção. Conforme uma entrevistada: *“eu era inquilina né, até por um lado, eu vou ganhar alguma coisa, pra mim que morava de aluguel, ainda moro, mas a princípio é pra ganhar um apartamentinho”*. Ainda, outra moradora relatou a história de sua mãe que adquiriu uma nova residência em Viamão a partir do bônus moradia e que, apesar da distância, tem acesso à infraestrutura.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise dos dados obtidos na participação em manifestações e eventos das comunidades removidas, no grupo focal e nas entrevistas com os moradores atingidos pelas remoções na Avenida Tronco foi constatado o descontentamento desse grupo de usuários com as remoções no bairro Cristal. Os moradores declararam como aspectos negativos: (i) falta de respeito e diálogo com o Departamento Municipal de Habitação, (ii) falta de participação das comunidades atingidas, (iii) baixos valores oferecidos pelos Programas do Governo para as indenizações, (iv) pressão psicológica por parte do Departamento Municipal de Habitação para aceitar Programas do Governo (aluguel

social e bônus moradia), (v) sem previsão para a construção das unidades habitacionais no bairro, (vi) aumento da violência no bairro, (vii) aumento de transmissores de doenças no bairro por conta dos escombros das residências demolidas não retirados, (viii) possibilidade de compra de uma nova moradia (a partir da indenização ou bônus moradia) ou aluguel (a partir do aluguel social) somente em lugares afastados e (ix) benefícios para a população de maior poder aquisitivo, como usufruir das melhorias da duplicação da Avenida Tronco.

Os moradores da Avenida Tronco se manifestaram contra a forma que o Governo está conduzindo as remoções, visto que o projeto habitacional divulgado como legado pelo Departamento Municipal de Habitação de Porto Alegre (DEMHAB) nunca existiu. Tal situação atinge diretamente o legado do megaevento, que deve ser planejado para que a população como um todo seja beneficiada, aumentando a qualidade de vida (PAIVA, 2013).

Assim, para a população de menor poder aquisitivo que viveu o processo de remoção na Avenida Tronco não houve legado até o momento (2016). Porém, tal situação poderá ser convertida após a construção das unidades habitacionais no bairro Cristal.

Espera-se que os resultados desta pesquisa auxiliem os debates a respeito das remoções provenientes de megaeventos, bem como sobre assuntos que englobam os direitos humanos e direito à moradia. Como visto, a relação entre megaeventos e desapropriações está aumentando em grandes proporções em função da alta densidade populacional nos centros urbanos, de modo que a execução de obras de infraestrutura, principalmente associadas à mobilidade urbana, provoca a remoção de famílias. Espera-se, ainda, que a identificação dos problemas associados ao desrespeito aos direitos humanos ante as remoções desperte interesse para novos estudos e que tenham maior abrangência.

## 8 REFERÊNCIAS

- ANCOP. *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil, 2014*. Disponível em: [https://br.boell.org/sites/default/.../ancop\\_dossie2014\\_web\\_bollbrasil.pdf](https://br.boell.org/sites/default/.../ancop_dossie2014_web_bollbrasil.pdf). Acesso em novembro/2015.
- ARAUJO, G. O. Mobilização Coletiva e Direitos Humanos: a Copa do Mundo FIFA em Porto Alegre. *8º Encontro da ANDHEP - Políticas Públicas para a Segurança Pública e Direitos Humanos*. São Paulo, v.16, n. 2, p.1-20, 2014.
- BARROS, C. Vídeo sobre remoções da Copa é exibido na ONU. *Publica – Agência de reportagens e jornalismo investigativo*. São Paulo, set. 2013. Disponível em: <http://apublica.org/2013/05/ancop-apresenta-video-sobre-remocoes-na-onu-2/>. Acesso em janeiro/2015.
- BERTA, R. Apesar de indenizações milionárias, prefeitura não consegue acabar com a Vila Autódromo. *O Globo*, 14 mai. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/apesar-de-indenizacoes-milionarias-prefeitura-nao-consegue-acabar-com-vila-autodromo-16153064>. Acesso em novembro/2015.
- BONALUME, C. R. Legado para o controle social em políticas públicas de esporte e lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Legado de megaeventos esportivos*. São Paulo: Editora Papirus, 2013.
- BORGES, F. M. Da Aldeia Maracanã na Copa do Mundo. In: LIMA, D., BORGES, F. M.; DURANTE, M. (Org.). *Brasil 2014: Copas – 12 cidades em tensão. Rio de Janeiro*: Invisíveis Produções, 2014.
- BRASIL. *Presidência da República Casa Civil*. Texto do Decreto-Lei nº. 592, de 6 de julho de 1992. Brasília, 1992.
- \_\_\_\_\_. *Presidência da República Casa Civil*. Texto do Decreto-Lei nº. 591, de 6 de julho de 1992. Brasília, 1992.
- CASTRO, D. G.; NOVAES, P. R. Copa do Mundo 2014 e os Impactos no Direito à Moradia: uma análise das cidades-sede brasileiras. In: JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). *Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015.
- COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. *Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro: Megaeventos e violação de direitos humanos no Rio de Janeiro, 2011*. Disponível em: <https://comitepopulario.wordpress.com/2011/12/>. Acesso em maio/2015.
- COMITÊ POPULAR DA COPA DE PORTO ALEGRE. *Vila Dique Resiste! Moradores, com apoio do Comitê Popular da Copa, fazem mutirão de autoconhecimento para organizar a luta*. Comitê Popular da Copa de Porto Alegre: respeito aos direitos humanos, 2014. Disponível em: <http://comitepopularcopapoa2014.blogspot.com.br/search?updated-max=2014-06-24T15:08:00-07:00&max-results=10>. Acesso em outubro/2015.
- DIP, A. “Não vamos sair” diz moradora do Morro da Providência. *Veja o minidoc. Publica – Agência de reportagens e jornalismo investigativo*. São Paulo, set. 2012b. Disponível em: <http://apublica.org/2012/01/nao-vamos-sair-diz-moradora-morro-da-providencia-veja-minidoc/>. Acesso em novembro/2015.
- FARIAS, A. *Uma história das Copas do mundo. Futebol e Sociedade*. São Paulo: Editora Armazém da Cultura, 2014. v. 1

- FERNANDES, L. Para além dos jogos: os grandes eventos esportivos e a agenda do desenvolvimento nacional. In: \_\_\_\_\_. *Brasil em jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?* São Paulo: Boitempo editorial, 2014.
- FREIRE, L. L. Mobilizações coletivas em contexto de megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. *Revista O Social em Questão*, ano VXi, n.19, p. 121-128, 2013.
- HILLER, H. H. Post-event outcomes and the post-modern turn: the Olympics and urban transformations. *European Sport Management Quarterly*, v. 6, n. 4, p.317-332. 2006.
- JUNIOR, J. S. Direito à habitação adequada: o desafio da efetividade e o discurso no judiciário. In: SILVA, A. S. (Org.). *O judiciário e o discurso dos direitos humanos*. Recife: EDUFPE, 2011.
- MACHADO, R. P. T.; RUBIO, K. Legado do esporte: atleta, cultura e educação. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Legado de megaeventos esportivos*. São Paulo: Editora Papirus, 2013.
- MARCELLINO, N. C. Legado de megaeventos: abordagem geral. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Legado de megaeventos esportivos*. São Paulo: Editora Papirus, 2013.
- MARINHO, G.; CAMPAGNANI, M.; COSENTINO, R. Brasil. In PAULA, M.; BARTELT, D. D. (Org.). *Copa para quem e para quê?* Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll Stiftung, 2014.
- MESOMO, J. F. Expertises, tecnologias e produção de conhecimentos sobre remoção de populações: estudo a partir do caso de duplicação da Av. Tronco em Porto Alegre-RS. *V Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia: Políticas públicas e produção de conhecimentos*. Porto Alegre, v.2, n. 2, p.1-15, 2015.
- MONTEIRO, V. A. *Direito à moradia adequada perspectivas de efetivação como direito humano fundamental*. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2015.
- OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Porto Alegre e as violações do Direito à Moradia. *Observatório das Metrópoles: Instituto Nacional de ciência e tecnologia*, 17 dez. 2012. Disponível em: [http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=398:porto-alegre-e-as-viola%C3%A7%C3%B5es-do-direito-%C3%A0-moradia&Itemid164&lang=pt](http://www.observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=398:porto-alegre-e-as-viola%C3%A7%C3%B5es-do-direito-%C3%A0-moradia&Itemid164&lang=pt). Acesso em novembro/2015.
- OMENA, E. Não foi só por 20 centavos: “a Copa das manifestações” e as transformações socioeconômicas recentes nas metrópoles brasileiras. In: JUNIOR, O. A.; GAFFNEY, C.; RIBEIRO, L. C. (Org.). *Brasil: o impacto da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016*. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2015.
- PAIVA, E. K. G. A cidade para o cidadão. *O legado urbano dos Jogos Olímpicos*. 2013. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Duplicação da Avenida Tronco é pauta de reunião com moradores. *Prefeitura Municipal de Porto Alegre*, 2011. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dep/default.php?p-noticia=144233&DUPLICACAO+DA+AVENIDA+TRONCO+E+PAUTA+DE+REUNIAO+COM+MORADORES>. Acesso em dezembro/2015.
- PREUSS, H. Aspectos sociais dos megaeventos esportivos. In: RUBIO (Org.). *Megaeventos esportivos, legado e responsabilidade social*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.
- RECHIA, S.; SILVA, E. A. P. C. Espaços e equipamentos de lazer em época de megaevento esportivo: entre o sonho mais duradouro e a realidade mais cruel. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). *Legado de megaeventos esportivos*. São Paulo: Editora Papirus, 2013.
- ROLNIK, R. Raquel concede entrevista ao Observatório das Metrópoles. Moradia adequada. *Youtube*, Rio de Janeiro, ago. 2011a. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=-j2Q4Th51Ek>. Acesso em maio/2014.
- \_\_\_\_\_. No final das contas, 2014 não teve caos nem legado. *Blog da Raquel Rolnik*. São Paulo, 2 dez. 2014a. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2014/12/02/no-final-das-contas-2014-nao-teve-caos-nem-legado/>. Acesso em janeiro/2014.
- \_\_\_\_\_. Megaeventos: direito à moradia em cidades à venda. In: \_\_\_\_\_. *Brasil em jogo. O que fica da Copa e das Olimpíadas?* Boitempo editorial: São Paulo, 2014b.
- \_\_\_\_\_. Copa do Mundo e Jogos Olímpicos: “O espetáculo e o mito”. *Blog da Raquel Rolnik*. São Paulo, 12 ago. 2011b. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/tag/copa-do-mundo/>. Acesso em junho/2014.
- SECOPA. *Planejamento e gestão técnica: Avenida Tronco*, Porto Alegre, 2014. Disponível em: [http://www.prrs.mpf.mp.br/home/audiencias/copa-2014/anexo\\_3\\_planejamento\\_da\\_avenida\\_tronco\\_27.09.10.pdf](http://www.prrs.mpf.mp.br/home/audiencias/copa-2014/anexo_3_planejamento_da_avenida_tronco_27.09.10.pdf). Acesso em outubro/2014.
- SOMMER, R.; SOMMER, B. *A practical guide to behavioral research: Tools and techniques*. Oxford: Fifth Edition, 2002.
- TANAKA, G. Vila Autódromo: símbolo de resistência na Cidade Olímpica. *Heinrich Böll Stiftung*. Brasil, 15 mai. 2014. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/2014/05/15/vila-autodromo-simbolo-de-resistencia-na-cidade-olimpica>. Acesso em novembro/2015.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).



# O LUGAR NA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL: APONTAMENTOS SOBRE A VIOLÊNCIA NO CONDOMÍNIO VIVENDAS BELO VALE EM JUIZ DE FORA / MG / BRASIL

THE PLACE INSIDE SOCIAL HOUSING: POINTMENTS ABOUT CONDOMINIO VIVENDAS BELO VALE'S VIOLENCE, IN JUIZ DE FORA / MG / BRAZIL

## ONGARO, DANIELLA FONSECA ZANOTTI

Arquiteta e Urbanista, Mestre, Universidade Federal de Juiz de Fora, daniellaongaro@yahoo.com.br

## ABDALLA, JOSÉ GUSTAVO FRANCIS

Arquiteto e Urbanista, Doutor, Universidade Federal de Juiz de Fora, gustavofrancis@globocom

### RESUMO

Em Juiz de Fora, cidade localizada na região da Zona da Mata mineira, assim como em muitas cidades brasileiras, os empreendimentos habitacionais produzidos pelo Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) tem apresentado características que não correspondem à política estabelecida pelo Ministério das Cidades. Tal fato se dá, entre outras características, devido a implantações em terrenos longínquos, ausentes de infraestrutura urbana adequada e insuficientes no atendimento às necessidades arquitetônicas das famílias beneficiadas. Contribui para o agravamento dessa situação a existência de diversos conflitos entre moradores residentes em um mesmo empreendimento habitacional, uma vez que, por serem provenientes de diferentes regiões, verifica-se grande diversidade cultural, ideológica e comportamental entre eles. Este artigo tem como objetivo refletir sobre o desafio de tratamento dos conflitos existentes - e, muitas vezes, já consolidados - nos empreendimentos voltados para a população de baixo poder aquisitivo. O Condomínio Vivendas Belo Vale é apresentado e, como resultado da aplicação do método Percurso Comentado, são indicados trinta e três fatos observados no trabalho de campo realizado durante a pesquisa que alicerçou a dissertação de mestrado da primeira autora. Verifica-se que o condomínio em estudo é fruto de uma produção padronizada e sem o conhecimento das necessidades dos futuros usuários, o que dificulta a possibilidade de integração e apropriação de seus espaços. Dessa forma, atualmente um dos desafios a ser enfrentado pelas políticas públicas é a definição do tratamento dado aos conflitos existentes nos empreendimentos habitacionais, os quais devem ser adaptados para cada localidade e situação; e também ser compreendidos pelos atores envolvidos.

**PALAVRAS-CHAVE:** habitação de interesse social, violência, programa Minha Casa, Minha Vida.

### ABSTRACT

*In Juiz de Fora, city of Zona da Mata, Minas Gerais, as in other Brazilian cities, has Social Housing inserted of Federal Govern Program 'Minha Casa, Minha Vida' with different characteristics formulated by government. Some of these problem talk about areas without urban infrastructure and without architectural requirements for families. Another problem that worsen those problems are a frequently social disturbs among dwellers, caused from cultural and ideological differences and behavioral diversity. This paper has a objective to analyze about the challenge of manage those conflicts, mainly contemplate low income population. The results of this paperwork got, after thirty-three interviews, that this neighborhood is reflex of standard production, without considerations about diversity and demands of future dwellers, getting difficult a possibility of integration and appropriation of these areas. In this way, one of the biggest challenge to be faced by policy makers is a definition of treatment of those neighborhood conflicts, adapting them to each local, situation and peoples involved.*

**KEY-WORDS:** social housing, violence, 'Minha Casa, Minha Vida' program'

## 1 INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo apresentar a realidade de um empreendimento habitacional de interesse social, integrante do recente programa brasileiro "Minha Casa, Minha Vida" (PMCMV), localizado em Juiz de Fora / MG / Brasil; por meio de anotações de alguns problemas surgidos desde a sua construção, cujas características apontam para a necessidade de enfrentamento da violência no território ao qual o mesmo pertence. O enfoque se dá no desafio ao tratamento dos diversos conflitos existentes e, muitas vezes, notados, que se encontram consolidados nos empreendimentos habitacionais voltados para a população de baixo poder aquisitivo.

Uma das principais características dos empreendimentos do PMCMV é a ausência da integração social e urbana, fato que não corresponde à política estabelecida pelo Ministério das Cidades (CARDOSO, ARAGÃO, 2013, p.44). Contribui para o agravamento dessa situação, a verificação da existência de conflitos entre moradores residentes em um mesmo conjunto habitacional, uma vez que, provenientes de diferentes regiões, apresentam grande diversidade cultural, ideológica e comportamental. Brigas de gangues, homicídios, depredação de imóveis e dos espaços comuns dos empreendimentos, entre outros, são exemplos da

violência que ocorre nesses conjuntos habitacionais (SANCHES et al, 2013; VIEIRA, 2002; MARTINS, 2003). Segundo Rolnik (2014), essas características não são pontuais, ou seja, essa realidade se encontra presente em diversos empreendimentos do PMCMV por todo o Brasil, e vem sendo noticiada cotidianamente. Este artigo se propõe a apresentar uma reflexão sobre tais conflitos, destacando a importância e urgência de seu tratamento pelas políticas públicas nacionais.

Faz-se necessário destacar que o objetivo principal deste artigo é destacar a importância de se considerar o território como o primeiro passo a ser dado, de modo que a dimensão arquitetônica não é diretamente contemplada, embora seja subjacente ao tema. Segundo Koga (2011), o território é considerado, “mais um espaço geográfico administrativo para identificar (...) aqueles que serão beneficiados ou assistidos pelas políticas e não como um local de vivência” (p. 22), resultando na constituição de ambientes com características sociais críticas. Conforme Palermo (2009), essa situação resulta em espaços de difícil apropriação, distanciando do que Saúgo (2012) indica como aspectos fundamentais que contribuem para garantir a sustentabilidade social: promoção de “ambientes internos e externos como locais que promovam a saúde, a vivência familiar e as relações de vizinhança” (p. 102). Partindo-se desse quadro geral, busca-se levantar a situação atual do condomínio e indicar as necessidades e as aspirações dos moradores com vistas a observar se são efetivamente atingidas pelo contexto ambiental no qual estão inseridos.

Entende-se por espaços comuns, os espaços privados de uso coletivo do condomínio e, por espaços urbanos, os espaços públicos pertencentes ao bairro, próximos ao seu entorno imediato; ambos utilizados pelos moradores. Em conformidade com o discurso de Baptista e Nascimento (2010), a pesquisa considera necessário o envolvimento da habitação com seu entorno, uma vez que nesses espaços também são estabelecidas atividades da vida cotidiana e do convívio social, teoricamente, lugares que contribuem para estimular o convívio e o vínculo entre os moradores. Entretanto, segundo exposto por Lay e Reis (2002), muitos projetos de habitações de interesse social, na realidade, apresentam sérios problemas em seus espaços comuns, tanto sejam eles de caráter espacial quanto social.

## 2 A HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL BRASILEIRA

Os principais programas habitacionais brasileiros consideraram o problema da habitação como uma questão de demanda e mercado, ou seja, busca-se diminuir a carência da habitação no Brasil por meio de uma lógica que prioriza os aspectos da produção de empreendimentos habitacionais que se voltam com maior intensidade ao cumprimento de parâmetros quantitativos, em detrimento da função social da política habitacional. Segundo Cardoso (2012), os problemas relacionados à habitação social se agravaram a partir da extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), pois essa questão não foi priorizada pelas políticas sociais. Tal fato persistiu e gerou um déficit habitacional de, aproximadamente, 5,5 milhões de unidades em 2008, sendo 27% desses em regiões metropolitanas.

Embora a Constituição de 1988 tenha possibilitado o estabelecimento de uma maior participação democrática a fim de definir metas para as ações públicas relacionadas à habitação, essa medida não contribuiu para garantir efetivamente a conquista do direito social do habitar (LIMA, 2011). Assim, a situação dos resultados da produção da habitação de interesse social nacional demonstra o não atendimento das necessidades dos moradores, além de, em muitos casos, não contemplar a infraestrutura urbana básica.

### **O programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)**

Nesse contexto, o PMCMV é uma ação do Governo Federal brasileiro que visa disponibilizar condições de financiamento de moradias em áreas urbanas e rurais, destinado a famílias que possuem baixo poder aquisitivo e à classe média, sendo “constituído por meio de parcerias com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos” (BRASIL, 2015, p.1). O Programa foi idealizado para combater a redução da carência de moradias no Brasil, criado como oportunidade de enfrentamento da crise internacional, cujo agravamento impôs ao governo a adoção de medidas que mitigassem o impacto dessa crise em diferentes setores da economia. Dessa forma, diversas ações foram centralizadas no setor da construção civil, sendo chamadas de “medidas de estímulo”, nas quais o setor privado se destaca como o agente promotor. A principal medida foi a criação do PMCV que, baseado na intenção de gerar mais empregos e oportunidades

de negócio, correspondeu a uma estratégia de alavancagem do desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 2010).

Em Juiz de Fora, o PMCMV é atualmente o principal programa de habitação atual, inaugurado em 2011. No município estão previstas as construções de mais de 5000 unidades habitacionais destinadas a faixa 1 (PJF, 2015). Não diferindo da realidade nacional, a produção das moradias na cidade vai de encontro à política habitacional do município, pois as ações do programa se direcionam a bairros novos ou ainda em consolidação. Tal fato é comprovado ao verificar-se que a maioria dos empreendimentos se encontram na região oeste e norte (que têm maior disponibilidade de terrenos e interesse imobiliário), apesar das regiões leste e nordeste serem detentoras de um maior número de ocupações irregulares, áreas de risco e habitações precárias (CASSAB, PINTO, 2013, p.60).

### 3 O LUGAR E A HABITAÇÃO

A compreensão desta problemática passa pelo conceito de lugar, entendido como ambiente e território que se organiza num espaço previamente existente e cujo arranjo espacial permite que os fenômenos aconteçam. Quando o vínculo com um determinado espaço se estabelece, o mesmo se transforma em lugar, ou seja, em um local “familiar e dotado de valor” (TUAN, 2013, p.14). Assim, conceitualmente o lugar caracteriza-se como o espaço vivido dotado de significado, indo além da compreensão do espaço produzido, uma vez que considera os sentidos e as ideias dos indivíduos que ali vivem (HORA NETO, QUEIROZ, 2010, p.2). A constituição do lugar se dá por meio de diversas experiências relativas à existência humana, como “viver, habitar, utilizar, consumir, trabalhar” (CABRAL, 2007, p.8). Nesse sentido, ele pode apresentar-se em diferentes escalas, que vão desde a constituição da moradia enquanto local gerador de significados (numa escala menor), até o bairro (por meio da sociabilidade) ou mesmo a cidade.

Mello (2012, p.38) reforça esse discurso por meio de exemplos concretos, ao indicar ser comum que, nas comunidades e periferias, a rua seja utilizada como a extensão da casa, situação verificada na convivência e nas atividades desenvolvidas nos espaços coletivos de empreendimentos habitacionais. Nesse sentido, a experiência e o sentimento de lugar contribuem para a apropriação do espaço, percepção e caracterização do território, interação

comunitária e criação de valores identitários e de fortalecimento cultural, podendo ser entendidos como aspectos que promovem a territorialidade e contribuem para a formação do lugar. Além disso, o tempo desempenha um relevante papel para que, efetivamente, o lugar seja constituído. Oliveira (2012) e Tuan (2013) destacam a ligação entre o espaço e o tempo, apontando que o significado de determinado local se modifica ao longo dos anos, à medida que são incorporados/associados sentimentos relacionados ao mesmo, e indicando que a experiência, conquistada diariamente, contribui para a pessoa se sentir num lugar.

O arquiteto contribui para a constituição de lugares, uma vez que busca, por meio de considerações sobre a cultura, hábitos e necessidades, produzir ambientes que respondam ao desejo dos indivíduos, procurando, segundo Tuan (2013, p.202), “dar-lhes forma simbólica”. Por sua vez, Relph (2012) destaca arquitetos e planejadores como atores responsáveis pela produção de espaços que, potencialmente, podem se tornar lugares, ressaltando que os lugares só são efetivamente constituídos a partir da vivência de cada pessoa, visto que “são os indivíduos que estabelecem as atividades e desenvolvem os significados” (p.26). Portanto, ao projetar os arquitetos e planejadores proporcionam a construção de ambientes e infraestrutura que facilitam a criação desses lugares.

Assim, segundo Holzer (2012), o lugar está intimamente ligado ao mundo, formando um “par essencialmente inseparável” (p.290), sabendo-se que o mundo se apresenta como parte fundamental do significado de todas as coisas. O mundo vivido é compreendido a partir do corpo humano, cujo papel é fruto de sua transição para o mundo, ou seja, para o lugar escolhido para a sua apropriação.

### 4 A VIOLÊNCIA E A CRIMINALIDADE NO CONTEXTO URBANO BRASILEIRO

As cidades são compostas por sociedades complexas e por pessoas heterogêneas, com diferentes origens, que vivem próximas umas das outras e compartilham um mesmo amplo ambiente, que comporta diferentes microambientes e lugares. Todavia, a heterogeneidade que lhe é característica também pode ser “um estímulo à ocorrência de conflitos” (TUAN, 2005, 251), muitos dos quais acontecem em função da “noção de outro” (VELHO, 1996, p.20), implicando em diferenças que caracterizam e embasam a vida social.

Em função da própria complexidade do termo violência, ainda há dificuldade de alcançar um conceito único que englobe todas as suas manifestações. A discussão do termo teve início no século XIX, quando a violência passou a ser caracterizada como um fenômeno social, estimulando o interesse de diversas áreas de estudo (Ciências Sociais, Geografia, entre outros). Em termos geográficos, a violência não se restringe a um determinado local ou grupo social; ela abrange diferentes classes sociais e está presente em qualquer setor urbano, sendo percebida tanto em locais nobres quanto não nobres. Dentre os vários tipos da violência, pode-se citar as que integram as ações contemporâneas, tais como “roubos, assassinatos, sequestros, guerras, atentados, terrorismo, violência física, violência psicológica, entre outras” (HAYECK, 2009, p. 5).

Diversos fatores contribuem para a ocorrência da violência, como: nível de escolaridade, problemas de gênero, utilização de drogas, problemas neuropsiquiátricos, entre outros. Nesse campo o fator cultural é considerado fundamental uma vez que, por meio dele, “são estabelecidos valores particulares para cada ator e instituição social envolvidos em diferentes contextos” (ZOTTIS et al, 2008, p. 38). É exatamente por existir essa diferença de valores que ocorre a dificuldade no julgamento ou identificação de uma sociedade como cruel ou violenta, visto que a violência é expressa em cada sociedade de maneira diferente, buscando justificá-la conforme sua cultura. Além disso, as ações nessa área buscam preferencialmente prevenir a violência, seja por meio de programas e políticas, ou mesmo por intervenções específicas direcionadas a determinado grupo ou comunidade.

Diante dessa diversidade conceitual, como referência teórica para esse artigo, optou-se por adotar o significado utilizado por Michaud (1989), que contempla os estados e atos de violência, associando-a à uma ideia de força, em que determinado ator impõe suas vontades sobre outros, perturbando a ordem. Para o autor, essa força adquire caráter violento em função de normas, de modo que, podem existir “várias formas de violência quanto forem as espécies de normas” (p.10). Portanto, sob este ponto de vista a violência vincula-se ao dano a uma ordem normativa, sendo, portanto, tratada como um fenômeno decorrente de uma situação de interação, em que os atores podem variar, de indivíduos até instituições. Assim, ela pode assumir diversas características: ser produzida diretamente sobre o ator que sofre a ação, ou

acontecer indiretamente sobre o mesmo; ser realizada de uma só vez ou de forma gradual; ou, ainda, provocar diversos tipos de danos “físicos mais ou menos graves, danos psíquicos e morais, danos aos bens, danos aos próximos ou aos laços culturais” (p.11).

No Brasil, o padrão de violência se assemelha ao de outros países da América Latina em diversos aspectos, sendo suas características muitas vezes associadas à estrutura social urbana, e justificadas por fatores como, “as desigualdades sociais; o acesso precário ao sistema de justiça e garantia de direitos; a facilidade em adquirir armas de fogo; corrupção e arbitrariedade policial; o comércio de drogas; a discriminação, principalmente, contra homossexuais, mulheres e negros” (STROZENBERG, 2014, p. 1).

Atualmente, verifica-se a utilização de ocorrências criminais para medir a violência no Brasil, contudo faz-se necessário indicar a diferença entre violência e crime. Embora ambos sejam fenômenos sociais e estejam relacionados ao comportamento de um indivíduo, ou instituição, o crime é decorrente de uma ação punitiva estabelecida conforme leis vigentes, de modo que pode variar em função da sociedade, bem como pode variar no decorrer do tempo, uma vez que seu estabelecimento está relacionado à possíveis alterações nas normas (VIEIRA, 2002, p.21). Conforme o Código Penal Brasileiro, Decreto-lei n.2848/40, e Lei das Contravenções Penais n.3688/41, entende-se crime por:

(...) infração penal que a lei comina pena de reclusão ou de detenção, quer isoladamente, quer alternativa ou cumulativamente com a pena de multa; contravenção, a infração penal a que a lei comina, isoladamente, pena de prisão simples ou de multa, ou ambas, alternativa ou cumulativamente (Decreto-lei n.2848/40 e Lei das Contravenções Penais n.3688/41).

Segundo Waiselfish (2012), no decorrer dos últimos anos a ocorrência da violência cotidiana tem sido crescente no país, tornando-se uma problemática importante, principalmente, nos centros urbanos. Como indicador de violência na sociedade brasileira tem-se as mortes por violência, consideradas “o grau extremo da mesma” (p.12). Segundo a Organização Mundial de Saúde (2013, apud MONTEIRO, 2014), em 2012 o Brasil apresentou 32,4 homicídios por cem mil habitantes, que corresponde à décima primeira maior taxa de homicídios do mundo. Nesse quadro destacam-se algumas situações relacionadas à alteração da incidência da violência em relação a períodos anteriores, sendo observados processos de interiorização e de disseminação da mesma. Nesse sentido, Waiselfish (2012) analisa que a partir



do final da década de 90 “as grandes metrópoles do país deixaram de ser os motores impulsores da violência. Esse dinamismo trasladou-se para cidades do interior, capitais fora do eixo grandes metrópoles, cidades de porte médio onde a violência achou seu caldo de cultura favorável” (p.13). Juiz de Fora constitui um exemplo desse novo cenário da violência brasileira, haja vista o aumento da expressividade das ações violentas na região, principalmente no ano de 2013, quando foi registrado um elevado número de homicídios: 139 no total, parte deles se materializando na moradia (SANGLARD, 2014, p.1).

### ***O problema da violência nas habitações de interesse social***

A violência incorpora-se à diversidade dos problemas relacionados às habitações de interesse social no Brasil, sendo verificados exemplos que demonstram as necessidades de enfrentamento dos moradores à criminalidade e à violência dos conjuntos habitacionais, conforme apontado por Sanches et al (2013) e Vieira (2002). Segundo Martins (2003, p.18), “a ausência do Estado nas regiões onde as habitações se localizam, contribui para a ocorrência de violência e implica no crescimento constante da disparidade entre os locais periféricos e os de padrões altos da cidade”, sendo essa diferença associada a: 1. territorialização e fortalecimento do crime organizado; 2. falta de condições urbanas que privam os moradores de direitos básicos, como habitação, transporte, educação, etc. Além disso, o autor também identifica como questões que influenciam a ocorrência de violência e criminalidade em empreendimentos de habitação de interesse social: a fragmentação das relações familiares e sociais (cuja predominância pode ser observada em situações de exclusão e precariedade de moradias) e as disputas por território realizadas por traficantes de drogas.

Ao estabelecerem atividades criminosas estruturadas, o tráfico e as gangues constituem sérios problemas de lei e ordem em conjuntos habitacionais de interesse social (BEATO, 2012), fato abordado de maneira ampla por canais de comunicação nacional, nos quais verifica-se sua ocorrência frequente e que se estende, indiscriminadamente, pelo território brasileiro. De acordo com o Sindicato das Indústrias da Construção Civil (SINDUSCON, 2015, p.1), desde abril de 2014 estão sendo “registradas denúncias relacionadas às situações conflituosas dos empreendimentos habitacionais do PMCMV”, sendo os estados da Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo os que mais as apresentam.

Dentre as condutas ilícitas mais recorrentes estão a comercialização de drogas, a invasão de moradias, as agressões e os assassinatos.

Segundo Meireles (2014), em Juiz de Fora a situação é semelhante: moradores dos empreendimentos habitacionais do PMCMV tem sofrido ameaças de traficantes e, muitos dos quais abandonam seus imóveis, que se tornam pontos de comercialização de drogas ou bares. Embora o número de denúncias seja significativo, provavelmente ainda é inferior às ocorrências reais, pois persiste o receio de represálias, dificultando a obtenção de informações pela PMMG.

## **5 OBJETO DE ESTUDO E MÉTODO**

O artigo investiga o Condomínio Vivendas Belo Vale (Figuras 1 e 2), empreendimento destinado às famílias que se enquadram na Faixa 1 do PMCMV. O empreendimento abriga uma única tipologia, sendo composto por 32 sobrados, cada um com 4 unidades habitacionais (128 no total). O projeto contempla quatro ruas para circulação interna, onde se encontram: portaria, área de lazer, parque infantil e local para depósito de resíduos domésticos.

A seleção das famílias beneficiadas aconteceu por meio de um sorteio entre pessoas existentes num cadastro único da Prefeitura de Juiz de Fora, solução encontrada pelos gestores locais para dar resposta à demanda de habitações de interesse social na cidade à época da construção do referido conjunto. Decorre deste fato vários problemas indicados neste artigo, pois tal escolha colaborou para deslocar e aproximar indivíduos que habitavam territórios distintos, isto é, estavam em diferentes e diversos bairros do município, naturalmente com culturas e arranjos sociais igualmente diversificados. Neste aspecto, salienta-se que, desde o início da ocupação das residências por seus moradores, o Condomínio revela problemas de convívio entre eles.

Figura 1. Esquema da implantação do Condomínio, sem escala



Fonte: adaptado de ZAMBRANO, L. (2014)

Figura 2. Imagem da entrada do condomínio



Fonte: arquivo pessoal (2014)

Sob outros enfoques, observados ao longo da investigação, apresentam-se várias situações críticas, uma vez que são verificadas invasões, alugueis e repasses contratualmente não permitidos, bem como a existência de unidades com famílias constituídas por até treze pessoas. Além disso, há relatos (e constatações) de ocorrência de variados tipos de violência, tanto internas quanto externas ao ambiente doméstico. Teoricamente, há indícios que essas condutas ilícitas são reflexos de uma luta por formação de novo território, onde o controle e o poder estão em jogo, tanto por grupos, como por indivíduo. A investigação mostrou que, desde sua inauguração, o Condomínio confronta-se com situações relacionadas à precariedade das habitações, por um lado pelos problemas da edificação, por outro da espacialidade e vivência conturbada pelo desarranjo territorial, resultando em abandonos e consequentes invasões (ZAMBRANO, 2014).

Caracterizada como qualitativa, a pesquisa recorre ao estudo de caso utilizando o método "Percurso Comentado", desenvolvido por Thibaud (2001), e que destaca os sentidos e sensações demandados no ato de caminhar por determinado local. Segundo ele, por meio dessas sensações as pessoas respondem tanto ao mundo percebido (experimentado) quanto ao mundo vivido (existencial), e suas percepções recebem influências de experiências prévias (tempo). Com base nessas considerações, o pesquisador desenvolve um referencial teórico que considera/valoriza a ação do sujeito, suas percepções e as qualidades sensíveis de uma ambiência.

Cabe observar que durante o desenvolvimento desse trabalho, foi realizado um intercâmbio de informações com outras pesquisas, igualmente em desenvolvimento, vinculadas à Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (FAU/UFJF). Essa troca se deu ao longo de todo o ano de 2014, período em que o trabalho se integrou à uma rede de pesquisas em habitação em torno do mesmo objeto de estudo: o Condomínio Vivendas Belo Vale. Os mapas indicados foram produzidos juntamente com o Projeto de Extensão Universitária "Escritório-escola Itinerante: avaliação e assessoria técnica em empreendimentos do PMCMV em Juiz de Fora".

O método foi aplicado individualmente a doze moradores do condomínio, que foram acompanhados em um percurso previamente definido por eles e que contemplava, necessariamente, parte de sua atividade cotidiana. Anteriormente cada participante recebeu orientações sobre dinâmica do estudo. Durante o trajeto foi solicitada a descrição precisa do local, percepções, situações e sensações vividas no trajeto; para informar o que via, sentia, ouvia e indicar pontos marcantes dos percursos, sendo apontadas tanto características físicas quanto sentimentos em relação aos lugares. O percurso tinha início na porta da residência e final no destino indicado pelo entrevistado.

Cada percurso contou com a participação de três pessoas: o entrevistado e dois entrevistadores. O pesquisado seguia ao lado do pesquisador e tinha era livre para realizar intervenções, enquanto os pesquisadores procuraram se manter isentos. Ao final do percurso, os envolvidos se reuniam para uma entrevista mais detalhada acerca da percepção daquele caminho e da situação ali encontrada, a fim de obter esclarecimentos de detalhes do percurso e dos sentimentos despertados. Em linhas gerais o Percurso Comentado permitiu identificar: forma de utilização dos espaços comuns do condomínio e de seu entorno imediato; carências e/ou potencialidades do condomínio e do bairro; relações entre moradores (quer do condomínio, quer do bairro), bem como a interação homem-ambiente; integração entre o participante, o entorno e o restante da cidade; atendimento aos princípios de equidade social e governança.

O procedimento escolhido para o tratamento da questão da violência partiu da adoção de uma abordagem da urbanista francesa Catherine Reginense (colaboradora da pesquisa), e decorrente de sua experiência em estudos relacionados à antropologia urbana. A pesquisadora defende que a questão da violência deve ser abordada de forma cuidadosa, a fim de não afastar os moradores do interesse em

opinar abertamente sobre o que acontece ao seu redor; para tanto, sugere que não se deve citar especificamente a palavra 'violência', uma vez que, devido à conotação que assume no imaginário social, é comum que, diante dela aconteça uma retração dos usuários, que deixam de tratar os fatos de forma natural e verdadeira. Assim sendo, optou-se pela escolha de perguntas que apresentassem o problema, porém, sem citar diretamente tal palavra.

## 6 PRINCIPAIS RESULTADOS

O Percurso Comentado possibilitou a identificação de trinta e três situações (aqui chamadas de fatos), que revelaram problemas de violência e criminalidade enfrentados pelos moradores do empreendimento em questão. Em função da diversidade dos mesmos, fez-se necessário categorizá-los a fim de permitir sua compreensão. Como resultado desta sistematização foram reveladas situações relacionadas à ausência ou deficiência no atendimento à infraestrutura (no bairro e no condomínio), ao comportamento dos moradores, aos crimes cometidos e ao projeto executado.

Na investigação dos discursos dos participantes, os fatos selecionados foram agrupados em duas categorias (bairro e condomínio) e sete subcategorias, como segue. A categoria bairro incluiu três subcategorias:

(1) infraestrutura urbana - refere-se a problemas estruturais do bairro, englobando como fatos observados: sujeira no bairro (lixo espalhado); ausência de calçada; precariedade das calçadas; alagamento em parte do bairro; falta de capina realizada pela Prefeitura (calçadas); falta de capina realizada nos lotes por particulares; vias sem sinalização adequada; não cumprimento do horário do ônibus; insuficiência na frequência dos ônibus (transporte público); ausência de equipamentos urbanos; ausência de iluminação pública em trecho da rua do condomínio; ausência de nome para rua do condomínio;

(2) comportamento social - indicado por fatos relacionados à postura dos moradores e seus relacionamentos, como brigas frequentes de jovens na porta da escola;

(3) abastecimento e serviços no bairro - considera deficiências no atendimento comercial e serviços, notadamente suas carências.

Para a categoria condomínio, foram verificadas quatro subcategorias, seguidas de seus respectivos fatos:

(1) crimes - fatos que não respeitam determinadas

leis e que são entendidos como senso comum, tais como: depredação de áreas de uso coletivo (ex.: churrasqueira); utilização e comercialização de drogas; invasão de moradias; tiroteio (na última rua do condomínio); assalto, ameaça (porteiro); estupro (infantil);

(2) infraestrutura-problemas estruturais como: sujeira; calçamento precário (blocos de concreto); entupimento do esgoto; problema relacionado ao fornecimento de água;

(3) projeto - fatos decorrentes da execução de um projeto não adequado, relacionados a: programa de necessidades arquitetônicas insuficiente diante das demandas apontadas (execução de moradias que não atendem as reais necessidades dos moradores); patologias construtivas e problemas de projeto de engenharia na instalação hidráulica e elétrica da residência;

(4) comportamento social - fatos relacionados à postura dos moradores e seus relacionamentos, tais como: falta de respeito/educação; brigas; falta de organização interna; desorganização do lixo armazenado no local a ele destinado; circulação de carros, motocicletas e bicicletas em alta velocidade.

Como tais fatos são recorrentes e fazem parte do cotidiano da população residente, é possível dizer que, na percepção dos moradores, atualmente as situações conflituosas podem ser consideradas uma das características inerentes ao Condomínio Vivendas Belo Vale, seja na escala bairro ou do condomínio. Os conflitos estão presentes nos discursos dos entrevistados, que evidenciam a violência como um dos elementos presentes na paisagem cultural existente ou, em outras palavras, da forma imaterial de observar determinado lugar. Para ilustrar e espacializar os conflitos e problemas detectados foram confeccionados dois mapas temáticos: o primeiro, sobre a planta do empreendimento, relacionando as áreas onde tais aspectos são recorrentes (Figura 3); e o segundo para representar a apropriação dos espaços comuns do condomínio indicada pelos moradores durante os percursos (Figura 4).

Em geral o discurso dos entrevistados evidencia a existência de diferentes graus e de diferentes manifestações da violência, bem como a fragilidade nas relações sociais do Condomínio como um todo. Em geral verifica-se o estabelecimento de um convívio amistoso com os vizinhos próximos, pertencentes à mesma edificação, e rivalidade entre os moradores das três ruas internas, dentre as quais a terceira é caracterizada como a mais perigosa, pois muitos de seus moradores estão envolvidos com o crime.

Nesse contexto mais amplo, três situações se destacam: (1) a ocorrência de crimes cuja violência pode ser considerada como abusiva; (2) a falta de governança, que prejudica os moradores ao privá-los do acesso à infraestrutura básica; (3) a ausência de educação e respeito social, cuja ação leva a uma violência de menor grau, mas não menos importante, pois afeta o emocional relacionado ao convívio e o bem-estar dos moradores.

Analisando-se os trinta e três fatos verificados – que foram identificados por meio de diferentes categorias e subcategorias-, nota-se que, todavia, a determinação da violência não está relacionada somente ao lugar

da sua ocorrência, ou seja, não são ocasionados meramente pela implantação do empreendimento do PMCMV. Além desta localização, conta-se que muitos destes fatos são resultantes de aspectos culturais e que são precedentes (por exemplo, os fatos indicados na categoria comportamento social, pertencente à categoria condomínio e bairro), e outros são resultantes da reterritorialização no Condomínio (por exemplo, os fatos indicados na subcategoria crimes), fenômeno em curso. Essa diversidade demonstra a complexidade associada à percepção de violência, cujas causas relacionam-se à existência de um território em disputa, isto é, que não está socialmente e culturalmente consolidado pela comunidade.

Figura 3 – Principais conflitos apresentados nos espaços comuns do condomínio



Fonte: ZAMBRANO (2014)

Figura 4 – Principais conflitos apresentados nos espaços comuns do condomínio



Fonte: ZAMBRANO (2014)



## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discorrer sobre o sentimento de “bairrofilia”, Mello (2012, p. 37) enfatiza que a moradia proporciona ao morador a sensação de “apego, pertencimento, desenvoltura, filiação e bem-estar”. Tais características não são observadas nos moradores do Condomínio Vivendas Belo Vale, em Juiz de Fora, Minas Gerais, cujo contexto social certamente afasta da bairrofilia. Nele, o comportamento dos moradores vai ao encontro da colocação de Tuan (2013, p. 209), ao relatar sobre o sentimento dos indivíduos que não vivem em moradias planejadas por elas, pois, como o ambiente construído não traduz o ideal dos moradores, corrobora para seu gradativo afastamento.

No caso do condomínio investigado, a ausência de vínculo do morador com o espaço vivido é perceptível por meio da observação de um sistemático desleixo com os espaços de uso coletivo. Assim, entendendo-se que a conduta dos indivíduos é influenciada pelo ambiente que os envolve, seja o mesmo “físico, social ou imaginário” (MELLO, 2012, p. 54), evidencia-se, ainda, ser aquele um espaço ainda ausente de significados e valores e, dessa forma, carente de identidade e que dificulta sua apropriação pelas pessoas que lá habitam. Tal questão também pode estar relacionada à questão do território intermediário (aquele contido e limitado entre a cidade e a unidade residencial), não sendo possível aponta-lo na contribuição para a formação cidadã dos moradores, dificuldade que, por consequência, pode provocar a ausência de integração desses indivíduos com o bairro e repercutir na percepção negativa dos territórios interno e externo imediatos ao condomínio.

Nesse contexto é importante destacar a complexidade dos conceitos de espaço e lugar para Arquitetura e Urbanismo, entendendo-se que se relacionam às diferentes formas de ver e, portanto, estão atrelados à interpretação de cada ser no mundo, podendo variar conforme o ator envolvido. Ou seja, no contexto da investigação realizada, diante da sabida insatisfação dos moradores com o Condomínio e o bairro, a pesquisa foi direcionada para a análise desta opinião. Assim, como o sentido de lugar pode apresentar-se de maneira diferenciada para o político, a prefeitura e as instituições empreendedoras (a EMCASA, a construtora e a Caixa Econômica Federal), as opiniões desses atores não foram envolvidas na pesquisa, pois optou-se por considerar a essência do conflito pelo ponto de

vista dos moradores, valorizando situações e fatos relacionados aos cidadãos.

Por outro lado, como as pessoas possuem pensamentos e desejos distintos, a diferença de opiniões está sempre presente, e o conflito pode ser a manifestação dessa diversidade. Tais fatos divergentes remetem aos pilares da democracia, uma vez que, segundo Strozenberg (2014, p. 1), o conflito também pode apresentar um viés para se conquistar algo por meio de transformações e reconhecimento de direitos, sendo necessário fortalecer os vínculos de convivência saudável, responsáveis por intensificar os mecanismos de autoproteção e de promoção dos direitos. Por ser algo sistêmico e até endêmico no espaço da comunidade da pesquisa, a violência pode ser considerada metodologicamente numa perspectiva de planejamento, monitoramento e adequação, compreendendo o peso relativamente pequeno, previsível, da participação dos envolvidos nas próprias soluções da violência. Nesse sentido, é fundamental que a violência também seja inserida como prioridade no debate das políticas sociais atuantes sobre o local, inclusive no que se refere à reconfiguração territorial dos indivíduos diante da nova habitação.

Sob este ponto de vista, o Condomínio Vivendas Belo Vale pode ser compreendido como fruto de uma produção guiada pela lógica da mecanização e padronização da construção e que, com isso, negligencia o conhecimento efetivo e eficaz das necessidades dos futuros usuários, que apresentam uma natural dificuldade para integrar seus espaços de vida à nova unidade e se apropriação do local. A literatura existente identifica que o PMCMV tem produzido habitações que não promovem o adequado cumprimento do direito à moradia adequada, pois não estão em conformidade com o padrão de vida de seus ocupantes. O acesso a uma habitação digna vai além do direito a um abrigo, e inclui a efetivação do desenvolvimento social, econômico e cultural dos moradores, considerados aspectos fundamentais para a prosperidade da vida cotidiana e do sentimento de cidadania. Assim, após a construção de condomínios inadequados, um importante desafio a ser enfrentado pelas nas políticas públicas é o tratamento dos conflitos existentes nos empreendimentos habitacionais, os quais demandam adaptações para cada localidade e situação. Para tanto, a arquitetura e urbanismo precisam tanto ser

compreendidos pelos futuros moradores quanto, antecipadamente, buscar compreendê-los, valorizando seus modos de vida, necessidades e culturas, tanto em aspectos essenciais/objetivos quanto existenciais/subjetivos.

No processo adaptativo entre moradores e ambiente construído, percebe-se, ainda, a complexidade das abordagens relativas à violência, cujas causas relacionam-se, entre outras, à existência de um território em permanente disputa, isto é, socialmente e culturalmente ainda não configurado de forma estável pela comunidade em formação. Assim, a ausência de relações coesas e a falta de pertencimento ao lugar contribuem para a formação de ambientes marginalizados, provocando alterações em seus usos, bem como a depredação de sua estrutura. Nesse sentido, a violência atualmente verificada nos empreendimentos habitacionais de interesse social talvez pudesse ser mitigada por meio do melhor entendimento das relações sociais e de proximidade cultural existentes, e sua incorporação ao programa de necessidades, de modo a guiar o planejamento da localização espacial destes condomínios na cidade e sua própria configuração interna.

O estudo de caso e a literatura indicam que o PMCMV tem produzido habitações que vão de encontro ao cumprimento do direito à moradia adequada (com instalações higiênicas e dimensionamento mínimo, entre outras), porém, essa conformidade, vista pela ótica meramente legal, não atende ao padrão de vida dos usuários, cujas características vão além do direito a um abrigo, e inclui a efetivação do desenvolvimento social, econômico e cultural de seus moradores, aspectos fundamentais para a prosperidade da vida cotidiana e do sentimento de cidadania.

A própria inexistência de um limite físico do território em questão (visto que o mesmo é diverso, apresentando diferentes conflitos e interesses), possibilita constatar-se a existência de um território intermediário entre o interior doméstico e a cidade, que se apresenta como um território em disputa. Nesse sentido, está em curso no condomínio um processo de desterritorialização dos que para lá foram e, noutro sentido, há a reterritorialização da comunidade constituída pelo então dado PMCMV. Tal transformação social, promovida pelo deslocamento espacial das famílias, necessita de atenção, visto que, sob a ótica vivenciada atualmente, estes ainda são lugares destituídos de significados.

## 8 REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, S. Desafios da Habitação Popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, A. L. (Org.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX*. Porto Alegre: ANTAC, 2007. 552 p.
- BEATO, C. *Crime e cidades*. 01 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. 291p.
- BRASIL. Ministério das Cidades. *Avanços e Desafios: Política Nacional de Habitação*. Brasília: Ministério das Cidades, 2010. 96 p.
- BRASIL. *O que é Minha Casa, Minha Vida. Quem pode ter*. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/quem-pode-ter>. Acesso em: março, 2015.
- CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis, v. 41, n. 1 e 2, p. 141-155, abr./out; de 2007.
- CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. *O Programa Minha Casa, Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- CARDOSO, A. *Desafios da Habitação: a realidade da moradia no Brasil*. Disponível em: [http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com\\_k2&view=item&id=370%3Adesafios-da-habita%C3%A7%C3%A3o-a-realidade-da-moradia-no-brasil&Itemid=165&lang=pt](http://observatoriodasmetrolopes.net/index.php?option=com_k2&view=item&id=370%3Adesafios-da-habita%C3%A7%C3%A3o-a-realidade-da-moradia-no-brasil&Itemid=165&lang=pt). Acesso em: 05 de jul. 2015.
- CASSAB, C.; PINTO, M. B. O lugar do pobre na cidade de Juiz de Fora. O Programa MCMV e os novos padrões de espacialização da pobreza em JF. *Revista Geografia*. Cascavel, v. 3, n. 1, p. 1-7, 2013.
- HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Ano I, n. 1, jul. 2009.
- HOLZER, W. Mundo e lugar: ensaio de geografia fenomenológica. In: OLIVEIRA, L.; MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W. (Orgs.). *Qual o espaço do lugar?* 01 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012, p. 281-304.
- HORA NETO, J. A.; QUEIROZ, J. R. Espaço e Lugar: estudo sobre a compreensão espacial de uma pessoa com deficiência visual. In: Congresso de Pesquisa e Inovação da Rede Norte Nordeste de Educação Tecnológica, *Anais...* Maceió: CONNEPI, 2010.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMIA APLICADA (IPEA) *Habitação: onde mora a violência*. Disponível em: [http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=1022:reportagens-materias&Itemid=39](http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1022:reportagens-materias&Itemid=39). Acesso em: 05 de nov. 2014.

- JUIZ DE FORA. Prefeitura Municipal. *Habitação de interesse social*. disponível em: <http://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/habitacao/documentos/mcmv/>. Nov. 2014. Acesso em: março, 2015.
- KOGA, D. Conhecer o território é o primeiro passo. In: MAGALHÃES, I. (Org.). In: *Seminário Internacional Trabalho Social e intervenções habitacionais*, ago./set. 2011, Brasília/DF, 44 p.
- LIMA, Z. B. A questão da habitação. In: VIII ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA: *Anais.....*, 2011. Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Anais.
- MARTINS, M. L. R. *Plano de ação habitacional e urbano*. São Paulo: USP, 2003. 135 p.
- MELLO, J. B. F. O Triunfo do Lugar sobre o Espaço. In: MOREIRA A. S. S. et al. (Orgs.). *Qual o espaço do lugar?* 01 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012, p. 33-68.
- MICHAUD, Y. *A Violência*. São Paulo, Ática: 1989. 114 p.
- MONTEIRO, A. *Brasil tem a 11ª maior taxa de homicídios do mundo, diz OMS*. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 de dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/12/1560654-brasil-tem-a-11-maior-taxa-de-homicidios-do-mundo-diz-oms.shtml>>. Acesso em: 15 de jan. 2015.
- MOTTA, L. D. *A questão da habitação no Brasil: políticas públicas, conflitos urbanos e o direito à cidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- OLIVEIRA, L. de. *O sentido de lugar*. In: OLIVEIRA, L.; MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W. (Orgs.). *Qual o espaço do lugar?* 01 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012, p. 03-16.
- RELPH, E. *Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar*. In: OLIVEIRA, L.; MARANDOLA JR., E.; HOLZER, W. (Orgs.). *Qual o espaço do lugar?* 01 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012, p. 17-32.
- ROLNIK, R. *Ferramentas para avaliação da inserção urbana dos empreendimentos do MCMV*. São Paulo: USP, 2014. 140 p. (MCTI/CNPq/MCIDADES, N°11/2012).
- SANCHES, J. C. A cidade e os conjuntos habitacionais de interesse social: reflexões sobre a evolução do perímetro urbano de Cuiabá / MT. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, *Anais....* 2013. Recife, Brasil..
- SANGLARD, J. *JF está mais violenta*. Tribuna de Minas, Juiz de Fora, 18 de março de 2014. Disponível em: <<http://www.tribunademinas.com.br/opini-o/artigo-do-dia/jf-esta-mais-violenta-1.1439182>>. Acesso em: 18 de mar. 2014.
- SINDUSCON. *Minha Casa, Minha Vida sem Lei*. Disponível em: <[http://www.sinduscon-rio.com.br/n\\_agenda/d\\_120115/n11.asp](http://www.sinduscon-rio.com.br/n_agenda/d_120115/n11.asp)>. Acesso em: 05 de fev. 2015.
- STROZENBERG, P. *Curso de capacitação Trabalho Social em Programas de Habitação de Interesse Social*. 2014.
- TUAN, Y. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Londrina: EdUEL, 2013.
- TUAN, Y. *Paisagens do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005..
- VELHO, G.; ALVITO, M. *Cidadania e violência*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ: 1996.
- VIEIRA, L. B. *Influência do espaço construído na ocorrência de crimes em conjuntos habitacionais*. 2002. 310 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFRGS, 2002.
- ZAMBRANO, L. M. A (Org.). *Programa de extensão universitária: Escritório-Escola Itinerante do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFJF: avaliação e assessoria técnica em empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida em Juiz de Fora - MG*. Juiz de Fora: UFJF, 2014.
- ZOTTIS, G. A. H.; CUNHA, L. L.; KREBS, L. F.; ALGERI, S.; FLORES, R. Z. Violência e desenvolvimento sustentável: o papel da Universidade. *Revista Saúde Sociedade*. São Paulo, v.17, n.3, p. 33-41, nov. 2008.
- WASELFISZ, J. J. *Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari, 2012.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

# ARQUITETURA DOS ESTANDES IMOBILIÁRIOS, UM ESTUDO DE TIPOS

ARCHITECTURE OF REAL ESTATE STANDS, A PATTERN STUDY

## MARQUINE, ELISANGELA

Mestranda, Universidade São Judas Tadeu, elimarquine@metastands.com.br

## MACEDO, ADILSON COSTA

Doutor, Universidade São Judas Tadeu, ac.macedo@terra.com.br

### RESUMO

Este é um estudo sobre a arquitetura dos estandes imobiliários construídos no mesmo lugar onde o empreendimento imobiliário que representa será implantado. Da análise de um significativo número de projetos no Estado de São Paulo resultou um elenco de tipos e sua classificação conforme a finalidade comercial. A investigação, centrada na experiência brasileira, tomou como referência exemplos de outros países, particularmente quanto aos aspectos programáticos de apoio à seleção do que se considerou como tipo. Como espaço edificado o estande imobiliário tem sua origem associada aos primeiros pontos de venda de imóveis na cidade de São Paulo, Brasil, local da pesquisa. Neste contexto, onde a diversificação dos bairros é acentuada, torna-se evidente uma clara influência de aspectos socioeconômicos e culturais que afetam os estandes de vendas. Espera-se que a pesquisa tanto possa contribuir para o estudo, a concepção e o projeto de estandes de venda, entendidos como edifícios temporários, quanto também ser útil para aqueles que trabalham no marketing imobiliário.

PALAVRAS-CHAVE: estande imobiliário; arquitetura temporária; mercado imobiliário.

### ABSTRACT

This is a study on the architecture of the stands built in the same place where the real estate development that it represents will be deployed. The analysis of a significant number of projects resulted in a list of patterns and classification according to their commercial purpose. The research focused on the Brazilian experience, but took examples from other countries, particularly in the programmatic aspects related to the selection of patterns. As a type of building, the current sales booth has its origin linked to the first real estate sales points in São Paulo, Brazil: the research site. In this context of sharpened diversification of neighborhoods, there is a clear influence of socioeconomic and cultural aspects in real estate affecting the sales booths. We hoped that the research can contribute to the planning and design of sales stands, as temporary buildings, and be useful for those working in the real estate marketing.

KEY-WORDS: real estate booth, temporary architecture, real estate market.

## 1 INTRODUÇÃO

O estande imobiliário é uma edificação temporária que tem sua existência dependente do período de comercialização do empreendimento. Trata-se, portanto, de uma construção com ciclo de vida curto, sendo todas as medidas e estratégias relacionadas a sua concepção, projeto, execução e operação idealizadas com o objetivo de favorecer a venda do empreendimento que representa. Quando não há espaço no terreno, começada a obra o estande é eliminado mesmo que as vendas não se concluíam, a favor de um local com área reduzida ainda no terreno e, posteriormente, passando a ocupar parte de um dos pavimentos do prédio em construção, ocasião em que passa a ser um simulacro do escritório da imobiliária.

No conjunto do empreendimento o estande é considerado um componente temporário, sendo por um lado espaço utilitário, e por outro expositivo, cujo objetivo é atrair a atenção do cliente, servindo

como ferramenta de venda. Seu projeto depende de um bom programa de necessidades, no qual a questão funcional é simples, devendo haver especial atenção para como será disposto o projeto a ser comercializado, e geralmente usando painéis com desenhos, fotos, maquete ou vídeo. Assim, os requisitos do marketing tornam-se parte do programa, relacionando a visão daquilo que deverá vir a ser com as características do público comprador.

Como tema em estudo, o estande de vendas sugere apreciações com vários enfoques, incluindo abordagens como: a questão do marketing como matéria próxima à sua concepção; a construção em si do objeto; as tendências de arquitetura aplicada ao projeto; o ideário teórico associado a evolução histórica dos pavilhões de exposição e conceitos recentes de arquitetura efêmera. Tendo consciência de todas essas possibilidades, neste artigo optou-



se pela análise e classificação de tipos como arquitetura e construção, relacionadas às dimensões do empreendimento, à disponibilidade de terreno para sua construção, aos critérios de organização do programa de necessidades (incluindo os itens do marketing) e ao projeto de arquitetura em si.

Para tanto foram considerados os estandes para lançamentos residenciais, comerciais ou mistos, de acordo com a situação de implantação no terreno e com a estratégia comercial da incorporadora. Em seguida, para validação e registro dos tipos foi realizado um levantamento de projetos destes estandes no Estado de São Paulo. Como material de pesquisa foi utilizado o acervo disponível nos portfólios online de arquitetos, decoradores e construtores especializados em estandes. Com o uso do *Google Street View*, verificou-se os lançamentos das maiores incorporadoras a fim de capturar imagens dos estandes existentes ou recentemente demolidos. Esse levantamento resultou em um acervo composto por aproximadamente cento e cinquenta exemplares, número julgado significativo para a caracterização pretendida. Como resultado espera-se obter uma classificação de tipos e exemplos, que deverá tornar-se parte de um manual nesse campo.

## 2 BREVE HISTÓRICO DOS ESTANDES IMOBILIÁRIOS

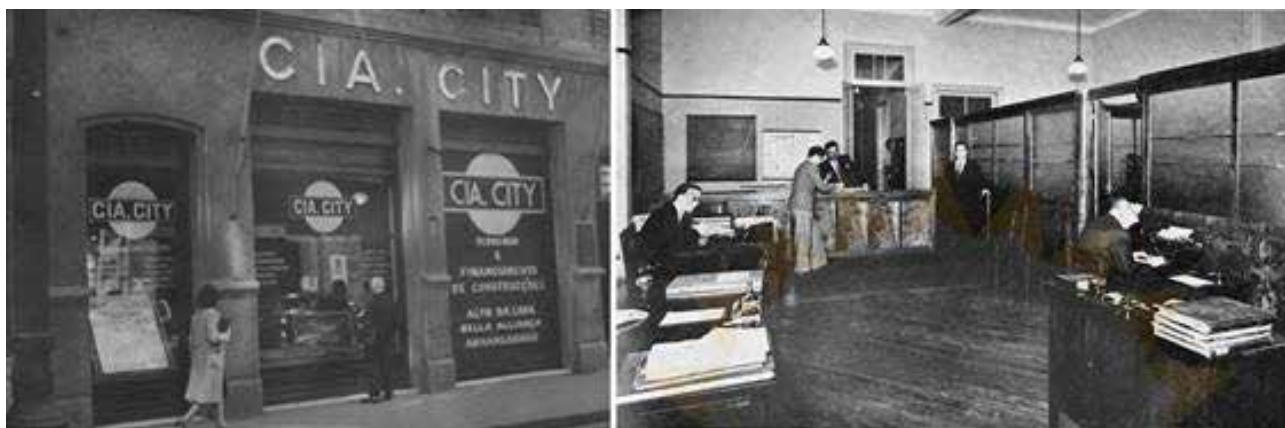
A investigação do marketing imobiliário no decorrer do século XX, constatado por meio do levantamento de matérias e anúncios em jornais e revistas, mostra que os estandes imobiliários surgiram na cidade de São Paulo na década de cinquenta. São marcos de referência o lançamento de dois grandes empreendimentos: o Edifício COPAN e o Conjunto Nacional. Esses primeiros exemplares - cuja

nomenclatura "estande" na época ainda não havia sido definida -, nada mais eram do que uma versão reduzida do escritório da imobiliária ou sede da incorporadora locados temporariamente no terreno, sem nenhum detalhe arquitetônico marcante; sendo desses o formato que influenciou a configuração dos estandes como são conhecidos: as vitrines na fachada e um espaço de atendimento marcado pela presença de várias mesas de corretores. Fotos da Companhia City (*City of São Paulo improvements and freehold land company*), e da Imobiliária Domingos Leardi, situadas no Centro da cidade, ilustram o aspecto dessas instalações da época (Figura 1).

Antes desse período, quando o principal produto imobiliário era o loteamento, o atendimento ao público no mercado imobiliário dividia-se entre os plantões de final de semana que ocorriam regularmente nos loteamentos, e os escritórios das imobiliárias e construtoras. Nos plantões eram usadas tendas, guarda-sóis e outras coberturas improvisadas com finalidade de abrigo, sendo restritas a casos muito específicos a construção de edificações no local. São exemplos deste período o loteamento Jardim Europa, em 1922, onde foi construído um escritório, e os loteamentos Alto da Lapa e Pacaembu, em 1922 e 1930 respectivamente, onde foram construídas casas decoradas.

A partir da década de cinquenta, motivados pelo mercado emergente, os construtores e investidores verificaram que manter um ponto de atendimento no local permitia maior eficiência no fechamento de vendas e visitas espontâneas, levando os interessados diretamente ao lugar do lançamento, de modo que o cliente podia ser atendido e ter toda a transação, ou parte dela, realizada no terreno da obra. A gradativa ampliação do mercado passou a exigir maiores esforços para a demonstração do produto.

Figura 1 - Vitrine da Cia City na década de 20 e interior da Imobiliária Domingos Leardi na década de 40.



Fonte: <<https://quandoacidade.wordpress.com/2014/12/17/a-cidade-era-mais-gentile/cia-city-rua-libero-badaro/>> acesso em 10/08/2016 e Revista Acrópole N° 22. Fevereiro de 1940.

O modelo de negócio da incorporação imobiliária exerceu considerável influência na instalação do ponto de venda no terreno, uma vez que os pagamentos começam a acontecer antes da materialização da propriedade. Surgiu daí a necessidade da presença do estande no terreno, transmitindo sensação de segurança para o comprador. A adoção deste procedimento de venda foi reforçada pela participação de bancos para financiamento e por questões legais. Outra possível influência indireta na consolidação dos estandes foi o preconceito que existia contra moradias verticais em condomínio na primeira metade do Século XX (DA SILVA, 2007; PINHEIRO, 2008), tempo em que foram construídos grandes edifícios com pequenas unidades residenciais no centro da Cidade de São Paulo e arredores.

Outro fato a ser registrado com relação ao surgimento e consolidação dos estandes foi a chegada de agências de publicidade americanas ao Brasil nos anos 1950, reforçando a necessidade da experiência do cliente *in loco*. Os americanos já possuíam *know-how* com a comercialização de empreendimentos e com iniciativas específicas de promoção e configuração do ponto de venda para o mercado imobiliário. Em 1958, havia um completo dossiê de apoio para a montagem do ponto de venda de lançamentos imobiliários nos EUA, incluindo reflexão e propostas que iam desde como deixar atraentes as fachadas das casas-modelo, até a melhor forma de dispor cartazes, maquetes e informações nos escritórios de vendas e a realização de eventos para atrair o público.

Na década de 1960 surgiram nos anúncios as primeiras aparições do nome “estande”, porém, não se percebe nenhuma alteração com relação ao conceito do ponto de venda no local do lançamento. Relatos da época indicam que até barracões de madeira eram utilizados como instalação temporária (BASTOS, 2004; VILARINO, 2000 *apud* MORAES, 2013).

Avançando para 1970, e para uma São Paulo maior, mais populosa e familiarizada com a verticalização, surgiu o Banco Nacional de Habitação (BNH), favorecendo o crédito imobiliário. A nova contingência induziu uma onda de lançamentos por toda a cidade. Havia demanda e crédito e, nesse momento, os incorporadores bateram recordes de faturamento ao mesmo tempo em que enfrentaram um cenário de grande concorrência, situação que trouxe maior cautela quanto à campanha e ao ponto de vendas.

Em 1973, a pauta do marketing imobiliário ganhou peso estratégico, focado na rápida comercialização dos empreendimentos. A Construtora Gomes de Almeida

Fernandes passou a inserir mecanismos de marketing em todos os níveis do negócio, realizando um curso nos setores de administração, vendas e publicidade. Em 1974, a Construtora Alfredo Mathias, construiu um estande de 600 m<sup>2</sup> para o lançamento do condomínio Portal do Morumbi, considerada a maior e mais cara campanha desse tipo na época. Ainda na década, surgiram os primeiros estudiosos do marketing imobiliário, como Psillakis, em 1975, que pesquisou o comportamento do consumidor diante do produto imobiliário. Sobre o período, um grande incorporador relatou que o ritmo vertiginoso das vendas liquidava o empreendimento antes da finalização da construção do estande, sendo utilizado então um iglu inflável (ABUSSAMRA, 2007, p. 57).

Em meados da década de 1980 até 1990, os estandes já semelhantes aos atuais se consolidaram, num momento em que eclodiram os lançamentos de empreendimentos de alto e médio padrão. Surgiram, então, as empresas especializadas na construção de estandes, formadas por técnicos oriundos das construtoras responsáveis pelos edifícios, consolidando-se um nicho específico de interesse dentro da construção civil. Passou-se a experimentar a utilização de estruturas metálicas leves e o fechamento por painéis de gesso acartonado, pelo sistema *drywall*, técnica construtiva que, por apresentar maior concordância com o aspecto temporário dessas edificações, se consolidou e é empregada até hoje.

Em fins do século XX, o espaço de atendimento mudou de dimensão, tanto pela tentativa de impressionar o público com o tamanho do estande, como para abrigar as novas mídias de representação do empreendimento, elaboradas por meio dos novos recursos de computação e da maior ousadia na comunicação visual, que começou a acontecer partir de 1995 e que é notada nos primeiros anos do século XXI. O uso do vidro também pode ser pontuado como item influente na arquitetura do estande, pois a partir da década de 1990 seu uso como elemento de fachada cresceu drasticamente no Brasil. Esses recursos permitiam a elaboração de plantas humanizadas, coloridas e computadorizadas, vistas de áreas comuns decoradas, e uma forma mais ilustrada e realista de representar o edifício pronto, inserido no entorno. Além dessas possibilidades, fotos dos apartamentos decorados começaram a ser usadas nos anúncios, agora impreterivelmente reproduzidos em cores. A arte e a representação na propaganda não eram mais atividades artísticas feitas à mão. Visualmente com relação ao empreendimento, passou a haver mais material para exibir, o que interferiu diretamente na configuração e uso desses espaços de exibição.

Nos primeiros anos do século XXI, aprimoraram-se as técnicas e os conceitos de segmentação de público, em conjunto com o marketing e a publicidade. O apelo à qualidade de vida aparece de maneira expressiva neste momento. Sensibilidade no posicionamento do produto passa a ser um fator determinante de comunicação com o público: além da concorrência dentro do próprio mercado imobiliário, o consumidor passa a ser cada vez mais exigente e visual. Tal exigência se reflete na configuração espacial do estande, onde em grande parte dos lançamentos são identificadas características do empreendimento como componentes de *visual merchandising*. São exemplos dessa representação as Figuras 2A e 2B.

Figura 2 - Contraste do moderno com o neoclássico em estandes recentes, dois estilos muito usados pelo mercado



Fonte: Figura 2A JA Arquitetos; Figura 2B Foto dos autores.

Não apenas o *visual merchandising* é notado desde fins do século XX, mas o movimento do mercado que permite novos canais de comunicação com o cliente através de meios digitais, virtuais e locais. Há uma mudança no comportamento do consumidor no sentido de que ao mesmo tempo em que várias ferramentas e métodos promocionais despontam, fica cada vez mais difícil vender, pois o consumidor desenvolveu um rigoroso filtro para lidar com as constantes e invasivas mensagens publicitárias que o cercam o tempo inteiro. Atualmente, se fala na revolução do ponto de venda. Não apenas o anúncio

é lançado ao público, mas o próprio espaço físico vai aonde quer que ele esteja. Não haveria como o mercado imobiliário abster-se de tal movimento.

### 3 OS TIPOS DE ESTANDES

Sob a perspectiva de estudo dos tipos, a história mostra que, no decorrer do século XX o estande imobiliário foi constantemente adaptado às novas demandas condicionadas pelo mercado, pelos recursos construtivos e pelo comportamento do público. Porém, enquanto o formato do estande como é visto hoje se desenvolvia, a modalidade de diferentes instalações provisórias de materiais diversos permaneceu usual. Atualmente, destas restou somente a tenda, porém nas áreas urbanas ela é apenas provisória, enquanto o estande não é finalizado. A variedade de tipos encontrada atualmente nada mais é do que a sofisticação de todas as tentativas empregadas anteriormente, agora submetidas a novas técnicas construtivas, recursos estéticos e a abertura de campo para exposição.

As casas decoradas da década de 20 e 30, os escritórios centrais das imobiliárias, os escritórios no local, as tendas e guarda-sóis, os iglus infláveis, barracões de madeira e os estandes atuais, identificados no histórico, denotam os esforços do mercado imobiliário em adaptar-se a peculiar situação do ciclo de venda de seu produto num momento onde, fora das sedes dos incorporadores e imobiliárias, apenas o próprio terreno do lançamento era enxergado como um “ponto de venda” possível. Os diversos tipos de edificações e instalações, temporários ou não, vem depois de sua designação como local propício para essa atividade.

Atualmente, existem recursos disponíveis para que os limites do entorno imediato do lançamento imobiliário sejam rompidos. Tal medida corresponde a necessidade de estabelecer a maior presença possível perante o consumidor, posicionando-se aonde possa haver interesse pelo produto e disputando mercado com a concorrência. Hoje o estande pode estar em qualquer lugar e por consequência, assumir diferentes formas.

A configuração mais comum do projeto de estandes é caracterizada por uma edificação nova localizada no terreno onde vai ser implantado o novo empreendimento, porém não é a única. Essa flexibilização representa um ganho maior para o marketing imobiliário do que o encantamento

proporcionado pelas ferramentas tecnológicas através das quais o empreendimento pode ser visualizado, pois antes de que se chegue a questão da experiência do consumidor no ponto de venda, é importante que o anunciante e o produto sejam vistos.

Um fato interessante com relação aos tipos observados é que, com exceção dos estandes móveis e dos locados em pátios descobertos, de abordagem mais popular, não existe restrição em função do empreendimento: a escolha está ligada a estratégia e verba disponível para o lançamento.

Estudadas as estratégias de projeto empregadas por empreendedores diferentes com relação ao critério de implantação, que é o que realmente condiciona o aspecto da edificação e das instalações, foram identificados os seguintes tipos de estandes:

### **Tipo 1 – Localizado em ponto selecionado para dar ideia do terreno como um todo**

Sua origem vem da época do primeiro boom imobiliário - anos cinquenta e sessenta do século passado - quando passou-se a construir pequenos escritórios para sediar as atividades de venda do empreendimento no próprio terreno, em substituição as tendas e barracões improvisados de madeira. É a primeira construção feita no terreno do lançamento, destacando-se nos estandes atuais:

- Implantação recuada da rua, longe das divisas do terreno, procurando não prejudicar a vista do lote como um todo.
- Espaços generosos para vagas de automóveis.
- Lote, tratado parcialmente ou por inteiro com paisagismo.
- Pavimentação com material fácil para remover nos locais de circulação.
- Configuração espacial formada pelo salão de atendimento e disposição do material do empreendimento, e do anexo de apoio com copa, depósito, sala dos corretores, WCs e demais dependências pertinentes.

Este tipo de estande, em função do sistema construtivo e do tamanho que pode ter, é o que permite maior requinte na apresentação do empreendimento, pois permite que sejam criadas cenografias e ambientes diversos que valorizem o trajeto de exibição, bastante solicitado pelos corretores; além da presença do apartamento decorado, que pode estar dentro do estande, junto

a ele numa só volumetria, ou separado e ligado por passarela. São construídos de forma modesta, ou podem se apresentar de maneira mais sofisticada, incorporando características do empreendimento ou de sua identidade. Como toda edificação, precisa seguir as diretrizes legais municipais, tendo como única específica o decreto 55.036 de 15 de abril de 2014, que limita sua altura a 6 metros uma vez encostados nas divisas do terreno.

Sua estrutura é feita com perfis metálicos leves, sobre fundação superficial, o radier, e em seguida recebe os fechamentos e forros em drywall. Sua construção dura em média 45 dias. O estande é demolido quando não há mais espaço disponível pelo avanço das obras, sendo substituído pelo tipo 2, ou quando terminam as vendas, aí não sendo feito mais nenhum estande no terreno. A Figura 3 ilustra o tipo.

Figura 3 - Exemplo de estande tipo 1. Vila Felice, 2014, Hortolândia - SP



Fonte: Foto dos autores.

Além da construção com a montagem de todos os elementos no terreno, tem sido vistos estandes cuja estrutura principal parte de containers, permitindo sua reprodução em outro terreno.

### **Tipo 2 – Localizado no terreno, sem prejuízo do andamento da obra**

São a versão reduzida do tipo anterior, sempre na forma de um pequeno retângulo ou quadrado; construído geralmente com material reaproveitado do estande original após sua demolição, podendo também ser em container (Figura 4). Como não é bom que o terreno fique sem nenhum local específico de atendimento enquanto as vendas ainda estão acontecendo, após a demolição do estande original de metragem maior e unidade decorada, são construídos em metragem reduzida (20 a 30m<sup>2</sup>) e permanecem até a fase final da obra havendo espaço disponível. Tem a função proporcionar local adequado para um ou dois



corretores, sendo isolado do canteiro de obras. Geralmente tem apenas um lavabo e se houver espaço, uma copa para apoio.

Em muitos casos, quando não há disponibilidade de espaço ou verba para um estande maior, o tipo 2 é utilizado para todo o lançamento. Também são usados containers para essa finalidade, quando não se deseja construir por que o estande será necessário por um período de poucos meses, sendo assim mais vantajoso o aluguel de um container.

Figura 4 – Tipo 2, estande de empreendimento residencial de alto padrão em São Paulo



Fonte: Foto dos autores.

### Tipo 3 – Estandes em edificações de caráter permanente

São estandes que se instalam para duração comum (média de 1 a 2 anos) em imóveis de caráter definitivo existentes no próprio terreno ou imediações. Quando instalados nas imediações, como avenidas locais, geralmente são locados imóveis comerciais para a adaptação. Esta implantação se relaciona com o

fato de que ruas de baixo movimento e estritamente residenciais, mais afastadas das vias principais estejam recebendo lançamentos, forçando a busca por um ponto de maior visibilidade local.

Já no próprio terreno, o imóvel residencial ou comercial é utilizado. Estando em boas condições de conservação, representa uma alternativa econômica se comparado à construção de um edifício totalmente novo. No caso da adaptação de construção no próprio terreno, que ou pode manter-se intacta ou ser remanescente de demolição parcial, devem ser observadas as condições de implantação da obra, para que seu uso possa ser validado.

A Figura 5A ilustra o caso de uso de edificação remanescente no próprio terreno, para um lançamento comercial em área nobre na zona sul de São Paulo. Essa edificação estava implantada de forma conveniente no terreno, que não dispunha de muito espaço disponível, colada ao alinhamento e a um dos cantos, permitindo o avanço da obra. Não foi construída unidade decorada. A adaptação do estande neste espaço foi realizada em uma semana, prazo bastante conveniente para o início imediato das vendas.

A Figura 5B mostra uma edificação comercial em via local, no município de Hortolândia, interior de São Paulo, usada como estande para um lançamento residencial, onde no espaço interno foi construída uma unidade decorada. Após o uso por este empreendimento, a adaptação realizada foi aproveitada por outra incorporadora que se instalou no local para a venda de um lançamento também residencial.

Essa opção tem sido vista frequentemente em empreendimentos de todos os padrões.

### Tipo 4 - Quiosques em espaços cobertos

Figura 5 – Exemplos de estandes em edificações permanentes



Fonte: Foto dos autores.

Plantão de dimensões reduzidas que opera em shopping centers e outros locais cobertos de acesso público. Usado em ações promocionais de curta, média ou longa permanência. A configuração desses quiosques é regida pelo regulamento interno do shopping, que dentre uma série de diretrizes, tem como principal a que determina aspectos ligados a possível bloqueio da visão do corredor pelo mobiliário, que tem altura máxima determinada. O intuito do quiosque não é necessariamente servir como um estande de fato, mas sim, como um ponto de informações, onde podem ser vistos um ou os diversos empreendimentos de uma incorporadora. O quiosque é estratégico canal de atendimento pois marca presença em uma situação onde o consumidor já está inserido em um ambiente de compras e serviços, no caso dos shoppings, prestando atenção nas diversas informações que recebe visualmente de tudo o que há em volta. O shopping ou lugares de grande trânsito de pessoas, não é o primeiro local que vem em mente quando se pensa em procurar um empreendimento, no entanto, é cada vez mais frequente encontrar quiosques e até mesmo lojas de incorporadoras em shoppings de diversas segmentações de público por todo o país.

Além da promoção de empreendimentos diversos, os quiosques muitas vezes aparecem como um ponto de venda para as próprias instalações do shopping onde se encontram, como exemplo da Figura 6.

Figura 6 – Quiosque para venda de lojas do próprio shopping – SP



Fonte: Foto dos autores.

### Tipo 5 – Estandes móveis

São os estandes sobre rodas. Atualmente é o tipo menos usado dentre todos e sua óbvia caracterização não demanda maiores explicações. A possibilidade de usar caminhões permite que os estandes sejam itinerantes. Essa é uma tendência que tem caído no gosto do público brasileiro nos últimos anos, e

que ainda está em seus testes iniciais no mercado imobiliário, que os tem utilizado em produtos de padrão médio e popular. Aos poucos percebe-se maior aceitação quanto a impermanência de pontos comerciais. São exemplos os *trailers*, *food-trucks*, *pop-up stores* e até mesmo escritórios diversos sobre rodas. Tal familiarização do público com esta modalidade pode fazer com que os estandes móveis possam ser vistos com maior frequência no futuro, principalmente se passarem por uma reformulação projetual, que os deixe visualmente mais agradáveis. As *tiny houses* (mini-casas) norte-americanas ou europeias, muitas vezes construídas sobre rodas, são um exemplo de que os estandes móveis podem ser arquitetonicamente interessantes, e não apenas funcionais, onde fica a cargo da comunicação visual sua decoração e personalização.

As instalações de atendimento podem ser adaptadas nos baús e carrocerias dos caminhões (Figura 7A) ou construídos a partir reboques e semirreboques, que podem até mesmo desprender-se do caminhão por alguns dias em determinado ponto (Figura 7B). Em ambas, preservou-se o aspecto do caminhão e da plataforma utilizada para atendimento.

Como vantagens, tem o lado positivo de poder transitar entre várias ruas ou bairros promovendo um empreendimento local ou sendo uma central de vendas com todos os empreendimentos da incorporadora, como no exemplo da Figura 7. O estande móvel é considerado como um tipo relacionado a uma iniciativa sustentável, porque evita a ocupação do terreno. Dependendo do bairro e das dimensões do empreendimento a preferência pode ser para o estande fixo, sendo o sobre rodas um apoio para sua promoção. Também se adapta bem a situações de empreendimentos em localidades de turismo, podendo acompanhar o vai e vem dos finais de semana.

Figura 7a – Estande sobre rodas



Fonte: Figura 7a Blog Edmar Junior

Figura 7b Estande sobre rodas



Fonte: Figura 7b Portal Marketing Imobiliário

### Tipo 6 – Estandes em feiras e exposições

São estandes montados para curta duração em pavilhões, para participação do incorporador em eventos como feirões e exposições. São instalados de acordo com a malha determinada pelos promotores do evento (*masterplan*).

Esse tipo de estande por estar sob local coberto, segue o padrão construtivo utilizado por montadoras especializadas, como *octanorm*, treliças, compensados, plásticos e demais componentes visando fácil montagem e desmontagem, já que as feiras e exposições duram em média apenas alguns dias. Como não precisam atender ao rigor das intempéries e questões de segurança por estarem dentro de um pavilhão, podem ter sua forma concebida de maneira mais conceitual, explorando cores, texturas, formas e volumetrias, no entanto, também podem manter a configuração mais simples, seguindo a padronização dos elementos construtivos (Figura 8).

Fora os feirões de imóveis, onde o público vai com real intenção de direcionar ou fechar negócio, pois nessas ocasiões costumam ser concedidos bons descontos, os estandes em feiras têm objetivos mais comerciais com relação ao posicionamento de mercado das incorporadoras.

Figura 8 – Estandes de incorporadoras e imobiliárias no pavilhão Anhembi São Paulo. Feirão da Casa Própria



Fonte: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1766069-caixa-inicia-feirao-da-casa-propria-no-rj-nesta-sexta-feira.shtml>> acesso em 27/06/2016

### Tipo 7 - Estandes em pátios descobertos

São montados em espaços abertos, formados por pavilhões em estrutura e cobertura leve, de fácil desmontagem (Figura 9), geralmente composto pelos mesmos perfis e treliças metálicas usadas nos estandes para feiras, tipo anterior. Servem para ações promocionais em grandes estacionamentos ou locais abertos de natureza diversificada. Percebeu-se nos estandes encontrados que geralmente são usados para a promoção de empreendimentos populares, não se tratando de apenas um, mas de determinada parte da carteira da incorporadora. Juntamente com os quiosques em shoppings, este tipo é o que mais expressa a flexibilização do ponto de venda imobiliário em lugares não previsíveis para esta apresentação, explorando a visibilidade decorrente do alto tráfego de pessoas de determinados locais em torno do qual pode orbitar. Assim como o Tipo 6, o espaço para implantação e a estrutura são alugados, e os estandes precisam ser montados e desmontados rapidamente, de forma a não causar transtorno no local fora do período combinado, o que explica a simplicidade das instalações.

Figura 9 – Estande montado para um feirão da incorporadora MRV em Guarulhos



Fonte: TDVA Produção de Eventos

## 4 CONCLUSÃO

Geralmente despercebidos na constante transformação da cidade, os estandes imobiliários representam uma temática ainda pouco explorada dentro da arquitetura contemporânea, carecendo da juntada de informações para estudo, classificação e descrição de sua história e manifestações, podendo ser situadas no tempo.

A arquitetura em todo esse trajeto se aperfeiçoa e, apesar de haver uma grande lacuna ocasionada pela falta de fotografias de época e registros da aparência







# DIAGRAMAS ARQUITETÔNICOS E ESTRATÉGIAS PROJETAIS: REFLEXÕES SOBRE COMPOSIÇÃO E RETÓRICA <sup>(1)</sup>

ARCHITECTURAL DIAGRAMS AND DESIGN STRATEGIES: REFLECTIONS ON COMPOSITION AND RHETORIC.

## SOBREIRA, FABIANO

Arquiteto e Urbanista, Doutor em Desenvolvimento Urbano, Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UniCEUB, Arquiteto do Departamento Técnico da Câmara dos Deputados. [fabiano@mgs.arq.br](mailto:fabiano@mgs.arq.br)

## GUIMARÃES, ADRIANA

Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UniCEUB, [adrianadrikete24@gmail.com](mailto:adrianadrikete24@gmail.com)

## SIEBEL, AMANDA

Estudante do Curso de Arquitetura e Urbanismo do UniCEUB, [arq.amandaseibel@gmail.com](mailto:arq.amandaseibel@gmail.com)

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar reflexões preliminares sobre o uso de recursos diagramáticos na arquitetura contemporânea, a partir de duas abordagens complementares: (1) retórica propositiva e (2) análise da composição. A primeira questão está relacionada ao uso de recursos gráficos diagramáticos como estratégia de apresentação, enquanto a segunda aborda a síntese analítica das estratégias de composição no projeto. Considerando que proposição e análise são dois exercícios complementares e necessários ao projeto e que se retroalimentam constantemente (como o diálogo permanente e necessário entre prática, ensino e pesquisa), propomos uma reflexão preliminar sobre o papel do exercício de síntese gráfica e textual (o diagrama) e seu impacto na Arquitetura Contemporânea. Metodologicamente, foram estudados projetos em situação de concurso (em particular, o Concurso Internacional para o Museu Guggenheim de Hensinki), por se tratarem de eventos que, por sua natureza, são exercícios de síntese propositiva e analítica, em que a retórica diagramática exerce papel fundamental no projeto e no julgamento qualitativo.

PALAVRAS-CHAVE: projeto, diagramas, composição, retórica, concursos.

### ABSTRACT

*This paper presents preliminary reflections on the use of diagrammatic resources on contemporary architecture, from two complementary perspectives: (1) proposal rhetoric and (2) composition analysis. The first approach is related to the use of diagrammatic graphic resources as presentation strategies, while the second approach presents analytical synthesis on design composition strategies. Considering that proposition and analysis are two complementary actions, necessary to design, and that continuously feed each other (as the permanent and necessary dialogue between practice, teaching and research), one proposes discussions on the role of the graphic and textual synthesis (the diagram) and its impact on contemporary Architecture. Methodologically, winning competition designs were studied (in particular, the International Competition for the Guggenheim Museum in Helsinki), considering competitions as event marked by a constant exercise of analytical and proposal synthesis, where diagrammatic rhetoric play an important role on design and qualitative judgement.*

KEY-WORDS: architectural design, diagrams, composition, rhetoric, competitions.

## 1 DIAGRAMAS: REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

De acordo com Montaner (2014), a utilização do diagrama, enquanto “instrumento abstrato, complexo e versátil” se destaca como um dos quatro processos peculiares da arquitetura produzida entre meados dos anos 1990 e o início do século XXI.

Alguns dos principais arquitetos contemporâneos (reconhecidos duplamente por sua produção arquitetônica e intelectual) também destacam o uso desse recurso como uma característica de uma nova forma de pensar. Rem Koolhaas (escritório OMA), um dos precursores e inovadores

na utilização do instrumento, vê o diagrama não apenas como um elemento criativo para construir, “mas também como um modo de olhar. (...) olhamos para os edifícios do mesmo modo diagramático”. (KOOLHAAS, em STEELE, 2013).

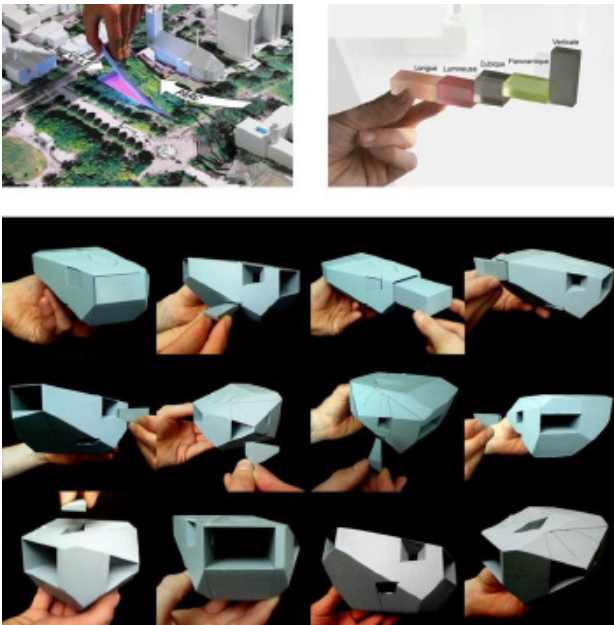
Segundo Moneo (2008), se por um lado Le Corbusier difundiu bastante o pensamento arquitetônico em torno da ideia de “planta livre”, Rem Koolhaas incorporou à cultura arquitetônica do final do século XX e início do XXI o conceito de “corte livre”. Esse novo olhar é construído e expresso muitas vezes de

forma diagramática e conceitual, mais do que por meio de perspectivas e imagens tridimensionais realistas ou elementos gráficos técnicos usuais. Ainda segundo Koolhaas:

Para nós, o diagrama não é apenas mais um dispositivo que desencadeia a arquitetura, ou que nos permite desencadear a arquitetura. É também um dispositivo por meio do qual olhamos o mundo e tentamos representar algumas das condições bizarras que observamos. Para mim, isso permanece como parte importante do que podemos chamar de o "diagrama" hoje (STEELE, 2013, p. 29).

As estratégias diagramáticas do OMA vão além dos recursos tradicionais, de representações bidimensionais, ao combinar os esquemas topológicos aos elementos tridimensionais e fotografias (Figura 01).

Figura 1 - Estratégias diagramáticas do OMA/Rem Koolhaas em concursos de arquitetura. Acima: Museu de Belas Artes do Québec. Abaixo: Casa de Música do Porto.



Fonte: concursosdeprojeto.org

Outro arquiteto conhecido pelas reflexões e práticas em torno do diagrama é Peter Eisenman (IZAR, 2015). Sobre o uso do diagrama no exercício projetual, o arquiteto afirma:

Uso o diagrama não como forma, mas como ideia. Tento encontrar algo que funcione como diagrama para gerar algo a partir das condições que não poderia ter previsto anteriormente. O diagrama é diferente em cada caso. A mudança, ou o uso, da concepção do diagrama tem evoluído de diagramas mais simples até outros mais complexos." (EISENMAN, em GALOFARO, 1999, p.47).

Segundo Adamczyk (2015), os desenhos em arquitetura (e nesse contexto podemos inserir os diagramas) podem ser cada vez mais interpretados não apenas como expressões de uma ideia mas

como parte do processo de desenvolvimento reflexivo e da imaginação.

O diagrama, enfim, é associado à captura de dados por meio do observador de maneira mais ágil, configurando-se como um recurso sintetizador de raciocínio, por meio de instrumentos iconográficos (GARCIA, 2010). O diagrama se posiciona, portanto, entre o processo e o produto do projeto, como um discurso visual, muitas vezes sem tipologias definidas. Neste artigo consideramos como recurso diagramático não apenas a representação topológica clássica (bi ou tridimensional), amplamente utilizada na descrição de sistemas e processos. Consideramos uma abordagem mais ampla, em que a maquete física, a fotografia, o croqui, as perspectivas e fotomontagens podem ser interpretados como recursos diagramáticos (Figura 1), desde que seu propósito seja a comunicação sintética (e não realista, nem unicamente técnica) de uma ideia.

## 2 CONCURSOS: RETÓRICA E SÍNTESE DIAGRAMÁTICA

De acordo com o conceito de "Arquitetura Potencial" (ADAMCZYK et al, 2004; CHUPIN, 2010; 2015), os concursos de projeto, mais do que processos competitivos para a escolha da melhor solução para um problema específico, são também campos de especulação criativa e de formação profissional, assim como espaços de debates sobre a produção e a gestão do ambiente construído. Nesse sentido, o projeto de arquitetura em situação de concurso é aqui interpretado ao mesmo tempo como um instrumento propositivo e reflexivo para a disciplina, para a profissão e para a gestão pública (SOBREIRA, 2015).

O concurso, como instrumento analítico, devido ao amplo repertório propositivo, permite observar diversas estratégias de composição simultâneas, sobre um objeto e um mesmo contexto, o que permite fixar variáveis e aprofundar o processo analítico e comparativo: diferentes expressões e respostas simultâneas a um mesmo problema.

Chupin (2002) situa os projetos de concurso exatamente no ponto de convergência entre a disciplina e a profissão, uma vez que há uma relação de ação, que está vinculada à prática de projeto com a cognição, relativa às trocas de críticas e julgamentos internos e externos.

Segundo Boutinet (1990), por exemplo, uma das particularidades do conceito de projeto é a existência

de duas ordens: “a ordem do discurso, encarregado de explicitar, de prescrever e de planejar; e a “ordem da ação, na qual as intenções se convertem em prática”. Talvez por essa razão, observa-se que a dinâmica de apropriação dos conceitos no discurso arquitetônico oferece aos pesquisadores um vasto e rico campo de especulação teórica e de análises em torno do processo de projeto. Destacamos, nesse sentido, a reflexão de Tostrup (1999), que sugere:

...por trás da superficialidade dos ‘slogans’, a relação entre a arquitetura e o discurso que é escrito é surpreendentemente vaga. Ainda assim, a linguagem que acompanha os projetos oferece pistas interessantes sobre o raciocínio por trás do ato projetual e sobre outros fatores que não são expressos no discurso, mas que estão implícitos. (TOSTRUP, 1999, p.9)

No caso dos concursos, considerando que em geral não há o diálogo direto entre o arquiteto e o cliente, as pranchas precisam expressar a retórica não apenas do edifício ou do espaço proposto, como também das ideias levadas em consideração durante o processo projetual. Como consequência, nos projetos em situação de concurso, as estratégias são reveladas, além dos desenhos técnicos e perspectivas, de maneira diagramática e textual.

### 3 CONCURSO PARA O MUSEU GUGGENHEIM DE HELSINKI

Em junho de 2014 a Fundação Guggenheim lançou o concurso internacional aberto, em duas etapas, para selecionar a melhor proposta para o Museu Guggenheim de Helsinki, na Finlândia, com enfoque em expressões de arte dos séculos XX e XXI. Foram submetidas 1.715 propostas para a primeira etapa, das quais foram selecionados oito projetos finalistas. O projeto vencedor é de autoria do escritório Moreau Kusunoki Architectes, sediado em Paris.

De acordo com as bases do concurso, os projetos foram analisados a partir de cinco critérios: relação com a paisagem da cidade, arquitetura, funcionalidade, sustentabilidade e viabilidade construtiva. Mais especificamente, esperava-se das propostas, segundo as bases do concurso, as seguintes qualidades: originalidade do projeto, potencial para se tornar um ícone e um símbolo para Helsinki; sensibilidade em relação ao contexto histórico do lugar (região portuária); sustentabilidade (perspectivas econômica, social e ambiental); forte conexão com o centro histórico, o porto e o contexto urbano; adequação ao ideal Nórdico, incluindo os princípios de Abertura/Integração e Acessibilidade.

O local de implantação (área de aproximadamente 18.520 m<sup>2</sup>), na região portuária, é considerado como um portal de entrada para a cidade a partir do mar e diretamente conectado ao centro histórico. A intenção é que o Museu, além de espaço de cultura e arte, possa se consolidar como espaço cívico para a população local e os visitantes.

Figura 2 - Área central e região portuária de Helsinki, com a demarcação do local de construção do Museu Guggenheim.



Fonte: autor, editado a partir do Google Maps Helsinki Guggenheim Museum International Competition, 2014

A construção foi estimada em 130 milhões de Euros e a área construída de aproximadamente 12.000 m<sup>2</sup> (dos quais cerca de 4.000 m<sup>2</sup> dedicados a áreas de exposição). Ainda de acordo com as bases do concurso, os projetos deveriam privilegiar a interação social e as possibilidades de experimentação da arte. O programa, além dos espaços expositivos, incluiu salas de aula, auditório flexível, café/bar, restaurante, área administrativa, armazenamento, lojas e instalações diversas. Deveriam também ser previstos espaços expositivos em áreas abertas. No que se refere à materialidade foram apresentadas referências especiais ao uso criativo da madeira, à tradição construtiva Finlandesa, além das mais avançadas tecnologias digitais. O processo entre o lançamento do concurso e a decisão final durou doze meses (resultado final em Junho de 2015).

O Júri foi composto por onze membros, dos quais sete arquitetos (representantes de escritórios locais e internacionais, universidades e técnicos da Prefeitura de Helsinki) e quatro representantes de instituições locais e internacionais, com formações diversas: Fundação Guggenheim; Centro de Pesquisa Técnica da Finlândia; Prefeitura de Helsinki e Ministério do

Meio Ambiente da Finlândia. Trata-se, portanto, de júri híbrido entre arquitetos e não-arquitetos, tanto do contexto local como internacional. Antes do encontro presencial para a análise da primeira fase, que durou 4 dias, os 1.715 trabalhos foram disponibilizados em meio eletrônico, a fim de que os membros do júri pudessem realizar análises prévias. Uma comissão técnica realizou uma análise preliminar dos trabalhos, para verificação de atendimento às diretrizes das bases do concurso. Todos os trabalhos, mesmo aqueles indicados como “desclassificáveis” pela referida comissão, foram avaliados pelo Júri. Recomendação especial foi dada ao Júri para considerar o conceito subjacente a cada proposta, sua contribuição à ideia contemporânea de museu e sua relação com o tecido urbano da cidade. A seguir, apresentamos breve análise sobre a abordagem retórica/diagramática de cada uma das seis propostas finalistas, além de comentários do júri sobre os projetos. De acordo com a Ata do Júri, os finalistas se diferenciam uns dos outros tanto no que se refere ao desenvolvimento programático quanto à forma, mas têm em comum o potencial reflexivo sobre questões consideradas centrais para o concurso: “o que é um museu no contexto atual?”; “De que forma esse novo museu pode proporcionar dinâmicas sociais e intelectuais que sejam vitais para a cidade?”

### **Art in the City**

O Júri destacou esta proposta pelo agrupamento de pavilhões, que se apresentam como uma continuidade do tecido urbano e de elementos arquitetônicos existentes. A iluminação natural da proposta foi ressaltada (apesar de ressalvas sobre o formato da cobertura). Em resumo, um dos principais méritos do projeto, segundo o Júri,

foi o potencial de redefinir o museu como uma experiência urbana, e não apenas arquitetônica. No que se refere às estratégias diagramáticas e à retórica gráfica, destacamos a originalidade da primeira prancha do projeto, que apresenta uma perspectiva aérea do museu inserido em paisagem que inclui a área portuária e o centro da cidade, em padrão gráfico que se assemelha a uma “história em quadradinhos”, em que o realismo usual - cada vez mais comum nos concursos - foi substituído pelo caráter lúdico e dinâmico das ilustrações que parecem ter sido feitas à mão livre. Nessa imagem o projeto do museu é apenas mais um elemento na paisagem, repleta de personagens e situações de interação e ocupação do espaço público, o que sugere (sem necessidade de textos) a ideia de inserção urbana e apropriação coletiva do projeto no contexto.

Na quarta prancha a estratégia se repete, desta vez na escala do edifício, em uma perspectiva (que também tem expressão lúdica e que parece ser feita à mão livre) em que o uso dos espaços se destaca, e não a materialidade, nem a plástica do edifício. A imagem é preenchida por diversos personagens, em situações diversas, que se espalham ao longo dos pavilhões e espaços intersticiais. Na mesma prancha, vale destacar um diagrama técnico, que procura sintetizar as estratégias ambientais e bioclimáticas. Também como recurso visual foram apresentadas imagens de florestas típicas da Finlândia e texturas das madeiras, em evidente referência à demanda das bases do concurso, de utilização desse material no projeto. Percebe-se que as principais diretrizes do concurso (contexto urbano, sustentabilidade, uso da madeira) foram objetos de ilustração sintética, por meio de recursos diagramáticos (desenhos, esquemas e fotos).

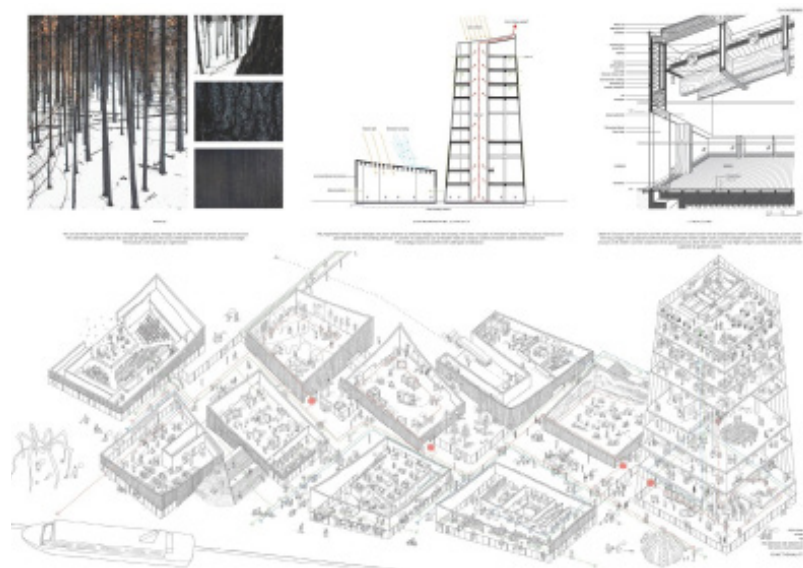
Figura 3 - Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Art in the City”. Prancha 01.



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>



Figura 4 - Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Art in the City”. Prancha 04.



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

### Two-in-one Museum

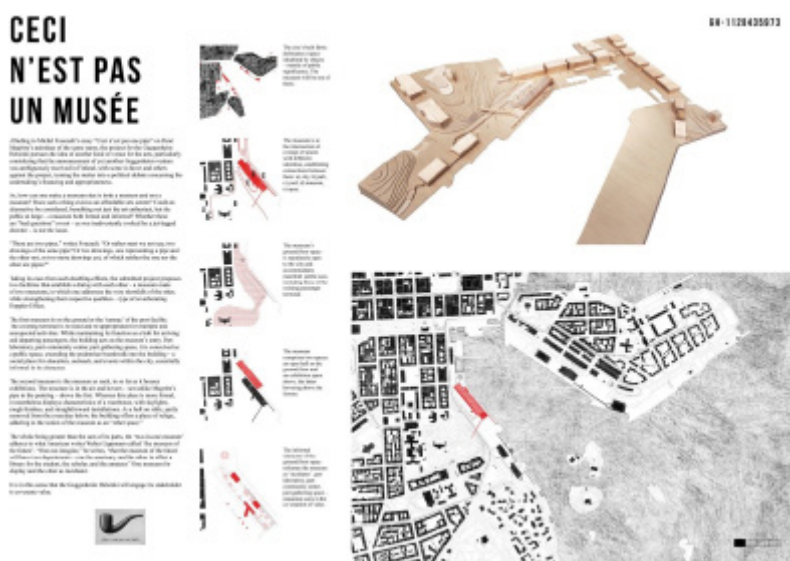
O júri destacou, nesta proposta, o aspecto industrial e vernacular da volumetria e a flexibilidade dos espaços internos. A separação entre atividades de uso público (localizadas no térreo) e as áreas de exposição (pavimento superior) também foi um elemento ressaltado pelos avaliadores. A silhueta ao mesmo tempo discreta e original do edifício foi também destacada.

A primeira prancha do projeto apresenta uma série de recursos diagramático-conceituais, com destaque para o título da prancha e a imagem utilizada como analogia: “Ceci n’est pas un Musée” (Isto não é um Museu), em referência direta à conhecida obra do artista plástico Belga, Rene Magritte, intitulada “La

Trahisson des images”, criada em 1948. Uma reprodução da referida obra é inserida na prancha: uma ilustração de um cachimbo e a inscrição “Ceci n’est pas une pipe” (Isto não é um cachimbo). Na mesma prancha são inseridos diagramas de implantação, que buscam contextualizar o museu com seu entorno.

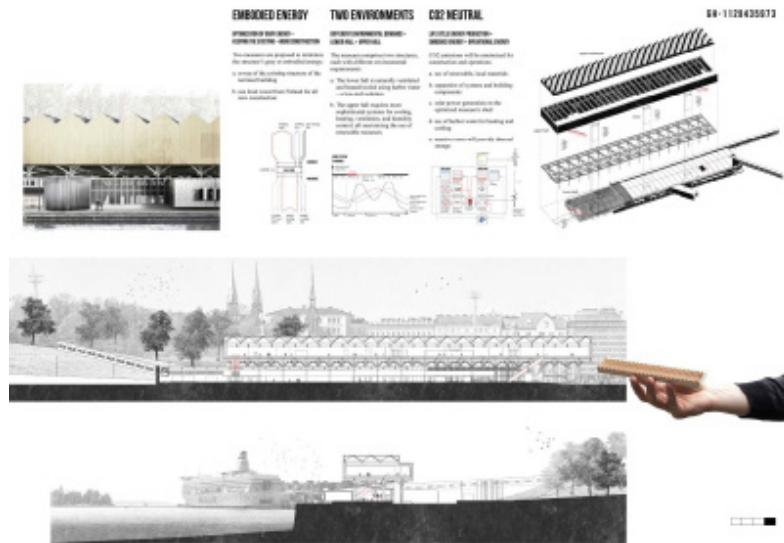
A última prancha reúne outros recursos diagramáticos, associados às questões técnicas, ambientais e programáticas da proposta, além da volumetria. Neste último caso, utilizando a fotografia como recurso retórico-diagramático (uma mão que manipula o volume), recurso recorrente em obras contemporâneas, como o escritório OMA, reconhecido pela utilização de recursos diagramáticos/fotográficos em suas obras, como vimos na parte inicial deste artigo.

Figura 05 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Two in One Museum”. Prancha 01.



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

Figura 06 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Two in One Museum”. Prancha 04.



Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

### Quiet Animal

A integração entre imagem e tecnologia é um dos destaques deste projeto, que se mostrou, segundo o Júri, ao mesmo tempo simples e extraordinário. Apesar das qualidades associadas ao destaque visual da proposta, houve ressalvas em relação à lógica programática, que carecia de desenvolvimento. Um dos elementos ressaltados pelo Júri é a utilização de elementos estéticos como recursos de energia sustentável, apesar de reservas em relação ao sistema construtivo.

No que se refere aos recursos gráficos, destaca-se na primeira prancha (figura 07) a sequência de diagramas que ilustram a

inserção do projeto na malha urbana sob várias perspectivas (espaço público, acesso, malha urbana, referências arquitetônicas, etc). O título do trabalho, conforme sugerido pelos autores, é uma analogia aos blocos/quadras que marcavam a paisagem urbana de Helsinki no século XVII, conhecidos como “wild animals”. Visual e conceitualmente, o principal elemento da proposta é uma segunda pele, ondulada, que tem ao mesmo tempo função visual e de conforto ambiental.

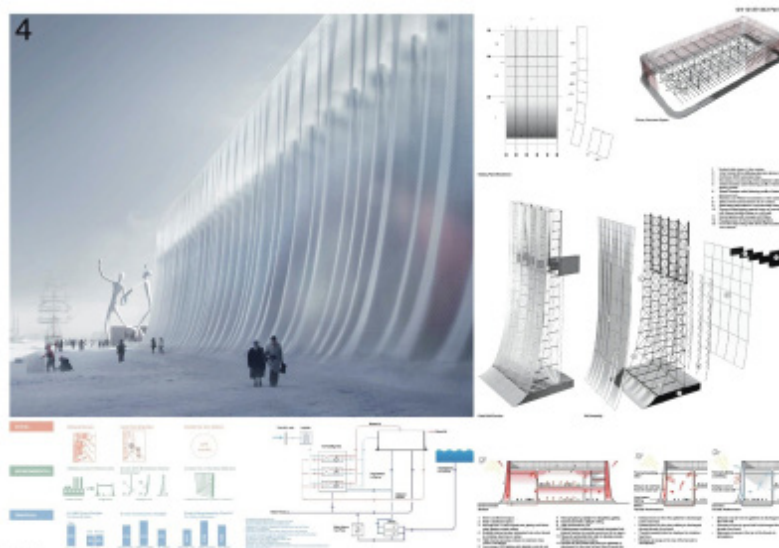
Na prancha 4 (figura 08) destacam-se diagramas de sustentabilidade (abordada sob a perspectiva social, ambiental e econômica), de eficiência energética e conforto ambiental.

Figura 07 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Quiet Animal”. Prancha 01.



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

Figura 08 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Quiet Animal”. Prancha 04.



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

### 47 Rooms

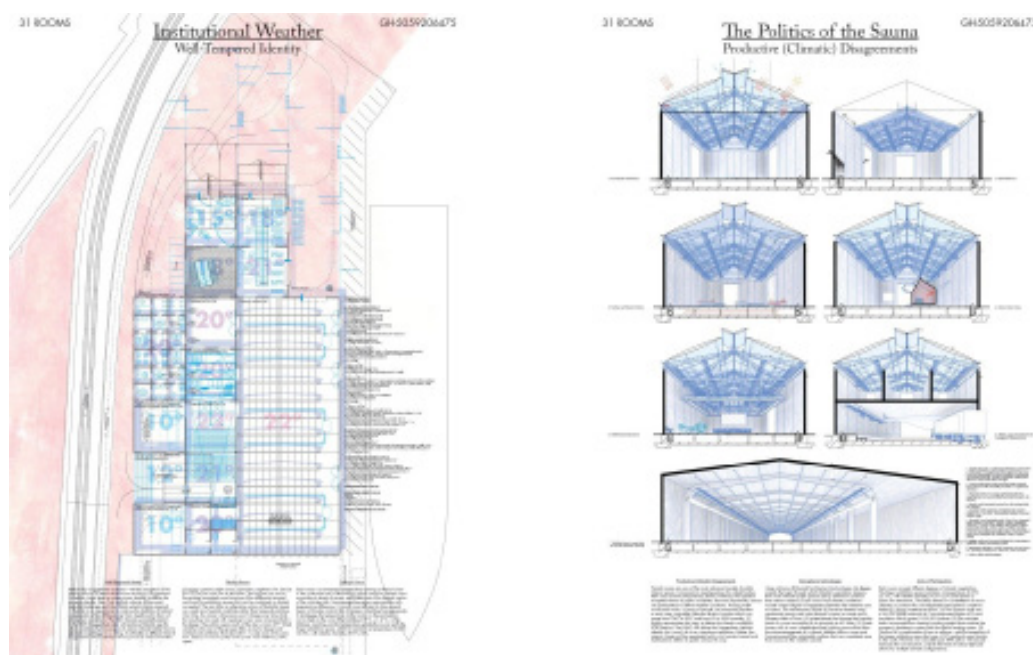
Relação com a paisagem da cidade e o entorno e utilização de materiais de edificações existentes foram algumas das qualidades destacadas pelo Júri para esta proposta (47 Rooms), que utilizou como referência os armazéns do porto de Helsinki e a importância da rede de espaços internos que propiciam o que os autores denominam de “vida pública interior”, devido às condições climáticas extremas enfrentadas pela cidade.

O projeto parte das condições climáticas como base conceitual da proposta e defende a ideia do museu

como uma atmosfera ativa que se vivencia em seu interior e não como um objeto passivo ou ícone arquitetônico, que se observa à distância. As pranchas 2 e 3 (figura 09) expressam, de forma diagramática, tal relação entre o conceito arquitetônico e as condições climáticas dos espaços internos.

A prancha 4 (figura 10) se utiliza de ilustrações mais abstratas, como recurso conceitual de expressão da diversidade de atmosferas espaciais. As imagens parecem fazer analogia a obras de artes plásticas, com expressão gráfica mais conceitual e menos arquitetônica.

Figura 09 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “47 Rooms”. Pranchas 02 (esquerda) e 03 (direita).



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>



Figura 10 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “47 Rooms”. Prancha 04 (esquerda) e detalhe da prancha (direita).



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

### Guggenheim Commons

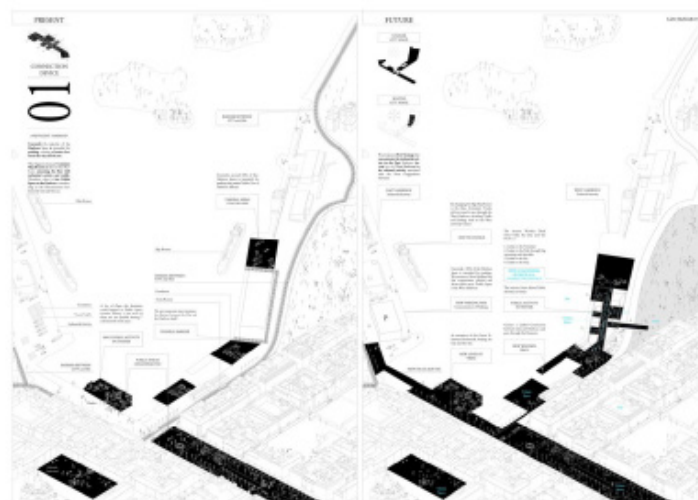
O Júri destacou, neste trabalho, a compreensão do funcionamento da cidade e as pesquisas relacionadas ao conceito contemporâneo de museu, tanto no que se refere ao funcionamento interno quanto sua relação com o tecido urbano. Atenção especial foi dada ao espaço público e ao potencial das áreas expositivas.

Este projeto se destaca, entre os demais, pela ampla utilização de recursos diagramáticos analíticos e não apenas propositivos. A prancha 01 (figura 11) apresenta um diagnóstico diagramático sobre o funcionamento da região portuária e sua relação com o centro histórico, identificando barreiras e equipamentos públicos. Nesse sentido, a abordagem se assemelha à estratégia do projeto finalista “Art in the City”, em que a proposta do

museu parte de uma reflexão sobre a cidade e seu funcionamento (de fora pra dentro).

Na prancha 02 (figura 12) a conceituação básica da proposta é ilustrada, de forma diagramática, com exemplos de outros museus, evidenciando a importância dos espaços livres (extras) em relação aos espaços dedicados a funções específicas (exposição, administração, etc). Um dos principais argumentos da proposta são os espaços livres, como uma oferta do Museu para a cidade, para além de suas funções expositivas. Tais qualidades são também apresentadas na prancha 03 (figura 13), quando os espaços livres, o programa, os fluxos, a relação com a cidade, a iluminação, entre outros tópicos, são apresentados em diagramas.

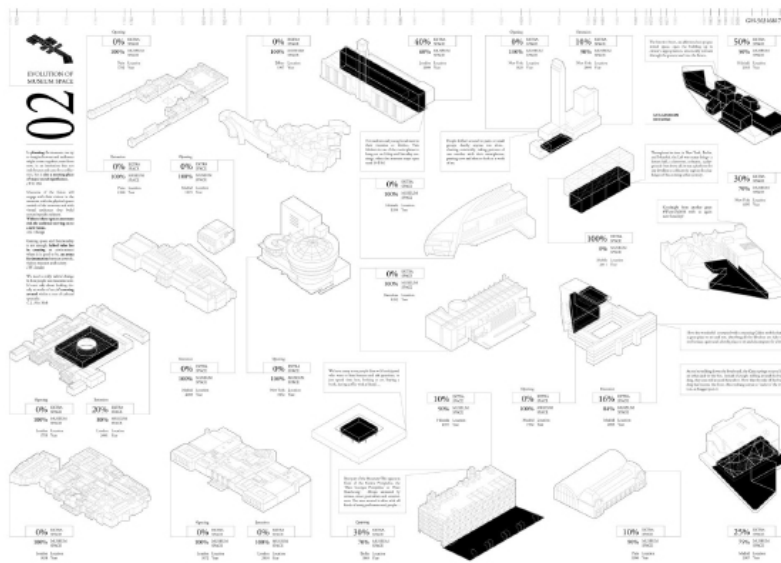
Figura 11 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Guggenheim Commons”. Prancha 01.



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

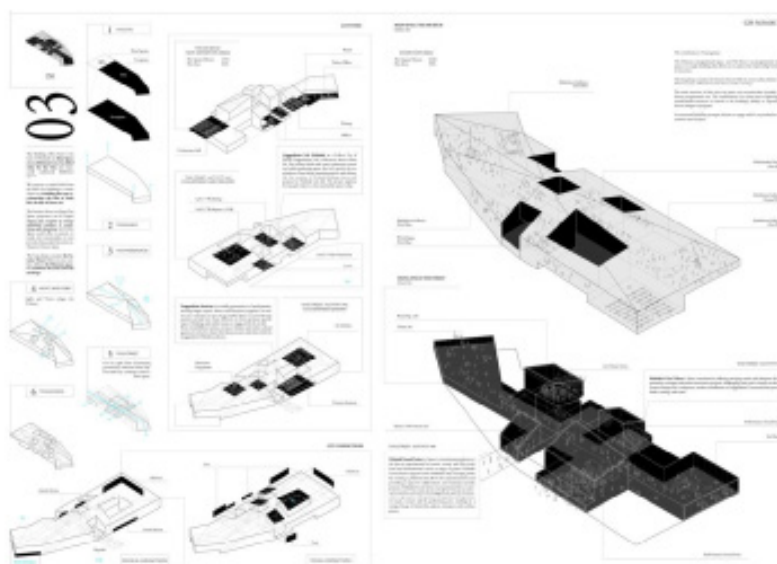


Figura 12 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Guggenheim Commons”. Prancha 02.



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

Figura 13 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Guggenheim Commons”. Prancha 03.



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

### Helsinki Five

O conjunto vertical de torres revestidas em madeira e o circuito potencial de galerias proporcionado pelo átrio interno são os principais elementos destacados pelo Júri nesta proposta, apesar de alguns questionamentos sobre as soluções de circulação (como o uso excessivo de elevadores).

O uso de diagramas também é identificado neste projeto, porém de forma mais convencional. Na prancha 01 (figura 14) são utilizados diagramas conceituais relacionados ao contexto urbano e à iluminação.

A prancha 2 (figura 15) apresenta uma sobreposição de diagramas que buscam explicar o fluxo de visitantes às áreas de exposição, em solução que se assemelha ao Guggenheim de Nova Iorque, em que o visitante é conduzido ao topo do edifício e depois segue descendo os níveis à medida em que visita as galerias. A diferença está na solução da circulação, exemplar no caso do projeto de Frank Lloyd Wright em Nova Iorque. Na quarta prancha (figura 16) são inseridos diagramas mais técnicos, dedicados ao conceito estrutural e à sustentabilidade.

Figura 14 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Helsinki Five”. Prancha 01.



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

Figura 15 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Helsinki Five”. Prancha 02.



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

Figura 16 – Concurso – Museu Guggenheim Helsinki. Projeto Finalista: “Helsinki Five”. Prancha 04.



Fonte: concursosdeprojeto.org. Disponível em: <http://www.concursosdeprojeto.org/2014/12/06/finalistas-museu-guggenheim>

#### 4 ESTRATÉGIAS DE COMPOSIÇÃO - DIAGRAMAS ANALÍTICOS

Conforme sugere Martinez (2000), a noção de composição implica: “colocar junto a, relacionar partes para formar um todo, decidir qual será a relação entre essas partes, criar uma estruturação do futuro edifício”. Não se trata, como alerta o autor, de dar uma forma precisa e definitiva a um projeto, mas de apresentar especulações sobre a disposição geral e relativa dos espaços. Mais do que um produto, a composição é um processo projetual e são várias as estratégias identificadas por Martinez. A partir da leitura crítica de tais estratégias, propomos uma síntese analítica que se resume nas seguintes abordagens: (1) processo de composição e (2) produto da composição.

As possibilidades de articulação de forma, espaço e materialidade no processo projetual são aqui denominadas estratégias de composição. Martinez as define como modalidades operativas no ato de projetar que nem sempre serão usadas de modo consciente por parte dos projetistas. As estratégias compositivas atuam como processos eficazes que auxiliam na idealização do partido. Por não estarem evidentes em alguns casos, a análise das estratégias de composição nos permite trabalhar com interpretações hipotéticas de processos projetuais. Sob o ponto de vista processual sintetizamos o exercício de composição nos seguintes grupos:

- Composição por Adição;
- Composição por Subtração;
- Composição Híbrida (ações complementares de adição, subtração e outros recursos complementares: deslocamento, rotação, torção, etc).

No que se refere ao conjunto resultante, identificamos os seguintes grupos:

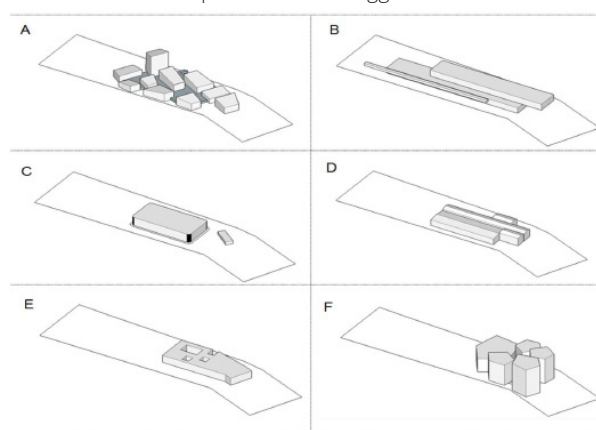
- Conjunto compacto;
- Conjunto fragmentado;
- Combinação entre fragmentação e compactação

Na arquitetura contemporânea, que é o foco desta pesquisa, Martinez argumenta que podem ser identificados tanto processos de composição aditiva quanto subtrativa e muitas das estratégias resultam dessa combinação: processo subtrativo para as partes e aditivo para o todo.

A partir das classificações referenciadas observamos um importante elemento de composição, comum às diversas estratégias: o vazio. As composições de projeto não se limitam à articulação entre volumes e espaços construídos, mas se referem principalmente à relação desses com os vazios (sejam internos ou circundantes, horizontais ou verticais).

Ao analisar os projetos finalistas do Concurso Internacional para o Museu Guggenheim de Helsinki, observamos uma diversidade de estratégias de composição espacial e volumétrica, em grande parte associadas a relações urbanas, funcionais e conceituais e muitas vezes explicitadas por meio de recursos gráficos diagramáticos. A fim de concentrar as análises sobre a composição e evitar distrações decorrentes do apelo visual das imagens de cada proposta, utilizamos o recurso do diagrama sintético analítico: para cada projeto foi elaborado um diagrama volumétrico com o mesmo padrão gráfico e elaborada uma matriz analítica, a fim de permitir a análise comparativa (Figura 17).

Figura 17 – Matriz Analítica – Diagramas – Finalistas do Concurso Internacional para o Museu Guggenheim Helsinki.



Fonte: autores

No que se refere à compacidade ou fragmentação, observa-se que a proposta intitulada “Art in the City” (Figura 15A) apresentou composição mais fragmentada e horizontal (exceto um dos volumes, mais verticalizado, utilizado como mirante), tanto dos volumes quanto dos espaços vazios, resultante da adição de volumes irregulares conectados por um conjunto de espaços também irregulares. Tal estratégia está na essência do conceito defendido pelos autores, de utilização dos espaços vazios entre os diversos pavilhões como elementos de articulação entre a cidade e o Museu.

O projeto “Two-in-one Museum” (Figura 15B) é bastante compacto e não se utiliza de vazios

expressivos em sua composição. Trata-se de uma estratégia de composição por adição e sobreposição com leves deslocamentos horizontais, em que cada volume corresponde a uma das funções propostas e que definem o título do projeto: os espaços de convivência (térreo) e os espaços expositivos (pavimento superior).

O projeto "Quiet Animal" (Figura 15C) é um dos menos expressivos no que se refere à composição espacial e volumétrica, porém um dos mais originais em relação à envoltória. Trata-se de um prisma, coberto por uma "pele", como uma membrana de proteção e de transição entre o espaço externo e o interno.

"47 Rooms" (Figura 15D) resulta de composição horizontal por adição de volumes simples e lineares e não se utiliza de vazios ou pátios. Não há expressividade volumétrica do conjunto, que conceitualmente faz referência aos galpões de armazenamento do porto.

"Guggenheim Commons" (Figura 15E) estabelece certa dualidade no que se refere à composição: volumetricamente (visto de fora) o volume expressa compacidade, porém internamente os espaços são fragmentados, em decorrência dos pátios e espaços livres criados, elementos essenciais na conceituação do projeto. Este projeto foi um dos que mais enfatizou o discurso urbano, aspecto expresso claramente nos diagramas, como vimos anteriormente.

A proposta intitulada "Helsinki Five" (Figura 15F) opta pela fragmentação de volumes irregulares e o espaço vazio como articulador do conjunto, porém mantém um único espaço vazio, centralizado. O que o diferencia em relação à composição volumétrica dos demais projetos é a sua verticalidade: as galerias são dispostas ao longo de pavimentos, gerando as cinco "torres de madeira" mencionadas pelos autores como elementos essenciais do conceito arquitetônico.

O julgamento final da segunda etapa do concurso ocorreu durante 3 dias, em maio de 2015. Nesta fase o Júri recebeu relatório analítico de uma comissão técnica sobre os aspectos técnicos, operacionais e de custo, sobre cada proposta finalista. Os projetos foram apresentados em nível mais detalhado (8 pranchas A1, maquete detalhada - 1:200 e maquete para contextualização urbana - 1:500, além de memorial descritivo).

Os critérios de análise foram divididos em dois grupos: Essenciais (Contexto Urbano, Arquitetura e Funcionalidade) e Técnicos (Sustentabilidade e Viabilidade Técnica e Construtiva). A proposta "Art in the City" (Moreau Kusunoki Architectes, Paris) foi anunciada como vencedora e o segundo lugar foi atribuído a "Two-in-one Museum" (agps architecture, Zurique).

De acordo com o Júri, o projeto vencedor (Art in the City) se destaca pela cuidadosa inserção urbana, pela proposta fragmentada, não-hierárquica e horizontal e pela "rua coberta" criada pela combinação de pavilhões e espaços de transição, ora mais abertos ou mais fechados, conforme a relação com os ambientes e atividades circundantes. A proposta, ainda segundo a Comissão Julgadora, se destaca pela integração entre Arte e Sociedade e pela experiência expositiva gerada pela continuidade entre pavilhões, além do diálogo com os elementos do entorno: mar, parque e cidade. Destacou-se ainda o mérito de se apresentar como projeto contemporâneo, sem necessariamente ser icônico. O relatório do Júri ainda ressaltou a qualidade dos desenhos, que expressaram o sentido de comunidade e dinâmica social, importantes para a população local.

Em relação ao segundo lugar (Two-in-one Museum), o Júri destacou a força conceitual e o diálogo entre o antigo e o novo, em que forma, orientação e escala do conjunto proposto se encaixam com equilíbrio no contexto industrial e portuário. Algumas limitações referentes a circulação e conexões verticais foram mencionadas. Ainda de acordo com a Comissão Julgadora os espaços internos propostos são generosos (apesar das imagens não comunicarem bem tais qualidades).

## 5 DIAGRAMAS ARQUITETÔNICOS OU ARQUITETURA DIAGRAMÁTICA ?

A leitura e a análise de projetos contemporâneos sob a perspectiva da expressão diagramática nos oferecem uma série de reflexões e inquietações, entre as quais destacamos: qual o limite entre a produção de diagramas arquitetônicos e a promoção de uma arquitetura diagramática?

O diagrama arquitetônico, como vimos, é a expressão sintética, gráfica e textual, que tem como objetivo colaborar para a concepção e a composição arquitetônica. Em alguns casos a retórica apenas confirma ou evidencia estratégias de composição



(espacial e volumétrica) desenvolvidas ao longo do processo de concepção e desenvolvimento: percebe-se, nesses casos, um equilíbrio entre o que foi projetado e o que está sendo comunicado. Em outros casos, a retórica é fabricada a posteriori, como um recurso de comunicação, não necessariamente vinculado ao exercício de projeto. Neste grupo incluímos as tentativas retóricas de agregar conteúdo e apelo visual a projetos que não nasceram de reflexões diagramáticas.

Identificamos ainda um terceiro grupo, que aqui denominamos “arquitetura retórica-diagramática”. Neste grupo a postura sintética e retórica do diagrama condiciona o exercício projetual, em uma abordagem mais tipológica e menos topológica de tal recurso gráfico, isto é, mais associada à forma do objeto e menos à relação espacial entre seus componentes e destes com o contexto. Como consequência, na “arquitetura retórica-diagramática” o projeto passa a ser uma reprodução tipológica de exercícios de síntese gráfica superficial. O risco, neste caso, é a extrema simplificação do “fazer arquitetônico”, reduzindo a complexidade do contexto e dos condicionantes a um conjunto de informações sintéticas, resultando em resposta arquitetônica superficial, cuja exequibilidade e aplicabilidade podem ser questionáveis. Tal processo pode ser associado diretamente a críticas recentes sobre a massificação da informação por meio da internet, que também tem afetado a Arquitetura: um conteúdo cada vez maior, assimilado de forma cada vez mais rápida, porém quase sempre superficial. Trata-se, conforme sugerem Sperling e Rosado (2014) de uma arquitetura midiática, diretamente relacionada ao que alguns críticos classificam como “TEDificação” do conhecimento (SADLER, 2014). Nessa perspectiva, não é exagero afirmar que tem ocorrido uma simplificação extrema dos problemas arquitetônicos por meio de sínteses visuais. Quando tal exercício de síntese gráfica não é acompanhado

da necessária reflexão e do recomendável aprofundamento, o resultado é o diagrama como fim e não como meio, reduzindo a complexidade inerente dos problemas arquitetônicos e urbanos a retóricas frágeis e superficiais. Segundo Montaner (2014), os diagramas na Arquitetura ajudam a comunicar ideias, mas também podem se converter em instrumentos de simplificação extrema da realidade, que empobrecem o projeto, convertendo-se em mera retórica:

Os diagramas são úteis para projetar o futuro, para responder a novos impulsos sociais, culturais, energéticos e ambientais. Tempos de mudança demandam instrumentos de projeto abertos e versáteis (...). O diagrama é ativo, uma ferramenta de novidade. É necessário para que se possam superar os hábitos, clichês e estereótipos, para que se possam experimentar novas referências. Por outro lado, deve-se evitar que os diagramas se convertam em sistemas arbitrários, sem referências, excessivamente abertos, autônomos e abstratos.” (Montaner, 2014, p.12)

Os projetos finalistas para o Museu Guggenheim de Helsinki, no que se refere à forma de utilização de estratégias diagramáticas, apresentam um rico repertório de recursos gráficos, com a utilização de elementos visuais e textuais que vão além do conceito tradicional de diagrama, e que de maneira geral conseguem equilibrar síntese e profundidade conceitual. Em boa parte desses projetos as estratégias diagramáticas (tanto as mais abstratas quanto as mais técnicas) parecem bem vinculadas aos conceitos propostos, assim como ao contexto de implantação do projeto. Muitas das qualidades destacadas pelo júri, como vimos, coincidem com discursos apresentados de forma diagramática pelos autores. O que percebemos, enfim, entre os finalistas do Concurso para o Guggenheim de Helsinki, com toda sua diversidade de abordagens, são diagramas arquitetônicos utilizados como síntese conceitual, e não uma “arquitetura retórica e diagramática”, que se resume ao apelo midiático.

## 5 REFERÊNCIAS

- ADAMCZYK, G. Final Cut – A Remarkable Cross-Section of Architectural Tendencies. In: *Architecture Competitions and the Production of Culture, Quality and Knowledge – An International Inquiry*. Potential Architecture Books. 2015
- BOUTINET, J. *Anthropologie du projet*. Paris: Presses Universitaires de France, 1990.
- CHUPIN, J. et al. A World of Potentialities – Competitions as Producers of Culture, Quality and Knowledge. In: *Architecture Competitions and the Production of Culture, Quality and Knowledge – An International Inquiry*. Potential Architecture Books. 2015.
- CHUPIN, J.; BILODEAU, D.; ADAMCZYK, G. Reflective knowledge and potential Architecture. In: L. Fontein; M. Bressani; S. Hanrot (Orgs.); ARCC/AEEA Conference on Architectural Research. *Anais...*. McGill University School of Architecture, 2002.
- GALOFARO, L. *Digital Eisenman: An office of the electronic era*. Birkhauser, Basel. 1999.
- IZAR, G. *Diagramática: Descrição e Criação das Formas na Arquitetura Seriada de Peter Eisenman*. Tese de Doutorado. FAU-USP. Paulo, 2015.

GARCIA, M. *The Diagrams of Architecture*. AD Reader, 2010.

MALCOLM READING CONSULTANTS. Guggenheim Helsinki Design Competition. Disponível em: <http://designguggenheimhelsinki.org/en/about/>

MARTINEZ, A. *Ensaio sobre o projeto*. Editora Universidade de Brasília. 2000.

MONEO, R. *Inquietação teórica e estratégia projetual na obra de oito arquitetos contemporâneos*. Cosac Naify. São Paulo, 2008.

MONTANER, J. *A modernidade superada. Ensaio sobre arquitetura contemporânea*. GG Brasil. 2014.

MONTANER, J. *Del diagrama a las experiencias, hacia una arquitectura de la acción*. GG Editora. Barcelona, 2014.

SADLER, S. TEDification versus Edification. 2014. Recuperado de: <https://placesjournal.org/article/tedification-versus-edification/>

SPERLING, D. e ROSADO, C. Diagrama: entre projeto e comunicação - o caso BIG. SIGRADI 2014. XVIII Congreso de la Sociedad Iberoamericana de Grafica Digital. *Blucher Design Proceedings*. Volume1, Número 8. Dezembro, 2014.

SOBREIRA, F. Design Competitions in Brazil – Building a [Digital] Culture for Architectural Quality. In: *Architecture Competitions and the Production of Culture, Quality and Knowledge – An International Inquiry*. Potential Architecture Books. 2015.

STEELE, B. (org). *Supercrítico*. Cosac Naify, 2013.

TOSTRUP, E. *Architecture and Rhetoric: Text and Design in Architectural Competitions, Oslo 1939-1996*. Papadakis Publisher. 1999.

## NOTAS

**(1)** Este artigo é resultado de pesquisa de iniciação científica realizada no Curso de Arquitetura e Urbanismo do UniCEUB, sob a coordenação do Prof. Fabiano Sobreira, com a participação das estudantes-pesquisadoras Amanda Siebel e Adriana Guimarães.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

PRÁXIS

# O PROJETO NA PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU: A PRÁTICA PROJETUAL NOS ATELIÊS DO MESTRADO PROFISSIONAL EM ARQUITETURA DA UFRN

## VELOSO, MAÍSA

Arquiteta, Doutora, PPGAU/UFRN, e-mail: maisaveloso@gmail.com

## ELALI, GLEICE AZAMBUJA

Arquiteta, Psicóloga, Doutora, PPGAU/UFRN, e-mail: gleiceae@gmail.com

### 1 INTRODUÇÃO

Nesta seção, fazemos uma reflexão sobre o projetar no âmbito da pós-graduação stricto sensu, a partir da experiência vivenciada em seis anos de existência do Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), pioneiro no Brasil na área de Arquitetura e Urbanismo (AU). Inicialmente comentamos os princípios da proposta pedagógica do curso, que foi estruturado em torno de três ateliês de projeto, e o percurso metodológico através deles, o que pudemos acompanhar de perto como professoras de projeto. Ao final da seção, são apresentadas seis dissertações de mestrado resultantes desta experiência, que correspondem a projetos de arquitetura desenvolvidos pelos mestrandos.

### 2 O MESTRADO PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, PROJETO E MEIO AMBIENTE (MP-APMA)

O MP-APMA teve início em agosto de 2010, sendo o primeiro mestrado profissional brasileiro da área de AU. Constitui uma expansão do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da UFRN, que já possuía mestrado acadêmico (desde 1999) e doutorado (desde 2007). Aprovado pela CAPES em 2009, a nova proposta de mestrado profissional representou um grande desafio para a equipe envolvida, devido ao seu ineditismo nos estudos de pós-graduação *stricto sensu* em AU, notadamente por sua ênfase ao projeto de arquitetura e suas relações com o ambiente.

De acordo com o projeto de criação do curso (PPGAU/UFRN, 2009), entre os seus principais objetivos encontram-se:

a) Capacitar profissionais (projetistas, consultores e analistas de projetos de edificações), com nível superior completo na área de Arquitetura e Urbanismo e de

Engenharia Civil (isto é, profissionais capacitados a projetar ou a vistoriar edificações conforme atribuições do MEC e do Sistema CONFEA/CREA, e mais recentemente do CAU), com perfil predominantemente técnico/não acadêmico, e com atuação em escritórios, empresas e órgãos públicos ou privados no âmbito local, regional e nacional, para o exercício de suas funções em bases teóricas e metodológicas mais consistentes, a partir da prática da pesquisa científica relacionada às linhas de investigação e aos eixos temáticos priorizados no curso, quais sejam: projeto, morfologia e usos da arquitetura, sustentabilidade, conforto ambiental, eficiência energética, acessibilidade e segurança das edificações.

b) Relacionar as práticas profissionais atualmente desenvolvidas no meio não acadêmico com os enfoques teórico-metodológicos privilegiados nas pesquisas e estudos da área de concentração de Projeto, Morfologia e Conforto no Ambiente Construído e a eles adequá-las com base nos suportes conceituais e instrumentais oferecidos, ampliando seus universos de abrangência de problemáticas locais ou regionais para nacionais e internacionais, a partir de análises críticas comparadas.

c) Difundir os conhecimentos (o capital intelectual) acumulados no Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN, expandindo este potencial para além das esferas acadêmicas locais e regionais, e contribuindo, assim, para o desenvolvimento de questões relativas ao projeto de arquitetura e sua adequação ao meio físico e sociocultural em que está inserido.

Em suma, o principal objetivo do MP-APMA é pensar e produzir arquitetura de qualidade, estreitando as relações entre projeto e meio ambiente, por meio do desenvolvimento de propostas que integrem fazeres e saberes profissionais e acadêmicos.



### 3 A PROPOSTA PEDAGÓGICA DO MESTRADO PROFISSIONAL

Com uma área de concentração e três linhas de pesquisa (Projeto de Arquitetura; Morfologia e Usos da Arquitetura; Conforto Ambiental e Eficiência Energética), a proposta pedagógica do MP-APMA está fundamentada em princípios e premissas compartilhados pelos docentes que o conceberam e transmitidos aos discentes desde nossos primeiros contatos:

1- O ato de projetar edifícios, além de atividade técnica e/ou artística, é também passível de reflexão teórica e de procedimentos metodológicos sistematizados;

2- O projeto, documento que entendemos consubstanciar o pensamento arquitetural de uma época, constitui importante fonte de conhecimentos e pode ser objeto de pesquisas científicas;

3- A reflexão sobre o projeto deve ser compreendida como área prioritária nos estudos estratégicos da cidade e da ocupação do território, pois parte considerável do ambiente construído é resultado de projetos; nesse sentido, torna-se indispensável a consideração das questões ambientais e dos usuários dos espaços projetados.

4- Pedagogicamente, os princípios que fundamentam o ato de projetar no âmbito dos ateliês do MP-APMA são: a reflexão na ação, a interdisciplinaridade e a interação de conteúdos que dão suporte teórico-metodológico e instrumental ao projeto.

Para atender a esses pré-requisitos, todas as disciplinas oferecidas no curso relacionam-se entre si e convergem para a aplicação de seus conteúdos no projeto desenvolvido individualmente pelo aluno no Atelier Integrado. O ateliê de projeto torna-se, portanto, não apenas locus de convergência dos conhecimentos adquiridos, mas, também, de confronto com as práticas profissionais dos discentes e, à maneira de Donald Schön (2000), da discussão coletiva baseada no princípio da "reflexão na ação". Ressalte-se que o curso não visa ensinar o aluno a projetar (uma vez que esta é uma função da graduação), e sim respaldar e otimizar o processo de projeção, inculcando em suas práticas profissionais a pesquisa científica, novos instrumentais analíticos e de suporte à concepção projetual e, sobretudo, a reflexão teórico-metodológica.

Em 2011, no V Seminário PROJETAR, realizado em Belo Horizonte, apresentamos uma reflexão inicial sobre os dois primeiros anos de experiência do nosso Mestrado Profissional (VELOSO; ELALI, 2011). O artigo intitulado *Ensinaro (novas) rezas a (velhos) vigários...*, focava sobretudo a questão da integração dos saberes e fazeres nos ateliês de projeto do curso, com base na prática vivenciada e em produtos parciais da primeira turma. Cinco anos e três turmas depois, com 37 projetos/dissertações já defendidos, temos hoje mais insumos para revisitar aquela discussão, focando agora no percurso metodológico dos ateliês e nos produtos por eles gerados.

### 4 OS ATELIÊS DE PROJETO DO MESTRADO PROFISSIONAL

Entendendo-se o projeto como a hipótese defendida pelo projetista diante de uma questão problema enfrentada, o produto esperado para o mestrado profissional é uma proposta de arquitetura (nível de estudo preliminar, anteprojeto ou projeto executivo, dependendo do objetivo de cada um e da complexidade do objeto trabalhado), acompanhado por uma dissertação que problematiza a questão em estudo e explana detalhadamente o processo projetual e a solução adotada, bem como seus fundamentos teóricos e metodológicos.

Neste cenário, os ateliês de projeto constituem uma espécie de 'espinha dorsal' do mestrado, à qual se vinculam as demais disciplinas obrigatórias ou optativas cursadas pelos estudantes à medida que suas propostas evoluem. O processo de projeto tem início no **Atelier Integrado I** (primeiro semestre), e continua durante os **Ateliers Integrados II e III**, que acontecem, respectivamente, no segundo e terceiro semestres. Nos diferentes ateliês, a atuação do orientador individual soma-se à atividade dos professores responsáveis por estas disciplinas, voltando-se para práticas reflexivas e aplicação de conteúdos adquiridos durante o curso (conhecimentos específicos e ferramentas analíticas ou projetuais discutidas nas demais disciplinas obrigatórias ou optativas). Uma das tônicas dos diversos ateliês é a discussão coletiva, notadamente as sessões de apresentação de trabalhos, das quais participam todos os docentes e discentes do curso, e que se configuram como ricos momentos de crítica construtiva.

No **Atelier I** é formulado o plano de trabalho individual para desenvolvimento do Trabalho de Conclusão do Curso. Nele acontece a definição do tema, objeto, objetivos e procedimentos básicos para a elaboração do projeto arquitetônico, segundo um ou mais dos seguintes enfoques do mestrado, como sejam, sustentabilidade, conforto ambiental, eficiência energética, acessibilidade e segurança dos edifícios. Durante o semestre são realizados exercícios gerais de concepção projetual e estudos de referência (análise de outros projetos que possam alimentar a proposta em andamento).

No **Atelier II** acontece a concepção das ideias iniciais e o desenvolvimento dos estudos preliminares para edificações ou pequenos conjuntos edificados, com base em procedimentos metodológicos apropriados a cada temática. O objetivo deste atelier é, gradativamente, conduzir os mestrados a uma resposta inicial ao problema de projeto e aos objetivos fixados nos planos de trabalho individuais. Durante o semestre são trabalhados o conceito, o partido, a programação arquitetônica e feita a concepção inicial do estudo preliminar. Entendendo-se a importância da programação arquitetônica como um dos alicerces da proposta projetual, detalhando seus componentes e metas, uma das práticas nesse campo tem sido a realização de um workshop com a participação da profa. Dra. Doris Kowaltowski (Unicamp). Outros professores e profissionais externos ao Programa também são convidados a dar palestras ou minicursos. Com os estudos preliminares e o Atelier II concluídos, ocorrem os exames de qualificação.

No **Atelier III** são orientados os passos finais do Trabalho de Conclusão de Curso, geralmente envolvendo elementos a serem posteriormente detalhados ou comprovados por meio de simulações computacionais. Nesse momento, a proposta do mestrado está em fase final, sendo dedicada especial atenção à sua apresentação gráfica, ao memorial descritivo do processo e à justificativa das soluções projetuais empregadas, em atendimento aos objetivos previamente fixados. A defesa do projeto/dissertação é realizada a partir da aprovação do trabalho no Seminário final do Atelier III (do qual a participam todos os professores orientadores), ou seja, ao final dos 18 meses regulares do curso, podendo se estender, no máximo, até 24 meses. Das bancas de defesa pública, participam três examinadores, todos doutores, sendo pelo menos um externo à instituição. É possível a participação de outro membro externo, não doutor, mas com notória atuação profissional no campo do projeto proposto pelo discente.

## 5 PRINCIPAIS RESULTADOS

Até agosto de 2016, trinta e sete projetos de conclusão de curso foram defendidos no Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (Quadro 1), em suas turmas concluintes de 2012, 2014 e 2016 (inicialmente com entradas bienais, a partir de 2015, o curso passou a ter entrada anual). Estas dissertações voltaram-se principalmente para temas relacionados à habitação (12 dos 37 TCCs, ou seja, 30%), seguida por educação (7) e saúde (5).

Quadro 1. Dissertações defendidas no Mestrado Profissional, por turma e por tema

Tipo de projeto	T1 (2012)	T2 (2014)	T3 (2016)	TOTAL
Habitação (HIS)	3 (2)	2	7 (3)	12 (5)
Educação	2	4	1	7
Saúde	3	1	1	5
Empresarial/Institucional	-	3	1	4
Cultural/Comunitário	1	1	2	4
Patrimônio	1	2	-	3
Uso Misto	-	1	1	2
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>14</b>	<b>13</b>	<b>37</b>

Fonte: Dados extraídos do site do programa (<https://sigaa.ufrn.br/sigaa/public/programa/portal.jsf?id=6967>), trabalhado pelas autoras

Como consequência da proposta do programa de mestrado, a grande tônica dos projetos tem sido a sustentabilidade ambiental, envolvendo otimização das condições de conforto ambiental em função do reconhecimento e respeito ao clima e demais características físico-ambientais da área de intervenção, busca por soluções arquitetônicas condizentes com a realidade/contexto cultural investigados, reaproveitamento de água e eficiência energética (inclusive etiquetagem) das edificações. Outras ferramentas importantes utilizadas em algumas proposições dos mestrados foram a gramática da forma e a sintaxe espacial como auxílio à definição da forma dos edifícios, sempre articuladas às simulações de conforto e/ou eficiência energética. Ilustrando essa produção qualificada, exibimos a seguir seis das propostas defendidas no mestrado profissional da UFRN, aqui apresentadas pelos seus próprios autores:

**André Felipe Alves** - Todo brasileiro merece nível "A": habitação multifamiliar para o programa Minha Casa Minha Vida energeticamente eficiente (2012)

**Verner Monteiro** - Proposta de habitação de interesse social com ênfase no conforto térmico para a Zona Bioclimática-8

**Petterson Dantas** - Processo de concepção do projeto arquitetônico para uma escola de turismo

**Mariana Gurgel Caldas** - Condomínio de casas em Natal-RN: Um exemplo de síntese projetual utilizando princípios da Gramática da Forma

**César Ciríaco** - Um lugar onde os espaços ensinam: anteprojeto arquitetônico de uma escola infantil e fundamental I em Parnamirim/RN

**Francisco Rocha Neto** - Cais da Memória: um espaço de vivências afetivas com a cidade de Natal

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Avaliações que são regularmente realizadas ao longo e também ao término do percurso das turmas do mestrado profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente mostraram que, para os discentes, as contribuições mais importantes do curso dizem respeito à tomada de consciência do processo de projeto e à incorporação de novas maneiras de projetar ao seu cotidiano profissional, seguidos pela reflexão teórica sobre o problema-tema de projeto. Por sua vez, os docentes apontaram como maiores ganhos o contato aproximado com profissionais atuantes no mercado local/regional e a crítica construtiva às práticas acadêmicas, que poderão evoluir a partir deste debate conjunto. Na última avaliação trienal realizada pela CAPES (em 2013), o esforço da equipe da UFRN foi reconhecido, sendo a nota do curso elevada para 4. Esse quadro geral indica que a inserção do projeto na pós-graduação stricto sensu em Arquitetura da UFRN é uma experiência até aqui bem-sucedida, servindo de exemplo para outras iniciativas nesse campo, as quais devem ser apresentadas nas próximas edições da Revista PROJÉTAR.

## 7 REFERÊNCIAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (PPGAU/UFRN). *Projeto do curso do Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente*. Natal, RN. 2009.

SCHÖN, Donald. *Educando o profissional reflexivo: um novo design para o ensino e a aprendizagem*. Trad. Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VELOSO, Maísa; ELALI, Gleice Azambuja. Ensinando (novas) rezas a (velhos) vigários: a integração de saberes e fazeres no atelier de projeto do mestrado profissional. V PROJÉTAR – 2011. Anais... Belo Horizonte, FAU/UFMG, 2011.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

# TODO BRASILEIRO MERECE NÍVEL “A”: HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR ENERGETICAMENTE EFICIENTE PARA O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

## ALVES, ANDRÉ FELIPE MOURA

*ALVES, André Felipe Moura*

*Arquiteto, MSc., Professor UNI-RN e diretor GA Arquitetura; Email: andre@ga.arq.br  
Dissertação desenvolvida no Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da UFRN  
Orientador: Aldomar Pedrini; Co-orientador: Carlos Nome*

### RESUMO EXPANDIDO

O programa “Minha Casa Minha Vida” (MCMV) foi criado para atender às demandas de habitação da população de baixa renda nas áreas urbanas e proporcionar o acesso à moradia com desempenho técnico, segurança e inclusão social (Ministério das Cidades, 2010). Contudo, o programa tem sido passível de muitas críticas, como a precariedade da tecnologia de construção e as condicionantes projetuais.

Para incentivar a otimização do desempenho térmico das habitações, foi criado o Programa Nacional de Etiquetagem de Edificações. Trata-se de uma resposta nacional às tendências mundiais de redução do impacto ambiental das construções e da crise nacional de abastecimento de energia elétrica ocorridas em 2001. A Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), proveniente deste Programa da Eletrobrás e Inmetro é preconizada pelo Regulamento Técnico da Qualidade para o nível de eficiência energética em edificações residenciais (RTQ-R).

Este texto relata, resumidamente, o percurso teórico, metodológico e programático de uma proposta de uma edificação residencial multifamiliar localizada na área de expansão urbana de Parnamirim/RN, inserida no Programa MCMV e com nível de eficiência energética máxima, conforme o RTQ-R. O objetivo principal da pesquisa foi então desenvolver o projeto arquitetônico de uma edificação residencial multifamiliar inserida no programa MCMV, com desempenho compatível com o nível “A” do RTQ-R, e que fosse, ao mesmo tempo, viável economicamente e sensível às questões ambientais. A escolha do tema foi motivada pela necessidade de melhoria da qualidade do projeto arquitetônico, face às restrições do programa governamental. Os objetivos específicos foram a proposta de uma agenda verde para uma construção residencial com redução do impacto ambiental e uma tabela de diretrizes para projeto energeticamente eficiente.

Para o desenvolvimento da pesquisa e do projeto dela decorrente, foram feitos estudos de referenciais teóricos e empíricos, programação arquitetônica, análise da programação, estudos de precedentes arquitetônicos e as consultas complementares, conforme Figura 1.

A revisão da literatura pertinente ao tema e o referencial teórico abordaram a habitação de interesse social no Brasil, o programa MCMV, o desenvolvimento sustentável, o desempenho ambiental e o RTQ-R. Na programação arquitetônica, etapa que precede ao projeto arquitetônico e na qual são feitos o planejamento e a organização de todas as informações que subsidiam o projeto, a metodologia adotada foi o Problem Seeking, de Peña e Parshall (2001). O estudo de precedentes arquitetônicos destacou características de projetos e edificações com potencial de real contribuição para o desenvolvimento da proposta arquitetônica. Os estudos de proposições oferecem a oportunidade de discutir as primeiras tentativas de solução do problema apresentado na programação, com a participação de orientadores e diversos colaboradores, para se chegar a uma solução do problema, adoção de um partido e sua evolução.

Para redução do impacto ambiental da proposta arquitetônica, justificando um desempenho ambiental favorável à sustentabilidade, foi elaborada uma agenda verde, a partir da revisão de fundamentos para projetos de edificações sustentáveis (KEELER, 2010) e o Selo Casa Azul da CEF (2010). Esta agenda abordou quatro áreas: uso racional de água, energia, material e manutenção do ar. No sentido de conduzir à edificação ao nível de eficiência “A”, dada a revisão do RTQ-R (método prescritivo), foi possível listar quais diretrizes poderiam ser



adotadas no projeto arquitetônico, inclusive nesta proposta, para se obter um resultado satisfatório quanto à envoltória, item responsável por 2/3 do nível aferido pelo Regulamento para Zona Bioclimática 08 (área de intervenção no município de Parnamirim/RN).

As diretrizes de projeto são:

- mínimo de paredes internas;
- material com alto fator de calor solar e pouca espessura;
- ambiente com maior volume possível;
- ambiente com maior área possível;
- coberta e parede mais clara e reflexiva possível;
- máximo de dispositivos para sombreamento;
- priorizar ambientes sobre pilotis ou solo;
- material com capacidade térmica entre 50 e 250kj/m<sup>2</sup>f;
- abertura para ventilação com dimensão mais próxima possível da dimensão do vão da mesma abertura;
- e hierarquia para orientação de:
  - paredes externas: sul – leste – norte – oeste;
  - sombreamento: oeste – leste – norte – sul;
  - aberturas: sul – norte – leste – oeste.

Os projetos escolhidos como referências para análise apresentam elementos ou características que se destacam pela sustentabilidade, tecnologia ou uso relacionado ao tema habitação de interesse social. Utilizando como referência a agenda verde proposta no referencial teórico e acrescentado as características positivas quanto à tecnologia da edificação e HIS de cada precedente estudado, foi elaborada tabela avaliativa e comparativa dos precedentes arquitetônicos. Com o referencial teórico, a programação arquitetônica e os estudos de precedentes realizados, iniciou-se a proposta arquitetônica, principal objetivo da pesquisa.

O partido adotado considerou proposições que atendessem às referências e ao contexto da proposta. Foram elaborados diagramas para auxiliar a leitura dos fatos e necessidades da programação para o terreno e contexto da proposta: fatos bioclimáticos, necessidades socioespaciais, visuais, fatos legais e fatos físicos. Os estudos preliminares foram influenciados pela redução à exposição ao Sol, estratégias volumétricas que amenizem as trocas de calor, exploração do potencial de ventilação e unidades habitacionais com aberturas orientadas para Norte e Sul. Após a concepção de cinco diferentes implantações, definiu-se a solução de uma edificação localizada na diagonal sudoeste-nordeste do terreno de 100,00x100,00m, com horizontalidade perpendicular ao sudeste (sentido médio da incidência dos ventos predominantes) e aberturas das unidades voltadas para Sul e Norte (Figura 2). Desta forma, o controle de insolação das aberturas se torna mais simplificado e preserva a vista dos usuários. A edificação tem oito pavimentos devido à limitação de gabarito, é composta por dois blocos aglutinados numa única edificação horizontal e por 21 unidades habitacionais por pavimento. A circulação horizontal é central, ligando as unidades norte e sul, e há três volumes para circulação vertical em atendimento à legislação vigente municipal e de Bombeiros.

As unidades estão dispostas de forma modular e a relação de cheios e vazios proporciona a permeabilidade ao vento e garante diferença de pressão nas aberturas das unidades (Figura 3).

A proposta é resultado da combinação dos elementos da programação arquitetônica: ventilação natural, geometria solar, relações socioespaciais, modulação construtiva, expansibilidade e flexibilidade espacial, compatibilização ao sistema construtivo e aos sistemas prediais, viabilidade econômica e redução do impacto ambiental. Após a definição do partido com os rebatimentos do programa desenvolvimento do projeto resultou na elaboração de maquete física do estudo preliminar (Figura 4); simulação computacional da ventilação a partir de CFD no *software DesignBuilder* (Figura 5) confirmando o escoamento dos ventos; modelagem da edificação em plataforma BIM (*Building Information Model*); representação gráfica no formato de anteprojeto arquitetônico e avaliação do nível de eficiência energética conforme RTQ-R.

Após a conferência da envoltória, sistema de aquecimento de água e bonificações de cada unidade habitacional, obteve-se a pontuação da edificação multifamiliar a partir da média ponderada dos níveis de eficiência energética de todos apartamentos por suas áreas úteis. O cálculo desta média ponderada foi 4,50, portanto nível "A" de eficiência energética para edificação proposta.

O produto arquitetônico contemplou então os aspectos revisados e programados na pesquisa, tendo sido concebida uma edificação multifamiliar com impacto ambiental reduzido. Foi comprovado ser uma edificação viável economicamente, mas com qualidade socioespacial e conforto térmico. A hipótese de que "todo brasileiro merece nível 'A'" como uma metáfora de que é possível produzir uma moradia energeticamente eficiente diante das restrições do programa governamental e viabilidade econômica foi confirmada. É possível reduzir o déficit habitacional proporcionando conforto ambiental e espacial, custos compatíveis da aquisição e manutenção, infraestrutura de lazer e de serviços urbanos, redução de impacto ambiental e do entorno. Para isto, é necessário buscar alternativas formais e conciliar informações de diferentes disciplinas para uma proposta arquitetônica coerente com a demanda. Nas figuras abaixo algumas perspectivas da proposta final do edifício.

## REFERÊNCIAS

ALVES, André. *Todo brasileiro merece nível "A": habitação multifamiliar energeticamente eficiente para o programa Minha Casa Minha Vida*. Dissertação de Mestrado Profissional. PPAPMA, UFRN, Natal, 2012.

\_\_\_\_\_. *Minha Casa Minha Vida*. CAIXA ECONOMICA FEDERAL (Ed.). Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

KEELER, Marian ; BURKE, Bill. *Fundamentos de projetos de edificações sustentáveis*. Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2010.

COMITÊ GESTOR DE INDICADORES E NÍVEIS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA et al. RTQ-R. *Regulamento Técnico da Qualidade do nível de Eficiência Energética de Edifícios Residenciais*, 2011.

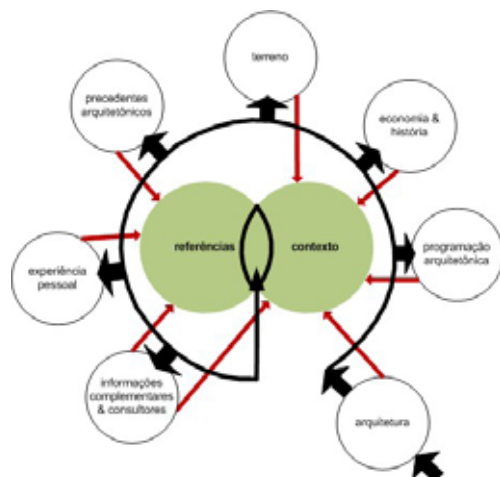
JOHN, V. M. P., RACINE TADEU ARAÚJO. *Selo Casa Azul: boas práticas para habitação mais sustentável*. São Paulo: Páginas & Letras, 2010.

PEÑA, W.; PARSHALL, S. *Problem seeking : an architectural programming primer*. 4th. ed. New York: Wiley, 2001.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

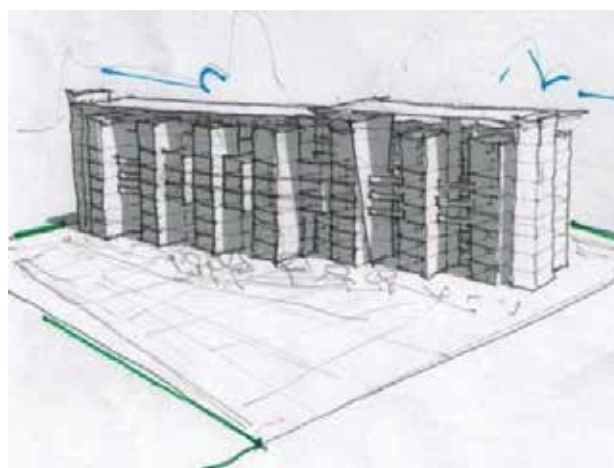
## FIGURAS

Figura 1 – Procedimentos metodológicos



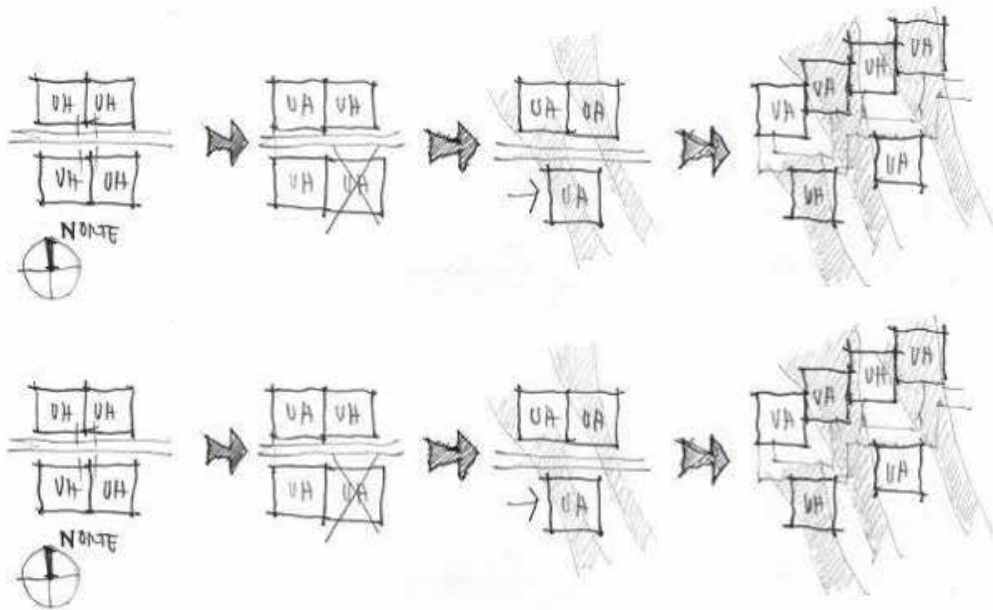
Fonte: adaptado de Fernandez (2011)

Figura 2 – Croquis de estudo preliminar: fachada voltada para Sudeste.



Fonte: Alves, 2012.

Figura 3 – Croquis de planta baixa da evolução do partido adotado.



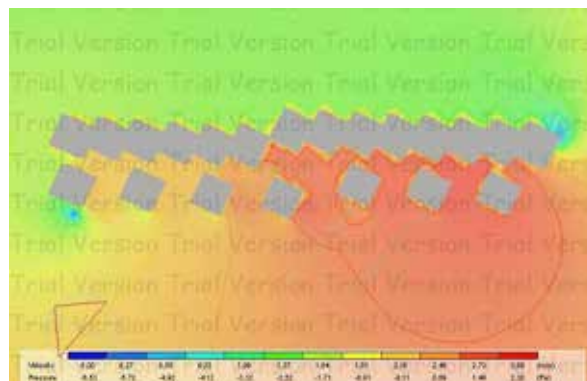
Fonte: Alves, 2012.

Figura 4 – Fotografia de maquete física esquemática.



Fonte: Alves, 2012.

Figura 5 – Simulação CFD para o pavimento tipo com incidência a 105°.



Fonte: Alves, 2012.

Figuras 6 - Habitação Multifamiliar para o MCMV



Fonte: Alves, 2012.

Figuras 7 - Habitação Multifamiliar para o MCMV



Fonte: Alves, 2012.

Figuras 8 - Habitação Multifamiliar para o MCMV



Fonte: Alves, 2012.



# PROPOSTA DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL COM ÊNFASE NO CONFORTO TÉRMICO PARA A ZONA BIOCLIMÁTICA-8

## MONTEIRO, VERNER MAX LIGER DE MELLO

Arquiteto, MsC., Professor IFRN; Email: [verner.monteiro@ifrn.edu.br](mailto:verner.monteiro@ifrn.edu.br)  
Dissertação desenvolvida no Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da UFRN  
Orientador: Maísa Veloso; Co-orientador: Aldomar Pedrini

### RESUMO EXPANDIDO

Este texto apresenta um estudo que teve como temática a Habitação de Interesse Social (HIS), com ênfase em demandas de conforto térmico, adequadas à realidade do município de Macaíba/RN, pertencente à Zona Bioclimática 8 (ZB-8). As questões relacionadas ao conforto térmico em HIS são muitas vezes esquecidas, pelo que se observa na trajetória brasileira de produção de habitação para a população de baixa renda. Talvez a explicação para este fato seja que a adoção de um projeto de bom desempenho térmico está equivocadamente relacionada ao aumento significativo de custos na construção da habitação. A simples adoção de diretrizes considerando as normas atuais de desempenho térmico em edificações já seria o suficiente para obter ganhos significativos em projetos de baixo custo. Indo além dessa estratégia, testar as certificações por métodos prescritivos e de simulação computacional subsidiaria ainda mais o desenvolvimento da ideia, embasando cada vez mais a tomada de decisões por parte dos arquitetos projetistas.

Considerando a possibilidade de elaboração de uma nova proposta, o objetivo geral foi demonstrar que é possível alcançar níveis de desempenho térmico adequados em HIS sem ultrapassar os limites orçamentários impostos pelos programas habitacionais. O método utilizado incluiu, além de outros itens, o estudo de normas e literatura aplicáveis ao tema, pesquisa dos materiais e sistemas construtivos, e suas possíveis aplicações, de modo a subsidiar a elaboração do projeto. Nesse contexto, surgiu a proposta de um conjunto habitacional, para a implantação de 50 residências de interesse social (Figura 1). O processo de projeção passou por uma fase evolutiva que compreendeu quatro estudos tipológicos, que considerou as variáveis levantadas priorizando o desempenho térmico, a qualidade espacial e estética, além do custo de construção das Unidades Habitacionais, tendo sido ponderados os aspectos envolvidos em cada uma das soluções.

O partido urbanístico apresenta vias orientadas no sentido leste-oeste e lotes no sentido norte-sul. As edificações são locadas no sentido transversal, adquirindo a orientação ideal. Outra estratégia adotada visando uma melhor captação dos ventos foi o desencontro entre os alinhamentos dos lotes. Assim, as esteiras de vento não interferem nas edificações adjacentes, contribuindo para a recuperação da velocidade do vento originais da região. Quanto à unidade habitacional, esta ocupa um lote padrão de 116,25 m<sup>2</sup>, acima dos 104,00 m<sup>2</sup> exigidos pela Lei municipal. Cada habitação possui área construída de 44,78 m<sup>2</sup> e sua distribuição espacial foi definida possibilitando ampliações futuras e contemplando outros itens de ordem técnica e cultural. Os muros dos lotes estão limitados às laterais e fundos, fazendo com que seja maximizada a interação com o meio urbano, permitindo aos moradores ligação direta entre espaço privado e público (Figura 2).

A partir do estudo preliminar, foi realizado estudo de aferição dos resultados de desempenho térmico, que incluiu a simulação de ventilação natural e de simulação térmica, mecanismo de confirmação das diretrizes aplicadas ao projeto. Segundo Bittencourt (2005), a diferença de pressão é a força motriz para a ventilação. Assim, é possível prever que, onde ocorrer essa diferença, haverá movimento de ar no interior daquele ambiente. A partir disso, foram encontradas as diferenças de pressão extraídas em processo de simulação CFD (*Computational Fluid Dynamics*), gerando compreensão do funcionamento do movimento de ar no conjunto habitacional (Figuras 3 e 4).

De uma maneira ampla, os resultados apresentados mostram altas taxas de renovação de ar, ultrapassando as 120 trocas de ar por hora na maior parte das horas do ano. Isso se reflete na remoção da carga térmica adquirida pela edificação durante o dia através de sua envoltória (GIVONI, 1998). A partir dos resultados

gerais apresentados, procedeu-se ao estudo comparativo de três modelos de habitação, descritos a seguir e derivados dos estudos realizados, com a finalidade de fazer uma verificação de desempenho geral de cada edificação, dos quais foram extraídas simulações de desempenho térmico. Os resultados foram aplicados em gráfico idealizado por Negreiros (2010), que mostra, hora a hora, qual a condição térmica predominantemente encontrada: frio, conforto, conforto com ventilação ou calor.

**Tipo "A":** Projeto de edificação executada pela Prefeitura em conjunto habitacional de 60 casas, com área construída de 46,67 m<sup>2</sup>, formato compacto e materiais/sistemas construtivos tradicionais.

**Tipo "B":** Projeto de edificação proposta, para conjunto habitacional de 50 casas, com área construída de 44,78 m<sup>2</sup>, implantação alongada, e materiais/sistemas construtivos tradicionais.

**Tipo "C":** Projeto de edificação com área e geometria idêntica ao tipo "B", e uso de materiais/sistemas construtivos alternativos: telha sanduíche de poliuretano para a cobertura; alvenaria pré-moldada armada e Paine Wall, para as paredes de vedação.

Através de um Quadro Comparativo (Figura 5) em que são detalhados os tipos, foi possível listar as propriedades de cada um e verificar como ficou o comportamento térmico individualmente.

A edificação Tipo "B" apresenta o novo projeto. Com os mesmos materiais tradicionais aplicados no Tipo "A", buscou-se o aprimoramento, especialmente, da envoltória em sua capacidade de captação de ventilação natural. O Tipo "C" (Figuras 6 e 7), por sua vez, utiliza o novo projeto incorporando materiais mais eficientes, com o intuito de alcançar melhores índices de desempenho térmico, especialmente por propriedades como menor transmitância térmica.

Quanto à questão térmica, avaliando todos os tipos, é possível observar que as áreas vermelhas do gráfico, responsáveis pela indicação da sensação de calor, são drasticamente diminuídas no Tipo "C", em relação às demais. Os resultados referentes aos custos das edificações indicam que o Tipo "C" é, de fato, mais caro que o Tipo "A" (diferença de 23%). Os principais fatores que causaram a alta no preço foram também aqueles que propiciaram o aumento na eficiência térmica da edificação. O Tipo "B" ficou R\$ 3.799,16 mais barato que o Tipo "C" em virtude da utilização de materiais tradicionais. Essa diferença de custo representou um melhor desempenho térmico em favor deste último, resultando em uma edificação melhor adaptada à Zona Bioclimática 8 e com custo total dentro dos limites do orçamento do programa habitacional "PSH". No que diz respeito à ventilação natural, os resultados dos tipos "B" e "C" são iguais, por se tratar de projeto com mesma geometria, não tendo a alteração dos materiais da envoltória interferência na ventilação natural. Já na casa Tipo "A", é apresentada, na maioria das horas do ano, taxa de trocas de ar por hora que varia entre 1 e 60, nos Tipos de habitação "B" e "C" esse número é maior que 120 na maior parte do ano, benefício gerado efetivamente pela variável geometria.

Os resultados obtidos no estudo apontam que é necessário que o arquiteto tenha a liberdade de associar soluções de projeto a materiais adequados, buscando resultados de desempenho térmico mais adequados à condição climática local, não obstante à consideração de aspectos orçamentários e de infraestrutura urbana das cidades em que serão instalados conjuntos habitacionais de interesse social.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15220-3 - Desempenho térmico de edificações. Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Rio de Janeiro, 2005.

BITTENCOURT, Leonardo Salazar; CÂNDIDO, C. *Introdução à ventilação natural*. Maceió: EDUFAL, 2005.

DESIGNBUILDER SOFTWARE LTD. DesignBuilder. 2000-2005.

GIVONI, B. *Climate considerations in buildings and urban design*. New York: John Wiley e Sons, 1998.

MONTEIRO, Verner. *Por uma moradia termicamente confortável. Proposta de Habitação de Interesse Social com ênfase no conforto térmico*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente. Natal, 2012.

NEGREIROS, Bianca de Abreu. *Análise de métodos de predição de desempenho térmico de habitação em clima quente-úmido, com condicionamento passivo*. Dissertação de Mestrado Acadêmico apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2010.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

**FIGURAS**

Figura 1 – Implantação do Conjunto Habitacional Proposto



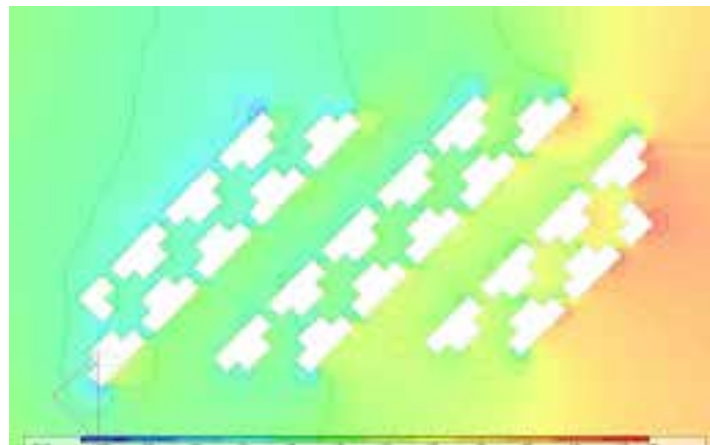
Fonte: MONTEIRO, 2012.

Figura 2 - Perspectiva a partir da via pública.



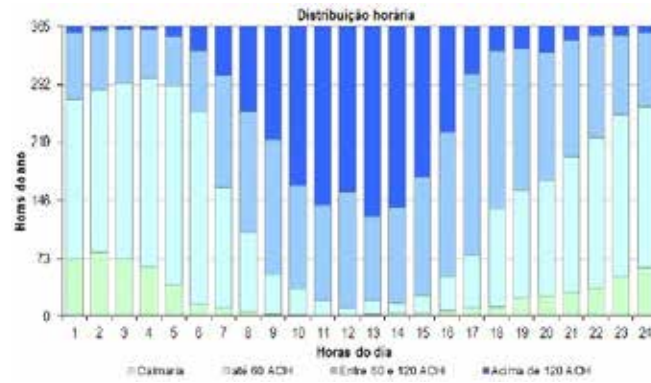
Fonte: MONTEIRO, 2012.

Figura 2 - Perspectiva a partir da via pública.




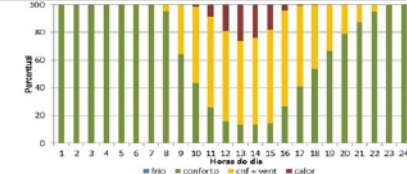
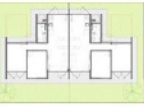
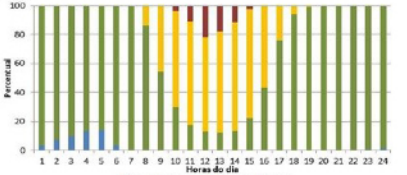

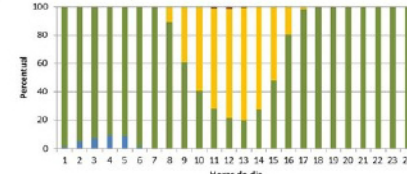
Figuras 3 - Campos de pressão a 135° (ventilação predominante) na altura do centro das janelas.

Figura 4 – Trocas de ar, hora a hora, ao longo do ano.



Fonte: MONTEIRO, 2012.

Figura 5 – Quadro Comparativo.

INFORMAÇÕES DE PROJETO	DESEMPENHO TÉRMICO E DE VENTILAÇÃO NATURAL
<p><b>TIPO "A"</b></p>  <p>ÁREA CONSTRUÍDA: 46,67 m<sup>2</sup>                      MATERIAIS DE ENVOLTÓRIA:                      Cobertura de Telha cerâmica                      Paredes de alvenaria moldada <i>in loco</i>                      CUSTO: R\$ 20.912,52</p>	 <p>Frio: 0,00% / Conforto: 69,82% / Conforto com ventilação: 26,13% / Calor: 4,05% / Taxa de renovação de ar dominante: 01 a 60 ACH</p>
<p><b>TIPO "B"</b></p>  <p>ÁREA CONSTRUÍDA: 44,78 m<sup>2</sup>                      MATERIAIS DE ENVOLTÓRIA:                      Cobertura de Telha cerâmica                      Paredes de alvenaria moldada <i>in loco</i>                      CUSTO: R\$ 23.424,99</p>	 <p>Frio: 2,18% / Conforto: 71,21% / Conforto com ventilação: 23,78% / Calor: 2,83% / Taxa de renovação de ar dominante: 60 a 120 ACH</p>
<p><b>TIPO "C"</b></p>  <p>ÁREA CONSTRUÍDA: 44,78 m<sup>2</sup>                      MATERIAIS DE ENVOLTÓRIA:                      Cobertura de Telha sanduiche de poliuretano                      Paredes de alvenaria pré-moldada e Painel Wall                      CUSTO: R\$ 27.253,79</p>	 <p>Frio: 1,46% / Conforto: 78,34% / Conforto com ventilação: 20,07% / Calor: 0,13% / Taxa de renovação de ar dominante: 60 a 120 ACH</p>

Fonte: MONTEIRO, 2012.

Figura 6 – Planta baixa perspectivada da casa Tipo C.



Fonte: MONTEIRO, 2012.



# PROCESSO DE CONCEPÇÃO DO PROJETO ARQUITETÔNICO PARA UMA ESCOLA DE TURISMO

**DANTAS, PETERSON MICHEL**

*Arquiteto, MSc., Superintendência de Infraestrutura da UFRN; email: pettersonaq@gmail.com  
Dissertação desenvolvida no Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da UFRN  
Orientadora: Edna Moura Pinto ; Co-orientadora: Solange Galarça Goulart*

## RESUMO EXPANDIDO

O projeto de uma Escola de Turismo para a Universidade Federal do Rio Grande do Norte foi resultado das reflexões empreendidas durante o curso do Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da UFRN. O trabalho abordou a racionalização do consumo de água aplicada ao desenvolvimento de um projeto arquitetônico para um edifício institucional em região de clima quente e seco e baixa disponibilidade hídrica – a região Seridó do Estado.

Do ponto de vista metodológico, além das etapas usualmente presentes em um projeto arquitetônico – definição de programa e identificação de condicionantes – o processo de concepção foi estruturado a partir da leitura de textos de Favero e Passaro (2005) e Maciel (2003). Assim, seu desenvolvimento se baseou em conceitos que refletiram uma resposta ao lugar (introversão), ao programa arquitetônico (coletivização) e às formas de construir (segmentação). Ainda adotando-se o raciocínio analógico, discutido por Florio e Tagliari (2009) como uma forma de síntese de problemas complexos, foi construída uma metáfora conceitual para o projeto, comparando a edificação projetada a um oásis.

Um oásis é um ambiente em um deserto onde geralmente há uma nascente de água doce e vegetação, o que conseqüentemente resulta em aglomeração humana. Tendo-se em consideração o cuidado com a gestão da água e principalmente os dois primeiros conceitos adotados para o projeto – introversão e coletivização – considera-se apropriada a imagem do oásis como um reservatório de água em região de escassez, um lugar que agrega população e que tem um clima diferente do deserto que o rodeia, qualidades que se buscaram no projeto da Escola de Turismo. Após estabelecimento de conceitos, foram definidas soluções espaciais que poderiam enfatizar as intenções do projeto, expressas no quadro 1:

Quadro 1: Relação entre conceitos estabelecidos e soluções espaciais planejadas.

CONCEITO	SOLUÇÕES ESPACIAIS
Introversão (resposta ao clima quente e seco)	Edificação organizada em torno de um pátio
	Criação de espaços de transição entre interior e exterior
	Aberturas voltadas para circulações e não diretamente para o exterior
Coletivização	Disposição de circulações horizontais e verticais com vista para o interior da edificação, propiciando a visão de outras partes do prédio e encontros de usuários
	Disposição de espaços de convívio ou coletivos em pontos onde as circulações se cruzam, deixando-os mais acessíveis
Segmentação	Divisão do edifício em etapas construtivas, permitindo a execução parcial em função da disponibilidade de recursos financeiros
	Adoção de dois sistemas construtivos: estrutura de concreto intercalada por espaços que funcionam como separadores de etapas construtivas, executados com componentes metálicos

Fonte: O autor, 2012.

O estudo preliminar que deu origem ao projeto final para a Escola de Turismo foi construído a partir de um prisma e uma sequência de movimentos aplicados a este volume para se chegar às condições desejadas para abrigar os espaços do programa arquitetônico. O princípio do estudo foi um espaço totalmente isolado do exterior – o extremo do conceito de introversão, como “uma caixa virada para baixo”. Para dar acesso à edificação, uma das pontas da “caixa” foi erguida e sua extremidade oposta foi conseqüentemente rebaixada (Figura 1).

Foram previstas circulações em todo o perímetro da edificação, semelhante às casas de fazenda do sertão, que geralmente são cercadas por alpendres, os quais servem como circulações e espaço para descanso e lazer (Figura 2). Visto que a “caixa” foi levantada em uma das pontas, as circulações externas do volume foram transformadas em rampas.

O gesto de subir o canto da caixa também foi responsável pela criação de uma cobertura que concentra o fluxo de água da chuva no canto Nordeste do prédio. Em função disso, planejou-se instalar nesse ponto os reservatórios de água pluvial e a torre d’água, que abastecem o prédio. Unificado à estrutura da torre, planejou-se a instalação de um cata-vento para bombear a água, mecanismo utilizado no sertão nordestino e, nesse caso, empregado também como um elemento simbólico (Figura 3).

Sob o ponto de vista estrutural, o prédio pode ser entendido como blocos executados em concreto, intercalados por faixas em estrutura metálica. Esta solução surgiu como resposta ao conceito de *segmentação*, possibilitando a construção em etapas. Nesse contexto, as áreas metálicas entre blocos atuam como grandes juntas de dilatação que separam as etapas construtivas (Figura 2).

O tratamento das fachadas considerou os dados obtidos no estudo de insolação. Nas fachadas Norte e Sul foram dispostas as aberturas da edificação, protegidas por uma marquise e brises, enquanto a Oeste foi tratada como um plano totalmente fechado (Figura 4). Os brises das fachadas Norte e Sul foram desenvolvidos a partir de placas dispostas em diagonal, suportadas por tubos fixados em uma grelha metálica. As cantoneiras de reforço das placas permitiram a formação de um vazio em forma de elipse e o desenho final assumiu uma discreta homenagem aos muxarabis, trançados de palhas e bordados da região do Seridó (Figura 5).

## REFERÊNCIAS

DANTAS, Petterson Michel. *Projeto de um edifício para fins educacionais com foco na racionalização do consumo de água*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo / Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente. Natal, 2012.

FAVERO, Marcos; PASSARO, Andrés. Senso e conceito no constructo da disciplina projetual: análise projetual como instrumento de trabalho. In: *Anais do Projetar 2005: II Seminário sobre Ensino e Pesquisa em Projeto de Arquitetura*, Rio de Janeiro, dez. 2005.

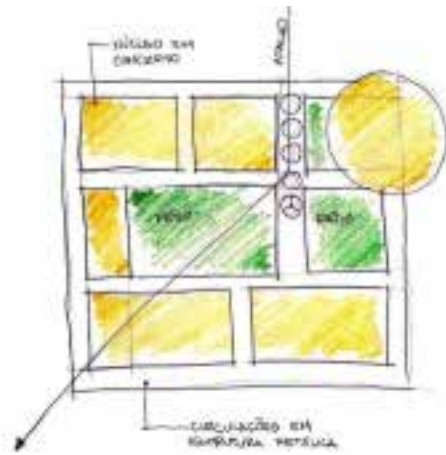
FLORIO, Wilson; TAGLIARI, Ana. *Projeto, criatividade e metáfora*. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/src/inicio/ArtPdRed.j=193614470004>>. Acesso em: 1 abr. 2011.

MACIEL, Carlos Alberto. *Arquitetura, projeto e conceito*. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.043/633>>. Acesso em: 1 abr. 2011.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

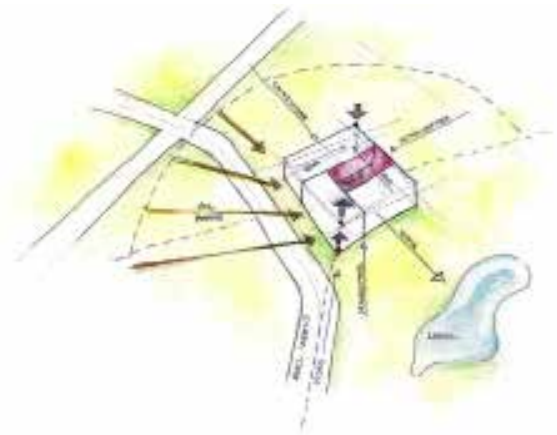
## FIGURAS

Figura 2 – Esquemas de circulação e de sistema construtivo – áreas com estrutura de concreto intercaladas por faixas de estrutura metálica



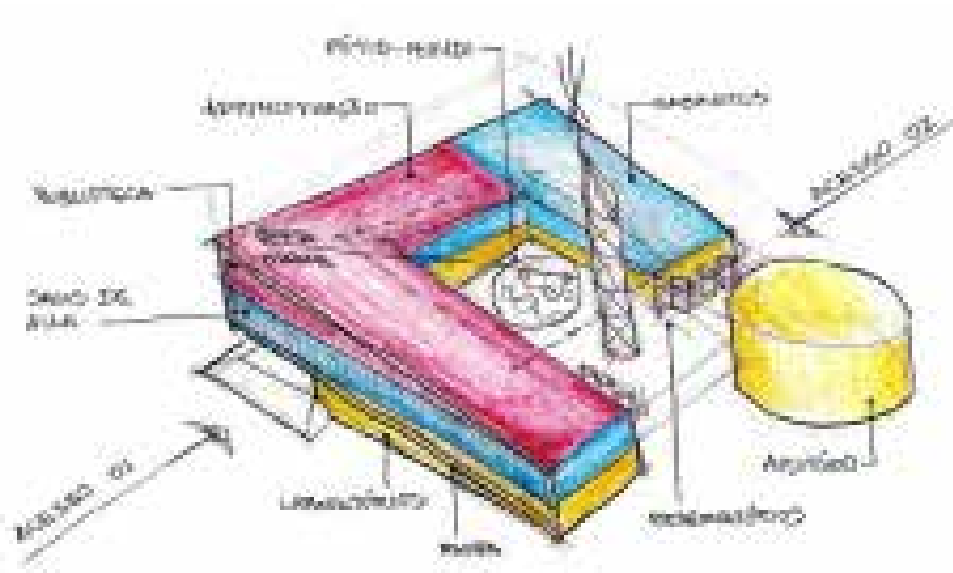
Fonte: DANTAS, 2012.

Figura 1 – Croquis de Concepção – “A caixa invertida”



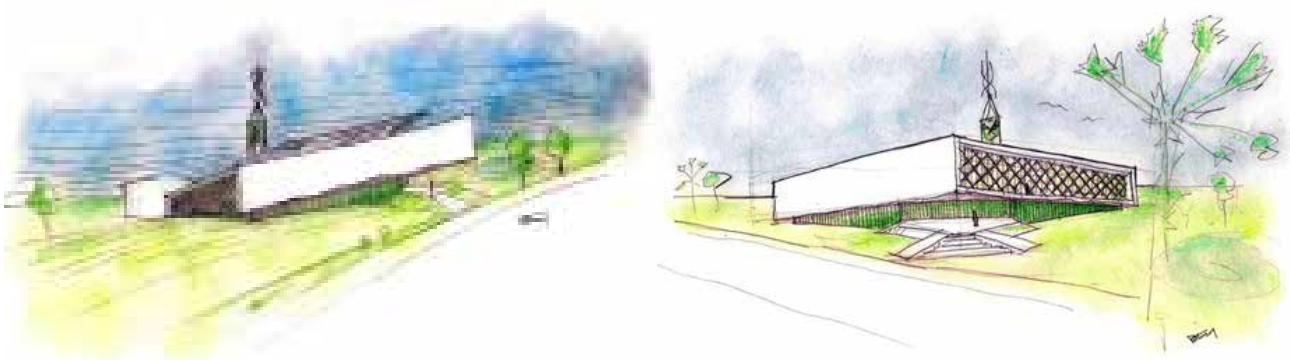
Fonte: DANTAS, 2012.

Figura 3 – Esquemas de distribuição dos usos e inserção dos reservatórios



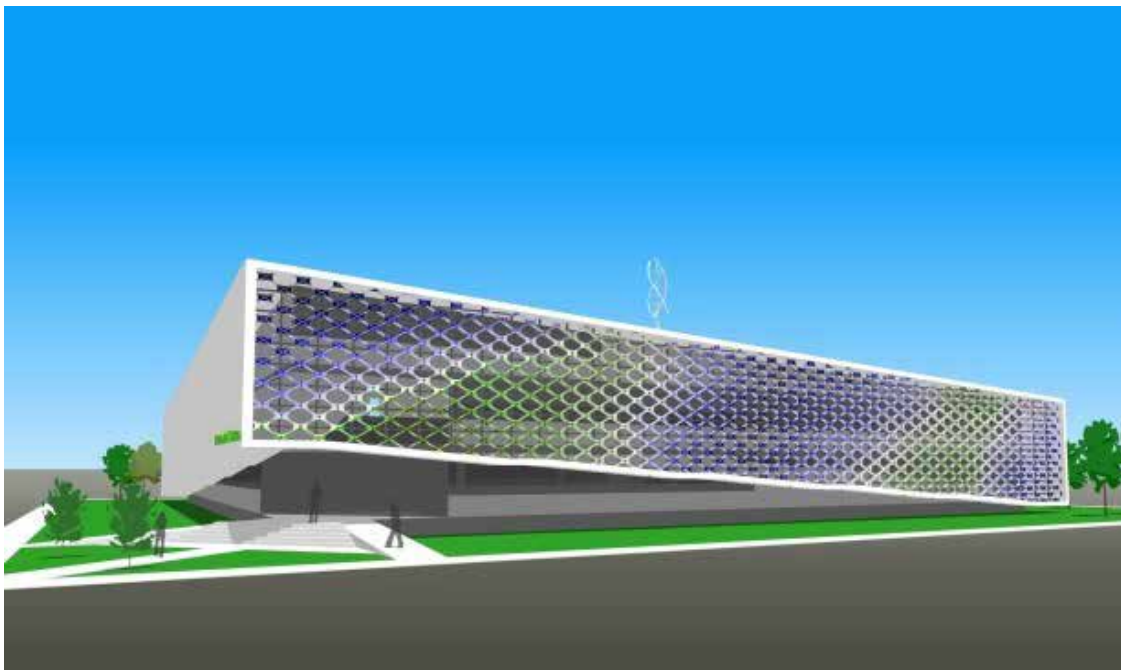
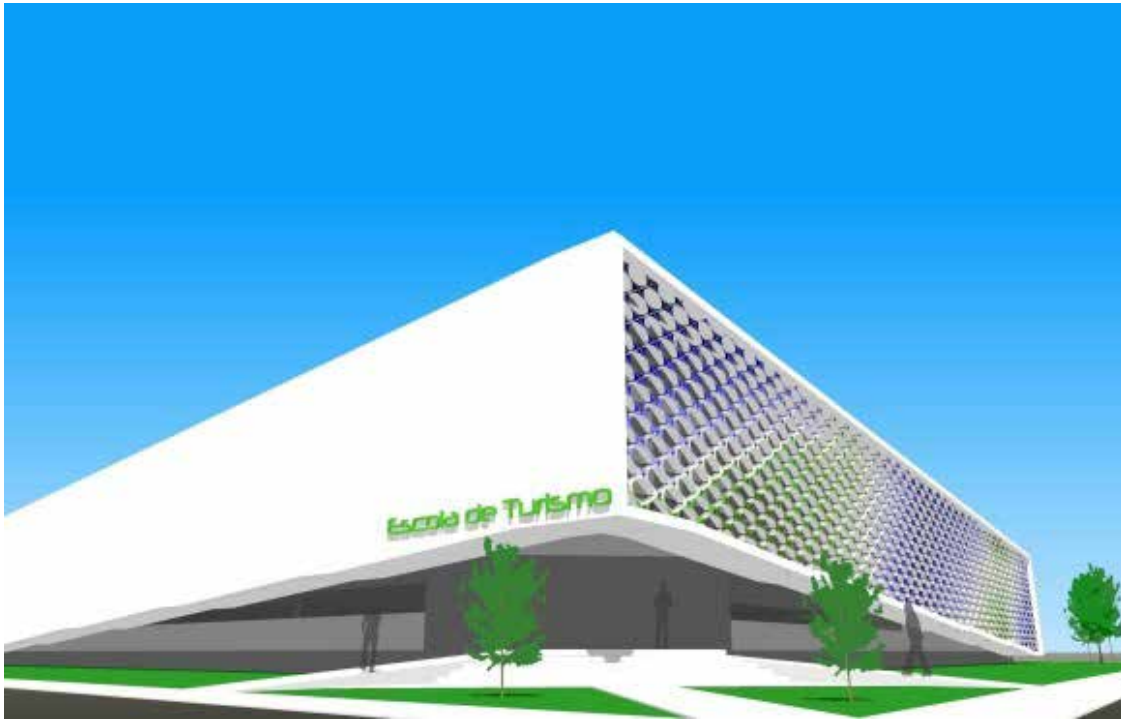
Fonte: DANTAS, 2012.

Figura 4 – Perspectivas à mão livre do edifício



Fonte: DANTAS, 2012.

Figura 5 – Perspectivas do edifício



Fonte: DANTAS, 2012.



# CONDOMÍNIO DE CASAS EM NATAL-RN: UM EXEMPLO DE SÍNTESE PROJETUAL UTILIZANDO PRINCÍPIOS DA GRAMÁTICA DA FORMA

## CALDAS, MARIANA PIRES GURGEL

Arquiteta, MSc., IDEMA/RN; Email: marigurgel@hotmail.com  
Dissertação desenvolvida no Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da UFRN  
Orientadora: Maísa Veloso; Co-orientador: Marcelo Tinoco

### RESUMO EXPANDIDO

Com a intenção de se estudar e desenvolver o processo de projeto com base em uma metodologia específica, apresenta-se aqui, como produto de uma dissertação/projeto do Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da UFRN, o anteprojeto de um condomínio de casas na cidade de Natal a partir da aplicação de princípios da gramática da forma, utilizados em seu processo de concepção.

A gramática da forma é um método de projeto desenvolvido na década de 1970 por George Stiny e James Gips, utilizado tanto para a análise como para a síntese de projetos, com o objetivo de se criar um “vocabulário formal”, através de operações matemáticas e/ou geométricas. No nosso trabalho, este método foi utilizado no processo de síntese de projeto, numa relação entre as subtrações formais e a programação arquitetônica das casas.

Para a definição da planta de base para uma casa, foi elaborado um programa inicial a partir do qual outros pudessem ser derivados, adequando-se a diferentes configurações familiares, identificadas nas pesquisas e estudos de referências realizados.

Dessa forma, o processo de definição dos programas arquitetônicos teve início com a elaboração de um primeiro, aqui denominado como “de base” ou “tipo A”:

#### CASA TIPO A (programa arquitetônico de base)

Térreo (áreas úteis):	Pavimento superior (áreas úteis):
• Salas (jantar/ estar): 20,00m <sup>2</sup>	• Quarto 01: 10,00m <sup>2</sup>
• Cozinha: 6,00m <sup>2</sup>	• Quarto 02: 10,00m <sup>2</sup>
• Área de serviço: 4,00m <sup>2</sup>	• Quarto 03: 10,00m <sup>2</sup>
• BWC social: 2,40m <sup>2</sup>	• BWC social 01: 2,40m <sup>2</sup>
• Escritório: 10,00m <sup>2</sup>	• BWC quarto 02: 5,40m <sup>2</sup>

Na fase da programação arquitetônica, percebeu-se que na medida em que quartos e/ou escritório eram excluídos da planta de base (tipo A), novas configurações de plantas eram formadas, ou seja, novos programas surgiam derivados através de subtrações de ambientes do programa arquitetônico da casa A.

Após tal constatação, foi assumido o princípio da subtração, uma operação binária, em que a partir da interação entre dois elementos há o surgimento de um terceiro. Dessa forma, estabeleceu-se como elemento 1 (S1) a fachada sem subtrações, e como elemento 2 (S2), a porção da fachada correspondente ao ambiente subtraído, no caso um quarto ou escritório. O resultado seria a interação entre S1 e S2, incrementada pelo uso de marcadores, responsáveis pela remoção da simetria, possibilitando o aparecimento de diferentes composições com a aplicação de uma mesma regra (Figura 01).

Antes disso, porém, a partir da compreensão de que a subtração de ambientes poderia ser um caminho para a elaboração de novos programas arquitetônicos, foram elencados cinco tipos possíveis de programação, no que se refere ao número de quartos e à existência ou não do ambiente escritório: casas com “três quartos e um escritório” (tipo A), com “dois quartos e um escritório” (B), com “um quarto e um escritório” (C), com “três quartos” (D) e com “dois quartos” (E).

Após a definição do grupo de programas, foi aplicada a regra inicial sobre as fachadas da casa de base (tipo A) para conferir as possibilidades de subtração geradas por cada um no que se refere à extração do ambiente posicionado na planta, no caso quarto 01, quarto 02, quarto 03 e/ou escritório, conforme as figuras 02 e 03 seguintes.

Na etapa seguinte, foram produzidas maquetes em papel cartão na escala 1/125 de todas as possibilidades de casas, respeitando os tipos de programas mencionados na Figura 03. Nesse momento, através da manipulação dos protótipos, foram elaboradas novas regras, aqui denominadas “complementares”, para a definição da composição de grupos geminados, aproveitando ainda mais o potencial construtivo do terreno.

Assim, instituiu-se que nas fachadas frontais deveria haver pelo menos duas subtrações, equilibrando a relação entre cheios e vazios, e que não seria possível a existência de um vazio colado a outro.

Depois de encontrar os modelos possíveis de acordo com as regras estabelecidas, optou-se pelo desenvolvimento de três grupos geminados (BB, CD e AE), repetidos até o total de nove volumes na implantação (Figura 04):

Paralelamente, foram tomadas decisões referentes à ventilação e ao sombreamento das fachadas. Assim, com base em informações extraídas da aplicação de cartas solares sobre as casas, ficou decidido proteger as fachadas Sudeste e a Noroeste, opostas entre si, tanto com beiral como com painéis volantes à frente de cada uma, mantendo-as, porém, permeáveis aos ventos de piso a teto. Já as fachadas Sudoeste e Nordeste receberam proteção através apenas de beiral, já que seriam sombreadas horizontalmente pelas casas vizinhas (Figura 05).

Nesse ponto, cabe constatar que no processo aqui desenvolvido a programação arquitetônica inicialmente condicionou as possibilidades formais, mas, em seguida, foram as próprias regras de composição, tanto as iniciais como as “complementares”, que terminaram por definir como os volumes seriam combinados.

A proposta final foi, dessa forma, composta por cinco configurações de unidades habitacionais, diferentes entre si no tocante à forma e à programação arquitetônica, distribuídas em três grupos geminados, que se repetem até o total final de nove volumes arquitetônicos. Além dos estudos de ventilação do condomínio e das simulações de sombreamento das edificações, foram realizados estudos de flexibilidade espacial e de desempenho acústico.

Um dos objetivos específicos da dissertação, o mapeamento do processo de projeto, foi composto não só pelo registro dos condicionantes formais (elaboração e aplicação de regras), mas também por aspectos físicos, ambientais, legais e de sustentabilidade no que se refere, por um lado, à otimização do sombreamento e da ventilação passiva para climas quente-úmidos e, por outro, à modulação e à racionalização da construção.

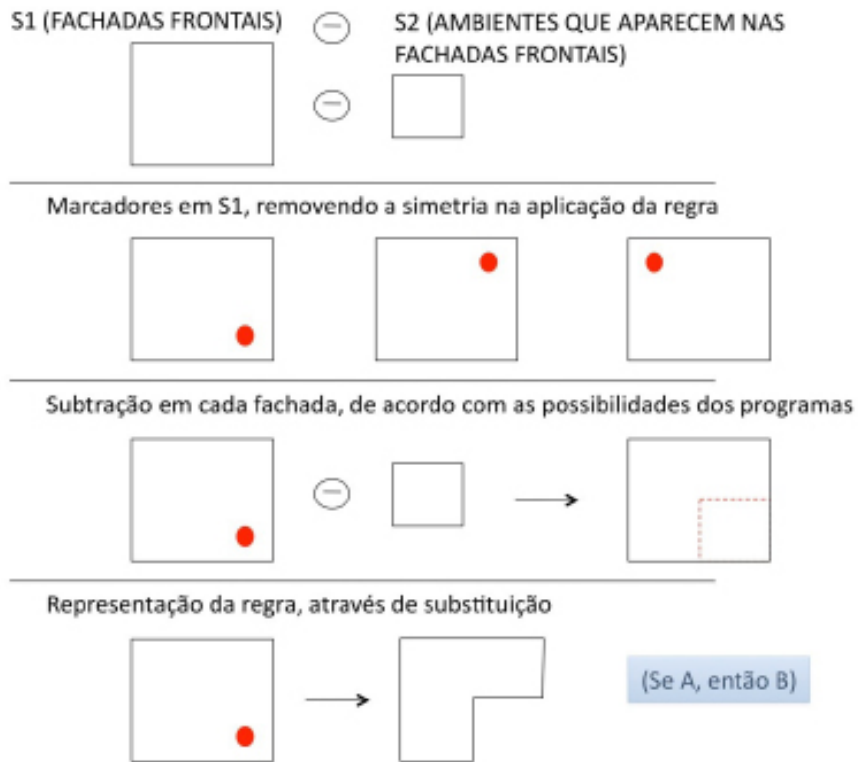
## REFERÊNCIAS

- CALDAS, Mariana P.G. *Sobre formas e processos: projeto de um condomínio de casas a partir de princípios da gramática da forma*. Dissertação (Mestrado Profissional) - Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente, PPGAU/UFRN, Natal, 2014.
- CELANI, Gabriela et al. A gramática da forma como metodologia de análise e síntese em arquitetura. *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 5, n. 10, p.182-197, jul/dez, 2006.
- HOLANDA, Armando de. *Roteiro para construir no Nordeste: Arquitetura como lugar ameno nos trópicos ensolarados*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1976.
- LAWSON, Bryan. *Como arquitetos e designers pensam*. Cubatão: Oficina de Textos, 2011. Tradução de Maria Beatriz Medina.
- VAZ, Carlos Eduardo Verzola. *As linguagens compositivas de Roberto Burle Marx: aplicação e caracterização pela Gramática da Forma*. Dissertação (Mestrado) - Curso de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Unicamp, Campinas, 2009.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

## FIGURAS

Figura 01: Esquema da lógica utilizada para a composição da regra, baseada nos princípios da subtração e dos marcadores



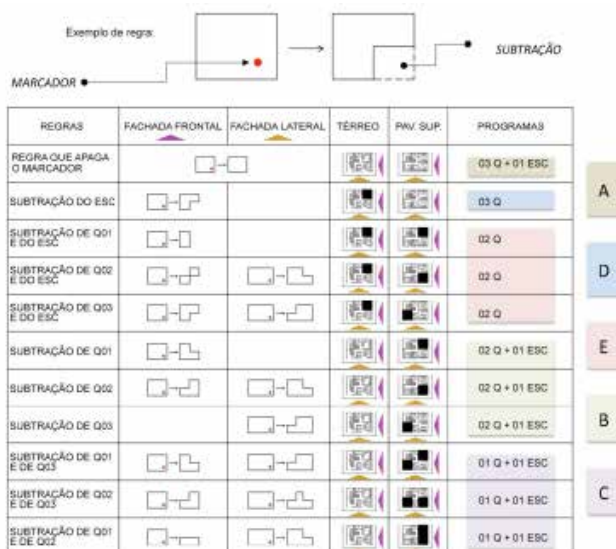
Fonte: CALDAS, 2014.

Figura 02: Em laranja, ambientes que poderiam ser subtraídos através da regra, na casa tipo A



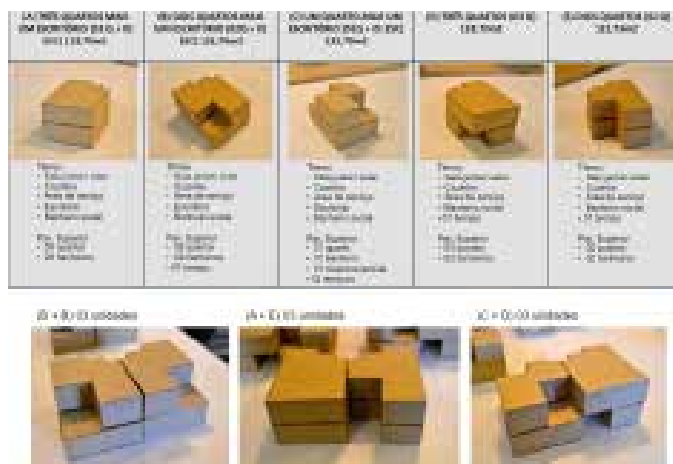
Fonte: CALDAS, 2014.

Figura 03: Quadro explicativo da relação entre os 5 tipos de programa (retângulos coloridos à direita) e a aplicação da regra



Fonte: CALDAS, 2014.

Figura 04: Quadro resumo com as definições programáticas depois de aplicadas todas as regras



Fonte: CALDAS, 2014.

Figura 05: Grupos geminados – sombreamento lateral e fachadas protegidas e permeáveis



Fonte: CALDAS, 2014.



# UM LUGAR ONDE OS ESPAÇOS ENSINAM: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA ESCOLA INFANTIL E FUNDAMENTAL I EM PARNAMIRIM/RN

## CIRÍACO, CÉSAR HENRIQUE DE OLIVEIRA

Arquiteto, MSc.; Email: cesarhenrique2@hotmail.com

Dissertação desenvolvida no Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da UFRN

Orientador: George Ferreira Dantas; Co-orientadora: Gleice Azambuja Elali

### RESUMO EXPANDIDO

Com base em uma reflexão sobre a maneira como a arquitetura de edifícios escolares pode transmitir ensinamentos, ao dialogar com o projeto pedagógico e com o meio ambiente, a dissertação apresenta a proposta arquitetônica de uma unidade de ensino infantil e fundamental I, para o município de Parnamirim/RN. A proposta teve como ênfase a arquitetura bioclimática (consideradas as condicionantes climáticas da Zona Bioclimática 08) e a flexibilidade espacial, tomados como alicerces para o desenvolvimento do anteprojeto.

Como modelo pedagógico foi adotado o Reggio Emilia que, entre outros princípios, tem o ambiente como terceiro educador, entendendo que ele é passivo de transformações e deve despertar nos alunos a curiosidade, a interação e a busca pelo conhecimento. Para tanto, são características a buscar em projetos reggianos: transparência, relação do edifício com a identidade local, diálogo entre interior e o exterior, iluminação natural e presença de ambientes de ateliê.

Além de revisão bibliográfica relativa a assuntos ligados aos temas escola, flexibilidade e arquitetura bioclimática, e de estudos de referência em projetos de edifícios escolares, o processo de desenvolvimento da proposta é descrito detalhadamente em termos de análise das condicionantes projetuais, programação arquitetônica, definição do conceito do projeto e estudos preliminares. Tais elementos foram trabalhados na proposta cujas principais metas foram: possibilidade de diversidade de arranjos em sala de aula; utilização de áreas externas para usos diversos; uso de ventilação e iluminação natural na maior parte do dia em pelo menos 80% do período letivo de aula.

A escola está implantada em terreno de 6.141,99m<sup>2</sup> localizado no bairro Liberdade, um dos mais carentes do município, e foi direcionada a um público alvo de crianças na faixa etária de 4 a 10 anos, atendendo 160 alunos por turno. Ela conta com 7 salas de aula, todas em pavimento térreo, e tem área total projetada de 1.943,37m<sup>2</sup> (Figura 1).

O partido adotado contemplou uma implantação de blocos de sala de aula, administração e serviços ao longo da face maior do lote e em torno de um pátio descoberto; a preservação da vegetação arbórea existente no local para ser uma grande área sombreada que protege e abraça o edifício; além da apropriação da esquina para um espaço destinado a praça que faria a transição entre a área pública (rua) e a escola.

Os conceitos que nortearam o anteprojeto foram permeabilidade e ludicidade (Figura 2). Permeabilidade na maneira como os espaços conectam-se proporcionando uma livre circulação; no uso de materiais que possibilitem o aproveitamento da iluminação e ventilação naturais; e na conexão entre o exterior e o interior da edificação, inclusive com a definição de praça de contato com a comunidade (Figura 3). Ludicidade como valor a ser perseguido nos ambientes para crianças, caracterizada no anteprojeto por: espaços destinados a atividades artísticas e brincadeiras (Figura 4); forma dos blocos; uso de cores, texturas e mobiliários.

A fim de verificar a eficiência da edificação quanto ao conforto ambiental foi escolhida a sala de aula (Figura 5) para simulações e avaliações de ventilação natural, sombreamento e iluminação natural por meio de ferramentas computacionais. Os resultados obtidos demonstraram a eficiência das soluções apresentadas: número de trocas de ar dentro da sala de aula duas vezes maior do que o estabelecido pelo MEC; sombreamento acima de 90% na maioria dos casos; atendimento ao nível de iluminância de 500lux estabelecido pelo MEC.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

## FIGURAS

Figura 1- Vista geral da implantação



Fonte: CIRÍACO, 2016.

Figura 2- Elementos de projeto



Fonte: CIRÍACO, 2016.

Figura 3 – Praça na entrada: contato com a comunidade



Fonte: CIRÍACO, 2016.

Figura 4 – Espaços internos



Fonte: CIRÍACO, 2016.

Figura 5 – Praça na entrada: contato com a comunidade



Fonte: CIRÍACO, 2016.

# CAIS DA MEMÓRIA: UM ESPAÇO PARA VIVÊNCIAS AFETIVAS COM A CIDADE DE NATAL

**ROCHA V. NETO, FRANCISCO**

Arquiteto, MSc.; Email: [chicorochoa00@hotmail.com](mailto:chicorochoa00@hotmail.com)  
Dissertação desenvolvida no Mestrado Profissional em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente da UFRN  
Orientadora: Edna Moura Pinto

## RESUMO EXPANDIDO

A pesquisa de mestrado procurou evidenciar e contribuir para a importância da construção de espaços com ênfase na urbanidade, através da criação de um projeto de arquitetura que integrasse e redesenhasse a malha urbana por meio da implantação de um edifício. O trabalho consistiu no desenvolvimento do anteprojeto arquitetônico do Cais da Memória, um complexo arquitetônico para vivências afetivas com o ambiente de Natal, que se dariam por meio da ocupação e deslocamento pelo território da cidade por terra, água e ar, a partir de um edifício de escala e espacialidade urbanas, com funções de centro de atividades culturais e estação intermodal do sistema de transporte público de passageiros. Implantado às margens do rio Potengi, entre o centro antigo tombado, o monumento da Pedra do Rosário e a comunidade AEIS Passo da Pátria, o projeto objetivou a valorização e integração dessas quatro áreas entrincheiradas e de grande valor simbólico e histórico para a cidade.

Para realização do objetivo, o trabalho baseou-se em quase sua totalidade na estrutura curricular e nos conteúdos programáticos das disciplinas cursadas no PPAPMA-Programa de pós-graduação em Arquitetura, Projeto e Meio Ambiente (mestrado profissional). A exceção foi parte do capítulo 2 (referencial teórico), que utilizou trecho da segunda parte do livro Lugares e suas interfaces *Intraurbanas*. O percurso vivenciado no mestrado foi utilizado como espinha dorsal do processo da pesquisa e do projeto, apresentado na dissertação em 05 capítulos que contemplaram: 1) Introdução, problematização, objetivos e metodologia; 2) Construção de referencial teórico (a partir dos temas abordados nas disciplinas cursadas no PPAPMA) e projetual (edifícios visitados e vivenciados por esse autor), com levantamento e análise desses modelos antecedentes sobre o tema; 3) Estratégias para subsídios à elaboração da proposta arquitetônica por meio de: a) estabelecimento da programação arquitetônica, b) escolha do universo de estudo (terreno de intervenção); c) levantamento e análise dos condicionantes legais e ambientais; d) estudo das variantes climáticas e adoção de soluções em função das estratégias bioclimáticas sugeridas; e) estudos para configuração fenomenológica e da tectônica do objeto (escolhas da espacialidade e dos materiais como elementos para construção de uma narrativa arquitetônica de continuidade do espaço com seu entorno, e técnica e sistema construtivo); f) escolha do conceito do projeto, e 4) Processo criativo de elaboração da arquitetura, com a descrição das matrizes e soluções de desenho e espaços a partir do atendimento aos quatro grandes impedimentos/restrições à ocupação do lugar: a) CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos para ocupação da linha férrea, b) Capitania dos portos e legislação ambiental para ocupação das margens do rio, c) SEMURB - Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo com restrição das leis de uso e ocupação do solo para as AEIS - Área Especial de Interesse Social e Patrimônio Histórico, com restrições para ocupação do entorno da área tombada.

Do ponto de vista da didática arquitetônica, o trabalho aborda a importância em considerar e integrar as características geomorfológicas da malha urbana com seus equipamentos, instalações e soluções construtivas como elementos fundamentais para nortear e engendrar a criação da tectônica e dos espaços no desenho do projeto. O resultado (conforme figuras anexas) é um partido com um corpo principal de altura máxima, escondido à frente dos arrimos da Avenida do Contorno, desimpedindo a visualização da colina histórica e livrando as vias para o deslocamento de caminhões de grande porte que trafegam ao porto, com a cota de piso 0,00 nivelada à linha férrea, livrando o térreo da cota máxima da cheia do rio Potengi a cada 100 anos. O corpo maciço em madeira e metal possui um teto jardim, que é extensão da praça pública da colina à frente e conecta-se a essa, por meio de duas passarelas com equidistância entre si, que determinam a medida padrão da malha sobre a qual se construiu o projeto. O corpo é sustentado por uma estrutura em



pórticos de madeira e tirantes de aço aparente, que se projetam sobre a linha férrea e o leito do rio, e ao qual anexam-se um ancoradouro de embarcações, um viaduto e uma plataforma, a conectar as partes segregadas da malha urbana (Rio Potengi, Passo da Pátria e Pedra do Rosário). A proposta caracteriza-se ainda pela: a) Integração espacial entre os marcos de interesse urbanístico do local, com a costura e conexão entre as áreas entrincheiradas por soluções de acessibilidade, transparência visual e espacial b) Intermodalidade da rede de sistemas do transporte público coletivo de passageiros, c) Configuração e presença da volumetria e de espaços fenomenológicos e d) Inserção de objeto arquitetônico em local de significância afetiva para a cidade/comunidade. Dessa maneira, a pesquisa de mestrado contribuiu para o aperfeiçoamento de soluções de arquitetura para complexos e edifícios de atividades culturais com significância para localidades, através de respostas que acolhem e redesenham a malha urbana por meio da implantação de um objeto arquitetônico e estabelecem características que deve possuir um espaço público para permitir uma urbanidade sadia por meio da acessibilidade, do encontro, da sociabilidade e da apropriação de um lugar, usando-as como estratégia de revitalização, renovação e requalificação urbana por meio do desenho e ocupação de um edifício.

**NOTA DO EDITOR (\*)** O conteúdo do artigo e as imagens nele publicadas são de responsabilidade do(s) autor(es).

## FIGURAS

Figura 1 – Implantação do complexo sobre a linha férrea e às margens do rio Potengi, configurando continuidade espacial entre o centro histórico, a Pedra do Rosário e AEIS Passo da Pátria.



Fonte: ROCHA NETO, 2016.

Figura 2 – Fachadas Noroeste e Sudeste. Destaque para inserção e costura do complexo na malha urbana e intermodalidade por acessibilidade a pé, por trem, autos e embarcações náuticas.



Fonte: ROCHA NETO, 2016.

Figura 3 – Fachadas Nordeste e Noroeste entre a Pedra do Rosário, Centro Histórico e AEIS Passo da Pátria. Destaque para passarelas, escadaria, pier, torre e teto jardim mirante.



Fonte: ROCHA NETO, 2016.

Figura 4 – Fachadas Sudeste e Sudoeste. Destaque para possibilidade de uso do complexo e deslocamento pelo território por terra, água e ar, a partir do edifício.



Fonte: ROCHA NETO, 2016.

Figura 5 – Fachadas Noroeste e Sudoeste, vista do Pier sobre o rio Potengi. Destaque para o sistema estrutural com lajes sustentadas por cabos de aço aparente e atirantado ao pórtico de madeira



Fonte: ROCHA NETO, 2016.

Figura 6 – Fachada Sudeste e Sudoeste com plataforma do VLT sob a linha férrea. Destaque para o sistema estrutural com cabos de aço aparente e atirantado ao pórtico de madeira



Fonte: ROCHA NETO, 2016.

Figura 7 – Vista área da nova estrutura da Pedra do Rosário.



Fonte: ROCHA NETO, 2016.



Figura 8 – Perspectiva explodida do complexo. Destaque para o engendramento e fluidez do corpo dissecado nas lajes de piso, estrutura, cobertura, esquema de circulações e blocos de serviço.



Fonte: ROCHA NETO, 2016.





## **Revista PROJETAR – Projeto e Percepção do Ambiente**

v.1, n.2, Agosto 2016

ISSN: 2448-296X

Endereço: [www.revistaprojetar.ct.ufrn.br](http://www.revistaprojetar.ct.ufrn.br)

Grupo Projetar - CT/UFRN

Projeto gráfico: Leonardo Fernandes Dias  
Foto capa: Termas de Vals, Suíça, de Peter Zumthor -  
Foto de Maísa Veloso, 2015